



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PAUTA DA 7ª REUNIÃO

(4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura)

**05/05/2026
TERÇA-FEIRA
às 10 horas**

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad
VICE-PRESIDENTE: Senadora Tereza Cristina



Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

**7ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
DA 57ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 05/05/2026.**

7ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA

terça-feira, às 10 horas

SUMÁRIO

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	MSF 14/2026 - Não Terminativo -	SENADORA TEREZA CRISTINA	9
2	MSF 15/2026 - Não Terminativo -	SENADORA TEREZA CRISTINA	47
3	MSF 16/2026 - Não Terminativo -	SENADOR FERNANDO DUEIRE	94
4	MSF 17/2026 - Não Terminativo -	SENADOR ESPERIDIÃO AMIN	155
5	MSF 18/2026 - Não Terminativo -	SENADOR SERGIO MORO	180
6	MSF 19/2026 - Não Terminativo -	SENADOR HAMILTON MOURÃO	203

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad

Vice-Presidente : Tereza Cristina Correa da Costa Dias

(19 titulares e 19 suplentes)

TITULARES			SUPLENTE
Bloco Parlamentar Democracia(MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO)			
Renan Calheiros(MDB)(10)(1)	AL 3303-2261 / 2262 / 2265 / 2268	1 Ivete da Silveira(MDB)(10)(1)	SC 3303-2200
Fernando Dueire(PSD)(10)(1)	PE 3303-3522	2 Professora Dorinha Seabra(UNIÃO)(10)(1)	TO 3303-5990 / 5995 / 5900
Sergio Moro(PL)(10)(3)	PR 3303-6202	3 Veneziano Vital do Rêgo(MDB)(10)(3)	PB 3303-2252 / 2481
Efraim Filho(PL)(10)(3)	PB 3303-5934 / 5931	4 Alan Rick(REPUBLICANOS)(10)(3)	AC 3303-6333
Carlos Viana(PSD)(9)(10)(8)	MG 3303-3100 / 3116	5 Marcos do Val(AVANTE)(9)(10)(8)	ES 3303-6747 / 6753
Tereza Cristina(PP)(10)	MS 3303-2431	6 Laércio Oliveira(PP)(10)(16)	SE 3303-1763 / 1764
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PSB, PSD)			
Nelsinho Trad(PSD)(4)	MS 3303-6767 / 6768	1 Daniella Ribeiro(PP)(4)	PB 3303-6788 / 6790
Mara Gabrilli(PSD)(4)	SP 3303-2191	2 Sérgio Petecão(PSD)(4)	AC 3303-4086 / 6708 / 6709
Rodrigo Pacheco(PSB)(4)	MG 3303-2794	3 Irajá(PSD)(4)	TO 3303-6469 / 6474
Chico Rodrigues(PSB)(4)	RR 3303-2281	4 Cid Gomes(PSB)(4)	CE 3303-6460 / 6399
Bloco Parlamentar Vanguarda(PL, NOVO, AVANTE)			
Astronauta Marcos Pontes(PL)(2)	SP 3303-1177 / 1797	1 Marcos Rogério(PL)(2)	RO 3303-6148
Wellington Fagundes(PL)(13)(14)(2)	MT 3303-6219 / 3778 / 6209 / 6213 / 3775	2 Carlos Portinho(PL)(2)	RJ 3303-6640 / 6613
Jorge Seif(PL)(2)	SC 3303-3784 / 3756	3 Dr. Hiran(PP)(11)	RR 3303-6251
Jaime Bagattoli(PL)(2)(17)	RO 3303-2714	4 Dra. Eudócia(PSDB)(15)	AL 3303-6083
Bloco Parlamentar Pelo Brasil(PDT, PT)			
Randolfe Rodrigues(PT)(6)	AP 3303-6777 / 6568	1 Jaques Wagner(PT)(6)	BA 3303-6390 / 6391
Humberto Costa(PT)(6)	PE 3303-6285 / 6286	2 Rogério Carvalho(PT)(6)	SE 3303-2201 / 2203
Fabiano Contarato(PT)(6)	ES 3303-9054 / 6743	3 Beto Faro(PT)(6)	PA 3303-5220
Bloco Parlamentar Aliança(PP, REPUBLICANOS)			
Esperidião Amin(PP)(5)	SC 3303-6446 / 6447 / 6454	1 Luis Carlos Heinze(PP)(5)	RS 3303-4124 / 4127 / 4129 / 4132
Hamilton Mourão(REPUBLICANOS)(5)(20)(19)	RS 3303-1837	2 Angelo Coronel(REPUBLICANOS)(5)(20)(19)(18)	BA 3303-6103 / 6105

- (1) Em 18.02.2025, os Senadores Renan Calheiros e Fernando Dueire foram designados membros titulares, e os Senadores Ivete da Silveira e Veneziano Vital do Rêgo membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 010/2025-GLMDB).
- (2) Em 18.02.2025, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes, Jorge Seif e Magno Malta foram designados membros titulares, e os Senadores Marcos Rogério e Carlos Portinho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 008/2025-BLVANG).
- (3) Em 18.02.2025, os Senadores Sergio Moro e Efraim Filho foram designados membros titulares, e os Senadores Professora Dorinha Seabra e Jayme Campos membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2025-GLUNIAO).
- (4) Em 18.02.2025, os Senadores Nelsinho Trad, Mara Gabrilli, Rodrigo Pacheco e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Daniella Ribeiro, Sérgio Petecão, Irajá e Cid Gomes membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA).
- (5) Em 18.02.2025, os Senadores Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. 002/2025-GABLID/BLALIAN).
- (6) Em 18.02.2025, os Senadores Randolfe Rodrigues, Humberto Costa e Fabiano Contarato foram designados membros titulares, e os Senadores Jaques Wagner, Rogério Carvalho e Beto Faro membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 026/2025-GLPDT).
- (7) Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Nelsinho Trad Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-CRE).
- (8) Em 19.02.2025, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular e o Senador Marcos do Val, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
- (9) Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular e o Senador Carlos Viana, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-GLPODEMOS).
- (10) Em 19.02.2025, os Senadores Renan Calheiros, Fernando Dueire, Sergio Moro, Efraim Filho, Carlos Viana e Tereza Cristina foram designados membros titulares, e os Senadores Ivete da Silveira, Professora Dorinha Seabra, Veneziano Vital do Rêgo, Alan Rick e Marcos Do Val membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 006/2025-BLDEM).
- (11) Em 20.02.2025, o Senador Dr. Hiran foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, em vaga cedida ao Partido Progressistas (Of. nº 9/2025-BLVANG).
- (12) Em 13.03.2025, a Comissão reunida elegeu a Senadora Tereza Cristina Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 016/2025-CRE).
- (13) Em 07.05.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 040/2025-BLVANG).
- (14) Em 08.05.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 044/2025-BLVANG).
- (15) Em 08.10.2025, a Senadora Dra. Eudócia foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 105/2025-BLVANG).
- (16) Em 04.02.2026, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 03/2026-BLDEMO).
- (17) Em 24.02.2026, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro titular, em substituição ao Senador Magno Malta, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 006/2026-BLVANG).
- (18) Vago em 11.03.2026, em razão da renúncia do Senador Mecias de Jesus (Of. 026/2026-GSMJESUS).
- (19) Em 17.03.2026, o Senador Hamilton Mourão foi designado membro titular e a Senadora Roberta Acioly, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 010/2026-GABLID/BLALIAN).
- (20) Em 24.03.2026, o Senador Hamilton Mourão foi designado membro titular e o Senador Angelo Coronel, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 011/2026-GABLID/BLALIAN).

REUNIÕES ORDINÁRIAS: QUINTAS-FEIRAS 10:00
SECRETÁRIO(A): MARCOS AURÉLIO PEREIRA
TELEFONE-SECRETARIA: 3303-5919
FAX:

ALA ALEXANDRE COSTA, SALA 7
TELEFONE - SALA DE REUNIÕES: 3303-3496
E-MAIL: cre@senado.leg.br
[HTTPS://LEGIS.SENADO.LEG.BR/COMISSOES/COMISSAO?CODC
OL=54](https://legis.senado.leg.br/comissoes/comissao?codc_ol=54)



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
57ª LEGISLATURA

Em 5 de maio de 2026
(terça-feira)
às 10h

PAUTA
Cancelada

7ª Reunião, Extraordinária

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA
NACIONAL - CRE

	Indicação de Autoridades
Local	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3

Atualizações:

1. Inclusão de relatórios. (30/04/2026 13:13)
2. Inclusão de relatórios. (04/05/2026 10:55)
3. Reunião cancelada. (04/05/2026 13:31)

PAUTA

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 14, DE 2026

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor JOÃO BATISTA DO NASCIMENTO MAGALHÃES, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Sultanato de Omã.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senadora Tereza Cristina

Relatório: Pronto para deliberação

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)
[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)](#)
[Relatório Legislativo \(CRE\)](#)

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 15, DE 2026

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor MARCELO PAZ SARAIVA CÂMARA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Socialista do Vietnã.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senadora Tereza Cristina

Relatório: Pronto para deliberação

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)
[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)](#)
[Relatório Legislativo \(CRE\)](#)

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 16, DE 2026

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor PAULO ROBERTO SOARES PACHECO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Japão.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Fernando Dueire

Relatório: Pronto para deliberação

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)
[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)](#)
[Relatório Legislativo \(CRE\)](#)

ITEM 4

MENSAGEM (SF) N° 17, DE 2026

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor OLYNTHO VIEIRA, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil em Belize.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pronto para deliberação

Textos da pauta:

[Mensagem \(PLEN\)](#)
[Relatório Legislativo \(CRE\)](#)

ITEM 5

MENSAGEM (SF) N° 18, DE 2026

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor RICARDO ANDRÉ VIEIRA DINIZ, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Comunidade das Bahamas.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Sergio Moro

Relatório: Pronto para deliberação

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)
[Relatório Legislativo \(CRE\)](#)

ITEM 6

MENSAGEM (SF) N° 19, DE 2026

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor FABIO VAZ PITALUGA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Albânia.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pronto para deliberação**Textos da pauta:**

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)
[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)](#)
[Relatório Legislativo \(CRE\)](#)

1

INFORMAÇÃO
CURRICULUM VITAE



MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL
JOÃO BATISTA DO NASCIMENTO MAGALHÃES
CPF: [Informações pessoais]
ID.: [Informações pessoais] SSP/SP

1963 Filho de [Informações pessoais], nasce em [Informações pessoais], em São Paulo/SP

Dados Acadêmicos:

1985 Direito pela Universidade de São Paulo
1994 CPCD - IRBr
2015 CAE - IRBr, "Da Diplomacia do Dólar Forte à Guerra Cambial"

Cargos:

1995 Terceiro-secretário
1999 Segundo-secretário
2007 Primeiro-secretário, por merecimento
2011 Conselheiro, por merecimento
2020 Ministro de segunda classe, por merecimento

Funções:

1995-96 Divisão de Integração Regional, assistente
1996-2002 Ministério da Fazenda, chefe de gabinete e chefe da Assessoria de Imprensa
2003 Escritório de Representação no Estado de São Paulo, assistente
2003-05 Ministério da Fazenda, Assessor Especial da Presidência do Banco Central do Brasil
2005-09 Embaixada do Brasil em Washington, segundo-secretário e primeiro-secretário
2009-10 Embaixada do Brasil em Assunção, segundo-secretário
2010-12 Supremo Tribunal Federal, secretário de Comunicação Social e chefe da Assessoria Internacional
2012 Tribunal Superior Eleitoral, secretário de Comunicação Social e chefe da Assessoria Internacional
2012-13 Gabinete do Ministro, assessor
2013-14 Departamento de Assuntos Financeiros e Serviços, assistente
2014-18 Consulado-Geral do Brasil em Frankfurt, cônsul-geral adjunto
2018- Embaixada do Brasil em Pequim, conselheiro e ministro-conselheiro



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) Nº 14, DE 2026

(nº 278/2026, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor JOÃO BATISTA DO NASCIMENTO MAGALHÃES, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Sultanato de Omã.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

[- Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 278

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **JOÃO BATISTA DO NASCIMENTO MAGALHÃES**, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Sultanato de Omã.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **JOÃO BATISTA DO NASCIMENTO MAGALHÃES** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 08 de abril de 2026.



EXM nº 102/2026

Brasília, 13 de janeiro de 2026.

Senhor Presidente da República,

1 Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **JOÃO BATISTA DO NASCIMENTO MAGALHÃES**, ministro de segunda classe do Quadro Especial da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Sultanato de Omã, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2 O atual ocupante do cargo, **ALFREDO CESAR MARTINHO LEONI**, será removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3 Encaminho, em anexo, informações sobre o país e o *curriculum vitae* de **JOÃO BATISTA DO NASCIMENTO MAGALHÃES**, para inclusão em Mensagem que solicito seja apresentada ao Senado Federal, para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

MAURO VIEIRA, Ministro de Estado das Relações Exteriores



Documento assinado com Certificado Digital por **Mauro Luiz Iecker Vieira**, **Ministro de Estado das Relações Exteriores**, em 06/02/2026, às 17:48, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Nº de Série do Certificado: 59123768831869032935935866262



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **7331854** e o código CRC **DE09AE54** no site:

https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 317/2026/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência a Senhora
Senadora Daniella Velloso Borges Ribeiro
Primeira Secretária
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhora Primeira Secretária,

Encaminho Mensagem na qual o Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor JOÃO BATISTA DO NASCIMENTO MAGALHÃES, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Sultanato de Omã.

Atenciosamente,

MIRIAM BELCHIOR
Ministra de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Miriam Belchior, Ministra de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 15/04/2026, às 19:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **7491674** e o código CRC **013A9BB3** no site:

https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00333.000494/2026-16

SEI nº 7491674

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1121

CEP 70150-900 - Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

Avulso da MSF 14/2026 [4 de 16]

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SECRETARIA DE ÁFRICA E ORIENTE MÉDIO
DEPARTAMENTO DE ORIENTE MÉDIO
DIVISÃO DE PAÍSES DO GOLFO

SULTANATO DE OMÃ



MAÇO OSTENSIVO

Janeiro de 2026

PERFIS BIOGRÁFICOS**SUA MAJESTADE, SULTÃO E PRIMEIRO-MINISTRO HAITHAM BIN TARIQ AL SAID**

Nasceu em 1954. Graduiu-se no *Foreign Service Programme* da Universidade de Oxford. Ingressou, em 1986, no Ministério dos Negócios Estrangeiros. Foi Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros (1994-2002) e Ministro da Herança e Cultura (2002-2020). Em 11 de janeiro de 2020, tornou-se Sultão de Omã, sucedendo ao finado Sultão Qaboos (seu primo, que morreu sem deixar herdeiros).

**MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, SAYYID BADR BIN HAMAD BIN HAMOOD AL BUSAIDI**

Nasceu em 1960. Graduiu-se em Política, Filosofia e Economia pela Universidade de Oxford. Ingressou, em 1988, na carreira diplomática. Tornou-se, em 1997, chefe de gabinete do Ministro dos Negócios Estrangeiros. Foi designado, em 2000, Subsecretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Foi promovido, em 2007, a Secretário-Geral. Em agosto de 2020, foi nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros.

POLÍTICA INTERNA

Localizado no extremo leste da Península Arábica, no sudoeste da Ásia, o Sultanato de Omã fica ao sul do estreito de Ormuz, por onde passa mais da metade do tráfego petrolífero mundial. A população, constituída majoritariamente de omanis, é integrada por minorias de indianos, bengalis e paquistaneses.

No começo do século XVI, os portugueses tomaram posse da região e aproveitaram as relações comerciais entre Omã e a costa da África para incrementar o tráfico de escravos. Em 1659, os portugueses foram expulsos pelos turcos-otomanos. A partir de 1737, a área caiu em domínio persa, recobrando a independência em 1741, em movimento liderado por Ahmed bin Said, que se fez imã e fundou a dinastia que ainda hoje está no poder. A região logo tornou-se protetorado do Reino Unido e obteve independência formal apenas em 1951.

Em julho de 1970, o príncipe herdeiro Qaboos bin Said depôs o Sultão, seu pai, e assumiu o poder. Em 1975, o país, até então conhecido como Mascate e Omã, adotou o nome de Sultanato de Omã e no ano seguinte foi admitido na ONU. Os lucros obtidos com o petróleo possibilitaram sua rápida modernização.

A ascensão do Sultão Qaboos, em 1970, viabilizou a constituição de um Estado nacional em Omã. No início de seu reinado, Qaboos promoveu anistia geral e conclamou exilados e migrantes de origem omani a retornarem ao país para participar de um novo projeto de desenvolvimento nacional, intitulado “Renascimento Omani”.

O grande processo de modernização empreendido a partir da década de 1980, resultando em significativa melhora nos índices de desenvolvimento do país, esteve estreitamente associado à figura do então Sultão, de forma que Qaboos bin Said acabou se tornando o símbolo da união nacional.

Em 1996, o Sultão Qaboos estabeleceu a Lei Básica de Omã, espécie de Constituição nacional, criada por meio de decreto real e modificada apenas pelo mesmo meio.

A formação de órgãos assemelhados ao Legislativo data da década de 1980, quando foi formado o Conselho Consultivo de Estado. Esse órgão era composto, de início, por membros indicados diretamente pelo Sultão entre representantes do Governo, da comunidade empresarial e de líderes tribais. A partir de 1991, com a mudança de denominação para Majlis Ash-Shura, líderes passaram a ser eleitos indiretamente e, a partir de 2003, por voto direto e universal. Os limitados poderes legislativos do órgão expandiram-se, também, com o apelo por reformas, passando, após 2011, a abarcar a iniciativa parlamentar e a possibilidade de questionar Ministros.

Com a Lei Básica de 1996, foi criado também o Majlis A-Dawla, conhecido como Conselho de Estado, cujos membros são indicados diretamente pelo Sultão. Não se trata, propriamente, de uma câmara alta, mas, sim, de outra instância consultiva e de revisão.

Após o falecimento do Sultão Qaboos, em janeiro de 2020, Haitham Bin Tariq Al Said ascendeu ao trono. Alicerçado no reinado de 50 anos de Qaboos, o Sultão Haitham de fato vem renovando a dinâmica da condução do país, com o cuidado de manter e desenvolver as diretrizes de seu antecessor, tanto no plano interno quanto na política externa, com ênfase nas medidas de descentralização do poder e com critérios que priorizam o fortalecimento da economia, a criação de empregos para os nacionais omanis e a projeção internacional do Sultanato, cristalizados na “Visão Omã 2040”, principal parâmetro para o desenvolvimento e prosperidade do país.

POLÍTICA EXTERNA

Durante a maior parte do século XX, a política externa de Omã caracterizou-se pelo isolacionismo, marcado pela não participação em fóruns multilaterais e pelas conexões com o Reino Unido, à semelhança de outros países do Golfo. No contexto da consolidação do Sultanato, para a superação dos desafios internos – confronto com o Imanato de Omã e o levante comunista de Dhofar – e externos – disputas territoriais com vizinhos – impôs-se a necessidade de angariar aliados internacionais. Reino Unido e Irã foram os principais aliados omanis no período da consolidação nacional.

A ascensão do Sultão Qaboos ao trono, em 1970, implicou a ruptura definitiva com o isolacionismo anterior. A partir de então, a política externa omani pode ser caracterizada por alguns objetivos: (i) manutenção de boas relações com todos os vizinhos e (ii) maior alinhamento com o Ocidente e inserção em fóruns regionais e multilaterais. A busca pela estabilidade interna e a posição estratégica do país, situado em um dos extremos do estreito de Ormuz, são os principais determinantes dessa estratégia.

A Revolução Iraniana, em 1979, passa a opor os dois primeiros objetivos da política externa do Sultanato, na medida em que aumenta o distanciamento entre as potências ocidentais e os países árabes do Golfo e o Irã. Ao contrário de países do entorno, Omã não rompeu, em nenhum momento, as relações com o Irã. Contribuíram para essa decisão os laços históricos, sociais e políticos mantidos entre ambos os países. As boas relações com o Irã e com países ocidentais fez com que Omã frequentemente exercesse o papel de mediador em conflitos regionais, em especial, naqueles que envolvem Teerã.

Os laços com o Irã não implicaram o esmorecimento da parceria entre o Sultanato e os EUA. Com efeito, durante o “Renascimento Omani”, a influência norte-americana no Sultanato sobrepujou a britânica, especialmente em temas de defesa e segurança. Omã foi o primeiro país do Golfo a assinar acordo que permitiu a utilização norte-americana de bases no território nacional, após a revolução iraniana de 1979.

Membro fundador do Conselho de Cooperação dos Estados Árabes do Golfo (CCG), Omã mantém relações amistosas com todos os países do grupo, buscando, entretanto, preservar independência em sua política externa em relação aos parceiros maiores do bloco, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos.

Omã manteve-se neutro quando, em junho de 2017, Arábia Saudita, Bahrein, EAU e Egito romperam relações diplomáticas com o Catar, acompanhada de bloqueio econômico àquele país, alegando “ingerência de Doha nos assuntos internos” de países da região e “alinhamento político com o Irã”, dentre outras acusações. Após a decretação do bloqueio, os laços econômicos entre o Omã e Catar ampliaram-se consideravelmente, na medida em que se abriram novas rotas portuárias e aeroportuárias entre os dois países. Durante o auge da crise, as exportações de Omã para o Catar chegaram a alcançar US\$ 1,8 bilhão, em relação a US\$ 400 milhões antes da crise.

A ascensão do Sultão Haitham Al Said ao trono, em janeiro de 2020, não implicou mudança significativa na política externa de Omã, mantendo-se o mesmo grau de neutralidade do Sultanato nas principais questões regionais. De modo geral, as linhas de sua política externa seguem pautadas pelo respeito às normas do direito internacional, pelo princípio de não ingerência e pela valorização do diálogo como instrumento para a

solução de controvérsias. Com efeito, o Sultanato tem longa tradição na mediação de conflitos, o que lhe tem garantido atuação exitosa na libertação de reféns ocidentais, tanto no Iêmen quanto no Irã.

Dentre os pontos mais importantes da agenda de política externa do Sultanato estão a “Questão Palestina” e o “Conflito no Iêmen”. No tocante ao primeiro, Omã defende o cumprimento das resoluções das Nações Unidas e reitera seu distanciamento dos acordos de Abraão.

Com relação à guerra no Iêmen, Omã tem mantido interlocução com atores beligerantes entre si e participou dos esforços para a renovação do cessar-fogo naquele país. O Sultanato julga serem os Houthis componente importante da solução do conflito e defende a necessidade de incorporá-los às tratativas de paz.

ECONOMIA

A economia omani é relativamente modesta se comparada à dos países de seu entorno regional. Em 2025, estima-se que o PIB omani tenha alcançado US\$ 113 bilhões. As reservas de petróleo de Omã situam-se em 4,8 bilhões de barris – a segunda menor do CCG, à frente apenas do Bahrein. Omã, assim como o Bahrein, nunca ingressou na Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP).

As reservas conhecidas de gás natural, por sua vez, são estimadas em 705,4 bpm³, o que corresponde a 22,6 anos de produção. Em razão do grande consumo interno, sobretudo para a produção de energia elétrica, apenas 30% da produção omani de gás é exportada.

A prioridade conferida à diversificação econômica está presente desde o 5º plano quinquenal lançado pelo governo do sultanato em 1996. O atual programa de diversificação orienta-se para cinco setores prioritários: mineração, logística, turismo, pesca e manufaturas, sendo os dois primeiros as apostas mais auspiciosas. No setor de mineração, destaca-se a expectativa de consideráveis reservas minerais na cadeia montanhosa de Al Hajar. A expansão do setor é impulsionada pelos altos investimentos em infraestrutura e logística realizados pelo governo, que atraíram a brasileira Vale a se instalar no país. No setor de logística, destacam-se os investimentos na construção de estrutura rodoviária e portuária de alta qualidade, com a intenção de estabelecer o país como um “hub” de transportes a conectar o Oceano Índico ao Golfo.

O programa “*Oman Vision 2040*” foi lançado em 2021 e tornou-se um dos eixos orientadores da estruturação da economia omaní. O programa identifica 12 prioridades nacionais e recomenda planos de ação, a fim de garantir prosperidade e segurança para o país, bem como buscar a transição de Omã de uma economia estatal concentrada nas receitas provenientes do petróleo para uma economia mais diversificada. As principais prioridades incluem a criação de empregos e a inclusão dos cidadãos omanis no mercado interno de trabalho (“omanização”), além da realização de investimentos em novas infraestruturas sustentáveis.

No que se refere a hidrocarbonetos, o Governo omani espera crescimento em receitas de exploração de gás natural, compensando parcialmente o declínio na renda do petróleo. As

reservas omanis de gás natural aumentaram consideravelmente com a descoberta do campo de Khazzan. A exploração do campo é realizada em parceria entre a Oman Oil (40%) e a BP (60%).

Em julho de 2025, a agência Moody's elevou a nota de risco de Omã para "grau de investimento". O movimento reflete as melhorias nos indicadores fiscais e de endividamento do Sultanato, atribuídas à realização de reformas econômicas e fiscais nos últimos anos, à melhora na governança financeira, à consolidação fiscal e à manutenção de níveis controlados de dívida pública. A agência destaca que o perfil de crédito de Omã vem apresentando maior resiliência a choques nos preços do petróleo, mudança significativa em relação ao período de vulnerabilidade observado na última década.

A Moody's projeta que a dívida pública de Omã continue em queda, estimando que a relação dívida/PIB deve manter-se inferior a 40% até o final desta década. Em 2020, essa relação ultrapassava os 60%. Além disso, há expectativa de saldos fiscais primários positivos e de que o país mantenha reservas suficientes para mitigar pressões externas. A nota menciona que as receitas provenientes do petróleo e gás, aliadas ao fortalecimento do setor não petrolífero, contribuem para uma melhora estrutural do balanço fiscal.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Omã estabeleceram relações diplomáticas em 1974. Em 2008, criou-se a Embaixada residente em Mascate, em razão da localização estratégica e importância do Sultanato na geopolítica regional, do potencial de crescimento das relações econômicas bilaterais e dos importantes investimentos da Vale no país.

A Embaixada brasileira em Mascate é a única representação diplomática residente latino-americana naquela capital, assim como a de Omã em Brasília é a única que o Sultanato mantém em toda a América Latina.

Na década de 2000, iniciou-se agenda de visitas oficiais. Em 2005, foi realizada a primeira visita de um chanceler brasileiro a Omã. Em 2012, os Ministros do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Social de Omã visitaram o Brasil, por ocasião da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (Rio + 20). A visita a Mascate do então Vice-Presidente Michel Temer, em 2013, constituiu a visita de mais alto nível realizada entre os dois países até o momento.

Em 2016, realizou-se, em Brasília, a primeira reunião da Comissão Mista bilateral, presidida pelo Ministro, interino, das Relações Exteriores do Brasil e pelo Ministro de Indústria e Comércio de Omã. Na ocasião, foi assinado memorando de entendimento sobre Cooperação e Promoção de Investimentos e foram realizados encontros empresariais em São Paulo.

Em junho de 2018, realizou-se, em Mascate, a I Reunião de Consultas Políticas, em que foram tratados temas bilaterais, regionais e globais e identificadas iniciativas conjuntas prioritárias.

Em 2024, foi celebrado o jubileu de 50 anos do estabelecimento das relações diplomáticas.

O Ministro Mauro Vieira visitou Mascate em 8 de setembro de 2024, no âmbito de périplo pelos países do Golfo. Destacou as possibilidades de aprofundamento da cooperação bilateral nas áreas de agricultura, comércio e investimentos.

Ainda em 2024, cabe destacar a visita a Mascate do secretário de Comércio e Relações Internacionais do Ministério da Agricultura e Pecuária, em fevereiro, e a visita de missão técnica da ABC, com integrantes da Embrapa, entre abril e maio do mesmo ano.

RELAÇÕES ECONÔMICAS

Comércio

O potencial de evolução das relações bilaterais mostra-se positivo no campo econômico. O intercâmbio comercial intensificou-se sensivelmente desde 2000, passando de US\$ 27 milhões ao ápice de US\$ 2,2 bilhões em 2021.

A balança comercial Brasil-Omã em 2025 foi de US\$ 2 bilhões – US\$ 1,2 bilhões em exportações brasileiras e US\$ 800 milhões em importações –, com superávit para o Brasil de US\$ 400 milhões. Em 2025 registrou-se leve decréscimo tanto das importações quanto das exportações para Omã (-0,6% na corrente de comércio).

Os principais produtos exportados pelo Brasil em 2025 foram minério de ferro (73%), carnes de aves (15%), açúcar (5%) e produtos residuais de petróleo (2%). Os principais produtos importados foram fertilizantes (57%) e óleos combustíveis de petróleo (38%).

O padrão das exportações brasileiras para Omã destoa do padrão regional em virtude das atividades da Vale no país, que opera usina de pelletização que tem por insumo o minério de suas jazidas no Brasil. Em razão do domínio da *commodity*, o saldo da pauta comercial com Omã é fortemente dependente da variação do valor internacional do minério de ferro.

Do lado das importações brasileiras, há predomínio de produtos derivados do complexo de hidrocarbonetos, sobretudo combustíveis e fertilizantes. Omã produz e exporta fertilizantes do tipo nitrogenado, mais especificamente a ureia granulada, por tradição o principal produto da pauta importadora brasileira no comércio com Omã.

A segurança alimentar configura-se como uma das áreas estratégicas em que o Brasil reúne forte potencial para fortalecer as relações bilaterais, seja nas trocas comerciais, seja no estabelecimento de parcerias entre empresas brasileiras e investidor local, estatal ou privado.

Investimentos

No campo de investimentos, destaca-se a planta de pelletização de minério de ferro construída pela Vale na cidade portuária omani de Sohar. A Vale Oman Pelletizing Company (VOPC), instalada em Omã em 2008, é uma subsidiária da brasileira Vale S.A., que investiu mais de 3 bilhões de dólares em Omã. Trata-se do maior investimento estrangeiro fora do setor de hidrocarbonetos realizado no Sultanato e o maior investimento de origem brasileira no Oriente Médio. A Vale Oman tem, hoje, capacidade

de produzir 9 milhões de toneladas de pelotas de ferro por ano, sendo toda a produção direcionada para exportação a países da região.

No setor alimentício, assinala-se a presença da BRF Foods no Sultanato. O mercado de carne de aves em Omã é de cerca de 180 mil toneladas/ano, sendo 100 mil de produtos importados, dos quais, cerca de 80% proveniente do Brasil. As demais marcas brasileiras presentes no mercado de frangos no Sultanato são a JBS e a Vibra.

Embora o fundo soberano de Omã possua recursos relativamente menores do que aqueles de países vizinhos, há potencial de expansão de investimentos no Brasil. A *Oman Investment Authority* (OIA), fundada em 2020 pela fusão de outros dois fundos soberanos, detém, aproximadamente, US\$ 17 bilhões em ativos. A OIA teria investimentos em fundos que operam no Brasil nos setores imobiliário, agropecuário e de infraestrutura, totalizando US\$ 274 milhões.

COMUNIDADE BRASILEIRA EM OMÃ

Estima-se que a comunidade brasileira residente em Omã seja de cerca de 300 pessoas, residentes na jurisdição do setor consular da Embaixada em Mascate.

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	Sultanato de Omã
CAPITAL	Mascate
ÁREA	309.500 km ²
POPULAÇÃO	3,9 milhões (CIA, est. 2024)
LÍNGUA OFICIAL	Árabe
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Islã (89,5%, de maioria sunita), cristianismo (6,5%), hinduísmo (5,5%).
SISTEMA DE GOVERNO	Monarquia
PODER LEGISLATIVO	Parlamento bicameral composto por Majlis Al-Shura (Câmara Baixa com 85 membros eleitos) e Majlis Al-Dawla (Câmara Alta com 85 membros não eleitos, incluindo o presidente)
CHEFE DE ESTADO	Sultão e Primeiro Ministro Haitham bin Tariq Al Said (CIA, 2025)
CHEFE DE GOVERNO	Sultão e Primeiro Ministro Haitham bin Tariq Al Said (CIA, 2025)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Sayyid Badr bin Hamad bin Hamood Albusaidi
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (FMI)	US\$ 113 bilhões (est. 2025); US\$ 106,9 bilhões (2024); US\$ 105,8 bilhões (2023); US\$ 109,8 bilhões (2022); US\$ 87,3 bilhões (2021). (FMI, 2025)
PIB PER CAPITA (FMI)	US\$ 18,96 (est. 2025)
VARIAÇÃO DO PIB (FMI)	2,3% (est. 2025), 1,7% (2024), 1,2% (2023), 8% (2022), 2,6% (2021) (FMI, 2025)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH)	0,858; 50ª posição entre 196 países (PNUD, 2023)
EXPECTATIVA DE VIDA	80 anos (World Bank, 2023)
ALFABETIZAÇÃO	97% (World Bank, 2022)
ÍNDICE DE DESEMPREGO (ILOSTAT)	3,3% (ILOSTAT, 2022)
UNIDADE MONETÁRIA	Rial omani
EMBAIXADOR DO BRASIL	-
EMBAIXADOR DE OMÃ	Embaixador Abdul Ghaffar Bin Abdul Karim Al-Bulushi
BRASILEIROS NO PAÍS	Cerca de 300 (MRE, 2023)

CORRENTE DE COMÉRCIO BRASIL-OMÃ (US\$ milhões - FOB)						
---	--	--	--	--	--	--

Brasil - Omã	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Exportações	737	1.546	1.041	1.191	1.204	1.200
Importações	156	693	1.160	675	800	800
Intercâmbio Total	894	2.239	2.201	1.867	2.005	2.000
Saldo Comercial	581	853	-119	516	404	400

- Os principais produtos exportados pelo Brasil em 2025 foram minério de ferro (73%), carnes de aves (15%), açúcar (5%) e produtos residuais de petróleo (2%).
- Os principais produtos importados foram fertilizantes (57%) e óleos combustíveis de petróleo (38%).

ACORDOS BILATERAIS CELEBRADOS

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Publicação
Memorando de Entendimento Sobre o Estabelecimento de Mecanismo de Comissão Mista entre a República Federativa do Brasil e o Sultanato de Omã	1/4/2013	1/4/2013	15/7/2013
Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros do Sultanato de Omã sobre o Estabelecimento de Mecanismo de Consultas Políticas	1/4/2013	1/4/2013	15/7/2013
Memorando de Entendimento em Cooperação Esportiva entre o Ministério do Esporte da República Federativa do Brasil e o Ministério do Esporte do Sultanato de Omã	1/4/2013	1/4/2014	15/7/2013
Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e a Autoridade Pública para Promoção do Investimento e Desenvolvimento do Comércio do Sultanato de Omã sobre Cooperação em Promoção de Investimentos	4/2/2016	4/2/2016	15/3/2016
Acordo sobre Isenção de Vistos em Favor de Nacionais Portadores de Passaportes Diplomáticos, Especiais, Oficiais e de Serviço	25/5/2016	26/8/2016	12/8/2016
Acordo Sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Sultanato de Omã	05/12/2023	-	-

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA EMBAIXADA DO BRASIL EM MASCATE

Candidato João Batista do Nascimento Magalhães

PERFIL DO CANDIDATO

Nasceu em São Paulo (SP).

Tem 62 anos de idade e 32 anos de exercício como diplomata de carreira.

Formado em Direito pela Universidade de São Paulo (USP).

Trabalhou como jornalista por 10 anos, antes de ingressar na carreira diplomática.

Concluiu os cursos para diplomatas do Instituto Rio Branco nos níveis preparatório, de mestrado e de doutorado, com a tese “Da Diplomacia do Dólar Forte À Guerra Cambial”.

No Itamaraty, trabalhou na Divisão de Integração Regional (1995), no Gabinete do Ministro de Estado (2012) e no Departamento de Assuntos Financeiros e Serviços (2013).

Trabalhou no Ministério da Fazenda como Chefe de Gabinete e Chefe da Assessoria de Imprensa (1996-2002). No Banco Central, trabalhou como Assessor da Presidência (2003-2005). No Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, atuou como Secretário de Comunicação Social e Chefe da Assessoria Internacional (2010-2012). No Superior Tribunal Eleitoral (TSE), foi Secretário de Comunicação Social e Chefe da Assessoria Internacional (2012).

No exterior, como diplomata, serviu nas Embaixadas nos Estados Unidos (2005-2009), Paraguai (2009-2010) e China (2018-2026), além do Consulado-Geral em Frankfurt (2014-2018).

SITUAÇÃO ATUAL DO POSTO**I - Relações diplomáticas**

Brasil e Omã estabeleceram relações diplomáticas em 1974. Em 2008, criou-se a Embaixada residente em Mascate, em razão da localização estratégica e da importância do Sultanato na geopolítica regional, do potencial de crescimento das relações econômicas bilaterais e dos importantes investimentos da Vale no país.

A Embaixada brasileira em Mascate é a única representação diplomática residente latino-americana naquela capital, assim como a de Omã em Brasília é a única que o Sultanato mantém em toda a América Latina.

Na década de 2000, iniciou-se agenda de visitas oficiais. Em 2005, foi realizada a primeira visita de um Chanceler brasileiro a Omã. Em 2012, os Ministros do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Social de Omã visitaram o Brasil, por ocasião da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (Rio + 20). A visita a Mascate do então Vice-Presidente Michel Temer, em 2013, constituiu a missão de mais alto nível realizada entre os dois países até o momento.

Em 2016, realizou-se, em Brasília, a primeira reunião da Comissão Mista bilateral, presidida pelo Ministro, interino, das Relações Exteriores do Brasil e pelo Ministro de Indústria e Comércio de Omã. Na ocasião, foi assinado memorando de entendimento sobre Cooperação e Promoção de Investimentos e foram realizados encontros empresariais em São Paulo.

Em junho de 2018, teve lugar em Mascate a I Reunião de Consultas Políticas, em que foram tratados temas bilaterais, regionais e globais e identificadas iniciativas conjuntas prioritárias.

Em 2024, foi celebrado o jubileu de 50 anos do estabelecimento das relações diplomáticas.

O Ministro Mauro Vieira visitou Mascate em 8 de setembro de 2024, no âmbito de périplo pelos países do Golfo. Destacou as possibilidades de aprofundamento da cooperação bilateral nas áreas de agricultura, comércio e investimentos.

Ainda em 2024, cabe destacar a visita a Mascate do secretário de Comércio e Relações Internacionais do Ministério da Agricultura e Pecuária, em fevereiro, e a visita de missão técnica da ABC, com integrantes da Embrapa, entre abril e maio do mesmo ano.

II - Relação econômico-comercial*Comércio*

Existe potencial positivo de evolução das relações bilaterais no campo econômico. O intercâmbio comercial intensificou-se sensivelmente desde 2000, passando de US\$ 27 milhões ao ápice de US\$ 2,2 bilhões em 2021.

A balança comercial Brasil-Omã em 2025 foi de US\$ 2 bilhões – US\$ 1,2 bilhões em exportações brasileiras e US\$ 800 milhões em importações – com superávit para o Brasil de US\$ 400 milhões. Em 2025 registrou-se leve decréscimo tanto das importações quanto das exportações para Omã (-0,6% na corrente de comércio).

Os principais produtos exportados pelo Brasil em 2025 foram minério de ferro (73%), carnes de aves (15%), açúcar (5%) e produtos residuais de petróleo (2%). Os principais produtos importados foram fertilizantes (57%) e óleos combustíveis de petróleo (38%).

O perfil das exportações brasileiras para Omã destoa do padrão regional em virtude das atividades da Vale no país, que opera usina de pelotização que tem por insumo o minério de suas jazidas no Brasil. Em razão do domínio da *commodity*, o saldo da pauta comercial com Omã é fortemente dependente da variação do valor internacional do minério de ferro.

Do lado das importações brasileiras, há predomínio de produtos derivados do complexo de hidrocarbonetos, sobretudo combustíveis e fertilizantes. Omã produz e exporta fertilizantes do tipo nitrogenado, mais especificamente a ureia granulada, por tradição o principal produto da pauta importadora brasileira no comércio com Omã.

A **segurança alimentar** configura-se como uma das áreas estratégicas em que o Brasil reúne forte potencial para fortalecer as relações bilaterais, seja nas trocas comerciais, seja no estabelecimento de parcerias entre empresas brasileiras e investidor local, estatal ou privado.

Investimentos

No campo de investimentos, destaca-se a planta de pelotização de minério de ferro construída pela Vale na cidade portuária omani de Sohar. A *Vale Oman Pelletizing Company* (VOPC), instalada em Omã em 2008, é uma subsidiária da brasileira Vale S.A., que investiu mais de USD 3 bilhões em Omã. Trata-se do maior investimento estrangeiro fora do setor de hidrocarbonetos realizado no Sultanato e o maior investimento de origem brasileira no Oriente Médio. A Vale Oman tem, hoje, capacidade de produzir 9 milhões de toneladas de pelotas de ferro por ano, sendo toda a produção direcionada para exportação a países da região.

No setor alimentício, assinala-se a presença da BRF Foods no Sultanato. O mercado de carne de aves em Omã é de cerca de 180 mil toneladas/ano, sendo 100 mil de produtos importados, dos quais, cerca de 80% proveniente do Brasil. As demais marcas brasileiras presentes no mercado de frangos no Sultanato são a JBS e a Vibra.

Embora o fundo soberano de Omã possua recursos relativamente menores do que aqueles de países vizinhos, há potencial de expansão de investimentos no Brasil. A *Oman Investment Authority* (OIA), fundada em 2020 pela fusão de outros dois fundos soberanos, detém, aproximadamente, US\$ 17 bilhões em ativos. A OIA teria investimentos em fundos que operam no Brasil nos setores imobiliário, agropecuário e de infraestrutura, totalizando US\$ 274 milhões.

III - Cooperação Técnica

A despeito de o Brasil e Omã não contarem ainda com Acordo de Cooperação Técnica em vigor, na prática o Brasil tem reagido aos pedidos da parte omani. Nesse sentido, encontram-se em desenvolvimento as seguintes iniciativas, coordenadas pela ABC:

- Águas de petróleo (ABC/SENAI/FIRJAN). Foi realizada, em março de 2024, visita de missão técnica brasileira organizada pela ABC, com integrantes do SENAI e FIRJAN, a Mascate, com objetivo de, a pedido do governo de Omã, desenvolver projeto de cooperação técnica para beneficiamento de água decorrente do processo de extração de petróleo, e atualmente descartada, para irrigação de culturas. O tema é prioritário para Omã, que sofre com quadro de escassez hídrica. Na ocasião da visita, foi sugerido uso da tecnologia de tratamento e purificação com o uso do polímero vegetal (resíduo de palmeira) para

filtração da água. A tecnologia é renovável, escalável, sustentável, e de propriedade do Instituto SENAI em Química Verde (ISQV).

- Controle biológico de pragas das tamareiras (ABC/EMBRAPA). Foi realizada visita de missão técnica brasileira organizada pela ABC, com integrantes da Embrapa, a Mascate, de 28 de abril a 2 de maio de 2024, com objetivo de avaliar a capacidade da parte brasileira em oferecer cooperação ao Sultanato, para pesquisa e desenvolvimento de tecnologia de controle biológico das pragas que atacam a tamareira, e mais especificamente o besouro vermelho (*Rhynchophorus ferrugineus*). Foi sugerida técnica desenvolvida pela Embrapa de infecção dos besouros com fungos e com parasitas, e uso de feromônios de agregação, utilizados para atrair os insetos para armadilhas estrategicamente posicionadas ao redor das plantações.

IV - Cooperação em outras áreas

A cooperação em Defesa apresenta potencial para adensamento. Vislumbram-se oportunidades para produtos brasileiros como aeronaves da Embraer — utilizadas pela Oman Air e Royal Oman Police — e veículos militares.

As empresas do grupo EMBRAER, tanto para aviação comercial como Defesa & Segurança, veem o mercado omani com potencial para ampliação de sua participação no mercado do Oriente Médio, para comercialização de aeronaves e de equipamentos. Representantes da EMBRAER Defesa & Segurança, em particular, vêm contando com o apoio da Embaixada na interlocução com o governo omani no esforço de venda do KC-390.

Em out/2023, a EMBRAER assinou a venda de jatos de nova geração, E-195-E2, em Omã. A empresa aérea omani "low cost" Salam Air adquiriu seis jatos E195-E2, com provisão em contrato de venda futura de outros seis jatos, totalizando doze aeronaves brasileiras a compor sua frota nos próximos anos. A empresa brasileira mantém negociações para a venda de dois jatos para a Royal Omani Police (ROP) que já conta em sua frota com uma aeronave E-175.

Em abril de 2025, delegação do Ministério da Defesa de Omã (Faculdade Nacional de Defesa) realizou visita ao Brasil para, entre outros assuntos, conhecer detalhes do funcionamento do ecossistema da base industrial de defesa no Brasil.

V - Temas culturais

Omã é reconhecido pela sua cultura milenar. A produção artística, literária e musical segue vigorosa e possui alcance regional.

A imagem do Brasil em Omã ainda reflete estereótipos, ainda que positivos, de país acolhedor e festivo. A falta de imigrantes omanis no Brasil e brasileiros em Omã, assim como certa raridade de falantes que dominem simultaneamente os idiomas português e árabe, são fatores de limitação dos intercâmbios culturais entre os dois países.

VI - Temas consulares

O número de brasileiros residentes no Iraque foi estimado em cerca de 300 pessoas, concentrados em Mascate e na zona industrial de Sohar.

MAPA ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO MRE (PEI-MRE) ¹**VISÃO DE FUTURO**

Fortalecimento da atuação do Brasil em temas globais por meio de uma diplomacia ativa e ativa, comprometida com os interesses do povo brasileiro e engajada na construção de parcerias estratégicas e na promoção da paz, da cooperação, do desenvolvimento sustentável e de um mundo mais justo e inclusivo.

PROPÓSITO

Promover a inserção internacional soberana, os valores e os interesses do Brasil, renovando o compromisso como diálogo e a cooperação internacionais em prol do desenvolvimento sustentável, dos direitos humanos e da paz, e prestar assistência a brasileiras e brasileiros no exterior.

VALORES

Inovação. Transparência. Valorização do conhecimento institucional. Diversidade. Diálogo. Adaptabilidade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Reposicionar o Brasil no mundo, consolidando a vocação universalista da política externa e ampliando a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais.
2. Obter avanços significativos em processos negociadores, em linha com os interesses nacionais.
3. Tornar mais efetiva a promoção da imagem, da cultura, da ciência, dos produtos e dos serviços brasileiros, valorizando a diversidade do país.
4. Ampliar a cooperação técnica, humanitária e educacional praticada pelo Brasil e aprimorar sua efetividade.
5. Modernizar a prestação de serviços consulares, garantindo assistência a brasileiras e brasileiros no exterior, com respeito a sua diversidade e atenção às especificidades de cada caso.

¹ O planejamento estratégico dos postos se alinha ao PEI-MRE 2024-2027, que, por sua vez, está alinhado ao PPA 2024-2027.

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO

Alinhado ao PEI-MRE

VISÃO

Promover, em Omã, os interesses do Brasil e da sociedade brasileira com vistas à geração de benefícios concretos para o desenvolvimento sustentável e para os cidadãos brasileiros, valendo-se de atuação diplomática de excelência.

MISSÃO DO POSTO

Promover os interesses do Brasil junto ao governo, setor privado e sociedade omanis, executar a política externa brasileira para Omã, prestar serviços consulares de qualidade, aprofundar o conhecimento recíproco e promover as diversas vertentes de cooperação.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO

1. Aprofundar as relações bilaterais políticas e econômicas;
2. Fortalecer relações no âmbito de organismos internacionais, blocos regionais e temáticos, e foros de concertação;
3. Aprofundar mecanismos de cooperação existentes e identificar novas áreas de cooperação;
4. Promover a inserção econômica competitiva do Brasil em Omã e dos produtos brasileiros no mercado local;
5. Promover investimentos omanis no Brasil;
6. Promover a imagem e cultura do Brasil em Omã e aprofundar o conhecimento recíproco;
7. Prestar serviços consulares de qualidade;
8. Aprimorar práticas de gestão.

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE
(Alinhados ao PEI-MRE e à missão e objetivos estratégicos do Posto)

I - PROMOÇÃO DE COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. AMPLIAR E DIVERSIFICAR O COMÉRCIO BILATERAL

- Promover visitas a instituições relevantes no âmbito do comércio bilateral, atual e potencial (dos dois lados);
- Atualizar regularmente informações sobre os requisitos para importação por Omã;
- Incrementar a participação em feiras de lado a lado;
- Realizar eventos de promoção comercial, inclusive de degustação e apresentação de produtos brasileiros e marcas, com o apoio da APEX;
- Aprofundar o conhecimento do mercado local de carne bovina e padrão de importação de Omã para buscar inserção da indústria brasileira;
- Manter contatos regulares com o Ministério de Agricultura de Omã;
- Apoiar o diálogo institucional entre as autoridades sanitárias e fitossanitárias de ambos os países, com vistas a não apenas ampliar a base de produtos agropecuários que podem ser exportados para Omã, como manter fluido o comércio nas linhas atuais;
- Apoiar iniciativas dos produtores e de associações setoriais brasileiras em atividades de promoção comercial em Omã;
- Favorecer a participação de exportadores e associações de produtores brasileiros em feiras e eventos realizados em Omã;
- Promover maior colaboração entre câmaras de comércio e associações homólogas entre Brasil e Omã.

2. ATRAIR INVESTIMENTOS OMANIS PARA O BRASIL E CONTRIBUIR PARA O ESTABELECIMENTO DE PARCERIAS

- Divulgar oportunidades de investimento no Brasil, em particular no setor de infraestrutura e no âmbito do PAC-PPI, com o apoio da APEX;
- Identificar setores de interesse de empresas omanis, inclusive na área de energia e fertilizantes.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de reuniões com representantes dos dois governos;

- 2) Número de consultas atendidas pela embaixada, provenientes de empresas e outros atores brasileiros e omanis, privados e de governo (associações setoriais, federações, confederações, Apex-Brasil etc.);
- 3) Número de boletins e informações comerciais preparados;
- 4) Número de encontros e reuniões com potenciais compradores e investidores, órgãos de governo e outros agentes envolvidos na promoção comercial e de investimentos;
- 5) Número de eventos de promoção comercial organizados pela embaixada ou com sua participação ou apoio;
- 6) Participações em eventos organizados por outras entidades privadas e de governo, brasileiras ou omanis;
- 7) Número de entrevistas, artigos e inserções em mídias sociais e publicações especializadas para promoção de produtos e serviços brasileiros, bem como para promoção da qualidade, sustentabilidade e capacidade inovadora da economia brasileira;

II - RELAÇÕES POLÍTICAS BILATERAIS

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. APOIAR E FORTALECER A RELAÇÃO BILATERAL COM OMÃ POR MEIO DA INTENSIFICAÇÃO DE VISITAS OFICIAIS E DE TRABALHO DE LADO A LADO, POR MEIO DE:

a) Encontros regulares de alto nível

- Promover visita de autoridades omanis ao Brasil;
- Apoiar possíveis visitas bilaterais dos ministros de Relações Exteriores e encontros bilaterais à margem de grandes eventos internacionais;
- Promover visitas bilaterais de outros ministros das áreas de maior interesse recíproco.

b) Mecanismos de consultas e concertação

- Realizar novas edições do mecanismo de consultas políticas bilateral;
- Estabelecer diálogo regular em temas multilaterais de interesse recíproco.

c) Mapeamento dos acordos bilaterais em negociação e seu estágio de consideração e grau de interesse de parte a parte

2. APROFUNDAR O DIÁLOGO E INTERLOCUÇÃO ENTRE OS DOIS GOVERNOS E AS DUAS SOCIEDADES

- Manter canais regulares de diálogo e interação com órgãos e atores do Governo omani, em particular por meio do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Omã;

- Realizar gestões determinadas pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil junto à chancelaria ou outros órgãos de governo omanis;
- Apoiar a realização de visitas de autoridades brasileiras a Omã e de autoridades omanis ao Brasil;
- Apoiar contatos e reuniões entre representantes governamentais, atores culturais e acadêmicos, e empresários, sempre que cabível;
- Fortalecer o diálogo parlamentar bilateral.

3. ACOMPANHAR, REGISTRAR E ANALISAR AS ATIVIDADES DE POLÍTICA INTERNA E EXTERNA OMANIS

- Manter contatos regulares com atores relevantes de Omã, nos níveis nacional, regional e local;
- Manter contatos com formadores de opinião, analistas, mundo acadêmico, membros de missões estrangeiras e de organismos internacionais para melhor compreensão da realidade local nos campos político, social, econômico, cultural e de segurança;
- Produzir material de registro e análise sobre Omã, inclusive em suas vertentes socioeconômica, de cooperação, de paz e segurança, direitos humanos, de comércio e investimentos, meio ambiente, defesa, energia, entre outros, com vistas a subsidiar a política externa brasileira em relação ao país.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de reuniões das comissões e dos mecanismos bilaterais de consultas;
- 2) Número de visitas oficiais;
- 3) Número de acordos revisados e/ou assinados;
- 4) Número de reuniões e eventos com atores políticos, econômicos, acadêmicos, jornalísticos, formadores de opinião, etc.;
- 5) Número de relatórios analíticos sobre temas de política interna e externa omani e demais assuntos de interesse para a política externa brasileira.

III - ATUAÇÃO JUNTO A ORGANISMOS REGIONAIS OU MULTILATERAIS, QUANDO FOR O CASO, INCLUINDO CANDIDATURAS, REUNIÕES OFICIAIS E PROGRAMAS DE COOPERAÇÃO

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Fortalecer o diálogo bilateral sobre temas da agenda internacional relevantes para ambos os países.
2. Buscar concertação de posições em organismos multilaterais ou plurilaterais para fazer avançar interesses compartilhados.

3. Examinar e registrar as atividades de Omã e seus interesses prioritários em foros e projetos de desenvolvimento ou concertação regionais que não contem com a participação do Brasil.
4. Buscar o apoio continuado a iniciativas e candidaturas brasileiras em organismos multilaterais e organizações internacionais, reforçando o objetivo comum de ampliar a participação de países em desenvolvimento nos processos decisórios.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de reuniões para discussão de temas multilaterais.
- 2) Número de reuniões para gestões em favor de candidaturas do Brasil;
- 2) Número de apoios omanis comprometidos com iniciativas e candidaturas brasileiras;
- 3) Número de relatórios analíticos sobre temas de interesse multilateral ou de foros regionais.

IV - PROMOÇÃO DA IMAGEM DO PAÍS, DA CULTURA BRASILEIRA, DO TURISMO E DA MARCA BRASIL

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. INCENTIVAR O TURISMO AO BRASIL

- Promover participação brasileira em feiras dedicadas ao turismo;
- Promover destinos turísticos brasileiros, inclusive por meio de canais digitais;
- Buscar parcerias com empresas que divulguem a imagem do Brasil como destino turístico e operadores que ofereçam pacotes turísticos no Brasil.

2. DIVULGAR A IMAGEM DO BRASIL, A CULTURA BRASILEIRA E A LÍNGUA PORTUGUESA

- Desenvolver parcerias para projetos e eventos de promoção das expressões culturais brasileiras, como apresentações musicais, exibição de filmes nacionais e eventos de divulgação ao público omani de artistas e profissionais da cultura brasileira, como artistas plásticos, cineastas, coreógrafos, dramaturgos, escritores, fotógrafos, músicos e chefs, entre outros;
- Promover a publicação de livros de autores brasileiros traduzidos para a língua árabe;
- Organizar palestras e outros eventos públicos sobre temas da cultura brasileira, para ampliar o conhecimento do público sobre o País;
- Atualizar regularmente os canais digitais da embaixada, com conteúdo que gere interesse efetivo pelo Brasil e divulgação de projetos e eventos culturais.
- Realizar eventos de promoção da imagem do Brasil na Embaixada, inclusive conjugados com atividades de promoção comercial, em coordenação com a Apex-Brasil, para divulgação de produtos brasileiros, especialmente de alto valor agregado, além da participação em feiras comerciais e de investimentos, bem como em atividades culturais.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de participações em feiras de turismo;
- 2) Número de reuniões para promoção do Brasil como destino turístico com meios de comunicação, operadores de turismo e outros atores do setor;
- 3) Número de reuniões, eventos, palestras e entrevistas para ampliar a difusão da cultura brasileira em Omã;
- 4) Número de iniciativas de divulgação da língua portuguesa;
- 5) Número de postagens e reações em redes sociais;
- 6) Número de seguidores dos canais digitais do posto;
- 7) Número de artigos, livros e demais publicações traduzidos e publicados.

V - COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, A SEGURANÇA ALIMENTAR E HÍDRICA, O SANEAMENTO BÁSICO E A PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. PROMOVER A COOPERAÇÃO COM OMÃ NA ÁREA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DA PROTEÇÃO AMBIENTAL

- Realizar reuniões bilaterais para tratar de possibilidades de cooperação em matéria de meio ambiente e desenvolvimento sustentável;
- Promover a participação brasileira em eventos em Omã ligados à temática ambiental e à promoção do desenvolvimento sustentável, bem como promover a participação de autoridades omanis em eventos realizados no Brasil;
- Divulgar e difundir informações sobre iniciativas brasileiras em matéria de proteção ambiental, inclusive nas áreas de biodiversidade e bioeconomia;
- Apoiar o diálogo entre especialistas e acadêmicos omanis e brasileiros para troca de experiências em matéria ambiental;
- Apoiar a aproximação científico-tecnológica em áreas com efeitos positivos para o desenvolvimento sustentável, como os setores de desenvolvimento de energias limpas, de eficiência energética e de eliminação de resíduos sólidos, entre outros;
- Promover possível cooperação e atuação conjunta no âmbito da Conferência das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC COP 30);
- Apoiar a negociação de acordos bilaterais e internacionais na temática de desenvolvimento sustentável e cooperação para proteção do meio ambiente; e
- Analisar os impactos ambientais e geopolíticos dos efeitos da mudança do clima em Omã.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de relatórios a respeito de experiências locais;
- 2) Número de reuniões entre atores dos dois países para troca de experiências;
- 3) Número de reuniões com agentes de governo para exame da realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em suas várias áreas;
- 4) Número de reuniões para avaliação das possibilidades de cooperação;
- 4) Número de informe sobre o assunto;
- 5) Número de projetos estudados e desenvolvidos;
- 6) Assinatura de memorandos de entendimento, protocolos e acordos.

VI - COOPERAÇÃO EM AGROPECUÁRIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. IDENTIFICAR POSSIBILIDADES DE COOPERAÇÃO AGROPECUÁRIA, COM VISTAS AO DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS CONJUNTOS, BEM COMO À DIVERSIFICAÇÃO DA PAUTA COMERCIAL

- Avaliar o interesse recíproco na cooperação em agricultura e em áreas de produção agrícola nas quais Omã se destaca;
- Examinar oportunidades de cooperação no cultivo do solo árido e semiárido, em vista das experiências e dos desafios brasileiros e omanis;
- Explorar oportunidades de cooperação no setor pecuário que permitam ampliar o acesso ao mercado de carne bovina.

2. FORTALECER A COOPERAÇÃO CIENTÍFICO-TECNOLÓGICA

- Identificar potenciais parceiros e promover conexões entre os agentes;
- Planejar e executar iniciativas de diplomacia da inovação, em parceria com entidades de Omã e do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação brasileiro, levando em consideração perspectivas de inclusão e diversidade;
- Apoiar e realizar iniciativas de promoção tecnológica para promover a imagem do Brasil como nação inovadora;

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de reuniões e consultas com interlocutores da área de C, T & I e de agropecuária;
- 2) Número de atividades realizadas para negociação e conclusão de parcerias com foco em C, T & I e com foco em agropecuária;
- 3) Realização de palestras e atividades de sensibilização de interlocutores do setor de C, T & I sobre oportunidades de cooperação e parceria bilateral;
- 4) Número de visitas de representantes de instituições e autoridades nos setores, em ambas as direções;

VII - COOPERAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CULTURA, DIREITOS HUMANOS, SAÚDE E DEFESA;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. AMPLIAR A COOPERAÇÃO CULTURAL E EDUCACIONAL

- Buscar estabelecer parcerias com órgãos públicos e privados para ampliar difusão cultural brasileira em Omã;
- Diversificar as ações no campo da economia criativa, tanto pela promoção dos serviços e produtos brasileiros, quanto por projetos de cooperação entre atores omanis e brasileiros; e
- Apoiar as iniciativas comerciais ou de cooperação para promoção da indústria cultural brasileira em Omã, a exemplo da produção de grandes eventos.

1. 2. PROMOVER O BRASIL COMO DESTINO TURÍSTICO DE VIAJANTES OMANIS

- Promoção do Brasil como destino turístico junto ao público consumidor potencial, a operadores turísticos e a influenciadores, com o apoio da EMBRATUR;
- Participação brasileira em grandes feiras de turismo em Omã;
- Fortalecimento do diálogo com a EMBRATUR para organização de seminários e eventos junto a operadores de turismo emissor em Omã; e
- Apoio a iniciativas dos Estados e Municípios brasileiros que desejem promover seu turismo receptivo junto ao mercado omani.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de reuniões para fazer avançar a cooperação educacional;
- 2) Número de reuniões para promoção de parcerias para difusão cultural brasileira;
- 3) Número de eventos culturais e educacionais realizados e público participante;
- 4) Número de informações produzidas sobre cada setor;
- 5) Número de projetos examinados e negociados;
- 6) Assinatura de memorandos de entendimento, protocolos e acordos em cada setor.

VIII - COOPERAÇÃO PARA PROMOÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E COMBATE ÀS DESIGUALDADES;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. IDENTIFICAR ÁREAS DE INTERESSE COMUM E EXPERTISE ESPECÍFICA PARA PROMOVER A COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INCLUSÃO SOCIAL

- Identificar principais agentes omanis nas áreas de interesse;
- Promover trocas de experiências entre técnicos e agentes governamentais dos dois países nas áreas de maior êxito, de modo ao aproveitamento recíproco de experiências, como nas áreas de habitação popular, merenda escolar e energia limpa a preço acessível.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de informes elaborados a respeito de experiências locais;
- 2) Número de reuniões com atores locais e brasileiros para compreensão de demandas e interesses específicos e complementariedades;
- 3) Número de reuniões entre atores dos dois países para troca de experiências;
- 4) Número de projetos de cooperação discutidos e negociados.

IX - APOIO ÀS COMUNIDADES BRASILEIRAS NO EXTERIOR**i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

1. Garantir a prestação de serviço consular de qualidade e eficiente à comunidade brasileira em Omã, inclusive por meio do sistema e-Consular e da constante facilitação do acesso a tais serviços;
2. Ampliar a difusão de informações consulares de especial interesse a brasileiros, por meio das redes sociais da Embaixada e do portal consular do Itamaraty;
3. Realizar visitas a brasileiros presos e prestar-lhes a assistência consular cabível e identificar casos prioritários de transferência para cumprimento de pena no Brasil;
4. Mapear regularmente a comunidade brasileira, de modo a conhecer seu perfil e necessidades;
5. Manter e atualizar os esforços de resposta a crises ou desastres naturais;
6. Promover o diálogo consular com a chancelaria omani, com vistas a agilizar a tramitação de pedidos de transferência de pessoas condenadas, solucionar eventuais questões migratórias e tratar de assuntos relativos à realidade dos residentes brasileiros temporários e permanentes.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Índice de satisfação do consulente;
- 2) Número de documentos produzidos e de atendimentos consulares prestados;
- 3) Tempo de espera para a prestação dos serviços consulares;
- 4) Número de consultas recebidas e respondidas;
- 5) Tempo para atendimento ao consulente (presencial, e-mail, telefone);
- 6) Número de visitas a brasileiros presos e número de processos de transferência de pessoas condenadas tramitados e concluídos;

- 7) Número de comunicações preparadas para a comunidade brasileira;
- 8) Número de postagens e de seguidores das redes sociais do posto.



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora **TEREZA CRISTINA**

RELATÓRIO N° , DE 2026-CRE

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) n° 14, de 2026, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei n° 11.440, de 2006, o nome do Senhor JOÃO BATISTA DO NASCIMENTO MAGALHÃES, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Sultanato de Omã.*

Relatora: Senadora **TEREZA CRISTINA**

Vem ao exame desta Casa a indicação que o Presidente da República faz do *Senhor João Batista do Nascimento Magalhães, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Sultanato de Omã.*

Conforme o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Nesse sentido e em atendimento ao previsto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o Ministério das Relações Exteriores (MRE) encaminhou currículo do indicado.

Nascido em São Paulo no ano de 1963, o indicado graduou-se em Direito pela Universidade de São Paulo em 1985. No Instituto Rio Branco,

frequentou os cursos de Preparação à Carreira Diplomática (1994) e de Altos Estudos (2015), tendo defendido nesse último tese intitulada “Da diplomacia do dólar forte à guerra cambial”.

Foi nomeado Terceiro-Secretário em 1995. Ascendeu a Segundo-Secretário em 1999. Por merecimento, tornou-se Primeiro-Secretário em 2007; Conselheiro em 2011; e Ministro de Segunda Classe em 2020.

No Brasil e no exterior, desempenhou diversas funções, entre as quais destacamos: chefe de gabinete e chefe da Assessoria de Imprensa do Ministério da Fazenda (1996-2002); Assessor Especial da Presidência do Banco Central do Brasil (2003-05); segundo e primeiro-secretário na Embaixada em Washington (2005-09); primeiro-secretário na Embaixada em Assunção (2009-10); chefe da Assessoria Internacional do Supremo Tribunal Federal (2010-12); cônsul-geral adjunto no Consulado-Geral em Frankfurt (2014-18); e conselheiro e ministro-conselheiro na Embaixada em Pequim (2018 até o presente).

Ainda seguindo as normas do RISF, a mensagem presidencial se fez acompanhar de sumário executivo elaborado pelo MRE sobre o Sultanato de Omã.

Cuida-se de monarquia situada no extremo sul da Península Arábica. Seu território faz fronteira com o Iêmen, ao oeste, e Arábia Saudita, ao norte. O golfo de Omã dá acesso ao Golfo e ao Estreito de Ormuz, por onde circulam dois terços do comércio mundial de petróleo. Sua população é estimada em cerca de 3,9 milhões, dos quais 90% são praticantes do Islã. Segundo dados do Banco Mundial, 97% desse contingente humano é alfabetizada e conta com expectativa de vida de 80 anos.

O país, que tem o árabe como idioma oficial, possui parlamento bicameral composto por uma Câmara Baixa, com 85 membros eleitos, e uma Câmara Alta, com 85 membros não eleitos. O Sultanato registrou, de acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), Produto Interno Bruto (PIB) de US\$ 113 bilhões no ano de 2025.

Dos séculos X a XVIII, Omã permaneceu ocupado por diferentes povos. A capital Mascate era o principal porto no Golfo Pérsico e ficou ocupada por portugueses até 1650. Com a expulsão dos portugueses, o Sultanato de Mascate se tornou um império marítimo com territórios no Golfo e no Oceano Índico. No século XIX, Omã tornou-se protetorado da Grã-Bretanha. Em 1820,

o Sultanato de Mascate unificou-se com o Imanato de Omã. A monarquia assim constituída recuperou sua soberania em 1951.

Entretanto, somente em 1970 foi adotado o nome oficial de Sultanato de Omã, quando teve início a abertura e modernização do país, cujo processo foi nominado “Renascimento Omani”. No período, o país ingressou na Organização das Nações Unidas (ONU) e se aproximou dos Estados Unidos da América. Membro fundador do Conselho de Cooperação dos Estados Árabes do Golfo (CCG), Omã mantém relações amistosas com todos os países do grupo ao tempo em que preserva sua independência no campo da política externa em relação aos maiores parceiros do bloco, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos.

A economia de Omã caracteriza-se por um processo consistente de modernização e diversificação, especialmente a partir da década de 1970, com a ascensão do Sultão Qaboos bin Said. Embora o setor de petróleo e gás ainda desempenhe papel relevante, o país tem buscado reduzir sua dependência de hidrocarbonetos por meio de investimentos em logística, indústria, turismo e energias renováveis. Nos últimos anos, iniciativas estratégicas como o plano “Visão Omã 2040” têm impulsionado reformas estruturais e ampliado a participação do setor privado, conferindo maior dinamismo e resiliência à economia omani.

No campo bilateral, Brasil e Omã estabeleceram relações diplomáticas em 1974, ano de criação da Embaixada do Brasil junto ao Sultanato, que funcionava cumulativamente à Embaixada em Jedá, na Arábia Saudita. Considerando a localização estratégica e a importância de Omã na geopolítica regional, a Embaixada residente em Mascate foi instalada em 2008. Nesse contexto, convém destacar, por igual, a crescente importância dos investimentos realizados pela empresa Vale no país.

Desde então, os dois países, apesar de distantes geograficamente, se aproximaram no tocante à visão e valores compartilhados, como diálogo, desenvolvimento, harmonia entre as nações e valores mútuos. Dessa forma ambos os países procuram pautar sua ação externa pelo respeito às normas do direito internacional, pelo princípio da não ingerência e pela valorização do diálogo como instrumento para a solução pacífica de controvérsias. Nesse sentido, vêm fortalecendo sua cooperação política, econômica e cultural de maneira contínua com fundamento na compreensão e na confiança recíprocas.

A década de 2000 foi marcada pela abertura da agenda de visitas oficiais. No ano de 2016, foi realizada a primeira reunião da Comissão Mista bilateral, ocasião em que foi assinado memorando de entendimento sobre Cooperação e Promoção de Investimentos. Em 2018, ocorreu a I Reunião de Consultas Políticas, na qual foram tratados temas bilaterais, regionais e globais e identificadas iniciativas conjuntas prioritárias. O jubileu de 50 anos do estabelecimento das relações diplomáticas, por sua vez, foi condignamente celebrado em 2024.

Hoje o Brasil é o principal parceiro de Omã na América Latina, o que se reflete no comércio bilateral, que se intensificou a partir de 2000, passando de US\$ 27 milhões para US\$ 2,2 bilhões em 2021. Todavia, o ano passado registrou pequeno decréscimo (- 0,6%) na corrente de comércio. Ela, no entanto, mostrou-se superavitária para o Brasil em US\$ 400 milhões. Os principais produtos brasileiros exportados foram minério de ferro (73%), carnes de aves (15%), açúcar (5%) e produtos residuais de petróleo (2%). Já na pauta de importações, destacam-se: fertilizantes (57%) e óleos combustíveis de petróleo (38%).

A atuação da Vale no país afeta de forma considerável as exportações brasileiras para Omã. A empresa brasileira opera usina de pelotização em Sohar, cidade portuária omani, que tem por insumo o minério de suas jazidas no Brasil. O saldo da pauta comercial com Omã é, portanto, bastante dependente do valor internacional do minério de ferro.

O campo da segurança alimentar, por sua vez, apresenta forte potencial para fortalecimento das relações bilaterais. Há compreensão dos setores interessados de que esse contexto pode ser mais bem explorado seja mediante trocas comerciais, seja por meio de parcerias entre empresas brasileiras e investidor local. Nesse sentido, interessa recordar a presença de importantes empresas brasileiras no Sultanato (p.ex.: *BRF Foods*, JBS e Vibra), considerando a relevância do mercado de carne de aves em Omã. Com efeito, ele é calculado em 180 mil toneladas/ano, sendo 100 mil de produtos importados, dos quais, cerca de 80% procedem do Brasil.

Todavia, as empresas brasileiras que exportam carne de frango começam a enfrentar dificuldades em decorrência do plano nacional “Visão Omã 2040” (*Oman Vision 2040*), por meio do qual se busca maior autossuficiência alimentar omani com substituição de importações. Nesse cenário, é cada vez mais importante que as autoridades brasileiras competentes

fiquem atentas à eventual imposição de medidas restritivas às exportações do agronegócio brasileiro para Omã.

No plano das importações, verifica-se predomínio de produtos derivados do complexo de hidrocarbonetos, com destaque para combustíveis e fertilizantes. Nesse domínio, merece realce a circunstância de o Sultanato produzir e exportar fertilizantes do tipo nitrogenado, de modo mais específico a ureia granulada, principal produto importado pelo Brasil.

Registro, por fim, que a comunidade de brasileiros residente em Omã é estimada em 300 pessoas, que são atendidas pelo setor consular da Embaixada em Mascate.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora

2

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE



MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE MARCELO PAZ SARAIVA CÂMARA

CPF.: [Informações pessoais]

ID.: [Informações pessoais] /MRE

1969 Filho de [Informações pessoais], nasce em Teresina, em [Informações pessoais]

Dados Acadêmicos:

1994	Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília
1995	CPCD - IRBr
2007	Mestre em História Contemporânea pela Universidade de Humboldt/Berlim (2005-2007). Tese: A Política Externa e a Questão da Soberania na Alemanha Reunificada (1990-2003).
2012	CAE – IRBr. Tese: "A República de Berlim e a Política Externa do Governo Gerhard Schröder (1998-2005)"

Cargos:

1996	Terceiro-secretário
2001	Segundo-secretário
2006	Primeiro-secretário
2009	Conselheiro
2017	Ministro de segunda classe
2024	Ministro de primeira classe

Funções:

1997-99	Divisão de África, assistente
1999-2002	Embaixada em Windhoek, terceiro-secretário e segundo-secretário
2002-06	Embaixada em Berlim, primeiro-secretário
2006-08	Divisão das Nações Unidas, assistente
2008-09	Departamento de África, assessor técnico
2009-10	Divisão de África III, chefe de divisão
2010-14	Missão junto à Agência Internacional de Energia Atômica, conselheiro
2014-15	Embaixada em Havana, conselheiro
2015	Departamento de Organismos Internacionais, assessor técnico
2015-20	Divisão de Desarmamento e Tecnologias Sensíveis, chefe
2020-22	Departamento de Defesa, diretor
2022-	Departamento de Assuntos Estratégicos, de Defesa e de Desarmamento, diretor

Publicação:

2013	"A Política Externa Alemã na República de Berlim: de Gerhard Schröder a Angela Merkel"
------	--

Condecorações:

2017	Ordem do Mérito da Defesa
2017	Medalha da Vitória
2017	Medalha do Mérito Tamandaré



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) Nº 15, DE 2026

(nº 275/2026, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor MARCELO PAZ SARAIVA CÂMARA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Socialista do Vietnã.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

[- Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 275

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **MARCELO PAZ SARAIVA CÂMARA**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Socialista do Vietnã.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **MARCELO PAZ SARAIVA CÂMARA** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 08 de abril de 2026.



EXM nº 326/2026

Brasília, 20 de fevereiro de 2026.

Senhor Presidente da República,

1 Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **MARCELO PAZ SARAIVA CÂMARA**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Socialista do Vietnã, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2 O atual ocupante do cargo, **MARCO FARANI**, será removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3 Encaminho, em anexo, informações sobre o país e o *curriculum vitae* de **MARCELO PAZ SARAIVA CÂMARA**, para inclusão em Mensagem que solicito seja apresentada ao Senado Federal, para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

MARIA LAURA DA ROCHA, Ministra de Estado, substituta, das Relações Exteriores



Documento assinado com Certificado Digital por **Maria Laura da Rocha, Ministra de Estado das Relações Exteriores substituta**, em 20/02/2026, às 17:25, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Nº de Série do Certificado: 4870643690909900439619061270



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **7357880** e o código CRC **A4035FE1** no site:

https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 320/2026/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência a Senhora
Senadora Daniella Velloso Borges Ribeiro
Primeira Secretária
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhora Primeira Secretária,

Encaminho Mensagem na qual o Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor MARCELO PAZ SARAIVA CÂMARA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Socialista do Vietnã.

Atenciosamente,

MIRIAM BELCHIOR
Ministra de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Miriam Belchior, Ministra de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 15/04/2026, às 19:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **7491727** e o código CRC **BF1E4B84** no site:

https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00333.000619/2026-08

SEI nº 7491727

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1121

CEP 70150-900 - Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**VIETNÃ****INFORMAÇÃO OSTENSIVA**

Janeiro de 2026

DADOS BÁSICOS SOBRE O VIETNÃ	
Nome Oficial:	República Socialista do Vietnã
Gentílico:	Vietnamita
Capital:	Hanói
Área:	331.210 km ²
População:	101,3 milhões
Línguas oficiais:	Vietnamita (oficial)
Principais religiões:	Segundo dados oficiais, 80% da população não praticam religião; budismo, catolicismo e culto ancestrais são praticados.
Sistema de governo:	República socialista parlamentarista
Poder Legislativo:	Assembleia Nacional: parlamento unicameral composto por 500 membros, eleitos para mandatos de 5 anos
Chefe de estado:	Presidente Luong Cuong (desde outubro de 2024)
Chefe de governo:	Primeiro-ministro Pham Minh Chinh (desde abril de 2021)
Ministro dos Negócios Estrangeiros:	Bùi Thanh Sơn (desde abril de 2021)
PIB nominal (2024, FMI):	US\$ 468,5 bilhões
PIB PPP (2024, FMI):	US\$ 1.760 bilhões
PIB <i>per capita</i> (2024, FMI):	US\$ 4.990
PIB PPP <i>per capita</i> (2024, FMI):	US\$ 17.350
Variação do PIB (FMI):	2,9% (2020); 2,6% (2021); 8,1% (2022); 5,0% (2023); 6,1% (2024)
IDH (2022, PNUD)	0,766 (93ª posição entre 193 países)
Comércio bilateral (2025)	US\$ 7,4 bilhões (-3,5% em relação a 2024)
Saldo da balança comercial (2025)	Superávit de US\$ 90,5 milhões
Total exportações brasileiras (2025)	US\$ 3,8 bilhões (-3,8%)
Principais produtos exportados	Milho não moído (23,3%), algodão em bruto (18,4%), soja (13,2%), farelos de soja e outros alimentos para animais (8,8%)
Total importações brasileiras (2025)	US\$ 3,7 bilhões (+0,8%)
Principais produtos importados	Equipamentos de telecomunicações (22,1%), válvulas e tubos termiônicos (15,4%), pneus de borracha (9,1%), calçados (7,9%).
Investimentos do Vietnã no Brasil	Não há registros de investimentos no país.
Investimentos do Brasil no Vietnã	Escritório de arquitetura GEMA atua em Ho Chi Minh, cidade que também sedia joint-venture brasileiro-coreana Medevice 3S, produtora de preservativos. JBS possui centro de distribuição.
Acordo comercial / Diálogo exploratório	Finalizado diálogo exploratório em 2020.
Expectativa de vida (2019, PNUD):	75,3 anos
Alfabetização (2019):	95%
Índice de desemprego (2021, FMI):	2,7%
Unidade monetária:	Dong
Embaixador em Brasília:	Bui Van Nghi
Embaixador em Hanói	Marco Farani
Brasileiros no país:	Cerca de 500 nacionais residentes

INTERCÂMBIO COMERCIAL – US\$ milhões (fonte: MDIC)									
Brasil → Vietnã	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Intercâmbio	3.918,7	4.254,9	4.255,6	4.611,8	5.393,5	6.402,3	6.730,0	7.700,1	7.400,0
Exportações	1.732,6	1.934,1	1.934,1	2.264,2	2.619,9	3.418,7	3.722,4	4.057,8	3.800,0
Importações	2.186,1	2.320,8	2.321,5	2.347,6	2.773,6	2.983,6	3.007,6	3.642,3	3.700,0
Saldo	-453,5	-386,7	-387,4	-83,4	-153,7	435,1	714,8	415,5	90,5

PERFIS BIOGRÁFICOS**Tô Lâm****Secretário-Geral do Partido Comunista**

Nasceu em 1957, na província de Hung Yen (Norte do Vietnã). Graduiu-se pela Academia de Segurança e seguiu carreira nas forças policiais, chegando ao posto de general de quatro estrelas das Forças de Segurança Pública. Tornou-se membro do Comitê Central do Partido Comunista do Vietnã (PCV) em 2011, quando foi nomeado vice-ministro. No 12º Congresso do PCV, em 2016, foi admitido no Politburo e ascendeu à posição de Ministro da Segurança Pública. Entre maio e outubro de 2024, ocupou interinamente o cargo de Presidente da República. Com o falecimento do secretário-geral Nguyen Phu Trong, assumiu, em agosto de 2024, a liderança do Partido Comunista.

Luong Cuong**Presidente da República Socialista**

Nasceu em 1957, na província de Phu Tho (Norte). Militar de carreira, ingressou nas Forças Armadas aos 18 anos. Formou-se em Administração Pública e alcançou o posto de general de quatro estrelas em 2019. É membro do Partido Comunista do Vietnã desde 1978. Desde 2011, integra o Comitê Central do Partido, tornando-se membro do Politburo em 2021. Em maio de 2024, foi designado Membro Permanente do Secretariado, a quinta posição hierárquica no sistema político vietnamita, função que desempenhou até assumir a Presidência da República, em outubro de 2024.

Pham Minh Chinh
Primeiro-Ministro



Nasceu em 1958, na província de Thanh Hoa (Norte). Estudou nas Universidades de Hanói e na Universidade Técnica de Engenharia Civil de Bucarest, na Romênia. Entre 1994 e 2010, exerceu diversos cargos no Ministério de Segurança Pública, entre os quais o de diretor-geral. Foi vice-ministro de Segurança Pública entre 2010 e 2011. Exerceu a função de secretário do Comitê do PCV na província de Quang Ninh (2011-2015). Foi presidente da Comissão de Organização do Comitê Central do PCV, uma das mais importantes na estrutura do Partido. Foi escolhido primeiro-ministro durante o 13º Congresso do PCV, em janeiro de 2021, e confirmado pela Assembleia Nacional, em abril do mesmo ano.

Tran Thanh Man
Presidente da Assembleia Nacional



Nasceu em 1962, na província de Hau Giang (Sul). Formou-se em Administração de Empresas e possui pós-graduação em Economia. Ingressou no PCV em 1982. Foi secretário do Comitê Popular na província de Can Tho (1994-1999) e no distrito de Binh Thuy (2004-2008). É, desde 2021, membro do Politburo. Entre 2021 e 2024, foi vice-secretário permanente da Assembleia Nacional. Assumiu a presidência da Assembleia Nacional em maio de 2024, após a renúncia de seu antecessor.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações diplomáticas entre Brasil e Vietnã foram estabelecidas em 8 de maio de 1989 e completaram 35 anos em 2024. A Embaixada do Brasil em Hanói foi inaugurada em 1994 — a primeira de um país da América Latina no Vietnã — e a Embaixada do Vietnã em Brasília foi aberta em 2000.

Do ponto de vista vietnamita, o relacionamento com o Brasil insere-se na política de diversificação de parcerias, voltada à redução da dependência econômica em relação às grandes potências tradicionais. Nesse contexto, o Brasil surge como parceiro estratégico, contribuindo para a ampliação das opções diplomáticas do Vietnã e servindo como elemento de equilíbrio diante das tensões entre China e Estados Unidos.

A partir dos anos 2000, observou-se um processo de revitalização do relacionamento bilateral, com destaque para visitas recíprocas de alto nível e assinatura de diversos instrumentos de cooperação, que culminaram com a elevação das relações ao nível de Parceria Estratégica, em novembro de 2024.

A visita mais recente de alta autoridade vietnamita ao Brasil ocorreu em novembro de 2024, com a vinda do Primeiro-Ministro Pham Minh Chinh, que participou, como convidado, da Cúpula do G20, no Rio de Janeiro. Em setembro de 2023, o premiê vietnamita visitou o Brasil, acompanhado por seis ministros de Estado e seis vice-ministros. Anteriormente, visitaram o país os presidentes Le Duc Anh (1995) e Tran Duc Luong (2004); o secretário-geral do Partido Comunista, Nong Duc Manh (2007); a vice-presidente Nguyen Thi Doan (2015); e os vice-primeiros-ministros Nguyen Thien Nanh (2010) e Vuong Dinh Hue (2018).

Também estiveram no Brasil o ministro da Educação, Nguyen Thien Nhan (2018); o vice-ministro de Ciência e Tecnologia, Nguyen Van Lang (2011 e 2012); o vice-ministro da Indústria e Comércio, Tran Tuan Anh (2012); e o vice-ministro de Comércio e Indústria, Tran Quoc Khanh, que participou, em 2019, de reunião do diálogo exploratório MERCOSUL–Vietnã, em Brasília.

Do lado brasileiro, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva visitou Hanói em duas ocasiões: em 2008 e em 2025, em visita de Estado. O ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, esteve no Vietnã em 2015 e em abril de 2024. Os chanceleres Celso Amorim (2008), Antonio Patriota (2012) e Aloysio Nunes Ferreira (2017 e 2018) também realizaram visitas oficiais ao país. A nível ministerial, destacam-se ainda as visitas dos ministros do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias (2008); da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina (2019); e da Ciência, Tecnologia e Inovação,

Luciana Santos (2023).

Brasil e Vietnã contam com dois mecanismos regulares de diálogo: as Reuniões de Consultas sobre Assuntos de Interesse Comum (consultas políticas) e a Comissão Mista Bilateral. A mais recente rodada de consultas políticas foi realizada virtualmente em agosto de 2023. A última reunião da Comissão Mista ocorreu em Brasília, em abril de 2012.

Estão em vigor diversos instrumentos de cooperação, incluindo acordos sobre isenção de vistos para portadores de passaportes diplomáticos, oficiais e de serviço; combate à fome e à pobreza; comércio; serviços aéreos; esportes; ciência e tecnologia; saúde e ciências médicas; cultura; e cooperação entre academias diplomáticas.

Durante a visita do Primeiro-Ministro Pham Minh Chinh, em setembro de 2023, foram assinados o Acordo de Cooperação em Educação; o Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Defesa; o Plano de Ação 2024–2026 para a Implementação do Memorando de Entendimento sobre Cooperação Agrícola entre os Ministérios da Agricultura do Brasil e do Vietnã; e o Plano de Ação 2024–2025 entre o Instituto Rio Branco e a Academia Diplomática do Vietnã.

Em 2025, por ocasião da visita de Estado do Presidente Lula ao Vietnã, foram assinados o Plano de Ação para Implementação da Parceria Estratégica (2025–2030); o Acordo sobre Troca e Proteção Mútua de Informações Classificadas; Memorando de Entendimento entre o Ministério de Desenvolvimento, Indústria Comércio e Serviços (MDIC) e o Ministério da Indústria e Comércio do Vietnã (MoIT) sobre a criação de Grupo de Direção de Cooperação Comercial e Industrial; e Memorando de Entendimento entre a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e a Federação Vietnamita de Futebol (VFF).

POLÍTICA INTERNA

No sistema político, há a primazia, por preceito constitucional, do Partido Comunista do Vietnã (PCV). Nesse contexto, as duas instâncias centrais de poder são o Comitê Central do PCV, com cerca de 200 integrantes, e o *Politburo*, com 18 membros. Cabe ao Comitê Central do PCV escolher, entre os membros do *Politburo*, o secretário-geral do PCV, que tem papel fundamental, em termos práticos, no funcionamento do governo vietnamita.

O presidente da República (chefe de estado) e o primeiro-ministro (chefe de governo) têm mandatos de cinco anos, renováveis uma vez. A Assembleia Nacional elege o presidente, que indica o primeiro-ministro. As últimas eleições

gerais ocorreram em maio de 2021. As próximas estão previstas para 2026.

O poder legislativo é unicameral, constituído pela Assembleia Nacional, com 500 assentos e mandatos de quatro anos. Na atual legislatura (2021-2025), 485 deputados pertencem ao PCV e 14 deputados são independentes.

Em intervalo de pouco mais de um ano, dois presidentes renunciaram, por determinação do Comitê Central do Partido. Em fevereiro de 2023, em meio a denúncias de casos de corrupção, o presidente Nguyen Xuan Phuc tornou-se o primeiro presidente demissionário do Vietnã, tendo sido substituído por Vo Van Thoung, que, em março de 2024, também se viu obrigado a renunciar. Os dois Chefes de Estado foram alvos da campanha de combate à corrupção, lançada em 2016 pelo secretário-geral do Partido Comunista.

O ano de 2024 trouxe importantes alterações no quadro político interno: a morte de Nguyen Phu Trong - secretário-geral do Partido havia 13 anos e o único SG-PCV a ser eleito para um terceiro mandato além de Ho Chi Minh e Le Duan - foi acompanhada pela intensificação da chamada campanha anticorrupção, pela ascensão de Tô Lam e pelo início da implementação de ampla reforma administrativa. A reforma consiste em prioridade doméstica durante o corrente ano - que precederá o 14º Congresso do PCV, a ser realizado em 2026.

A liderança política do Vietnã anuncia a inauguração de uma "era da ascensão nacional". O principal objetivo estratégico consiste em transformar o Vietnã em um país de renda média já em 2030 e em um país de renda alta em 2045. A “nova era” se apoia em dois eixos principais: a ambiciosa reforma administrativa, voltada a reduzir a máquina pública e modernizar a gestão do Estado; e a inserção do Vietnã na chamada "quarta revolução industrial", convertendo o país de potência manufatureira exportadora a um dos polos da economia do conhecimento e do desenvolvimento tecnológico.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa vietnamita assenta-se sobre os princípios de independência, multilateralismo, cooperação para a paz e para o desenvolvimento e é orientada para evitar conflitos, desenvolver a economia e defender a soberania.

Desse modo, na esteira do processo de abertura econômica, iniciado em 1986, o Vietnã tem adotado estratégia de diversificação de parcerias em prol do desenvolvimento e da segurança nacional, tendo-se aproximado de Estados Unidos, Japão e países europeus, além de normalizar as relações com a China.

Com posições pragmáticas e busca por equidistância e autonomia, a política externa vietnamita tem sido caracterizada como "*bamboo diplomacy*". Em

ambiente internacional polarizado, a expressão serve para descrever a experiência do país de equilibrar-se entre interesses geopolíticos conflitantes. O país tem permanecido independente e equidistante frente às grandes potências, maximizando ganhos e se protegendo contra incertezas.

Relações multilaterais

O Vietnã mantém relações diplomáticas com 188 países-membros das Nações Unidas e integra mais de 70 organismos regionais e internacionais, com destaque para o sistema ONU e para a ASEAN. Na ONU, ocupou assento não permanente no Conselho de Segurança nos biênios 2008-2009 e 2020-2021.

O Vietnã aderiu ao FMI em 1993 e, em 2007, à OMC, e vem buscando intensificar sua integração às cadeias globais de valor, além de comprometer-se com a cooperação internacional e com os preceitos de economia de mercado.

A ASEAN ocupa posição central na atuação do Vietnã, como plataforma para a integração regional e para intensificar o processo de diversificação de seus relacionamentos políticos e comerciais. Uma das prioridades regionais consiste no avanço de discussão de um Código de Conduta no Mar do Leste/Mar do Sul da China, "baseado no direito internacional, incluída a UNCLOS".

O desejo vietnamita de participar de forma mais ativa no cenário multilateral se expressa, ainda, na disposição em sediar eventos de maior porte, como a Parceria sobre Crescimento Verde (P4G) e a cerimônia de assinatura da Convenção das Nações Unidas contra Crimes Cibernéticos, ambos em 2025.

Relações bilaterais

Nas relações bilaterais, o Vietnã adota a “política dos quatro não”: não estabelecer alianças militares; não se alinhar com nenhum Estado contra outro; não permitir a instalação de bases estrangeiras; e não empregar a força ou a ameaça de força nas relações internacionais. Busca, assim, manter posições pragmáticas, equidistância e autonomia.

A diplomacia vietnamita dá caráter especial às relações mais relevantes, classificando-as em quatro níveis: no nível mais elevado, “relação especial” (Camboja, Cuba e Laos); em seguida, “parceria estratégica abrangente” (China, Rússia, Índia, Coreia do Sul, Japão, Austrália, EUA, França, Malásia, Nova Zelândia e Tailândia); na sequência, “parceria estratégica” (Brasil, Alemanha, Azerbaijão, Cazaquistão, Espanha, Filipinas, Indonésia, Itália, Reino Unido, República Tcheca e Singapura); e, por fim, “parceria abrangente” (Argentina, Venezuela, Chile, Canadá, Brunei, Myanmar, África do Sul, Dinamarca, Hungria, Ucrânia, Países Baixos, Mongólia, EAU e Suíça).

Os laços entre a China e o Vietnã são determinados pela geografia, herança cultural comum e pela densidade das relações econômicas, comerciais e políticas. Os dois países mantêm relação de “Parceria Estratégica Abrangente”, caracterizada pelo alto grau de complexidade, em função de conflitos no passado e a persistência de disputas por direitos sobre o Mar do Sul da China (Mar do Leste, para o Vietnã). A China é o principal parceiro comercial do país.

As relações entre Vietnã e Estados Unidos têm-se intensificado política e comercialmente. Durante visita do presidente Joe Biden (set/2023), as relações foram elevadas ao nível de "Parceria Estratégica Abrangente". Os EUA são o principal destino dos produtos vietnamitas (30% das exportações), a principal fonte de superávit (US\$ 104 bilhões em 2024), e o segundo parceiro comercial do país. Nos últimos anos, o país se beneficiou do acirramento da disputa EUA-China, ocasião em que muitas indústrias chinesas se realocaram no Vietnã. Visitas de autoridades norte-americanas ao Vietnã têm-se intensificado nos últimos anos, a exemplo da visita da vice-presidente Kamala Harris (set/2021), do secretário de Defesa Lloyd Austin (jul/2021), do Secretário de Estado Anthony Blinken (abr/2023) e do Presidente Joe Biden (set/2023).

O Japão é um dos principais parceiros internacionais do Vietnã. Os dois países elevaram as relações para "Parceria Estratégica Abrangente" em 2014. Em 2011, o Japão tornou-se o primeiro país do G7 a reconhecer o Vietnã como economia de mercado. O Vietnã é um dos principais parceiros comerciais do Japão no mundo, e o Japão é o 3º maior investidor no Vietnã.

Mar do Sul da China

O Vietnã não aceita o entendimento chinês de direito histórico baseado na “linha dos nove traços” – já rechaçado pelo tribunal arbitral constituído para o caso Filipinas versus China (julho/2016) –, e vem protestando contra atos chineses que consideram afetar a paz e a estabilidade na região – como o afundamento de barcos pesqueiros vietnamitas, o banimento unilateral de atividades pesqueiras, a criação de distritos em áreas de litígio e o assédio da China contra as atividades de exploração de hidrocarbonetos na zona econômica exclusiva vietnamita.

Em que pese o esforço do Vietnã de evitar escalada de tensões no Mar do Sul da China, o país continua se manifestando de forma vocal sobre desentendimentos na região envolvendo soberania territorial e direitos marítimos. Os protestos têm-se concentrado em declarações sobre argumentos jurídicos e evidências históricas que respaldam sua soberania sobre arquipélagos em disputa, especialmente Hoang Sa/Paracel, ocupado integralmente pela China em 1974 (até então, a China ocupava apenas a sua parte oriental).

O país busca, simultaneamente, avançar as negociações, entre a ASEAN e a China, para a assinatura de Código de Conduta no Mar do Sul da China. O documento está amparado na Declaração sobre a Conduta das Partes no Mar do Sul da China, documento não vinculante assinado entre a Associação e a China em 2002. O documento ainda não foi adotado.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Economia

O Vietnã adota, desde 1986, estratégia intitulada “Renovação” (*Doi Moi*), com sistema político centralizado e abertura econômica ao exterior, semelhante ao adotado pela China. Entre 1989 e 2019, o PIB nominal quintuplicou, e o PIB per capita aumentou vinte vezes, com crescimento anual da economia de 6,7%.

De modo pragmático, o país tem buscado conferir maior papel à iniciativa privada como motor do crescimento e promover reformas estruturais. Programa de privatização de empresas estatais segue em curso, incluindo os setores financeiro, de infraestrutura e de recursos naturais (óleo e extração mineral). Não obstante o acelerado crescimento, persistem desafios como a desigualdade social, questões ambientais, expansão da infraestrutura e formação da mão-de-obra.

Em 2020 e 2021, a despeito da COVID, o PIB vietnamita cresceu 2,9% e 3,8%. Em 2024, segundo o Banco Mundial, o PIB do Vietnã alcançou US\$ 476 bilhões, crescimento de 7%. Para 2025, o governo projeta alta de 8%.

Investimentos

Os Investimentos Estrangeiros Diretos (IEDs) têm contribuído fortemente para a expansão do setor manufatureiro. À medida que aumentam salários e custos de operação na China, o Vietnã desponta como receptor de investimentos.

Em 2024, o Vietnã recebeu US\$ 25,35 bilhões em investimentos externos diretos (alta de 9,4% em relação a 2023). Trata-se do maior valor na série histórica. Os principais países investidores no Vietnã foram Singapura, Coreia do Sul, China, Hong Kong e Japão. O estoque acumulado de IEDs no país é de cerca de US\$ 502,8 bilhões, valor superior a seu PIB nominal. A Coreia do Sul detém o maior estoque desses investimentos, cerca de US\$ 92 bilhões, seguida por Singapura, Japão, Taiwan, e Hong Kong.

Na última década, contudo, tem-se observado crescente fluxo inverso, de investimentos diretos do Vietnã no exterior. O estoque subiu de US\$ 8,8 bilhões em 2010 para US\$ 22 bilhões em 2022, tendo como destinos principais Laos, Rússia, Camboja, Venezuela, Peru, Argélia, Tanzânia, Moçambique e EUA.

Comércio Exterior

Em 2024, o Vietnã contabilizou comércio exterior de US\$ 786 bilhões (+15,4% em relação ao ano anterior), valor equivalente a 164% de seu PIB nominal. O país exportou US\$ 405 bilhões (+14,3%) e importou US\$ 380 bilhões (+16,7%), tendo obtido superávit de US\$ 24,7 bilhões.

Os principais destinos das exportações vietnamitas foram Estados Unidos (US\$ 119,6 bilhões), China (US\$ 60,6 bilhões), União Europeia (US\$ 52,1 bilhões); ASEAN (US\$ 37 bilhões); Coreia do Sul (US\$ 25,5 bilhões) e Japão (US\$ 24,6 bilhões). Já as principais origens das importações foram China (US\$ 144,3 bilhões), Coreia do Sul (US\$ 56,2 bilhões), ASEAN (US\$ 46,9 bilhões), Japão (US\$ 21,4 bilhões) e União Europeia (US\$ 16,7 bilhões).

Os principais itens exportados pelo país têm sido telefones e componentes; computadores, produtos eletrônicos e componentes; máquinas, equipamentos e peças de reposição; e têxteis. Já os principais itens importados foram computadores, produtos eletrônicos e componentes; máquinas, equipamentos e peças de reposição; e telefones e componentes. A composição das pautas demonstra o papel do Vietnã de exportador de produto final, após importar componentes e peças de reposição.

Nos últimos anos, o Vietnã firmou dez acordos regionais e bilaterais de livre-comércio e finaliza outros seis. Recentemente, entraram em vigor o Acordo Progressivo e Abrangente para a Parceria Transpacífica (CPTPP), e os acordos de livre comércio com União Europeia e Reino Unido. O Vietnã conta, igualmente, com acordos de livre-comércio com Chile, Japão e União Econômica Eurasiática.

Por meio da ASEAN, o Vietnã integra os seguintes instrumentos regionais de livre-comércio: o Acordo de Livre Comércio da ASEAN e acordos da Associação com a Austrália, a China, a Coreia do Sul, a Índia, o Japão e a Nova Zelândia. É também signatário da Parceria Regional Econômica Abrangente (RCEP), que criou a maior área de livre-comércio do mundo e está em vigor desde janeiro de 2022.

Brasil: Comércio

Em 2025, o intercâmbio comercial alcançou o valor de US\$ 7,4 bilhões (-3,5% em relação a 2024), com exportações de US\$ 3,8 bilhões (-3,8%) e importações de US\$ 3,7 bilhões (+0,8%). O superávit brasileiro foi da ordem de US\$ 90,5 milhões. O Brasil exportou mais para o Vietnã do que para diversos parceiros regionais, como Uruguai, Colômbia e Peru.

A pauta de exportações brasileiras é concentrada em commodities, sobretudo milho não moído (23,3%), algodão em bruto (18,4%), soja (13,2%), farelos de soja e outros alimentos para animais (8,8%). Os principais produtos importados pelo Brasil foram equipamentos de telecomunicações (22,1%), válvulas e tubos termiônicos (15,4%), pneus de borracha (9,1%), calçados (7,9%).

A Embraer tem forte interesse na venda de aviões para empresas do setor de aviação civil vietnamitas (*Vietnam Airlines* e *Vietjet Air*) e de produtos de defesa, como o KC-390 e o Super-Tucano, para o governo. A Embraer recebeu em suas instalações, em São José dos Campos, o primeiro-ministro Pham Minh Chinh, em setembro de 2023. A empresa participou, em Hanói, da Exposição Internacional de Defesa, em dezembro de 2024. Em abril de 2025, à margem da Cúpula do BRICS, no Rio de Janeiro, o CEO da Embraer reuniu-se com o primeiro-ministro Pham Minh Chinh.

O Vietnã ocupa a quinta posição entre os países de destino de produtos do agronegócio brasileiro. O Brasil fornece cerca de 70% da soja importada pelo Vietnã, além de ser o principal fornecedor de carne suína (cerca de 37%) e o segundo maior de carne de frango e de algodão.

Em setembro de 2023, durante visita do primeiro ministro do Vietnã ao Brasil, os países assinaram Plano de Ação vinculado ao Memorando de Entendimento sobre Cooperação Agrícola entre MAPA e MARD, de 2018. O texto busca implementar estratégias para abertura de mercados e resolução de questões sanitárias e fitossanitárias, por meio de interação regular dos agentes políticos e técnicos dos países, e inclui propostas específicas, bem como condições para acompanhamento das propostas.

Durante a visita de Estado do Presidente Lula ao Vietnã, em março de 2025, foi anunciada a abertura do mercado local para a carne bovina brasileira.

Brasil: Investimentos

Há ao menos três empresas brasileiras em operação no Vietnã. O escritório brasileiro de arquitetura GEMA atua há mais de quatro anos na cidade de Ho Chi Minh. A empresa Medevice 3S, joint-venture coreano-brasileira também sediada em Ho Chi Minh, fabrica preservativos. Já a empresa JBS instalou, em 2014, nos arredores de Ho Chi Minh, unidade de distribuição, produção e acabamento de couros, base para exportações para a Ásia e os EUA. A JBS também estuda a construção de unidades de processamento e centros logísticos de distribuição de carne no Vietnã, com matérias-primas importadas principalmente do Brasil. Não há registro de investimento vietnamita no Brasil.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

179 a.C. – 938 d.C.	Domínio chinês sobre a maior parte do atual Vietnã.
1858	Início da dominação colonial francesa sobre a Indochina.
1930	Fundação do Partido Comunista da Indochina (PCI)
1941	Invasão japonesa
1945	Proclamação da Independência da República Democrática do Vietnã
1946	Início da guerra de independência contra os franceses.
1954	Batalha de Dien Bien Phu. Derrota francesa. Acordos de Genebra; divisão do Vietnã em Norte e Sul.
1963	Guerrilhas comunistas no Sul derrotam unidades do Exército sul-vietnamita. Queda e assassinato do presidente sul-vietnamita, Ngo Dinh Diem.
1964	Incidente de Tonquim. Bombardeios dos EUA no Vietnã do Norte.
1965	200.000 soldados dos EUA chegam ao Vietnã do Sul.
1968	Ofensiva militar comunista no Sul (Ofensiva do Tet)
1969	Morte de Ho Chi Minh Início da redução de tropas estadunidenses no Vietnã (“vietnamização”)
1970	Início das conversações de paz entre EUA e Vietnã do Norte, em Paris
1973	Acordo de cessar-fogo em Paris. Retirada das tropas dos EUA.
1975	Queda de Saigon. Tropas norte-vietnamitas ocupam o Sul.
1976	Proclamação da República Socialista do Vietnã.
1979	Tropas do Vietnã invadem o Camboja e derrubam o regime do Khmer Vermelho. Conflito na fronteira entre China e Vietnã.
1986	Início da política de abertura econômica inspirada no modelo chinês, conhecida como <i>Doi Moi</i> (Renovação)
1989	Retirada das tropas vietnamitas do Camboja
1992	Nova Constituição permite algumas liberdades econômicas
1994	Fim do embargo econômico de 30 anos dos EUA ao Vietnã
1995	Restabelecimento de relações diplomáticas entre o Vietnã e os EUA Ingresso do Vietnã na ASEAN
2000	Visita do presidente dos EUA, Bill Clinton, ao Vietnã
2005	Visita do primeiro-ministro Phan Van Khai aos EUA
2007	Entrada do Vietnã na OMC (janeiro)

	Eleição do Vietnã como membro não permanente do CSNU (mandato 2008-2009)
2007	Presidente Nguyen Minh Triet realiza primeira visita de Chefe de Estado aos EUA desde a Guerra do Vietnã, em 1975 (junho).
2010	Vietnã exerce a presidência de turno anual da ASEAN.
	Inscrição da Cidadela Thang Long na lista de Patrimônio Mundial da UNESCO
2011	China e Vietnã assinam acordo sobre as disputas do Mar do Sul da China, que inclui troca de informações e um fórum de duas reuniões ao ano (outubro).
2012	O Parlamento aprova a criação de dispositivo de voto de confiança anual aos principais líderes eleitos do país (novembro).
2013	Assembleia Nacional aprova revisão constitucional (novembro).
2016	12º Congresso do Partido Comunista do Vietnã reconduz Nguyen Phu Trong à Secretaria-Geral do Partido, cargo que concentra maior poder e autoridade no sistema político do país.
2018	Com o falecimento do presidente Tran, o secretário-geral do PCV, Nguyen Phu Trong, é eleito pelo Legislativo para acumular a presidência.
2020	Vietnã exerce a presidência de turno da ASEAN, marcada pela assinatura da RCEP em novembro.
2021	Realização do 13º Congresso Nacional do PCV, que renova, uma vez mais, o mandato do secretário-geral, Nguyen Phu Trong (janeiro).
	A Assembleia Nacional confirma a indicação de seu presidente, Vuong Donh Hue, bem como do primeiro-ministro, Pham Minh Chinh, e do presidente, Nguyen Xuan Phuc (abril).
2023	Após uma série de denúncias de corrupção, o presidente Nguyen Xuan Phuc renunciou, sendo substituído por Vo Van Thuong (março).
2024	Presidente Vo Van Thuong renuncia ao cargo, também em meio a acusações de envolvimento em escândalos de corrupção (março).
2024	A Assembleia Nacional chancela a indicação do general To Lam, ex-Ministro da Segurança Pública, como presidente do país (maio).
2024	To Lam é eleito Secretário-Geral do PCV, após a morte de Nguyen Phu Trong, e passa a acumular o cargo de presidente (agosto).
2024	Luong Cuong assume a presidência da República (outubro).

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1989	Estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e o Vietnã (maio)
1993	Visita do vice-ministro dos Negócios Estrangeiros, Le Mai (outubro)
1994	Visita da primeira missão empresarial brasileira ao Vietnã (abril)
	Visita do vice-primeiro-ministro Phan Van Khai (junho)
	Instalação da Embaixada em Hanói (setembro)
1995	Visita do presidente do Vietnã, Le Duc Anh (outubro)
1997	Abertura do Consulado-Geral do Vietnã em São Paulo
1998	I Primeira Reunião de Consultas Brasil-Vietnã (maio)
1999	Criação do Grupo Parlamentar Brasil-Vietnã (abril)
2000	Abertura da Embaixada residente do Vietnã em Brasília (outubro)
2003	Visita de missão político-empresarial brasileira chefiada pelo deputado federal Aldo Rebelo, líder do Governo na Câmara (outubro)
	II Reunião de Consultas Brasil-Vietnã (outubro)
	Visita do ministro da Defesa do Vietnã, Pham Van Tra (novembro)
2004	Visita do vice-presidente da Comissão Parlamentar de Rel. Ext. do Vietnã (janeiro)
	Visita ao Brasil do vice-ministro Le Van Bang e III Reunião de Consultas Brasil-Vietnã (outubro)
	Visita ao Brasil do presidente do Vietnã, Tran Duc Luong (novembro)
	Realização, em São Paulo, do 1º “Fórum Empresarial Brasil-Vietnã” (novembro)
2005	Recriação do Grupo Parlamentar Brasil-Vietnã
2006	Visita do presidente da Assembleia Nacional do Vietnã, Nguyen Van Há (março)
2007	Visita do secretário-geral do Partido Comunista, Nong Duc Manh (maio)
	Missão chefiada pelo secretário-executivo do MDIC, Ivan Ramalho (outubro)
	IV Reunião de Consultas Brasil-Vietnã (novembro)
2008	Visita a Hanói do ministro das Relações Exteriores Celso Amorim (fevereiro)
	Visita do ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias (março)
	Visita ao Vietnã do presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, senador Heráclito Fortes (março)

	Visita oficial ao Vietnã do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (julho)
	Visita do vice-primeiro-ministro e chanceler, Pham Gia Khiem, a Brasília, por ocasião da I Reunião Ministerial MERCOSUL-ASEAN (novembro)
	Visita do vice-ministro do Comércio e Indústria do Vietnã, Do Huu Hao, para a reunião de instalação da COMISTA e para Conferência Internacional sobre Biocombustíveis (novembro)
2009	Visita do vice-ministro da Indústria e do Comércio Exterior do Vietnã, Do Huu Hao para I Reunião da Comissão Mista Brasil-Vietnã (maio)
	Visita do ministro da Cultura, Esportes e Turismo, Hoang Tuan Anh, para participar da celebração dos 20 anos de relações, em Brasília (outubro)
2010	Visita a Brasília do vice-chanceler, atual titular da pasta, Pham Binh Minh, para chefiar a delegação vietnamita à V Reunião de Consultas Políticas (maio)
	Criação da Associação de Amizade Vietnã-Brasil, seção da Organização das Associações de Amizade do Vietnã (junho)
	Participação do vice-primeiro-ministro e ministro da Educação do Vietnã, Nguyen Thien Nhan, na 34ª Sessão do Comitê do Patrimônio Mundial, em Brasília (julho)
2011	Visita do vice-ministro de Ciência e Tecnologia, Nguyen Van Lang (junho)
2012	Visita do vice-ministro de Ciência e Tecnologia, Nguyen Van Lang (abril)
	Criação da Associação de Amizade Brasil-Vietnã (AbraViet) em Brasília (maio)
	Visita do vice-ministro da Indústria e Comércio, Tran Tuan Anh, chefiando a delegação vietnamita à II Reunião da Comissão Mista (abril)
	Participação do vice-primeiro-ministro Nguyen Thien Nhan na Rio+20 (junho).
	Visita a Hanói do ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota (julho)
	Visita do vice-ministro-permanente das Finanças do Vietnã, Nguyen Cong Nghiep (novembro)
2013	Missão de inspeção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Ministério da Pesca e Aquicultura ao Vietnã (março)
	Visita ao Vietnã do presidente do PC do B, Renato Rabelo, quando manteve encontro com o secretário-geral do Partido Comunista,

	Nguyen Phu Trong (abril)
	Visita ao Brasil do diretor do Departamento de Informação ao Estrangeiro do PCV (julho)
2015	Visita da vice-presidente vietnamita, Nguyen Thi Doan (maio)
	Visita do ministro das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira (julho)
2017	Visita do vice-ministro das Relações Exteriores, Há Kim Ngoc, ao Brasil e realização da VI Reunião de Consultas sobre Assuntos de Interesse Comum (junho)
	Visita do ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira (setembro)
	Reinstalação do Grupo Parlamentar Brasil-Vietnã (setembro)
2018	Visita do ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira (maio)
	Visita do vice-primeiro-ministro Vuong Dinh Hue (julho)
2019	Visita da ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina (maio)
	Visita do vice-ministro de Comércio e Indústria, Tran Quoc Khan (novembro)
	Missão da Apex-Brasil a Hanói e Ho Chi Minh (novembro)
2020	VII Reunião de Consultas sobre Assuntos de Interesse Comum, realizada virtualmente (novembro).
2022	VIII Reunião de Consultas sobre Assuntos de Interesse Comum, realizada virtualmente (novembro).
2023	Encontro do presidente Lula com o primeiro-ministro Pham Minh Chinh às margens do G7, em Hiroshima (abril)
	Encontro do chanceler Mauro Vieira com seu homólogo Bui Than Son à margem da Reunião Ministerial do Conselho da OCE, em Paris (junho)
	Visita do primeiro-ministro Pham Minh Chinh (setembro)
	Visita da ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos (novembro)
2024	Visita do ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira (abril)
2024	Visita do primeiro-ministro Pham Minh Chinh ao Rio de Janeiro para participar da Cúpula do G20 (novembro)
2024	Elevação das relações à Parceria Estratégico (novembro)
2025	Visita de Estado do Presidente Lula (março)
2025	Visita do primeiro-ministro Pham Minh Chinh ao Rio de Janeiro para participar da Cúpula do BRICS (julho)

ACORDOS BILATERAIS

Título do Acordo	Data de celebração	Entrada em vigor	Publicação
Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério das Relações Exteriores da República Socialista do Vietnã Relativo a Consultas sobre Assuntos de Interesse Comum	10/10/1995	10/10/1995	18/10/1995
Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Socialista do Vietnã	24/10/2003	20/09/2005	03/01/2006
Acordo, por troca de Notas, para fortalecer as Relações Comerciais	16/11/2004	15/12/2015	06/01/2005
Acordo, por troca de Notas, sobre Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos	16/11/2004	12/05/2005	06/01/2005
Acordo de Cooperação em Saúde e Ciências Médicas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Socialista do Vietnã.	29/05/2007	29/05/2007	15/06/2007
Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área de Técnicas de Produção e Uso de Etanol Combustível	27/02/2008	27/02/2008	-
Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Socialista do Vietnã	10/07/2008	01/02/2012	13/07/2015
Memorando de Entendimento sobre Cooperação Esportiva entre o Ministério do Esporte da República Federativa do Brasil e o Ministério da Cultura, Esportes e Turismo da República Socialista do Vietnã	10/07/2008	10/07/2008	28/08/2008

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República Socialista do Vietnã sobre a Luta contra a Fome e a Pobreza	10/07/2008	10/07/2008	06/08/2008
Memorando de Entendimento sobre o Estabelecimento de uma Comissão Mista entre o Governo da República Federativa do Brasil e da República Socialista do Vietnã	10/07/2008	10/07/2008	06/08/2008
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Socialista do Vietnã sobre a Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Oficiais ou de Serviço	24/11/2008	07/07/2009	18/06/2009
Memorando de Entendimento entre o Instituto Rio Branco e a Academia Diplomática do Vietnã sobre Cooperação Mútua para o Treinamento de Diplomatas	12/05/2018	12/05/2018	12/06/2018
Acordo sobre Transportes Marítimos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Socialista do Vietnã	11/09/2017	31/08/2023	28/11/2023
Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Socialista do Vietnã	02/07/2018	27/07/2020	10/11/2023
Acordo na Área Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Socialista do Vietnã	25/09/2023	Em tramitação	-
Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Defesa entre o Ministério da Defesa da República Federativa do Brasil e o Ministério da Defesa da República Socialista do Vietnã	25/09/2023	-	-
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Socialista do	28/03/2025	Em tramitação	

Vietnã sobre Troca e Proteção Mútua de Informações Classificadas			
Memorando de Entendimento entre o Ministério de Desenvolvimento, Indústria Comércio e Serviços (MDIC) e o Ministério da Indústria e Comércio do Vietnã (MoIT) sobre a criação de Grupo de Direção de Cooperação Comercial e Industrial	28/03/2025	28/03/2025	28/03/2025

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA EMBAIXADA DO BRASIL NO VIETNÃ

Candidato: MARCELO PAZ SARAIVA CÂMARA

PERFIL DO CANDIDATO**Embaixador Marcelo Paz Saraiva Câmara**

Nascido em Teresina, em 11 de janeiro de 1969, Marcelo Câmara graduou-se em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (1990-1994) e concluiu Mestrado em História Contemporânea pela Universidade Humboldt, Berlim (2005-2007), com a tese “A Política Externa e a Questão da Soberania na Alemanha Reunificada (1990-2003)”.

Ingressou na carreira diplomática em 1995, após cursar o Instituto Rio Branco (Curso de Preparação à Carreira Diplomática). Foi promovido a Ministro de Segunda Classe em junho de 2017. Em 2012, concluiu o Curso de Altos Estudos do IRBr, apresentando a tese “A República de Berlim e a Política Externa do Governo Gerhard Schröder (1998-2005)”.

No Brasil, exerceu funções na Divisão da África II (1997), Divisão das Nações Unidas (2006), Departamento da África (2008), Divisão da África III (2009), Departamento de Organismos Internacionais (2015), Divisão de Desarmamento e Tecnologias Sensíveis (2015) e, mais recentemente, como Diretor de Assuntos Estratégicos, de Defesa e de Desarmamento (2020).

No exterior, serviu na Embaixada em Windhoek (1999), na Embaixada em Berlim (2002-2006), na Delegação do Brasil junto à Agência Internacional de Energia Atômica (2010-2012) e na Embaixada em Havana (2014). Participou de diversas missões internacionais, incluindo reuniões preparatórias para Cúpula de Seul de Segurança Nuclear (2012), a 10ª Conferência de Exame do Tratado sobre a não Proliferação de Armas Nucleares (Nova York, 2020), e, como chefe das delegações brasileiras às Plenárias do Regime de Controle da Tecnologia de Mísseis (MTCR) em Auckland (2019), Sochi (2021), Montreux (2022) e Rio de Janeiro (2023); às Plenárias do Grupo de Supridores Nucleares (NSG) de Jurmala (2018), Varsóvia (2022), Buenos Aires (2023), Rio de Janeiro (2024) e Cidade do Cabo (2025); e às Reuniões Consultivas do Tratado da Antártica em Berlim (2022), Helsinki (2023) e Milão (2024).

Foi o representante brasileiro nas duas edições (2018-2019; e 2022-23) do Grupo de Peritos Governamentais das Nações Unidas sobre Verificação do Desarmamento Nuclear bem com da quinta edição (2016-2017) do Grupo de Peritos Governamentais das Nações Unidas sobre os Efeitos das Tecnologias de Informação e Comunicação para a Paz e Segurança Internacionais

É autor da obra “A Política Externa Alemã na República de Berlim: de Gerhard Schröder a Angela Merkel” (2013). Foi agraciado com a Ordem do Mérito da Defesa, a Medalha da Vitória e a Medalha do Mérito Tamandaré, todas em 2017, bem como a Ordem do Rio Branco e a Medalha Mérito Santos Dumont (ambas em 2018), a Ordem do Mérito Aeronáutico (2019) e a Ordem do Mérito do Militar (2024).

SITUAÇÃO ATUAL DO POSTO**I – Relações diplomáticas**

- As relações entre o Brasil e a Vietnã são diversificadas e dinâmicas. A partir dos anos 2000, observou-se um processo de revitalização do relacionamento bilateral, com destaque para visitas recíprocas de alto nível e assinatura de diversos instrumentos de cooperação, que culminaram com a elevação das relações ao nível de Parceria Estratégica, em novembro de 2024.
- As relações diplomáticas foram estabelecidas em 8 de maio de 1989 e completaram 35 anos em 2024. A Embaixada do Brasil em Hanói foi inaugurada em 1994 — a primeira de um país da América Latina no Vietnã — e a Embaixada do Vietnã em Brasília foi aberta em 2000.
- Estão em vigor diversos instrumentos de cooperação, incluindo acordos sobre isenção de vistos para portadores de passaportes diplomáticos, oficiais e de serviço; combate à fome e à pobreza; comércio; serviços aéreos; esportes; ciência e tecnologia; saúde e ciências médicas; cultura; e cooperação entre academias diplomáticas.
- Em julho de 2008, o presidente Lula realizou a primeira visita de Chefe de Estado brasileiro ao Vietnã. O presidente avistou-se com o então Presidente Nguyen Minh Triet, com quem se avistou; e com o Presidente da Assembleia Nacional, Nguyen Phu Trong; com o Primeiro-Ministro Nguyen Tan Dung; e com o Secretário-Geral do Partido Comunista, Nong Duc Manh. Naquela ocasião, foram assinados Memorando de Entendimento sobre Cooperação Esportiva; sobre a Luta contra a Fome e a Pobreza; sobre o Estabelecimento de uma Comissão Mista; e o Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica.
- Do lado vietnamita, visitaram o Brasil os presidentes Le Duc Anh e Tran Duc Luong (1995 e 2004); o secretário-geral do Partido Comunista, Nong Duc Manh (2007); e o Primeiro-Ministro Pham Minh Chin (2023 e 2024).
- Brasil e Vietnã contam com dois mecanismos regulares de diálogo: as Reuniões de Consultas sobre Assuntos de Interesse Comum (consultas políticas) e a Comissão Mista Bilateral. A mais recente rodada de consultas políticas foi realizada virtualmente em agosto de 2023. A última reunião da Comissão Mista ocorreu em Brasília, em abril de 2012.
- Durante a visita do Primeiro-Ministro Pham Minh Chinh, em setembro de 2023, foram firmados o Acordo de Cooperação em Educação; o Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Defesa; o Plano de Ação 2024–2026 para a Implementação do Memorando de Entendimento sobre Cooperação Agrícola entre os Ministérios da Agricultura do Brasil e do Vietnã; e o Plano de Ação 2024–2025 entre o Instituto Rio Branco e a Academia Diplomática do Vietnã.
- Em 2024 celebraram-se 35 anos de relações diplomáticas entre os dois países. A efeméride foi marcada pela visita do chanceler Mauro Vieira a Hanói, em abril de 2024, interrompendo um hiato de seis anos (a última visita de um Chanceler brasileiro ao Vietnã havia ocorrido em 2018, na gestão do Ministro Aloysio Nunes Ferreira).
- À margem da Cúpula do G20, em 2024, o Premiê Pham Minh Chinh e o Presidente Lula assinaram nova Declaração Conjunta. O resultado principal do encontro foi o anúncio da elevação dos laços bilaterais à categoria de Parceria Estratégica, fazendo do Brasil o primeiro país da América do Sul a celebrar Parceria Estratégica com o Vietnã. A nova Parceria Estratégica bilateral se estrutura em torno de 4 pilares: agricultura e comércio, defesa, ciência e tecnologia e meio ambiente, áreas nas

quais ambos países se comprometeram a adensar cooperação e intercâmbios.

- Em março de 2025, o Presidente Lula realizou outra visita de Estado ao Vietnã, quando foram assinados o Plano de Ação para Implementação da Parceria Estratégica (2025–2030); o Acordo sobre Troca e Proteção Mútua de Informações Classificadas; e Memorando de Entendimento entre o Ministério de Desenvolvimento, Indústria Comércio e Serviços (MDIC) e o Ministério da Indústria e Comércio do Vietnã (MoIT) sobre a criação de Grupo de Direção de Cooperação Comercial e Industrial.
- Em maio de 2025, sob a presidência brasileira do BRICS, o Vietnã formalizou aceitar o convite para somar-se ao agrupamento, na qualidade de país parceiro. Em julho, o Primeiro-Ministro Pham Minh Chinh participou da 17ª Cúpula do BRICS, no Rio de Janeiro. Na ocasião, manteve encontro bilateral com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva à margem da Cúpula.
- Em 20 de dezembro último, durante a última reunião do Conselho Comum do MERCOSUL sob a presidência pro-tempore brasileira, foi anunciado formalmente o início das negociações de Acordo de Preferências Tarifárias entre MERCOSUL e Vietnã.
- No âmbito da cooperação parlamentar, missão liderada pelo Presidente do Grupo-Parlamentar de Amizade Vietnã-Brasil, Nguyen Lam Thanh, acompanhado de delegação de parlamentares, visitou o Brasil no período de 7 a 10 de agosto de 2023. O lado brasileiro retribuiu a visita dois anos depois, mediante missão parlamentar realizada de 17 a 23 de agosto últimos, liderada pelo deputado Marcio Honaiser (PDT-MA), presidente do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Vietnã.

II - Relação econômico-comercial

- Em 2025, o intercâmbio comercial alcançou o valor de US\$ 7,4 bilhões (-3,5% em relação a 2024), com exportações de US\$ 3,8 bilhões (-3,8%) e importações de US\$ 3,7 bilhões (+0,8%). O superávit brasileiro foi da ordem de US\$ 90,5 milhões. O Brasil exportou mais para o Vietnã do que para diversos parceiros regionais, como Uruguai, Colômbia e Peru.
- A pauta de exportações brasileiras é concentrada em *commodities*, sobretudo milho não moído (23,3%), algodão em bruto (18,4%), soja (13,2%), farelos de soja e outros alimentos para animais (8,8%). Os principais produtos importados pelo Brasil foram equipamentos de telecomunicações (22,1%), válvulas e tubos termiônicas (15,4%), pneus de borracha (9,1%), calçados (7,9%).
- O Brasil é primeiro parceiro comercial do Vietnã na América Latina, contabilizando um total de US\$7,9 bilhões de fluxo bilateral, seguido pelo México (US\$ 6,4 bilhões), Argentina (US\$ 4 bilhões) e Chile (US\$1,8 bilhões).
- Apesar do potencial de incremento do comércio entre os dois países, tem sido necessário promover ações de promoção comercial para diversificar e equilibrar o perfil da balança comercial entre as duas economias. A elevação das exportações brasileiras de bens de valor agregado permanece como constante desafio.
- A Embraer manifesta forte interesse na venda de aviões para empresas do setor de aviação civil vietnamitas (Vietnam Airlines e Vietjet Air) e de produtos de defesa, como o KC-390 e o Super-Tucano, para o governo. A Embraer recebeu em suas instalações, em São José dos Campos, o Primeiro-Ministro Pham Minh Chinh, em setembro de 2023. A empresa participou, em Hanói, da Exposição Internacional de Defesa, em dezembro de 2024. Em abril de 2025, à margem da Cúpula

do BRICS, no Rio de Janeiro, o CEO da Embraer reuniu-se com o primeiro-ministro Pham Minh Chinh.

- Durante a visita de Estado do Presidente Lula ao Vietnã, em março de 2025, foi anunciada a abertura do mercado local para a carne bovina brasileira. Nesse sentido, a JBS possui forte interesse no mercado do Vietnã, mantendo, nos arredores de Ho Chi Minh, unidade de distribuição, produção e acabamento de couros, base para exportações para a Ásia e EUA. A empresa anunciou a realização de investimentos da ordem de 100 milhões de dólares em duas fábricas de processamento de carne bovina, uma nas proximidades da cidade portuária de Hai Phong, e outra na região sul do país.
- As primeiras partidas de exportação de carnes provenientes do mercado brasileiro registraram entrada no mercado local em 31 de agosto de 2025. A Embaixada tem insistido junto ao Governo vietnamita para aumentar o número de estabelecimentos habilitados a exportar carne bovina para o Vietnã.
- Não há registro de investimentos do Vietnã no Brasil. A fabricante de veículos elétricos VinFast, que integra o maior grupo empresarial vietnamita, estuda a possibilidade de abrir escritório em São Paulo, a fim de eventualmente vender automóveis no mercado nacional. Registrou patentes de veículos elétricos no Brasil.
- Em setembro de 2023, durante visita do Primeiro-Ministro do Vietnã ao Brasil, os países assinaram Plano de Ação vinculado ao Memorando de Entendimento sobre Cooperação Agrícola entre MAPA e MARD, de 2018. O texto busca implementar estratégias para abertura de mercados e resolução de questões sanitárias e fitossanitárias, por meio de interação regular dos agentes políticos e técnicos dos países, e inclui propostas específicas, bem como condições para acompanhamento das propostas.
- Há ao menos três empresas brasileiras em operação no Vietnã. O escritório brasileiro de arquitetura GEMA atua há mais de quatro anos na cidade de Ho Chi Minh. A empresa Medevice 3S, joint-venture coreano-brasileira também sediada em Ho Chi Minh, fabrica preservativos. A JBS instalou, em 2014, nos arredores de Ho Chi Minh, unidade de distribuição, produção e acabamento de couros, base para exportações para a Ásia e os EUA.

III- Cooperação em Energia

- A bioenergia é um dos principais eixos da cooperação entre o Brasil e os países da ASEAN. Em outubro de 2024, foi realizada a primeira etapa do projeto "Intercâmbio de visitas técnicas e produção de breve relatório sobre políticas de promoção de bioenergia no Sudeste Asiático", com a visita técnica de especialistas do Centro de Energia da ASEAN (ACE, na sigla inglês) ao Brasil. Em agosto de 2025, realizou-se a segunda etapa do projeto, com a visita técnica de especialistas brasileiro à Jacarta, Singapura e Vietnã.
- Em abril de 2024, realizou-se edição do seminário "Ethanol Talks" em Hanói, em colaboração com a Associação Brasileira da Indústria de Cana-de-Açúcar (ÚNICA) e o Arranjo Produtivo Local do Alcool (APLA). Houve ampla participação do setor privado local envolvido no setor de combustíveis e na produção de cana de açúcar, além de montadoras de automóveis. A Embaixada do Brasil em Hanói e a Associação de Produtores de Cana de Açúcar e Açúcar do Vietnã (VSSA) têm mantido interlocução para avançar no diálogo sobre o tema.

IV – Cooperação em Defesa

- Em setembro de 2023, durante a visita do primeiro-ministro, foi assinado Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Defesa. O Plano Trienal de cooperação em defesa 2024-2026 tem por objetivo a efetiva implementação do Memorando de Entendimento.
- Com o adensamento das relações com o Vietnã, o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR) identificou a conveniência de negociar instrumento que permita o intercâmbio e a proteção mútua de informações classificadas. O acordo, cuja negociação teve início em 2022, foi assinado durante a visita do presidente Lula ao Vietnã em 2025.
- Historicamente, devido às guerras nas quais esteve envolvido no Século XX, o Vietnã teve como principal fornecedor de material bélico a União Soviética, e, após o fim daquele estado, a Rússia. Atualmente, o Vietnã envida esforços para diversificar seus fornecedores de material bélico, no que se tem observado aproximação com os EUA e os aliados da OTAN. O Brasil se apresenta como parceiro não tradicional no setor de defesa, sendo alternativa consistente com a política de diversificação empreendida pelo Vietnã.
- O Sudeste Asiático vem ganhando importância como destino dos produtos de defesa do Brasil. A Embraer contempla possibilidade de vendas ao Vietnã de aeronaves militares, como o KC-390 e o Super Tucano, além de sistemas de lançamento de foguetes e outros equipamentos de defesa (radares). Contudo, a imposição de novas tarifas pelo Governo norte-americano mudou o panorama do setor de defesa no Vietnã. Nas negociações para a diminuição das tarifas, o Vietnã comprometeu-se a adquirir aviões militares de transporte Hercules C-130 da Lockheed Martin e companhias de aviação civil vietnamitas anunciaram a aquisição de aeronaves da Boeing.
- A existência de adidância de Defesa vietnamita em Brasília, a primeira na América do Sul, corrobora a importância conferida por Hanói ao Brasil. Não há, no momento, reciprocidade pelo lado brasileiro – o adido de defesa e aeronáutico na Indonésia é também acreditado junto ao governo do Vietnã.

V – Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação

- O Vietnã é considerado um dos sete países de renda média que atingiu maior progresso em inovação na última década, tendo subido da 73ª posição, em 2013, para a 46ª, em 2023, no Índice Global de Inovação (GII) da Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI).
- A cooperação bilateral na área de CT&I ganhou impulso com a visita da Ministra de Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos, a Hanói, em novembro de 2023. Tratou-se de oportunidade para identificar áreas de interesse, formular projetos e aproximar a comunidade científica dos dois países, com o objetivo de estabelecer plano de cooperação bilateral em áreas de interesse, como energia limpa, agricultura, transformação digital e formação de recursos humanos. No que se refere ao último ponto, o Vietnã indicou a necessidade de formar cerca de 50 mil profissionais na área de semicondutores e solicitou o apoio brasileiro.
- Em julho de 2025, por ocasião da Cúpula do BRICS, Brasil e Vietnã assinaram um Memorando de Entendimento (MdE) para estreitar a colaboração entre os dois países nas áreas de ciência, tecnologia, inovação e transformação digital. O memorando foi assinado pelo Ministério da

Ciência, Tecnologia e Inovação do Brasil e pelo Ministério da Ciência e Tecnologia do Vietnã. O novo pacto se baseia no Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica estabelecido em 2008, reforçando o forte relacionamento bilateral e o desejo de impulsionar o desenvolvimento digital mútuo. O principal objetivo do memorando é ampliar e incentivar a cooperação acadêmica, científica, econômica e institucional.

- Em setembro de 2025, foi realizada a I Reunião do Comitê Conjunto de Cooperação em Ciência e Tecnologia (CCCCT), conforme previsto no Acordo de Cooperação em Ciência e Tecnologia, de 2008, mas que nunca havia se reunido anteriormente. O foco principal da reunião esteve em semicondutores, inteligência artificial, e transformação digital. Foi proposta a assinatura de Memorando de Entendimento para fundamentar a cooperação bilateral e as atividades a serem promovidas. Ficou acordado que cada país indicaria representantes para um grupo de trabalho a definir o plano de trabalho conjunto para o setor.

VI - Temas Culturais

- Durante sua agenda no Brasil, em setembro de 2023, o Primeiro-Ministro Pham Minh Chinh visitou o Sport Club Corinthians Paulista e mencionou como áreas de interesse prioritário para a cooperação bilateral as do esporte e da diplomacia cultural esportiva, especificamente a cooperação em esportes de alto desempenho, com foco especial no futebol.
- Em setembro de 2023, na visita do Primeiro-Ministro Pham Minh Chinh ao Brasil, foi assinado Acordo de Cooperação em Educação, ainda pendente de ratificação. O acordo facilitará o intercâmbio de estudantes de graduação e pós-graduação. Permitirá, entre outros, o acesso de estudantes vietnamitas aos programas de bolsas de estudo do governo brasileiro.
- Em novembro de 2023, o Primeiro-Ministro Pham Minh Chinh inaugurou, no Rio de Janeiro, placa que recorda passagem pelo Brasil, provavelmente em 1912, do revolucionário Ho Chi Minh (1890-1969). Segundo alguns biógrafos, Ho Chi Minh, que trabalhava como tripulante em um navio francês, precisou desembarcar no Brasil para receber tratamento médico. Durante sua estadia na cidade, Ho Chi Minh alojou-se no bairro de Santa Teresa e teria estabelecido laços com o movimento sindical dos trabalhadores portuários.
- No âmbito da celebração dos 35 anos de relações diplomáticas entre Brasil e Vietnã, realizou-se o Festival de Futebol Vietnã-Brasil 2024, que teve lugar na cidade de Da Nang e contou com a presença de uma equipe de futebol brasileira, composta pelos ex-jogadores da seleção brasileira Dunga, Rivaldo, Kleberson, Paulo Sergio, Edmilson, Giovanni e Zé Carlos, bem como por jovens jogadores que se iniciam no futebol profissional. O tema é muito caro ao governo local e foi objeto do Memorando de Cooperação Esportiva entre a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e a Federação Vietnamita de Futebol (VFF), assinado durante a visita do Estado do Sr. Presidente da República em março passado.
- O Instituto Guimarães Rosa mantém um Leitorado de Língua Portuguesa junto à Universidade de Hanói (HANU). Em 4 de junho de 2024, no marco de celebrações de 35 anos de relações diplomáticas bilaterais, foi inaugurado o “Espaço Brasil” na mesma universidade. A HANU também abriga a Semana do Cinema Brasileiro na Universidade, com legendagem dos filmes para o idioma vietnamita realizada por alunos do curso de Língua Portuguesa da Universidade de Hanói.

- A Embaixada mantém longa parceria com o Departamento de Português da Universidade de Hanói (HANU), que conta com 260 alunos. Um dos frutos dessa parceria foi a elaboração do primeiro Dicionário Temático Português-Vietnamita, lançado em 2023. Está em vigor Memorando de Entendimento entre a Universidade de Hanói e a Embaixada do Brasil, renovado em junho de 2024, para permitir as atividades do Leitorado de Língua Portuguesa do Instituto Guimarães Rosa. O atual Leitor brasileiro deve exercer suas funções até outubro de 2026.
- O atual Leitorado brasileiro no Vietnã, contudo, carece de estrutura própria. A Universidade de Hanói, em mais de uma ocasião, questionou se o governo brasileiro não iria providenciar um espaço próprio para seu Leitorado. Eventual ampliação de suas atividades também esbarra no fato de ainda não estar em vigor o "Acordo na Área Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Socialista do Vietnã". O documento foi remetido ao Congresso Nacional para ratificação em março de 2025.

VII – Temas Consulares

- A comunidade brasileira sob a jurisdição da embaixada em Hanói é estimada entre 400 e 500 nacionais e é composta majoritariamente por engenheiros, pilotos e jogadores de futebol acompanhados de suas famílias. Os casos de assistência se restringem a orientações a respeito da legislação local, serviços notariais e eventuais contatos com as autoridades. Entre atos notariais, passaportes e vistos, o posto realizou 1386 atendimentos consulares em 2023, 1981 em 2024 e 1432 em 2025. Em 2023 e 2024 houve um aumento de demanda de vistos por marinheiros vietnamitas. Apesar de estar em vigor desde agosto de 2023, o Acordo sobre Transportes Marítimos entre os dois países estava sendo interpretado de maneira restritiva pelas autoridades portuárias brasileiras, ensejando pedidos de vistos. O tema foi solucionado ainda em 2024, a partir de quando tripulantes vietnamitas destinados a aportar no Brasil ficaram isentos de visto, bastando a apresentação de sua identificação de classe.
- No mesmo período, registrou-se substancial aumento na demanda por assistência advinda de cidadãos brasileiros, cuja presença tem crescido no país, em especial devido à retomada, pós-pandemia, do turismo internacional. Em 2022, segundo as autoridades locais, ingressaram no Vietnã, pouco mais de 7 mil brasileiros. Em 2024, foram 21 mil brasileiros. Entre janeiro e novembro de 2025, última cifra consolidada pelo governo, foram 20 mil.

MAPA ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO MRE (PEI-MRE)

VISÃO DE FUTURO

Fortalecimento da atuação do Brasil em temas globais por meio de uma diplomacia ativa e altiva, comprometida com os interesses do povo brasileiro e engajada na construção de parcerias estratégicas e na promoção da paz, da cooperação, do desenvolvimento sustentável e de um mundo mais justo e inclusivo.

PROPÓSITO

Promover a inserção internacional soberana, os valores e os interesses do Brasil, renovando o compromisso com o diálogo e a cooperação internacionais em prol do desenvolvimento sustentável, dos direitos humanos e da paz, e prestar assistência a brasileiras e brasileiros no exterior.

VALORES

Inovação. Transparência. Valorização do conhecimento institucional. Diversidade. Diálogo. Adaptabilidade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Reposicionar o Brasil no mundo, consolidando a vocação universalista da política externa e ampliando a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais;
2. Obter avanços significativos em processos negociadores, em linha com os interesses nacionais;
3. Tornar mais efetiva a promoção da imagem, da cultura, da ciência, dos produtos e dos serviços brasileiros, valorizando a diversidade do país;
4. Ampliar a cooperação técnica, humanitária e educacional praticada pelo Brasil e aprimorar sua efetividade;
5. Modernizar a prestação de serviços consulares, garantindo a assistência a brasileiras e brasileiros no exterior, com respeito a sua diversidade e atenção às especificidades de cada caso.

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO

VISÃO DE FUTURO DO POSTO

Ser reconhecida pela sociedade como entidade de referência na promoção das relações do Brasil com a República Socialista do Vietnã, defendendo e ampliando os interesses brasileiros por meio de ações diplomáticas, econômicas, culturais e consulares.

PROPÓSITO DO POSTO

Representar e promover os interesses do Brasil junto ao Vietnã, fortalecendo laços políticos, econômicos e culturais; apoiar o setor privado brasileiro; prestar serviços consulares de excelência; e fomentar parcerias em áreas de interesse comum.

VALORES

Profissionalismo • Excelência • Integridade • Inovação • Sentido de Missão

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO

- 1- Ampliar relações bilaterais em comércio, investimentos e cooperação técnica, alinhadas à Política Externa Brasileira;
- 2- Fortalecer a parceria política em temas regionais e globais, buscando convergência de posições;
- 3- Promover interesses comerciais brasileiros, aprofundando o intercâmbio de produtos agropecuários e prospectando novos setores, de modo a diversificar a pauta comercial;
- 4- Atrair investimentos vietnamitas para o Brasil, organizando eventos e missões empresariais;
- 5- Aprofundar mecanismos de cooperação em ciência, tecnologia, educação e inovação;
- 6- Apoiar candidaturas brasileiras em organismos internacionais, articulando apoio vietnamita;
- 7- Promover a imagem e cultura brasileira no Vietnã, reforçando identidade e diversidade cultural;
- 8- Prestar serviços consulares ágeis e seguros, garantindo assistência ao cidadão brasileiro;
- 9- Monitorar tendências geopolíticas e econômicas no Sudeste Asiático, com impacto para o Brasil;
- 10- Consolidar mecanismos de diálogo governamental, ampliando consultas e concertações bilaterais.

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE

I - Promoção de comércio e investimentos

METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

Atração de investimentos

- Apoiar missões de empresas e atores institucionais do Brasil ao Vietnã com foco na atração de investimentos;
- Mobilizar associações empresariais e setoriais e outros atores institucionais no Brasil sobre as oportunidades de relacionamento com investidores vietnamitas;
- Apoiar a consolidação de mecanismos de diálogo que possam fomentar o intercâmbio e cooperação bilateral;
- Identificar as prioridades e nichos de atuação dos investidores vietnamitas em seus portfólios no exterior, bem como mecanismos e fundos que facilitem ou alavanquem esses investimentos no Brasil;
- Identificar e fomentar investimentos vietnamitas em suas diferentes modalidades, a ecossistemas de inovação no Brasil, incluindo startups, aceleradoras, incubadoras e parques tecnológicos;
- Manter relacionamento com os principais investidores institucionais e com as empresas vietnamitas com interesse em investir no Brasil;
- Receber demandas de empresas vietnamitas sobre negócios no Brasil e facilitar a interlocução com os órgãos competentes, conforme o caso;

- Prospear associações setoriais, clusters e outros arranjos empresariais que possam receber delegações brasileiras para captação de investimentos ou realizar missão de investimentos ao Brasil;
- Organizar eventos de atração de investimentos na jurisdição do Posto.

Promoção comercial

- Colaborar para a arregimentação de empresas vietnamitas para projetos compradores no Brasil e para encontros de negócios em pavilhões do Brasil em feiras comerciais de grande porte no Sudeste Asiático;
- Responder a demandas de exportadores brasileiros sobre potenciais compradores e distribuidores de produtos brasileiros no Vietnã;
- Facilitar a aproximação entre exportadores brasileiros e potenciais compradores e distribuidores no Vietnã;
- Encorajar exportadores brasileiros a incluírem Vietnã em seu roteiro de promoção comercial na Ásia, em feiras e congressos, “road shows” ou ações individuais diretas no mercado local;
- Produzir e atualizar informações sobre os requisitos para a exportação de produtos para os países de jurisdição do Posto;
- Apoiar ações voltadas a crescente diversificação da pauta exportadora do Brasil, incluindo em bens e serviços com maior conteúdo tecnológico e inovador;
- Promover eventos de degustação e apresentação de produtos brasileiros e marcas junto a público selecionado;
- Monitorar e relatar alterações legislativas ou de práticas alfandegárias ou tarifárias que representem oportunidade ou ameaça para a inserção de produtos brasileiros no mercado do Vietnã;
- Apoiar ações voltadas à ampliação da participação brasileira no mercado agroalimentar e a superação de eventuais restrições de ordem sanitária e fitossanitária ainda vigentes;
- Monitorar e relatar movimentos de empresas e setores produtivos específicos, que possam constituir oportunidade ou ameaça para a inserção de produtos brasileiros no mercado internacional;
- Divulgar informações sobre a economia brasileira e seus processos de gestão que, ao aprofundar familiaridade, possam estimular o comércio bilateral.

INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Número de encontros virtuais ou presenciais, gestões e outras ações sobre questões comerciais e de investimentos com os setores privado e público do Vietnã;
- Número de consultas comerciais de empresas brasileiras atendidas pelo Setor de Promoção Comercial;

- Número de encontros com empresários, investidores e representantes de associações industriais ou comerciais do Brasil e do Vietnã, visando aumentar o fluxo de comércio e de investimentos;
- Número e escopo de ações de promoção de produtos brasileiros e de atração de investimentos organizadas pela Embaixada;
- Número de telegramas ou outros materiais sobre o ambiente de negócios local, sobre oportunidades ou ameaças para a inserção de produtos brasileiros, sobre requisitos para a exportação de produtos para o Vietnã.

II - Relações políticas bilaterais com Vietnã

METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- Apoiar e subsidiar a realização regular de encontros dos mecanismos de consultas políticas do Brasil com o Vietnã;
- Acompanhar e informar sobre a participação do Vietnã em iniciativas multilaterais que incluam o Brasil, inclusive na ASEAN;
- Apoiar a negociação de instrumentos e o estabelecimento de parcerias bilaterais com foco em desenvolvimento sustentável, transição energética, ciência e tecnologia, descarbonização da economia, economia circular e bioeconomia;
- Apoiar os Grupo de Amizade no Congresso Nacional;
- Realizar gestões para iniciar negociações de instrumentos bilaterais de interesse ou retomar a negociação de propostas de acordo não finalizadas;
- Estimular e apoiar visitas de autoridades brasileiras ao Vietnã, bem como de autoridades desses países ao Brasil;
- Intensificar os canais regulares de diálogo e interação com o Ministério de Negócios Estrangeiros e outros atores governamentais;
- Trocar informações sobre temas da agenda global, no âmbito multilateral ou regional, com a chancelarias vietnamita;
- Buscar a concertação de posições sobre temas globais e multilaterais, e, sob instruções do governo brasileiro, buscar o apoio do Vietnã a candidaturas brasileiras em foros multilaterais;
- Acompanhar, relatar e analisar os eventos de política interna e externa e de caráter econômico do Vietnã, tomando como premissa o interesse do governo brasileiro em temas da agenda atual;
- Acompanhar, relatar e analisar ações, políticas e eventos relativos à participação do Vietnã no âmbito da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN);
- Acompanhar, relatar e analisar os processos de implementação de acordos econômicos e comerciais dos quais Vietnã é parte;
- Elaborar materiais informativos sobre Vietnã para atender a demandas oriundas do MRE ou de outros órgãos públicos brasileiros.

INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Agendamento das reuniões de consultas políticas e escopo da pauta desses encontros;
- Número e pauta das notas verbais enviadas e recebidas da chancelaria vietnamita;
- Contabilização das gestões realizadas pela negociação e conclusão de acordos bilaterais, inclusive notas verbais, encontros presenciais e reuniões virtuais;
- Gestões em prol de candidaturas brasileiras;
- Gestões sobre concertação de posições no ambiente multilateral;
- Número de telegramas sobre temas de política interna e externa e economia do Vietnã;
- Número de reuniões, presenciais e virtuais, dos diplomatas e demais funcionários do Quadro da Embaixada com autoridades locais;
- Número de visitas de autoridades brasileiras ao Vietnã e de autoridades vietnamitas ao Brasil.

III - Promoção da imagem do país, da cultura brasileira e da língua portuguesa e cooperação em cultura

METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- Ampliar a difusão da cultura brasileira e diversificar as referências culturais brasileiras;
- Promover intercâmbio cultural entre Brasil e Vietnã;
- Promover a indústria cultural e criativa do Brasil, bem como destinos turísticos brasileiros;
- Estudar o turismo no Vietnã e identificar subsídios e práticas úteis para o setor no Brasil;
- Identificar continuamente oportunidades de engajamento e divulgação de artistas brasileiros para atuação no mercado e na agenda cultural do Vietnã;
- Buscar estabelecer parceria com empresas privadas vietnamitas com interesses no Brasil que possam copatrocinar eventos culturais brasileiros;
- Manter relacionamento com organizadores de festivais culturais e importantes estabelecimentos culturais para identificar oportunidade de inserção de artistas brasileiros em sua programação.

INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Número de eventos, escopo e público alcançado na área cultural realizados com participação e apoio do Posto;
- Número de artigos, na jurisdição do Posto e no Brasil, sobre eventos culturais apoiados ou organizados pela Embaixada ou outra atuação da Embaixada na promoção da cultura brasileira;
- Número de acessos nas mídias sociais do Posto;
- Número de reuniões, videoconferências e conferências telefônicas realizadas com artistas e produtores brasileiros, organizadores de eventos culturais, representantes de estabelecimentos culturais e operadores turísticos na jurisdição do posto.

IV – Apoio à comunidade brasileira

METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- Aprimorar a assistência consular e a provisão de documentos aos cidadãos brasileiros;
- Aprofundar a comunicação e difusão de temas de interesse da comunidade por meio das redes sociais do posto;
- Apoiar iniciativas de empreendedorismo, capacitação e troca de experiências da diáspora brasileira;
- Estimular iniciativas de cunho cultural realizadas pela diáspora brasileira e promover sua integração;
- Realizar visitas aos nacionais presos na jurisdição do posto.

INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Número de informações elaboradas pela Embaixada sobre mapeamento, apoio e assistência consular à comunidade brasileira no Vietnã;
- Número de reuniões da Embaixada com as associações brasileiras;
- Número de eventos culturais e de confraternização com a comunidade brasileira com apoio da Embaixada;
- Número de visitas a penitenciárias e contatos realizados com autoridades penitenciárias e advogados de defesa de brasileiros condenados;
- Número de reuniões e gestões realizadas junto às autoridades locais nas áreas de competência de interesse da comunidade brasileira.



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora **TEREZA CRISTINA**

RELATÓRIO Nº , DE 2026-CRE

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 15, de 2026, da Presidência da República, que submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor MARCELO PAZ SARAIVA CÂMARA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Socialista do Vietnã.

Relatora: Senadora TEREZA CRISTINA

Vem ao exame desta Comissão a indicação que o Presidente da República faz do Senhor MARCELO PAZ SARAIVA CÂMARA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Socialista do Vietnã.

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, compete privativamente ao Senado Federal apreciar previamente e deliberar, por voto secreto, sobre a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Assim, em atendimento ao disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o Ministério das Relações Exteriores (MRE) encaminhou o currículo do indicado.

Nascido em Teresina, Piauí, o diplomata graduou-se em Direito pela Universidade de Brasília, em 1994, e obteve o título de mestre em História Contemporânea pela Universidade Humboldt de Berlim, em 2007. No Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, em 2012, apresentou a tese intitulada “A República de Berlim e a Política Externa do Governo Gerhard Schröder”.

Foi agraciado com a Medalha da Ordem do Mérito da Defesa, a Medalha da Vitória e a Medalha do Mérito Tamandaré.

Ingressou na carreira diplomática como Terceiro-Secretário em 1996, sendo promovido a Segundo-Secretário em 2001, Primeiro-Secretário em 2006, Conselheiro em 2009, Ministro de Segunda Classe em 2017 e Ministro de Primeira Classe em 2024.

Ao longo de sua trajetória profissional, exerceu, entre outras funções, a de Conselheiro junto à Agência Internacional de Energia Atômica, entre 2010 e 2014; Chefe da Divisão de Desarmamento e Tecnologias Sensíveis, entre 2015 e 2020; Diretor do Departamento de Defesa, de 2020 a 2022; e Diretor de Assuntos Estratégicos, de Defesa e de Desarmamento, função que exerce desde 2022.

Em atendimento às normas do RISF, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a República Socialista do Vietnã.

Independente desde 1945, o Vietnã é uma república socialista, com aproximadamente 101 (cento e um) milhões de habitantes, distribuídos em território de cerca de 330 mil quilômetros quadrados, área semelhante à do estado do Mato Grosso do Sul. Destaca-se, ademais, que o país possui população majoritariamente jovem e economicamente ativa, com elevada taxa de participação no mercado de trabalho e crescente qualificação profissional, fator que tem contribuído para sua competitividade, especialmente nos setores industrial e de serviços, bem como para sua inserção nas cadeias globais de valor.

Apesar de tensões militares pretéritas com os Estados Unidos da América e de atuais divergências com a China em relação ao Mar do Sul da China, o Vietnã tem preservado sua autonomia frente às grandes potências, adotando diretrizes de política externa que incluem, não estabelecer alianças militares, não permitir a instalação de bases estrangeiras, e não empregar a força ou a ameaça de força nas relações internacionais.

Com posições pragmáticas e foco na equidistância e na autonomia, a política externa vietnamita tem sido caracterizada como “bamboo diplomacy”, expressão que traduz o esforço do país em equilibrar interesses geopolíticos conflitantes, maximizando oportunidades e minimizando atritos.

As relações diplomáticas entre Brasil e Vietnã foram estabelecidas em 1989 e completaram 35 anos em 2024. A missão diplomática brasileira em Hanói, primeira de um país latino-americano no Vietnã, foi inaugurada em 1994, enquanto a Embaixada do Vietnã em Brasília foi aberta em 2000.

Para o Vietnã, o relacionamento com o Brasil insere-se na política de diversificação de parcerias, voltada à redução da dependência de grandes economias. Nesse contexto, o Brasil figura como parceiro estratégico, contribuindo para a ampliação das opções diplomáticas do país asiático e para o equilíbrio nas relações com China e Estados Unidos.

No que se refere aos instrumentos de cooperação, as relações bilaterais Brasil-Vietnã mostram-se abrangentes, incluindo acordos nas áreas de isenção de vistos para passaportes diplomáticos, oficiais e de serviço, combate à fome e à pobreza, comércio, serviços aéreos, esportes, ciência e tecnologia, saúde, cultura e cooperação entre academias diplomáticas.

As relações políticas também se destacam pelo elevado nível. Do lado brasileiro, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva visitou Hanói em duas ocasiões (2008 e 2025), ambas em caráter de visita de Estado. Destacam-se, igualmente, visitas ministeriais, como a da então Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Senadora Tereza Cristina, em 2019. Em setembro de 2023, ocorreu a visita do Primeiro-Ministro do Vietnã ao Brasil, ocasião em que foi acordado plano de ação vinculado ao Memorando de Entendimento sobre Cooperação Agrícola.

O intercâmbio comercial alcançou cerca de US\$ 7,4 bilhões em 2025. A pauta exportadora brasileira é historicamente concentrada em commodities agrícolas, especialmente milho não moído (23,3%), algodão em

bruto (18,4%), soja (13,2%) e farelos de soja (8,8%). Entre os principais produtos importados destacam-se equipamentos de telecomunicações (22,1%), válvulas e tubos termiônicos (15,4%), pneus (9,1%) e calçados (7,9%).

Os produtos do agronegócio representam mais de 60% das exportações brasileiras para o Vietnã. Em termos comparativos, o Brasil exporta mais para o Vietnã do que para parceiros regionais como Uruguai, Colômbia e Peru.

O Vietnã ocupa a quinta posição entre os destinos das exportações do agronegócio brasileiro. O Brasil responde por cerca de 70% da soja importada pelo país asiático, além de ser o principal fornecedor de carne suína (cerca de 37%) e o segundo maior fornecedor de carne de frango e algodão. Durante a visita do Presidente Lula em 2025, foi anunciada a abertura do mercado vietnamita para a carne bovina brasileira.

Entre as oportunidades de ampliação do intercâmbio comercial, destaca-se o interesse da empresa brasileira JBS na construção de unidades de processamento e centros logísticos no Vietnã, bem como as iniciativas da Embraer para ingresso no mercado de aviação civil e militar daquele país.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora

3

INFORMAÇÃO
CURRICULUM VITAE



MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE PAULO ROBERTO SOARES PACHECO
CPF: [Informações pessoais]
ID.: [Informações] MRE

1964 Filho de [Informações pessoais], nasce em [Informações pessoais], no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1986 Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro
1997 CAD - IRBr
2007 CAE - IRBr, A terceira via: sua dimensão plurilateral (a Governança Progressista), o protagonismo do Reino Unido e o papel do Brasil entre os 'progressistas em desenvolvimento'.

Cargos:

1988 Terceiro-secretário
1994 Segundo-secretário
2000 Primeiro-secretário, por merecimento
2006 Conselheiro, por merecimento
2009 Ministro de segunda classe, por merecimento
2019 Ministro de primeira classe, por merecimento

Funções:

1988-91 Divisão de Operações de Promoção Comercial, assistente
1991-93 Secretaria de Imprensa do Gabinete, assistente
1994-97 Missão junto às Nações Unidas, Nova York, terceiro-secretário e segundo-secretário
1997-2000 Embaixada em Bogotá, segundo-secretário
2000-03 Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos, assessor
2003-06 Embaixada em Londres, primeiro-secretário
2006-10 Embaixada em Buenos Aires, conselheiro e ministro-conselheiro
2010-15 Embaixada em Washington, ministro-conselheiro
2015-17 Gabinete do Ministro de Estado, assessor
2017 Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras e de Assuntos Consulares e Jurídicos, assessor técnico
2017-19 Departamento de Imigração e Assuntos Jurídicos, diretor
2019-20 Ministério de Minas e Energia, chefe da Assessoria Especial de Relações Internacionais
2020- Embaixada em Santiago, embaixador

Condecorações:

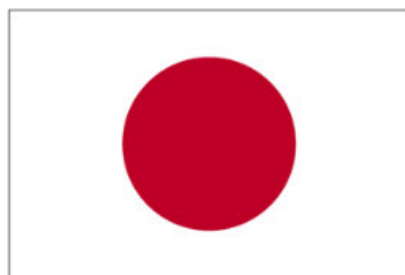
2000 Medalha Mérito Santos Dumont, Brasil

2001 Medalha Mérito Tamandaré, Brasil
2014 Medalha do Pacificador, Brasil
2014 Ordem do Mérito da Defesa, Brasil
2015 Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial
2019 Medalha do Mérito Naval, Grande Oficial
2021 Ordem do Mérito Judiciário Militar, Alta Distinção
2023 Medalha Exército Brasileiro
2024 Ordem de Bernardo O'Higgins, Grã Cruz



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

JAPÃO



OSTENSIVO

PERFIS BIOGRÁFICOS



IMPERADOR NARUHITO

Nasceu em 23/2/1960, filho do 125º Imperador, Akihito. Após a abdicação de seu pai, tornou-se, em 1/5/2019, o 126º Imperador do Japão. Graduiu-se, em 1982, na Universidade de Gakushuin, como bacharel em História. Interrompeu seus estudos de pós-graduação por dois anos para pesquisar sobre transporte marítimo no Merton College, em Oxford – o que fez dele o primeiro herdeiro a estudar fora do Japão. Ao retornar a seu país, concluiu parte do programa de doutorado em História Japonesa pela Gakushuin em 1988.

Esteve no Brasil em três ocasiões: em 2018, para participar do 8º Fórum Mundial da Água; em 2008, no contexto do Ano do Intercâmbio Brasil-Japão (Centenário da imigração japonesa no Brasil); e em 1982.



IMPERATRIZ MASAÇO

Nasceu em 09/12/1963, filha de Owada Hisashi, alto oficial do Ministério das Relações Exteriores. Na infância, morou na União Soviética e nos Estados Unidos. Graduiu-se, em 1985, na Universidade de Harvard com especialização em Economia e, no ano seguinte, matriculou-se na Universidade de Tóquio. Ingressou no Ministério das Relações Exteriores em 1987. Aceitou a proposta de

casamento de Naruhito em 1992. Casou-se em 1993 e, em 2001, nasceu a princesa Aiko.



SANAE TAKAICHI
PRIMEIRA-MINISTRA

Nascida em 1961, é a primeira mulher a ocupar o cargo de chefe de governo no Japão. Takaichi foi deputada durante dez mandatos não consecutivos pela Província de Nara. Ocupou cargos de Ministra de Ciência e Tecnologia (2006–2008), Ministra de Assuntos Internos e Comunicações (2014-2017 e 2019-2021) e Ministra da Segurança Econômica (2022-2024). Discípula do ex-PM Shinzo Abe, integra a ala conservadora do Partido Liberal Democrático (PLD) e, durante a campanha, priorizou agenda de segurança — defesa nacional, segurança energética (inclusive o uso de energia nuclear) e alimentar. Tomou posse em 21/10/2025.



TOSHIMITSU MOTEGI
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Nascido em 7/10/1955, em Ashikaga, província de Tochigi, Toshimitsu Motegi formou-se em Economia pela Universidade de Tóquio, em 1978. Trabalhou na Marubeni Corporation (1978-1980) e na McKinsey & Company (1984-1992). Sua carreira política teve início em 1993, quando foi eleito para a Câmara de Representantes pelo 5º Distrito Eleitoral de Tochigi – foi eleito nove vezes

consecutivas para essa cadeira. Leal ao ex-PM Shinzo Abe, foi Ministro da Economia, Comércio e Indústria (2012-2014), Ministro da Revitalização Econômica durante a negociação do TPP (2017-2019), e Ministro dos Negócios Estrangeiros (2019-2021). Foi Secretário-Geral do Partido Liberal Democrático (PLD) entre 2021 e 2024.



MINORU KIHARA
MINISTRO-CHEFE DO GABINETE DO JAPÃO

Nascido em 12 de agosto de 1969 em Kumamoto, formou-se pela Faculdade de Educação da Universidade de Waseda em 1993. Atuou como Conselheiro Especial do Primeiro-Ministro para Assuntos de Segurança Nacional entre 2019 e 2021 e Ministro da Defesa de 2023 a 2024. Já ocupou também o cargo de Vice-Ministro Parlamentar da Defesa. Membro do Partido Liberal Democrata, exerce mandato na Câmara dos Representantes. Foi nomeado Ministro-Chefe do Gabinete em 21 de outubro de 2025.



MASAKAZU SEKIGUCHI
PRESIDENTE DA CÂMARA DOS CONSELHEIROS

Nascido em 4/6/1953, em Minano, província de Saitama, Sekiguchi era dentista e membro da Assembleia da província de Saitama, antes de sua primeira eleição para a Câmara dos Conselheiros (Câmara Alta), em 2003. Atuou como Vice-Ministro Parlamentar de Relações Exteriores no primeiro gabinete do Primeiro-Ministro Shinzo Abe, como vice-ministro sênior de Assuntos Internos e

Comunicações e, em 2019, tornou-se presidente da bancada do Partido Liberal Democrático (PLD) na Câmara dos Conselheiros. Está no cargo desde novembro de 2024.



FUKUSHIRO NUGAKA
PRESIDENTE DA CÂMARA DE REPRESENTANTES DO JAPÃO

Nascido em 11/1/1944, na província de Namegata, formou-se na Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas da Universidade de Waseda. Trabalhou como repórter para o Sankei Shimbun e entrou na política anos depois. Foi eleito para a Câmara dos Representantes pela primeira vez em 1983. Teve vários cargos de destaque na política japonesa, como Diretor-Geral da Agência de Defesa do Japão (2005-2006) e Ministro das Finanças (2007-2008). Deputado em seu 13º mandato, Nukaga foi eleito Presidente da Câmara dos Representantes em outubro de 2023.

PRINCIPAIS TEMAS

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Japão celebraram, em 2025, 130 anos do estabelecimento de relações diplomáticas, comemoradas com visita ao Brasil da princesa imperial Kako de Akishino, em junho. O ano foi designado "Ano do Intercâmbio e da Amizade Brasil-Japão" durante a visita do então PM Kishida ao Brasil, em 2024.

Desde 2023, as relações bilaterais vêm ganhando novo dinamismo, com intensa agenda de visitas de alto nível e avanços como a isenção recíproca de vistos para viagens curtas. Em maio daquele ano, à margem da Cúpula do G7 em Hiroshima, o Presidente Lula encontrou-se com o então Primeiro-Ministro Fumio Kishida, enquanto o ME Mauro Vieira reuniu-se com Yoshimasa Hayashi. Ainda em 2023, Hayashi veio ao Brasil para o III Diálogo de Chanceleres, ocasião em que discutiu com o Ministro Vieira temas como descarbonização, segurança alimentar, comércio, investimentos e cooperação em ciência e tecnologia.

Em maio de 2024, o então PM Kishida visitou Brasília e conversou com o Sr. PR sobre a renovação da Parceria Estratégica. Em novembro, durante o G20 no Rio de Janeiro, o Sr. PR reuniu-se com o Primeiro-Ministro Shigeru Ishiba.

Em março de 2025, o Presidente Lula realizou visita de Estado ao Japão, ocasião em que foram firmados dez atos entre os governos - com destaque para o Plano de Ação da Parceria Estratégica e Global Brasil-Japão (2025-2030) - e 80 atos entre entes públicos e privados brasileiros e japoneses. Apesar da complementaridade econômica, o comércio e os investimentos bilaterais permanecem abaixo dos níveis de 2011. Há potencial de expansão, com o desafio de diversificar o relacionamento econômico para além da tradicional exportação de matérias-primas brasileiras e importação de manufaturados japoneses.

O lançamento de negociações para um Acordo de Parceria Econômica Mercosul-Japão contribuiria para transformar as relações bilaterais, mas enfrenta resistência do setor agrícola japonês. Em 20 de dezembro de 2025, foi divulgado o Comunicado Conjunto sobre o Estabelecimento de uma Parceria Estratégica entre o MERCOSUL e o Japão, pelo qual as Partes se comprometem a explorar maneiras de implementar a Parceria de forma eficaz.

O Brasil abriga a maior comunidade japonesa fora do Japão (cerca de 2,7 milhões de pessoas); e, no Japão, reside a quinta maior comunidade brasileira no exterior. Em sua visita em 2025, a princesa Kako de Akishino encontrou-se com representantes das comunidades nipo-brasileiras de São Paulo, Paraná, Mato Grosso do Sul e Rio de Janeiro.

O Japão é atualmente o nono maior investidor estrangeiro no Brasil e contribuiu significativamente para a industrialização brasileira, especialmente nas décadas de 1960 e 1970, com investimentos em mineração, siderurgia, construção naval, automóveis, eletrônicos, papel e celulose. Cerca de 700 empresas japonesas - como Toyota, Honda e Mitsubishi - possuem subsidiárias no país.

Além do Diálogo de Chanceleres (elevado a Diálogo Estratégico de Chanceleres em 2025), o Mecanismo de Consultas Políticas (MCP), criado em 1989, constitui outro importante canal bilateral. A XI Reunião do MCP, presidida, do lado brasileiro, pela Secretária de Ásia e Pacífico do MRE, foi realizada em

outubro de 2025, em Tóquio. Ambas as partes reiteraram a disposição de dar continuidade à implementação do Plano de Ação da Parceria Estratégica e Global Brasil-Japão (2025-2030).

Outros instrumentos bilaterais incluem o Comitê Conjunto de Ciência e Tecnologia, o Foro de Coordenação Consular, o Comitê Conjunto de Comércio e Investimentos, o Conselho Empresarial Brasil-Japão (CNI-Keidanren), o Diálogo sobre Agricultura e o Grupo de Trabalho em Infraestrutura.

No setor privado, destaca-se o Grupo de Notáveis, sucessor do Conselho Brasil-Japão para o Século XXI, criado em 2007 e composto por líderes empresariais e financeiros. A XIII Reunião do grupo foi realizada em 8 de abril de 2025 na FIRJAN. A próxima reunião está prevista para Tóquio, provavelmente em 7 e 8 de abril de 2026.

ABERTURA DO MERCADO DE CARNE

O Brasil tem como prioridade a abertura do mercado japonês para a carne bovina in natura. Em março de 2025, durante visita do Presidente da República ao Japão, foi firmado o Plano de Ação da Parceria Estratégica e Global Brasil-Japão (2025-2030). O documento estabeleceu o compromisso mútuo de acelerar os procedimentos para abertura do mercado japonês à carne bovina brasileira, com a realização de missão técnica japonesa ao Brasil. Em decorrência dessa disposição, em 2 de maio, representantes do Ministério da Agricultura, Silvicultura e Pesca do Japão (MAFF) vieram a Brasília para reunião sobre as próximas etapas do processo de abertura de mercado. Embora os representantes japoneses tenham inicialmente sugerido a liberação da exportação a partir de apenas um estado, o Brasil reiterou que tal abordagem não atende aos interesses nacionais.

A missão de técnicos japoneses foi realizada entre 9 e 13 de junho de 2025, abrangendo os estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná. O foco recaiu sobre a avaliação do sistema de inspeção sanitária, com visitas a serviços veterinários federais e estaduais, postos de fronteira e laboratórios. Não houve, nesta fase inicial, inspeção a frigoríficos. Embora essa primeira missão técnica tenha incluído apenas os três estados sulistas, o governo brasileiro tem reiterado que a abertura do mercado japonês deve contemplar, no mínimo, os cinco estados reconhecidos pela OMSA desde 2021, uma vez que apenas um frigorífico no Paraná teria estrutura para exportar ao Japão, ao passo que Santa Catarina não dispõe atualmente de plantas habilitadas com esse potencial.

Em visita do Secretário de Comércio e Relações Internacionais do MAPA, Luis Rua, ao Japão, foram apresentados os três pontos que configurariam o núcleo das expectativas brasileiras nessa seara: (i) anúncio de abertura do mercado aos três estados da Região Sul, se possível até a reunião entre os líderes prevista para novembro, à margem da COP30; (ii) envio de missão de auditores japoneses aos outros dois estados que integraram a primeira solicitação brasileira (Acre e Rondônia); e (iii) oficialização e início das tratativas para o reconhecimento dos demais 22 estados brasileiros como livres de febre aftosa sem vacinação, conforme reconhecido pela Organização Mundial de Saúde Animal (OMSA) desde 29 de maio de 2025, em sua 92ª Assembleia Geral.

Em 15 de setembro, foi transmitida resposta integral do MAPA a questionário adicional sobre a produção de carne bovina nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

No momento, aguarda-se o envio de nova missão de técnicos japoneses aos três estados da Região Sul. Ainda não há data definida para a visita.

COP 30

O Japão foi representado na COP30 pelo Ministro do Meio Ambiente Hirotaka Ishihara. A ausência da PM japonesa no evento em Belém estaria relacionada à realização de sessões parlamentares de perguntas e respostas em 4 e 5/11 sobre seu discurso inaugural à Dieta (24/10), em que foram anunciadas as políticas do novo governo.

O Japão submeteu sua nova NDC em fevereiro de 2025. Foi o 15º país a fazê-lo e terceiro no continente asiático, após os EAU e Singapura. Assumiu compromisso de reduzir as emissões de gases de efeito estufa em 60%, até 2035, e apresentou meta adicional de redução de 73% até 2040, tendo 2013 como ano de referência.

Em 4 e 5/03, será realizada a 24ª Reunião sobre Ações Futuras contra a Mudança do Clima, também conhecida como Diálogo Brasil-Japão. Realizado anualmente, o evento permite troca franca entre negociadores-chefe quanto às respectivas posições sobre o tema. No contexto pós-COP30, a reunião será crucial para a consolidação dos resultados da conferência, bem como para a antecipação de encaminhamentos para a COP31.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

A cooperação em CTI é regida pelo Acordo de Cooperação no Campo da Ciência e da Tecnologia, de 25/05/1984, que estabelece o Comitê Conjunto de Cooperação em Ciência e Tecnologia. Outro instrumento relevante é o Memorando de Entendimento na Área de CTI entre o MCTI e o Governo do Japão, firmado em março de 2025, que prevê cooperação em áreas como transformação digital, bioeconomia, espaço e desastres naturais.

O VI Encontro do Comitê Conjunto teve lugar em Tóquio, em 21/10/2025, em cumprimento ao compromisso assumido no Plano de Ação da Parceria Estratégica e Global Brasil-Japão (2025-2030).

Os países têm bom histórico de cooperação bilateral em CTI. Apesar disso, atualmente, as propostas brasileiras de cooperação científica não encontram eco nas autoridades japonesas, em razão do desconhecimento sobre os avanços do sistema brasileiro de CTI. O Brasil ainda é visto mais como destinatário de cooperação técnica do que como potencial parceiro para o desenvolvimento científico e tecnológico em bases mais equânimes.

Campos pouco explorados pela cooperação bilateral, mas com potencial, incluem: energias renováveis, com foco no desenvolvimento de novos combustíveis (principalmente tecnologias ligadas ao hidrogênio, área na qual o Japão é um dos líderes globais); comunicações avançadas, em especial Open RAN e redes futuras (6G); inteligência artificial; agritechs; setor espacial, incluindo o desenvolvimento de sistemas de modelagem e de cenários para prevenção de desastres naturais; e saúde.

O MCTI informou que o Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC) tem interesse em estabelecer cooperação com o Instituto RIKEN. O LNCC abriga o supercomputador Santos Dumont, de arquitetura híbrida, que

figura entre os 300 mais velozes do mundo. O Instituto RIKEN, por sua vez, abriga o supercomputador Fugaku, considerado um dos mais rápidos do mundo.

O instituto japonês concluiu, em 2023, o desenvolvimento do primeiro computador quântico supercondutor do Japão. O Brasil tem interesse em ampliar o acesso de seus pesquisadores em tecnologias quânticas a hardware de ponta em outros países.

TEMAS CONSULARES

A comunidade brasileira no Japão é a maior da Ásia e a quinta maior do mundo. Atualmente, há cerca de 210 mil brasileiros residentes no Japão e 2,7 milhões de nipodescendentes no Brasil, o que representa uma das relações mais tradicionais do País em termos de fluxos migratórios. De acordo com estatísticas do Ministério da Justiça do Japão referentes a junho de 2025, a comunidade brasileira no Japão foi a única a apresentar crescimento negativo: no ranking das maiores comunidades estrangeiras no país, recuou da quinta para a sexta posição em 2024 e da sexta para a sétima em 2025.

Os brasileiros no Japão vêm enfrentando um desafio sistêmico: a política do governo japonês de não estender aos *yonseï* (descendentes de quarta geração) os benefícios concedidos aos *sanseï* (terceira geração), o que significou, na prática, o fim da imigração brasileira ao país. Outro importante desafio diz respeito à educação, em particular ao ensino da língua japonesa.

Brasil e Japão firmaram, em 2023, acordo para isenção recíproca de vistos para portadores de passaporte comum. O acordo, com validade inicial de três anos, entrou em vigor em 30 de setembro daquele ano. Desde então, cidadãos de ambos os países estão isentos de visto para estadias de até 90 dias.

Nos termos do entendimento firmado, a isenção recíproca de vistos vigora até 29 de setembro de 2026, podendo ser prorrogada mediante comunicação entre as partes. O Brasil tem manifestado interesse em renovar o período de isenção.

Em 25 de junho de 2025, foi realizado o X Foro Consular Brasil-Japão, que teve como principais temas a renovação do acordo de isenção de vistos de visita de curta duração, o enfrentamento aos casos de evasão de deportação por parte de brasileiros e o avanço das negociações para a celebração de Acordo de Férias-Trabalho com o Japão.

A respeito da proposta de Acordo de Férias-Trabalho, o governo brasileiro propôs ao Japão, em abril de 2022, a abertura de negociações. O tema foi discutido durante a visita do MNE Yoshimasa Hayashi ao Brasil, por ocasião do 3º Diálogo de Chanceleres (7 a 9/1/2023). À época, não houve avanços, pois o Japão só firma tais acordos com países que já praticam isenção de vistos. Em fevereiro de 2025, com a isenção em vigor, o Brasil enviou Nota Verbal à Embaixada do Japão em Brasília com proposta de acordo. O texto encontra-se em negociação.

Conforme a proposta brasileira, o acordo permitiria a jovens de 18 a 30 anos conciliar férias, estudo de idioma e vivência cultural com atividade remunerada eventual, incentivando turismo, difusão da língua portuguesa e intercâmbio econômico. Em geral, a duração máxima da estadia é de um ano. O Japão mantém acordos do tipo com 30 países, incluindo Argentina, Uruguai e Chile. O Brasil já possui acordos com Alemanha, Austrália, Coreia do Sul, França e Nova Zelândia, e negocia com Canadá e Polônia.

O Plano de Ação da Parceria Estratégica e Global Brasil-Japão (2025-2030), firmado em março de 2025, incluiu o compromisso de negociar o Acordo de Férias-Trabalho como instrumento de intercâmbio cultural e fortalecimento dos vínculos bilaterais. No X Foro Consular Brasil-Japão (junho/2025), o Brasil reiterou a expectativa de avanços. Durante a XI Reunião do Mecanismo de Consultas Políticas (outubro/2025), o lado japonês ratificou o interesse no tema e a intenção de conferir celeridade às negociações, a fim de que sejam concluídas ainda neste ano.

POLÍTICA INTERNA

O Japão é monarquia constitucional parlamentar. O Imperador Naruhito assumiu o trono em 2019, iniciando a Era Reiwa, após a abdicação de seu pai, Akihito. A política japonesa tem sido dominada pelo Partido Liberal Democrático (PLD), de orientação conservadora, desde sua fundação em 1955, com apenas dois breves hiatos.

A atual Primeira-Ministra, Sanae Takaichi, foi eleita em 21/10. Na Câmara Baixa, obteve 237 votos (total de 465 cadeiras), e na Câmara Alta, 125 (total de 248 assentos).

Sua eleição ocorreu após a renúncia de Shigeru Ishiba, também do PLD. Em outubro de 2024, o governo no Japão se tornou minoritário na Câmara Baixa. Nova derrota na Câmara Alta, em eleições de julho de 2025, acabou levando à renúncia de Ishiba.

PODER LEGISLATIVO (DIETA)

O Parlamento é bicameral, composto pela Câmara Alta e pela Câmara Baixa. A primeira é formada por 248 membros, e a segunda, por 465. A Constituição japonesa confere mais poder à Câmara Baixa, incluindo a indicação do primeiro-ministro e a aprovação de moções de confiança. Nas últimas eleições para a Câmara Alta (20/07/2025), a coalização governista (PLD-Komeito) perdeu a maioria que até então detinha, passando de 141 parlamentares para 122 (101 do PLD e 21 do Komeito).

Entre as agremiações oposicionistas, o Partido Democrático Constitucional (PDC) manteve os mesmos 38 assentos totais que já detinha na Câmara Alta. O Partido da Inovação do Japão passou a ter 19 parlamentares, um a mais do que antes do pleito. Já o Partido Democrático para o Povo (PDPP) teve sua bancada ampliada de 9 para 22 assentos, enquanto o Sanseito passou a ter 15 parlamentares, expressivo aumento em relação a seus 2 representantes da composição anterior.

O governo também tornou-se minoritário na Câmara Baixa nas eleições de outubro de 2024. Foi a primeira vez desde 1994 que a coalizão governista perdeu a maioria em ambas as casas da Dieta.

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	Japão (em Japonês 日本: “Nippon”, “Nihon”)
CAPITAL	Tóquio
ÁREA	377.899 km ² (equivalente a Mato Grosso do Sul)
POPULAÇÃO	124,040 milhões (11 ^a maior população do mundo)
SISTEMA DE GOVERNO	Monarquia constitucional parlamentar
PODER LEGISLATIVO	Dieta bicameral (<i>Kokkai</i>): Câmara Alta da Dieta (<i>Sangi-in</i>), composta por 242 membros, eleitos para mandatos de 6 anos, e Câmara Baixa da Dieta (<i>Shugi-in</i>), composta por 475 membros, eleitos para mandatos de 4 anos.
CHEFE DE ESTADO	Constituição (1946) não estabelece. Imperador Naruhito é "símbolo do Estado e da unidade do povo".
CHEFE DE GOVERNO	Primeira-ministra Sanae Takaichi (desde 21/10/2025)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Toshimitsu Motegi (desde 10/2025)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL	US\$ 4,03 trilhões (Banco Mundial, 2024) (prev. FMI; Brasil: US\$ 2,33 tri)
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP)	US\$ 6,21 trilhões (Banco Mundial, 2024) (prev. FMI; Brasil: US\$ 4,27 tri)
PIB PER CAPITA	US\$ 33,76 mil (Banco Mundial, 2024) (prev. FMI; Brasil: US\$ 11,35 mil)
PIB PPP PER CAPITA	US\$ 49,88 mil (Banco Mundial, 2024) (prev. FMI; Brasil: US\$ 20,81 mil)
VARIAÇÃO DO PIB (FMI)	0,3% (2024, projeção FMI); 2% (2023); 1% (2022); 1,7% (2021); -4,58% (2020); 0,01% (2019); 0,55% (2018); 1,67% (2017); 0,75% (2016)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO/IDH (PNUD, 2023)	0,925 (23 ^a posição entre 193 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (PNUD, 2021)	84,8 anos (4 ^a posição)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Yasushi Noguchi (desde 15/12/2025)
EMBAIXADOR DO BRASIL	Octávio Henrique Dias Garcia Côrtes (desde 23/07/2022)
BRASILEIROS NO PAÍS	210.471 (ano-base 2023)

COMÉRCIO BILATERAL

Japão				
(Bilhões, Valor US\$ FOB)				
Ano	Intercâmbio	Exportação	Importação	Saldo
2003	4,83	2,31	2,52	-0,21
2004	5,63	2,77	2,86	-0,10
2005	6,86	3,45	3,40	0,05
2006	7,73	3,89	3,84	0,06
2007	8,93	4,32	4,61	-0,29
2008	12,92	6,11	6,80	-0,69
2009	9,64	4,27	5,37	-1,10
2010	14,12	7,14	6,98	0,16
2011	17,34	9,47	7,87	1,60
2012	15,69	7,95	7,74	0,22
2013	15,05	7,96	7,08	0,88
2014	12,62	6,72	5,90	0,82
2015	9,72	4,84	4,88	-0,03
2016	8,17	4,60	3,57	1,04
2017	9,33	5,26	4,07	1,19
2018	9,17	4,32	4,85	-0,53
2019	10,17	5,43	4,74	0,69
2020	8,32	4,13	4,19	-0,06
2021	10,69	5,54	5,15	0,39
2022	11,92	6,62	5,30	1,32
2023	11,75	6,62	5,13	1,49
2024	11,01	5,58	5,43	0,15
2025	11,6	5,5	6,1	-0,54

Fonte: <https://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral>

- **Principais produtos exportados (2025):** Minério de ferro (17,8%), café não torrado (17,8%); carne de aves (15,2%); alumínio (7,9%); carne suína (7%) ferro-gusa (5,3%); soja (4,7%).
- **Principais produtos importados (2025):** partes e acessórios de veículos automotivos (19,1%); instrumentos de medição, verificação e controle (5,5%); motores (5,1%); máquinas e aparelhos elétricos (4,1%); medicamentos e produtos farmacêuticos (4,1%).

ACORDOS E ATOS BILATERAIS:

Título do Acordo	Assuntos	Data Celebração	Status da Tramitação
Memorando de Cooperação entre o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, o Ministério de Minas e Energia, o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério de Portos e Aeroportos da República Federativa do Brasil e o Ministério da Economia, Comércio e Indústria do Japão sobre a Iniciativa para Combustíveis Sustentáveis e Mobilidade (ISFM)	Cooperação	26/03/2025	Em Vigor
Plano de Ação para a Parceria Estratégica e Global Brasil-Japão (2025-2030)	Cooperação	26/03/2025	Em Vigor
Emenda por Troca de Notas ao Tratado entre a República Federativa do Brasil e o Japão sobre Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal	Direito Penal	26/03/2024	Tramitação Congresso Nacional
Tratado entre a República Federativa do Brasil e o Japão sobre Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal	Direito Penal	25/01/2024	Tramitação Congresso Nacional
Acordo por Troca de Notas relativo ao Empréstimo a Juros Reduzidos disponibilizados pela "Japan International Cooperation Agency" (JICA) no âmbito do projeto "Apoio	Empréstimos	12/09/2023	Em Vigor

Emergencial em Resposta à Crise da Covid-19"			
Isenção recíproca de vistos entre Brasil e Japão	Vistos e Imigração	09/08/2023	Em Vigor
Acordo por Troca de Notas referente ao "Project for the Enhancement of Genomic Monitoring Network for COVID-19"	Cooperação Técnica	09/01/2023	Em Vigor
Ajuste Complementar, por Troca de Notas, ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo do Japão e o Governo da República Federativa do Brasil, assinado em Brasília em 22 de setembro de 1970, referente ao Project for Strengthening the Capacity on Sustainable Urban Development	Cooperação Técnica	25/02/2022	Em Vigor
Memorando de Cooperação de Tomé-Açu entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros do Japão sobre o Uso Sustentável da Biodiversidade da Amazônia	Cooperação Científica e Tecnológica Cooperação Científica e Tecnológica Meio Ambiente	08/01/2021	Em Vigor
Memorando de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Japão no Campo de Tecnologias Relacionadas à Produção e ao Uso de Nióbio e Grafeno	Cooperação Científica e Tecnológica	08/01/2021	Em Vigor

Ajuste Complementar, por Troca de Notas, ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo do Japão e o Governo da República Federativa do Brasil, assinado em Brasília em 22 de setembro de 1970, referente ao Projeto de Aprimoramento da Capacidade Técnica em Medidas Estruturais contra Movimentos Gravitacionais de Massa com Foco na Construção de Cidades Resilientes	Cooperação Técnica	08/01/2021	Em Vigor
Ajuste Complementar, por Troca de Notas, ao Acordo Básico entre os dois Governos referente ao Projeto de Desenvolvimento de Sensores e Plataforma de Agricultura de Precisão em Apoio à Agricultura Sustentável Brasileira	Cooperação Técnica	08/01/2021	Em Vigor
Ajuste Complementar, por Troca de Notas, ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo do Japão e o Governo da República Federativa do Brasil, assinado em Brasília em 22 de setembro de 1970, referente ao Projeto para o Aperfeiçoamento do Controle de Desmatamento Ilegal por meio de Tecnologias Avançadas SAR e AI na Amazônia Brasileira	Cooperação Técnica	08/01/2021	Em Vigor
Acordo de Reciprocidade sobre Trabalho de Dependentes de Funcionários Designados em Missão Oficial, celebrado entre Brasil e	Relações Diplomáticas e Consulares	03/08/2018	Tramitação MRE

Japão por troca de notas			
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Japão sobre Assistência Administrativa Mútua e Cooperação em Assuntos Aduaneiros	Aduanas, Impostos e Tarifas	14/09/2017	Em Vigor
Memorando de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e o Japão para a Promoção de Investimentos e Cooperação Econômica no Setor de Infraestrutura	Cooperação Econômica	19/10/2016	Em Vigor
Memorando entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Japão sobre a Facilitação da Emissão de Vistos de Múltiplas Entradas para Portadores de Passaportes Comuns	Vistos e Imigração	02/02/2016	Em Vigor
Tratado entre a República Federativa do Brasil e o Japão sobre a Transferência de Pessoas Condenadas	Direito Penal	24/01/2014	Em Vigor
Troca de Notas entre a República Federativa do Brasil e o Japão sobre Isenção de Vistos para Passaporte Diplomático, Passaporte Oficial e Passaporte de Serviço	Vistos e Imigração	02/09/2013	Em Vigor
Ajuste Complementar, por Troca de Notas, ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Japão, assinado em Brasília, em 22 de setembro de 1970	Cooperação Técnica	25/06/2012	Em Vigor

Memorando entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Japão sobre a Facilitação da Emissão de Vistos com Múltiplas Entradas para fins de Negócios	Vistos Imigração	e 28/11/2011	Em Vigor
Acordo, por Troca de Notas, entre a República Federativa do Brasil e a Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) para Concessão de Empréstimo Japonês à Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo e ao Estado do Pará (junho/2011)	Empréstimos	30/06/2011	Em Vigor
Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Japão	Previdência Social	29/07/2010	Em Vigor
Acordo, por Troca de Notas, entre a República Federativa do Brasil e a Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) para Concessão de Empréstimo Japonês para Promover o “Programa de Recuperação Ambiental da Região Metropolitana da Baixada Santista Fase II”	Empréstimos	01/07/2010	Em Vigor
Acordo, por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Japão sobre isenção de PIS, FINSOCIAL e COFINS para aeronaves japonesas operando no Brasil.	Aduanas, Impostos e Tarifas	22/07/2009	Em Vigor

Acordo, por Troca de Notas, entre o Governo do Japão e o Governo da República Federativa do Brasil, em Relação à Concessão de Empréstimo Japonês com Vistas a Promover os Esforços de Estabilização e Desenvolvimento Econômicos da República Federativa do Brasil	Empréstimos	14/07/2009	Em Vigor
Ajuste Complementar, por troca de Notas, ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Japão, concernente ao Estudo para o Desenvolvimento de uma Solução Integrada relativa à Gestão de Resíduos Industriais no Pólo Industrial de Manaus	Meio Ambiente	01/08/2008	Em Vigor
Acordo, por troca de Notas, Acordo, que dará Efetividade ao "Programa de Recuperação Ambiental da Região Metropolitana da Baixada Santista".	Cooperação Econômica	20/08/2003	Em Vigor
Acordo, por Troca de Notas, sobre Empréstimos Japoneses com vistas a Promover Esforços de Desenvolvimento da República Federativa do Brasil.	Empréstimos	14/07/2000	Em Vigor
Acordo, por troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Japão, Alterando os Quadros de Rotas do Anexo ao Acordo sobre	Transporte Aéreo	30/06/1999	Em Vigor

Transportes Aéreos de 14/12/1956.			
Acordo, por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Japão, Relativo a um Empréstimo Japonês Concedido aos Estados de Santa Catarina, Paraná, Bahia e Ceará para Projetos Ambientais.	Cooperação para Unidades da Federação	26/08/1996	Em Vigor
Acordo, por Troca de Notas, que Estabelece os Novos Quadros de Rotas Aéreas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Japão	Transporte Aéreo	16/11/1993	Em Vigor
Acordo, por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Japão que concede Status Autônomo ao Escritório de Representação do Fundo de Cooperação Econômica Ultramarina no Rio de Janeiro.	Acordo de Sede	12/03/1993	Em Vigor
Acordo por Troca de Notas, Relativo à Concessão de Empréstimos, pelo Fundo de Cooperação Econômica Ultramarina, para o Financiamento de Três Projetos Ambientais, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Japão	Meio Ambiente	12/03/1993	Em Vigor
Acordo, por Troca de Notas, sobre Concessão de um Empréstimo nos Termos do Plano de Reciclagem Financeira, entre o Governo da	Empréstimos	10/11/1989	Em Vigor

República Federativa do Brasil e o Governo do Japão			
Acordo sobre Cooperação no Campo da Ciência e da Tecnologia, entre a República Federativa do Brasil e o Japão.	Cooperação Científica e Tecnológica	25/05/1984	Em Vigor
Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Japão, ptn, de "Modus Vivendi" sobre Imigração Japonesa para o Brasil.	Migrações	27/01/1984	Em Vigor
Comunicado Conjunto, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Japão.	Declaração Conjunta	18/09/1976	Em Vigor
Protocolo que Modifica e Complementa a Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre Rendimento, entre a República Federativa do Brasil e o Japão.	Aduanas, Impostos e Tarifas	23/03/1976	Em Vigor
Acordo sobre o Protocolo que Modifica e Complementa a Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre Rendimentos, entre a República Federativa do Brasil e o Japão.	Aduanas, Impostos e Tarifas	23/03/1976	Em Vigor
Tratamento Zoo-Sanitário de Carnes Cozidas- Congeladas de Origem Brasileira a Serem Importadas pelo Japão.	Sanidade Animal e Vegetal	17/06/1972	Em Vigor
Acordo Básico de Cooperação Técnica entre República Federativa do Brasil e Japão.	Cooperação Técnica	22/09/1970	Em Vigor

Ata que Estabelece um Mecanismo de Consulta sobre Transporte Marítimo entre os Dois Países.	Transporte Fluvial e Marítimo	27/03/1969	Em Vigor
Acordo para a Concessão de Isenções Aduaneiras aos Consulados e Cônsules de Carreira entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Japão.	Relações Diplomáticas e Consulares	23/06/1967	Em Vigor
Acordo, ptn, que estabelece uma Comissão Mista Permanente Brasil-Japão para a Promoção do Intercâmbio Comercial.	Comissão Mista	07/02/1967	Em Vigor
Convenção Entre os Estados Unidos do Brasil e o Japão Destinada a Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre Rendimentos.	Aduanas, Impostos e Tarifas	24/01/1967	Em Vigor
Acordo Cultural entre os Estados Unidos do Brasil e Japão.	Cooperação Artístico-cultural	23/01/1961	Em Vigor
Acordo de Migração e Colonização entre os Estados Unidos do Brasil e o Japão	Migrações	14/11/1960	Em Vigor
Declaração Conjunta Brasil-Japão	Declaração Conjunta	27/07/1959	Em Vigor
Acordo sobre Transportes Aéreos, entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo do Japão.	Transporte Aéreo	14/12/1956	Em Vigor
Acordo sobre Assistência Judiciária entre os Estados Unidos do Brasil e o Império do Japão, Concluído por Troca de Notas.	Direito Civil	23/09/1940	Em Vigor



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) Nº 16, DE 2026

(nº 279/2026, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor PAULO ROBERTO SOARES PACHECO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Japão.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

[- Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 279

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **PAULO ROBERTO SOARES PACHECO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Japão.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **PAULO ROBERTO SOARES PACHECO** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 08 de abril de 2026.



EXM nº 96/2026

Brasília, 13 de janeiro de 2026.

Senhor Presidente da República,

1 Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **PAULO ROBERTO SOARES PACHECO**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Japão, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2 O atual ocupante do cargo, **OCTÁVIO HENRIQUE DIAS GARCIA CÔRTEZ**, será removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3 Encaminho, em anexo, informações sobre o país e o *curriculum vitae* de **PAULO ROBERTO SOARES PACHECO**, para inclusão em Mensagem que solicito seja apresentada ao Senado Federal, para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

MAURO VIEIRA, Ministro de Estado das Relações Exteriores



Documento assinado com Certificado Digital por **Mauro Luiz Iecker Vieira**, **Ministro de Estado das Relações Exteriores**, em 06/02/2026, às 17:46, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Nº de Série do Certificado: 59123768831869032935935866262



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **7331880** e o código CRC **BC60BFF2** no site:

https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 316/2026/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência a Senhora
Senadora Daniella Velloso Borges Ribeiro
Primeira Secretária
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhora Primeira Secretária,

Encaminho Mensagem na qual o Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor PAULO ROBERTO SOARES PACHECO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Japão.

Atenciosamente,

MIRIAM BELCHIOR
Ministra de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Miriam Belchior, Ministra de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 15/04/2026, às 19:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **7491645** e o código CRC **C812CCF7** no site:

https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00333.000496/2026-05

SEI nº 7491645

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1121

CEP 70150-900 - Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

Tratado de Amizade, Comércio e Navegação firmado em Paris pelos Estados Unidos do Brasil e o Império do Japão.	Paz, Amizade, Comércio e Navegação	05/11/1895	Em Vigor
--	---	------------	----------

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA EMBAIXADA DO BRASIL EM TÓQUIO

Candidato Embaixador Paulo Roberto Soares Pacheco

PERFIL DO CANDIDATO**Embaixador Paulo Roberto Soares Pacheco**

Nascido em 12 de março de 1964, no Rio de Janeiro, é filho de Armando Rodrigues Pacheco e Aracy Soares Pacheco. Graduiu-se em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro em 1986 e ingressou na carreira diplomática em 1988. No Instituto Rio Branco, concluiu o Curso de Aperfeiçoamento Diplomático (CAD) em 1997 e o Curso de Altos Estudos (CAE) em 2007.

No Brasil, atuou como assistente na Divisão de Operações de Promoção Comercial do Ministério das Relações Exteriores em 1989 e, em 1991, na Secretaria de Imprensa do Gabinete. Em 2000, passou a assessor do Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos. Em 2015, integrou o Gabinete do Ministro de Estado como assessor e, em 2016, assumiu a Chefia de Gabinete e a assessoria do Subsecretário-Geral das Comunidades Brasileiras e Assuntos Consulares e Jurídicos. Em 2017, foi nomeado Diretor do Departamento de Imigração e Assuntos Jurídicos. Em 2019, tornou-se Chefe da Assessoria Especial de Relações Internacionais do Ministério de Minas e Energia.

No exterior, realizou missão transitória em Acra e serviu na Missão Permanente do Brasil junto às Nações Unidas, em Nova York, nas Embaixadas do Brasil em Bogotá e Londres. Atuou na Embaixada em Buenos Aires como Conselheiro e, na Embaixada em Washington como Ministro de Segunda Classe. Em 2020, assumiu o cargo de Embaixador do Brasil em Santiago.

Recebeu diversas condecorações, entre as quais a Medalha do Mérito Santos Dumont, em 2000; a Ordem de Rio Branco, no grau de Grande Oficial, em 2015; a Medalha da Ordem do Mérito Naval e a Medalha Mérito Tamandaré, em 2016; a Medalha do Mérito Naval, grau Grande Oficial, em 2019; a Ordem do Mérito Judiciário Militar, no grau Alta Distinção, em 2021; a Medalha do Exército Brasileiro, em 2023; e a Ordem de Bernardo O'Higgins, no grau Grã-Cruz, em 6 de agosto de 2024.

SITUAÇÃO ATUAL DO POSTO**I – Relações diplomáticas**

O Japão é o parceiro mais tradicional do Brasil na Ásia, e os vínculos humanos entre os dois países constituem elemento diferenciador das relações bilaterais. Vive no Brasil a maior população de origem japonesa fora do Japão (em torno de 2,5 milhões de pessoas), enquanto a comunidade brasileira naquele país conta, atualmente, com cerca de 210 mil pessoas. O diálogo político é fluido e marcado por interesse comum na prevalência da paz, no fortalecimento do multilateralismo e na observância do direito internacional. Por meio do G4, Brasil e Japão, juntamente com Alemanha e Índia, defendem modelo de reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas que inclui incremento numérico tanto de assentos permanentes quanto de assentos não permanentes.

Em 2025, foram celebrados 130 anos das relações diplomáticas Brasil-Japão, estabelecidas por meio da assinatura, em 5 de novembro de 1895, do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação. Nesse contexto, o Senhor Presidente da República realizou visita de Estado entre 24 e 27 de março de 2025, a primeira visita desse gênero recebida pelo Japão no pós-pandemia (desde maio/2019, quando se deu a visita de Estado do Presidente dos EUA). Em junho/2025, a Princesa Kako (sobrinha do Imperador Naruhito e filha do Príncipe Herdeiro Akishino) visitou Brasília e diversas outras cidades brasileiras. Em 2028, serão comemorados 120 anos da imigração japonesa no Brasil, cujo marco inicial foi a chegada no navio "Kasato Maru" no porto de Santos, em 18 de junho de 1908.

A visita de Estado brasileira deu seguimento a sequência de visitas bilaterais no mais alto nível. Em maio/2023, o Senhor Presidente da República, a convite do governo japonês, participou do segmento de engajamento externo da Cúpula do G7 em Hiroshima. Já em maio/2024, o então Primeiro-Ministro do Japão, Fumio Kishida, realizou visita oficial ao Brasil. Por sua vez, o então Primeiro-Ministro Shigeru Ishiba manteve reunião bilateral com o Presidente da República à margem da Cúpula do G20 no Rio de Janeiro, em novembro/2024.

Por ocasião da visita de Estado, além da assinatura de mais de 80 instrumentos entre entidades públicas e privadas dos dois países, foi adotado o Plano de Ação da Parceria Estratégica e Global Brasil-Japão. Esse documento consiste em conjunto de diretrizes para as relações bilaterais, voltado para a consecução tanto de resultados concretos no curto prazo quanto de novos avanços específicos em horizonte temporal delimitado (2025-2030), com acompanhamento político dos objetivos até o nível dos líderes. O Plano de Ação complementa e confere executividade à visão de redinamização do relacionamento nipo-brasileiro inscrita no Comunicado Conjunto da referida visita do PM Kishida ao Brasil.

Cabe recordar que a Parceria Estratégica e Global Brasil-Japão foi estabelecida durante a visita a Brasília do então Primeiro-Ministro Shinzo Abe, em agosto/2014.

Como instâncias do diálogo político bilateral, mantêm-se o Diálogo Estratégico de Chanceleres Brasil-Japão (última reunião em janeiro/2023, em Brasília) e o Mecanismo de Consultas Políticas Brasil-Japão (MCP), em nível de secretário do Itamaraty e vice-ministro do Gaimusho (Ministério dos Negócios Estrangeiros do Japão). A mais recente edição do MCP ocorreu em outubro/2025, em Tóquio.

II – Relação econômico-comercial

O Japão é o 11º parceiro comercial do Brasil e 3º parceiro na Ásia, atrás de China e Índia. O comércio Brasil-Japão totalizou USD 11,56 bilhões (FOB) em 2025, expansão de 5,04% em relação a 2024 (USD 11,01 bilhões), crescimento superior à da corrente de comércio global brasileira em 2025 (4,86%).

As exportações brasileiras para o Japão recuaram 1,17% em 2025, de USD 5,58 bilhões em 2024 para USD 5,51 bilhões. As importações originárias do Japão, por sua vez, aumentaram 11,43%, de USD 5,43 bilhões para USD 6,05 bilhões no mesmo período, o que resultou em déficit de USD 538,91 milhões para o Brasil, em contraste com o superávit de USD 146,76 milhões observado em 2024.

O comércio bilateral teve o seu ápice em 2011, quando alcançou USD 17,3 bilhões, com superávit comercial de USD 1,6 bilhão em favor do Brasil. Desde 2014, a corrente comercial situa-se abaixo dos USD 12 bilhões, com recuperação gradual desde 2021. O Brasil é importante fornecedor de produtos agrícolas e minerais (café, minério de ferro, carne de aves, alumínio e carne suína), enquanto o Japão exporta principalmente produtos industrializados, em geral associados às operações das empresas japonesas instaladas no Brasil.

De acordo com o Banco Central do Brasil, o estoque de investimentos do Japão no Brasil alcançou USD 31,79 bilhões (2024), distribuídos entre a indústria da transformação (53,6%); comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas (16,5%); e atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados (14,9%). Dados do Gaimusho indicam a presença de 631 empresas japonesas no Brasil em 2024.

Após anos de tratativas informais sobre eventual acordo comercial, em 20 de dezembro de 2025, foi lançado o Marco da Parceria Estratégica entre o Japão e o MERCOSUL, durante a LXVII Cúpula de Chefes de Estado do MERCOSUL e Estados Associados. A primeira rodada de consultas no âmbito do Marco da Parceria Estratégica ocorreu em 27 de janeiro corrente, em Assunção, ocasião em que o MERCOSUL expressou sua expectativa elevada para o lançamento de processo negociador de um Acordo de Parceria Econômica (APE)/Acordo de Livre Comércio (ALC). A segunda reunião está prevista para o final de março de 2026. O MERCOSUL é o último grande mercado ainda não coberto por um acordo comercial com o Japão, que tem cerca de 80% de seu comércio exterior realizado sob algum tipo de APE/ALC.

Em agricultura, o Japão tem ocupado lugar de destaque entre os principais importadores de alimentos do Brasil, em geral figurando como o 7º maior cliente do nosso agronegócio. As principais frentes negociadoras para a exploração desse mercado referem-se às carnes "in natura" de origem bovina e suína. Em que pese todos os estados brasileiros tenham sido reconhecidos pela Organização Mundial de Saúde Animal (OMSA) como livres de febre aftosa sem vacinação (maio de 2025), o Ministério da Agricultura, Silvicultura e Pesca do Japão (MAFF) vem priorizando o pedido referente à carne bovina com origem no PR, no RS e em SC, com posterior análise de AC e RO.

Em dezembro último, o lado japonês informou que tenciona realizar visita técnica "in loco" a frigoríficos dos estados do Sul. Em evolução mais recente, indicou-se que essa missão ocorreria no fim de março, com expectativa de que questionário técnico sobre o tema seja respondido pelo MAPA com um mês de antecedência.

III – Cooperação Técnica

A cooperação técnica é pilar do relacionamento bilateral, não somente pelo peso histórico de iniciativas como o Prodecer (Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento Agrícola dos Cerrados), mas também por projetos em andamento no Brasil e em terceiros países. Nesse cenário, o Posto aprofundou seu diálogo com a Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) e, no âmbito da cooperação financeira, com o Banco Japonês para Cooperação Internacional (JBIC). Destaca-se a participação brasileira na nona edição da "Tokyo International Conference for African Development" (TICAD), em 2025, bem como o fortalecimento do Programa de Parceria Japão-Brasil (JBPP), em coordenação com a ABC. Assinala-se, ainda, constante interlocução com a JICA, inclusive por meio de missões parlamentares e de governos estaduais.

Também estão em negociação projetos de grande impacto, a exemplo da iniciativa de cooperação financeira e técnica voltada para a recuperação de pastagens degradadas e para o fortalecimento da agricultura sustentável no Brasil, cujo investimento pode chegar a USD 1 bilhão. Outro tópico de destaque tem sido o de mitigação do risco de desastres, objeto de Memorando de Entendimento entre Ministério do Desenvolvimento Regional, JICA e Gabinete do Primeiro-Ministro, assinado em 2025, por ocasião da visita de Estado do Sr. PR.

No âmbito da cooperação trilateral, cumpre registrar iniciativas de fortalecimento de capacidade técnica em gestão hospitalar em Moçambique; treinamento de estratégia de formação institucional no Paraguai; e conclusão de treinamentos policiais na Guatemala e na Jamaica.

III- Cooperação em outras áreas

- Ciência, Tecnologia e Inovação

A Embaixada tem implementado medidas concretas para inserção estratégica brasileira no ecossistema japonês de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I). Destacam-se, nesse cenário, as prioridades delineadas no Plano de Ação da Parceria Estratégica e Global Brasil-Japão (2025-2030), como OpenRan (internet 5G), Inteligência Artificial, redução do risco de desastres, e cooperação espacial para os próximos anos. Assinala-se a realização da quinta (2022) e da sexta (2025) edições do Comitê Conjunto Japão-Brasil de Cooperação em Ciência e Tecnologia, com participação de relevante delegação de instituições brasileiras dos segmentos de tecnologia da informação e comunicações, desastres naturais, ciência dos materiais, ciências oceânicas e saúde.

Foram promovidas diversas atividades no âmbito do Programa de Diplomacia da Inovação (PDI), a exemplo da inclusão de "startups" brasileiras no "Innovation Leaders Summit", principal evento de fomento à inovação na Ásia, nas edições do evento entre 2022 e 2025, bem como apoio a empresas brasileiras no "Tokyo Game Show", e coordenação com a ApexBrasil na promoção do programa "Scaleup in Brazil". Nesse período, a Embaixada consolidou-se como referência na articulação da diáspora científica local, tendo o SECTEC viabilizado a criação da

Associação de Pesquisadores Brasileiros no Japão (ABRJ), em 2022. Logrou-se, ademais, incluir cientistas brasileiros entre os palestrantes convidados para o "STS Forum", principal evento anual de diálogo em CT&I entre pesquisadores, empresas e governo no Japão.

A médio e longo prazos, o desafio do Brasil na cooperação em CT&I com o Japão reside na necessidade de mostrar-se tanto como parceiro estável e confiável, em um cenário de incerteza geopolítica, quanto como país dotado de centros de excelência em pesquisa e desenvolvimento científico-tecnológico.

- Defesa

Em 2020, foi assinado Memorando sobre Cooperação e Intercâmbios em Matéria de Defesa entre os ministérios de Defesa do Brasil e do Japão. O documento trata de visitas recíprocas de autoridades; do compartilhamento de perspectivas sobre políticas de defesa e segurança, missões de paz e conjuntura internacional; da participação em cursos, seminários e conferências promovidos pelas partes; e da cooperação em outros temas de defesa.

Em 2025, foi estabelecido Diálogo sobre Relações Exteriores e Defesa Brasil-Japão, após inscrição da iniciativa no Plano de Ação da Parceria Estratégica e Global. Em agosto de 2025, por solicitação do Japão, realizou-se a 1ª edição do mecanismo em nível vice-ministerial, em Brasília.

Para o Brasil, as prioridades para o relacionamento bilateral na área de defesa são cooperação em tecnologia e inovação; parcerias em indústria naval; assinatura de acordo de segurança da informação; e promoção de diálogo entre as indústrias de defesa dos dois países.

- Energia

A descarbonização do setor de transportes japonês apresenta oportunidade de negócios para empresas brasileiras, tanto pela via da exportação de insumos energéticos (bioetanol) como pela da atração de capitais para investimentos produtivos. O Brasil tem sido, há quase duas décadas, o principal fornecedor de bioetanol ao Japão. O 7º Plano Estratégico de Energia do Japão (fevereiro de 2025) enunciou o objetivo de oferecer gasolina com mistura direta de 10% (vol.) de bioetanol (E10) até 2030 e mistura de 20% (E20) a contar de 2040, elevação substancial dos atuais limites de 3% aplicados.

O Japão também estabeleceu a meta ambiciosa de substituição de querosene de aviação por combustível sustentável de aviação (SAF) - que pode ser fabricado a partir do bioetanol - em quantidade equivalente a pelo menos 5% das emissões de gases do efeito estufa do setor aéreo, até 2030. O Ministério da Economia, Comércio e Indústria (METI) indicou, ainda, ter iniciado procedimentos para a certificação da rota do etanol de milho de segunda safra, com previsão de conclusão até o primeiro semestre de 2026. A abertura do mercado local a tal produto brasileiro é estratégica, à luz do crescimento expressivo dessa fonte nos últimos anos.

Brasil e Japão copresidiram a I Reunião Ministerial de Combustíveis Sustentáveis (Osaka, 15/9/2025), que contou com a participação de 34 países e organizações internacionais. O evento inseriu-se na Iniciativa sobre Combustíveis Sustentáveis e Mobilidade (ISFM, em inglês), instituída (2024) por ambos os países como instrumento para combinar esforços na promoção de biocombustíveis, hidrogênio, combustíveis sintéticos e equipamentos de mobilidade de alto desempenho, como motores flex e híbridos.

- Meio Ambiente e Clima

Na COP30 em Belém, a delegação japonesa foi chefiada pelo Ministro do Meio Ambiente, Hirotaka Ishihara. Tóquio apoiou quatro das principais declarações lançadas pelo Brasil: (i) Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF) - por ora, sem apoio financeiro; (ii) Compromisso de Belém pelos Combustíveis Sustentáveis ("Belém 4X"), na condição de coautor; (iii) Plano de Ação para a Saúde de Belém; e (iv) Chamado à Ação sobre Manejo Integrado do Fogo e Resiliência a Incêndios Florestais. Subscreveu, ainda, memorando com o Brasil na área de pastagens degradadas e apoiou o Plano de Investimentos em Agricultura Resiliente para Degradação Zero de Terras (RAIZ, em inglês). Embora inconclusas, avançou-se nas negociações de instrumento para habilitar o comércio bilateral de resultados de mitigação transferidos internacionalmente (ITMOs, em inglês).

Está prevista para 4 e 5 de março de 2025, em Tóquio, a XXIV Reunião Informal sobre Ações Futuras contra a Mudança do Clima, também conhecida como "Diálogo Brasil-Japão". Realizada desde 2002, sob a liderança dos dois países, a iniciativa é reconhecida como primeiro encontro do calendário anual de debates entre negociadores-chefe de mudança do clima. Nessa oportunidade, serão discutidos informalmente temas em seguimento às decisões tomadas na COP30.

- Mineração

Empresas japonesas têm realizado importantes investimentos no setor de mineração do Brasil, a exemplo da tradicional presença de companhias japonesas na produção de nióbio e minério de ferro. O Japão lida com cenário de escassez de depósitos minerais em seu território, bem como de dependência na importação de minerais estratégicos. Nesse contexto, há oportunidades para evolução do comércio e da cooperação bilateral, visando ao desenvolvimento de cadeias de valor que vão além da mera extração e exportação de matéria-prima, à luz do potencial brasileiro, com especial atenção para terras raras e aço verde. Nota-se que a agência governamental JOGMEC ("Japan Organization for Metals and Energy Security") assinou Memorando de Entendimento com o Estado de Minas Gerais, em 2024, sobre cooperação na área de mineração.

IV – Temas culturais

As indústrias culturais e criativas no Japão movimentam cerca de JPY 10 trilhões (cerca de USD 65 bilhões; ou 2% do PIB), com predominância dos setores audiovisual e de mídia interativa, especialmente anime, cinema e videogames, nos quais o país ocupa posição de destaque global. Embora a participação relativa do setor cultural no PIB japonês seja inferior àquelas de alguns países ocidentais, a escala do mercado e sua capacidade de internacionalização de conteúdos asseguram ao Japão a terceira posição no mercado global de conteúdo digital. Desde 2010, essa vocação é estruturada pela iniciativa interministerial "Cool Japan", cujos efeitos incluem o crescimento do turismo internacional, que atingiu o recorde de mais de 40 milhões de visitantes em 2025.

Nesse contexto, em 2025, por ocasião dos 130 anos das relações diplomáticas entre Brasil e Japão, a Embaixada do Brasil em Tóquio, em coordenação com os consulados, apoiou a realização de 219 eventos e encaminhou minuta de acordo de coprodução audiovisual, atualmente em análise. Destacam-se, entre as principais ações, a escolha do Brasil como país homenageado no "Tokyo International Film Festival" e a realização de iniciativas culturais em áreas como música, artes visuais e design. Para 2026, projeta-se ampliar a visibilidade do audiovisual e expandir a presença cultural para além de Tóquio, com maior participação em festivais regionais e aproveitamento de polos turísticos como Quioto para a difusão da cultura brasileira.

Na área educacional, foi assinado Memorando de Cooperação que estabelece diálogo bienal de alto nível e prevê ações para a integração de estudantes brasileiros. Estima-se que cerca de 30 mil crianças brasileiras vivam no Japão, das quais aproximadamente 26 mil estão matriculadas no sistema educacional local, enfrentando desafios ligados à integração, ao aprendizado da língua japonesa e à prevenção do "bullying". No campo da promoção da língua e da literatura portuguesa, encontra-se em negociação Memorando de Entendimento entre o Instituto Guimarães Rosa e a "Tokyo University of Foreign Studies".

V – Temas consulares

Em 2025, realizou-se o X Foro Consular Brasil-Japão, ocasião em que foram discutidos os principais temas da agenda consular Brasil-Japão. Alguns dos temas prioritários para o Brasil são: a) renovação do acordo de isenção de vistos (cujos três anos iniciais encerram-se em setembro de 2026) e b) avanço nas negociações de Acordo Férias-Trabalho (minuta apresentada em 2022). O lado japonês tem manifestado interesse em agilizar processos de deportação, inclusive nos casos que necessitem de emissão de atestado de nacionalidade por parte de autoridades brasileiras.

Entre os principais desafios enfrentados pela comunidade brasileira residente no Japão, destacam-se: a) aprendizado do japonês; b) dificuldade de acesso ao ensino superior; c) limitado acesso a saúde e benefícios sociais pela população idosa; d) envelhecimento da população e falta de perspectiva de aposentadoria, dada a ausência de contribuição seja ao sistema previdenciário japonês seja ao brasileiro. É crescente, ademais, o registro de casos de violência contra a mulher e de questões de saúde mental (especialmente ansiedade e depressão) entre brasileiros residentes no Japão.

Finalmente, a Embaixada acompanha com atenção o anúncio recente de propostas voltadas a estrangeiros residentes, trabalhadores e visitantes no Japão pelo governo da Primeira-Ministra Sanae Takaichi. Entre essas possíveis medidas, constam: a) revisão do acesso de estrangeiros à assistência social; b) elevação dos requisitos de renda para obtenção da residência permanente; c) aumento do tempo mínimo de residência para naturalização, de 5 para 10 anos; d) exigência de cursos de língua japonesa e de regras sociais como fator considerado na concessão ou renovação de vistos e residência permanente; e) reforço de sanções contra inadimplência tributária, de seguros sociais e de despesas médicas, incluindo possível revogação de status migratório.

MAPA ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO MRE (PEI-MRE) ¹**VISÃO DE FUTURO**

Fortalecimento da atuação do Brasil em temas globais por meio de uma diplomacia ativa e altiva, comprometida com os interesses do povo brasileiro e engajada na construção de parcerias estratégicas e na promoção da paz, da cooperação, do desenvolvimento sustentável e de um mundo mais justo e inclusivo.

PROPÓSITO

Promover a inserção internacional soberana, os valores e os interesses do Brasil, renovando o compromisso como diálogo e a cooperação internacionais em prol do desenvolvimento sustentável, dos direitos humanos e da paz, e prestar assistência a brasileiras e brasileiros no exterior.

VALORES

Inovação. Transparência. Valorização do conhecimento institucional. Diversidade. Diálogo. Adaptabilidade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Reposicionar o Brasil no mundo, consolidando a vocação universalista da política externa e ampliando a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais;
2. Obter avanços significativos em processos negociadores, em linha com os interesses nacionais;
3. Tornar mais efetiva a promoção da imagem, da cultura, da ciência, dos produtos e dos serviços brasileiros, valorizando a diversidade do país;
4. Ampliar a cooperação técnica, humanitária e educacional praticada pelo Brasil e aprimorar sua efetividade;
5. Modernizar a prestação de serviços consulares, garantindo assistência a brasileiras e brasileiros no exterior, com respeito a sua diversidade e atenção às especificidades de cada caso.

¹ O planejamento estratégico dos postos se alinha ao PEI-MRE 2024-2027, que, por sua vez, está alinhado ao PPA 2024-2027.

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO

Alinhado ao PEI-MRE

VISÃO DE FUTURO DO POSTO

Estabelecidas em 1895, as relações diplomáticas entre o Brasil e o Japão, com a assinatura do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação, permitiram a abertura recíproca de representações diplomáticas em 1897 e abriram caminho para o início da imigração japonesa, em 1908. O Japão é um dos principais parceiros do Brasil na Ásia. Desde 2014, os dois países mantêm Parceria Estratégica e Global, marcada pelos tradicionais vínculos humanos, pelo interesse em aprofundar a cooperação em CT&I, pela importância dos fluxos bilaterais de comércio e investimentos e pela ativa cooperação em temas internacionais, inclusive no âmbito do G4 onde, junto com Alemanha e Índia, defendem a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). O principal mecanismo político entre os países é o Diálogo de Chanceleres, estabelecido em 2014, com previsão de encontros anuais. A mais recente edição do Diálogo ocorreu em 2023, em Brasília. A comunidade brasileira no Japão é a 5ª maior no exterior, com cerca de 211 mil pessoas. A comunidade nipodescendente ("nikkei") no Brasil é de mais de 2 milhões de pessoas – a maior população de origem nipônica fora do Japão. Esse elo humano é um dos principais patrimônios das relações Brasil-Japão e fomenta o diálogo e a cooperação entre os dois países. As relações diplomáticas entre Brasil e Japão têm ganhado novo dinamismo, destacando-se pela expressiva agenda de visitas de alto nível e avanços em iniciativas como a isenção recíproca de vistos para viagens de curta duração anunciada em setembro de 2023. Em maio de 2023, à margem da Cúpula do G7 em Hiroshima, o presidente Lula encontrou-se com o primeiro-ministro Fumio Kishida, e o chanceler Mauro Vieira reuniu-se com seu homólogo Yoshimasa Hayashi, que já havia realizado em janeiro de 2024 a primeira visita de alta autoridade após a posse do Governo. Já em 2024, o chanceler Mauro Vieira reuniu-se com a atual ministra dos Negócios Estrangeiros, Yoko Kamikawa, durante a Reunião de Chanceleres do G20 no Rio de Janeiro.

No momento atual de fragilidade do sistema internacional, Brasil e Japão se apresentam como defensores das organizações multilaterais, do direito internacional e do respeito às soberanias. Ao mesmo tempo, as complementariedades dos dois países representam cada vez mais um espaço de redução de riscos diante de inúmeras frentes de instabilidade.

O horizonte imediato do relacionamento Brasil – Japão está lastreado por densidade normativa e objetiva que permitirá aos dois países atuar em conjunto na promoção da paz, da cooperação, do desenvolvimento sustentável e de um mundo mais justo e inclusivo. Trata-se de parceria de profundidade estratégica que permite a atuação ativa e ativa do Brasil em temas globais, na defesa do multilateralismo, das soluções negociadas e dos interesses do povo brasileiro.

O sistema internacional contemporâneo, no entanto, atravessa contexto que pode ser descrito como uma superposição de crises que se relacionam, mas contam com dinâmicas em boa medida independentes. Nesse cenário, a densa teia de interdependência econômica que une as nações pode ser empregada como instrumento de pressão. Cadeias de suprimentos, sistemas de pagamento, fluxos de dados e mercados de alimentos podem ser utilizados como ferramentas hostis em contexto de competição, no que se batizou de interdependência armada

(“weaponized interdependence”). Para estados que buscam autonomia, como o Brasil, essa realidade impõe risco existencial: a possibilidade de ser aprisionado por redes controladas pelos polos em disputa. Adicionalmente, a ausência — em áreas que vão da inteligência artificial à militarização do espaço e à não-proliferação nuclear — de regimes internacionais atualizados e funcionais, deixa o mundo à mercê de *ex abruptos* unilaterais. Em um sistema estruturalmente incapaz de mitigar os riscos que ele mesmo cria, é significativo o perigo de propagação geopolítica involuntária.

Diante do diagnóstico de exaustão do sistema multilateral, a política externa brasileira deve priorizar a construção de alternativas e a multiplicação de parcerias sólidas. É precisamente frente ao vácuo de previsibilidade que a relação com o Japão ultrapassa sua condição de tradição diplomática e se torna um valioso recurso estratégico. Sem prejuízo das possibilidades de cooperação no terreno internacional tal qual se conhece, a relação Brasil – Japão representa arrimo mútuo em cenário instável. Assim como o Brasil, o Japão é não apenas um defensor dos regimes internacionais, mas se apresenta também como arquiteto de alternativas viáveis em um mundo marcado pela policrise. As posturas compartilhadas e as necessidades complementares permitem vislumbrar a possibilidade de integração estável em setores como semicondutores, comunicações, soluções verdes para a segurança energética, biotecnologia e minerais críticos, criando via de mão dupla capaz de reduzir a exposição de ambos os países ao tensionamento geopolítico.

Em síntese, a parceria Brasil-Japão consolida-se como recurso estratégico para a preservação de autonomia nacional frente à desordem sistêmica e riscos de usos hostis da interdependência. Alicerçado em patrimônio de 130 anos, o relacionamento bilateral oferece a estabilidade necessária para que Brasil defenda interesses nacionais em uma ordem multipolar em transição. Ao priorizar integração econômica, transição energética, sustentabilidade e inovação tecnológica, a atuação da Embaixada em Tóquio procurará que a convergência entre as duas nações promova desenvolvimento sustentável e prosperidade duradoura para sociedade brasileira.

PROPÓSITO DO POSTO

A Embaixada em Tóquio deve dedicar seus esforços à inserção internacional soberana do Brasil, à promoção dos interesses do povo brasileiro e dos valores historicamente defendidos pelo país. Na persecução desses objetivos, a relação com o Japão, com seu alto grau de maturidade, desdobra-se em três eixos complementares: a) atuação conjunta na reestruturação do sistema multilateral e na elaboração de alternativas eficazes; b) estreitamento da coordenação bilateral orientado à redução da exposição aos riscos das crises internacionais superpostas; e c) abordagem de temas tradicionais como a defesa e negociação de legítimos interesses comerciais brasileiros, a assistência a brasileiras e brasileiros residentes no Japão e a promoção da imagem do Brasil entre a sociedade japonesa.

Para atingir tais objetivos é importante sobretudo conceber as iniciativas detalhadas a seguir não como espaços estanques, mas como áreas articuladas com influência mútua. O desafio do Posto é o de encontrar as linhas de reforço mútuo entre as áreas elencadas e promover seu desenrolar de modo equilibrado e funcional.

VALORES

Inovação. Transparência. Valorização do conhecimento institucional. Diversidade. Diálogo. Adaptabilidade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO

1. Ampliar a parceria política bilateral e aperfeiçoar a inserção econômica competitiva do Brasil no Japão, com foco na prosperidade da sociedade brasileira. Promover iniciativas no Japão, em consonância com os objetivos da Política Externa Brasileira, que permitam ampliar e aprofundar as relações bilaterais nos mais diversos setores do relacionamento. Acompanhar e informar sobre os desdobramentos geopolíticos na região, com vistas à defesa dos interesses nacionais do Brasil;
2. Fomentar esforços de coordenação com o Japão em foros, organismos e regimes internacionais, com vistas a ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais. Nesse sentido, buscar o apoio do Japão a causas e iniciativas de interesse do Brasil em foros multilaterais, bem como no âmbito de instrumentos de concertação dos quais ambos os países tomem parte. Manter contato regular e permanente com altas autoridades japonesas, a fim de defender as posições e os interesses brasileiros em questões multilaterais, buscando obter o apoio do Japão ao Brasil. Aprimorar e expandir mecanismos de concertação e de consultas entre setores especializados de ambos os governos e favorecer a aproximação com os diversos níveis do Estado japonês;
3. Direcionar a parceria estratégica bilateral para a promoção da estabilidade sistêmica, do fortalecimento da segurança econômica e da resiliência das cadeias. Contribuir, de tal maneira, para os esforços de manutenção da paz e para a preservação da autonomia do Brasil no cenário internacional;
4. Intensificar a promoção dos produtos, investimentos, serviços e negócios brasileiros Japão, notadamente os intensivos em conhecimento e inovação. Aprimorar a ação do setor de promoção comercial do Posto, com o intuito de valorizar produtos e serviços brasileiros no Japão, apoiando as empresas brasileiras que investem em território japonês ou que busquem oportunidades de comércio ou investimento. Divulgar a imagem e a cultura do Brasil no Japão, em especial mediante a promoção de eventos culturais, de iniciativas de cooperação educacional e de atividades de diplomacia pública;
5. Promover a imagem do Brasil, por meio da difusão de informações atualizadas e precisas, de forma a dirimir eventuais percepções equivocadas acerca do país, com especial foco dedicado aos setores de meio ambiente, agricultura, desenvolvimento sustentável e direitos humanos, com vistas a incrementar a cooperação já existente nesses setores.

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE

(Alinhados ao PEI-MRE e à missão e objetivos estratégicos do Posto)

I - Promoção de comércio e investimentos;**i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO****1. Atuar para promover o diálogo econômico bilateral, de modo a ampliar e diversificar os fluxos de comércio**

- a) Reduzir a incidência de barreiras não-tarifárias, inclusive sanitárias e fitossanitárias, incidentes sobre exportações brasileiras para o Japão, com ênfase no acesso da carne bovina ao mercado japonês;
- b) Negociar a redução de picos tarifários que limitem a competitividade de produtos brasileiros no Japão, especialmente nos setores de agronegócio processado;
- c) Difundir informação sobre a segurança e sustentabilidade da produção agropecuária brasileira;
- d) Promover e apoiar a participação de empresas brasileiras em feiras setoriais e outros eventos de promoção comercial em território japonês;
- e) Incentivar e apoiar a realização de missões de promoção comercial e de investimentos de agências dos entes da Federação;
- f) Organizar e divulgar eventos de promoção de produtos brasileiros que ofereçam potencial de expansão no mercado japonês;
- g) Ampliar exportações brasileiras de maior conteúdo tecnológico e valor agregado, atribuindo especial atenção a potenciais parceiros no Japão entre startups, fintechs e empresas de jogos eletrônicos, entre outras;
- h) Promover a integração das cadeias produtivas, focando na redução de vulnerabilidades e no “de-risking”, identificando setores onde o Japão busca alternativas à dependência de poucos parceiros (ex: minerais críticos e semicondutores);
- i) Ampliar a capacidade de monitoramento e divulgação de oportunidades comerciais pelo Setor Comercial (SECOM) da Embaixada.
- j) Elaborar regularmente informes de inteligência comercial, diretamente – fazendo uso das ferramentas de comércio exterior japonesas e brasileiras ou em cooperação com a ApexBrasil;
- k) Promover a capacitação contínua dos assistentes técnicos do SECOM da Embaixada.

2. Apoiar o fomento aos investimentos diretos de lado a lado e promover o Brasil como destino de investimentos diretos.

- a) Promover integração entre a promoção de exportações brasileiras e os investimentos japoneses na indústria 4.0, em particular no que tange à agricultura de precisão, com vistas a aumentar valor agregado de exportações e reforçar a percepção de segurança da produção agropecuária brasileira;

- b) Consolidar a imagem do Brasil como destino seguro e rentável para investimentos estrangeiros, por meio da divulgação de oportunidades estratégicas e da divulgação da estabilidade institucional e da segurança jurídica do mercado brasileiro;
- c) Promover iniciativas de diálogo e divulgação de informações sobre o ambiente de negócios, as condições macroeconômicas do país e as facilidades de acesso a mercados oferecidas por acordos de integração latino-americanos dos quais o Brasil faz parte junto a interlocutores locais, a exemplo de governos, associações empresariais, consultorias, tradings, entre outros;
- d) Divulgar oportunidades de investimento no Brasil, com atenção ao setor de energias renováveis, incluindo a produção de biocombustíveis e hidrogênio verde, e às áreas de infraestrutura, mineração, transformação, descarbonização e semicondutores;
- e) Reativar o Grupo de Trabalho em infraestrutura e trabalhar para que funcione como mecanismo de facilitação de investimentos japoneses em setores prioritários para o Brasil;
- f) Estabelecer canal de diálogo permanente sobre Segurança Econômica, visando antecipar mudanças regulatórias japonesas que possam impactar o acesso brasileiro a tecnologias sensíveis.

3. Atuar para a promoção do diálogo econômico bilateral, com a criação de confiança mútua e desenvolvimento de iniciativas conjuntas de comércio e investimentos.

- a) Prosseguir, em coordenação com as Embaixadas dos países-membros do Mercosul em Tóquio, com as negociações no quadro da Parceria Estratégica Mercosul-Japão;
- b) Promover o diálogo sobre o lançamento de negociações de acordo de livre comércio Mercosul-Japão;
- c) Reforçar a cooperação com a Câmara de Comércio no Japão na organização de eventos voltados para a promoção do produto brasileiro, bem como na realização de missões empresariais regulares ao Brasil;
- d) Fomentar a atividade do Grupo de Notáveis para uma Parceria Econômica Estratégica Brasil-Japão;
- e) Fomentar a atividade do Conselho Empresarial Brasil – Japão (Japan-Brazil Business Council) liderado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e Federação Empresarial do Japão (Keidanren);
- f) Acompanhar a implementação da Iniciativa para Integração Industrial Brasil – Japão;
- g) Apoiar e subsidiar as reuniões do Comitê Conjunto sobre Comércio e Promoção de Investimentos (MDIC-METI);
- h) Promover a cooperação entre a ApexBrasil e a Organização de Comércio Exterior do Japão (JETRO), orientada à promoção do comércio e investimento, internacionalização das micro e pequenas empresas e apoio à inovação;
- i) Apoiar as atividades do Brazilian Business Group Ásia (BBG Ásia), voltado para a integração da comunidade empresarial de ambos os países.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Número de encontros virtuais ou presenciais, gestões e outras ações sobre questões comerciais e de investimentos;
- Número de encontros virtuais ou presenciais, gestões e outras ações sobre a EPA Mercosul-Japão;
- Número de encontros com empresários, investidores e representantes de associações industriais ou comerciais do Brasil e do Japão com foco no aumento dos fluxos de comércio e de investimentos;
- Número e escopo de ações de promoção de produtos brasileiros e de atração de investimentos promovidas pela Embaixada;
- Número de consultas comerciais de empresas brasileiras atendidas pelo Setor de Promoção Comercial;
- Teor de expedientes oficiais sobre o ambiente de negócios local, sobre a apuração de oportunidades ou ameaças para a inserção de produtos brasileiros, sobre requisitos para a exportação de produtos nacionais para o Japão;
- Teor de expedientes oficiais ou outros instrumentos de informação sobre a realidade macroeconômica japonesa, avaliações de cenários e mapeamento de áreas de atuação prioritárias;
- Avaliação qualitativa dos resultados alcançados, conforme registro oficial em expedientes do Posto.

II – Relações políticas bilaterais

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Acompanhar, analisar e relatar, sob a ótica dos interesses brasileiros, as políticas interna e externa do Japão e a sua inserção na dinâmica regional e internacional

- a) Em matéria de política externa: acompanhar a evolução das posições e da atuação do Japão em temas como paz e segurança, meio ambiente, desenvolvimento sustentável, direitos humanos, ciência, tecnologia e inovação, comércio e investimentos, entre outros, com vistas a subsidiar a definição da política brasileira em relação àquele país e aos referidos temas nos planos regional, plurilateral e multilateral. Monitorar o relacionamento bilateral do Japão com parceiros relevantes em todo o mundo;
- b) Em matéria de política regional: acompanhar a evolução das posições do Japão, bem como suas iniciativas e ações no contexto da Ásia do Leste e do Sudeste Asiático, tanto no que tange aos relacionamentos bilaterais, quanto à participação em mecanismos regionais de integração;
- c) Em matéria de política interna: acompanhar o dia a dia dos acontecimentos políticos japoneses notadamente em relação a temas que impactam diretamente interesses do Brasil. Monitorar as atitudes do governo e dos partidos políticos japoneses e o

debate público em relação a temas como defesa, energia, cadeias de suprimento, política comercial, integração regional, saúde, imigração, inteligência artificial, segurança cibernética, entre outros de grande interesse da pauta bilateral;

- d) Em matéria de política comercial: monitorar focos de protecionismo que possam representar ameaças às exportações brasileiras, incluindo restrições à importação de proteína animal, recomendando formas de atuação diplomática à Secretaria de Estado. Acompanhar o desempenho do intercâmbio comercial bilateral do Brasil com o Japão, bem como do Japão com parceiros comerciais relevantes como a China, os EUA e a UE;
- e) Em matéria de política econômica: acompanhar a política macroeconômica japonesa e seus resultados, monitorar a política de juros do Banco Central (BoJ) e a evolução cambial do iene. Acompanhar as políticas de precificação da energia, de transição energética, de redução de emissões, de combate às mudanças climáticas e de promoção da sustentabilidade, considerando seu impacto sobre o conjunto da economia japonesa e sua articulação com a economia mundial. Monitorar a situação macroeconômica japonesa em sua característica de indicadora de tendências (“bellwether”) da economia internacional. Registrar periodicamente a atitude do Japão diante da politização de sistemas de pagamento internacional e a atuação do país para a criação de alternativas voltadas à preservação de sua autonomia financeira;
- f) Em matéria de política social: analisar as políticas que contribuem para reduzir as desigualdades sociais no Japão, inclusive medidas de distribuição de renda, bem como as ações destinadas ao enfrentamento da crise demográfica que o país enfrenta;
- g) Em matéria de política de defesa: acompanhar as medidas adotadas pelo governo japonês para enfrentar as incertezas no campo securitário resultantes das tensões regionais e monitorar as implicações geopolíticas da rivalidade China-EUA do ponto de vista de Tóquio. Acompanhar o processo de reforço e modernização das forças japonesas, tanto no que se refere à aquisição de material de defesa de última geração pelo país como no que tange à organização das instâncias de comando e à atualização das doutrinas militares. Monitorar a integração do Japão em arquiteturas de segurança regionais (como o QUAD e acordos de acesso recíproco);
- h) Elaborar estudos e levantamentos específicos sobre a realidade japonesa, em atendimento a interesses expressados pela Secretaria de Estado das Relações Exteriores ou outros órgãos públicos brasileiros.

2. Fortalecer os canais bilaterais de diálogo, valorizando os vínculos históricos e sociais que unem Brasil e Japão desde o século XIX

- a) Promover, no diálogo com as autoridades japonesas, os vínculos históricos e sociais que unem Brasil e Japão desde o século XIX, ancorados em 130 anos de relações diplomáticas bilaterais, nos grandes fluxos humanos entre os dois países e na grande comunidade nipodescendente;
- b) Ancorar o relacionamento bilateral com o Japão nos valores compartilhados (democracia, direitos humanos, desenvolvimento sustentável, multilateralismo, entre outros), temas caros às diplomacias brasileira e japonesa, e reiterar o peso histórico que o Brasil atribui ao relacionamento bilateral;

- c) Posicionar o relacionamento Brasil-Japão como esfera de defesa do sistema multilateral e, ao mesmo tempo, como parceria moderadora dos riscos decorrentes da fragilização dos regimes internacionais;
- d) Acompanhar e apoiar a implementação do Plano de Ação da Parceria Estratégica e Global 2025-2030;
- e) Fortalecer o Diálogo Estratégico e o Mecanismo de Consultas Políticas bilateral;
- f) Apoiar a implementação do diálogo sobre Política Externa e Defesa, no formato 2+2 (Ministério das Relações Exteriores e Ministério da Defesa);
- g) Fomentar o intercâmbio entre a Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) e a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), em prol da atuação em projetos trilaterais de cooperação;
- h) Acompanhar a tramitação, no Brasil e no Japão, dos instrumentos bilaterais já celebrados e ainda pendentes de aprovação legislativa em qualquer dos dois países. No caso específico do Brasil, acompanhar a tramitação no Congresso Nacional do Acordo de Assistência Mútua em Matéria Penal entre Brasil e Japão (MLAT Penal), assinado em 25 de janeiro de 2024;
- i) Manter avaliação regular sobre a implementação e validade dos instrumentos que já conformam o acervo normativo entre Brasil e Japão;
- j) Conduzir de forma sistemática contatos com formadores de opinião, analistas, acadêmicos e jornalistas, mediante a realização de visitas, reuniões, encontros e eventos;
- k) Manter contatos regulares com atores políticos e administrativos japoneses, dos três poderes de Estado, bem como com representantes da sociedade civil e com outros representantes diplomáticos estrangeiros no Japão;
- l) Formular recomendações à Secretaria de Estado sobre autoridades e personalidades japonesas a serem convidadas a visitar o Brasil;
- m) Preparar informações analíticas de apoio à atuação de autoridades e delegações brasileiras, identificando pontos de convergência ou divergência entre os interesses do Brasil e do Japão e antecipando possíveis soluções negociadas;
- n) Conduzir a representação do Estado brasileiro em cerimônias oficiais no Japão;
- o) Fomentar o relacionamento com entes subnacionais japoneses e apoiar o intercâmbio entre unidades da Federação e o Japão e suas entidades subnacionais.

3. Fortalecer a cooperação no âmbito multilateral, com base nas visões compartilhadas sobre o sistema internacional

- a) Aprofundar, onde couber, a cooperação nos foros multilaterais, em particular a colaboração no âmbito do G4 em prol da reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas;
- b) Trabalhar conjuntamente com o Japão para fortalecer a Comissão de Construção da Paz das Nações Unidas (Peacebuilding Commission), incluindo seu papel na prevenção de conflitos;
- c) Cooperar para o fortalecimento da Agenda de Mulheres, Paz e Segurança das Nações Unidas;

- d) Reforçar o diálogo bilateral sobre os riscos apresentados pelo enfraquecimento do sistema multilateral em suas diferentes vertentes;
- e) Apoiar a construção de mecanismos de cooperação bilateral nas áreas de construção e de manutenção da paz;
- f) Fortalecer o diálogo sobre desarmamento nuclear; não-proliferação e usos pacíficos da energia nuclear;
- g) Intensificar a cooperação sobre cibersegurança, em linha com o Memorando de Cooperação no âmbito da Cibersegurança, de 2024;
- h) Acompanhar, informar-se e relatar sobre aspectos relevantes da evolução das posições japonesas concernentes à ampla gama de temas em discussão em organismos internacionais de que também faça parte o Brasil, sobretudo do sistema das Nações Unidas;
- i) Acompanhar, informar-se e relatar, na medida das possibilidades do Posto, sobre aspectos concernentes aos processos internos de tomada de decisão do governo japonês ao longo dos períodos em que o Japão ocupar mandatos em organismos internacionais relevantes como o Conselho de Segurança das Nações Unidas ou o Conselho de Direitos Humanos;
- j) Acompanhar, informar-se e relatar à Secretaria de Estado acerca das entrevistas, declarações públicas e notas oficiais emitidas pela Chancelaria japonesa ou por autoridades do país concernentes a temas relevantes em discussão em organismos regionais ou multilaterais;
- k) Em cumprimento a instruções da Secretaria de Estados, realizar gestões junto a autoridades políticas e técnicas japonesas com vistas a promover concertação bilateral relativa a temas de interesse do Brasil em discussão no âmbito de organismos regionais e multilaterais;
- l) Realizar gestões em favor de encontros bilaterais à margem de reuniões de organismos internacionais fora e dentro do território japonês;
- m) Trabalhar para ampliar o apoio japonês a candidaturas brasileiras em organismos internacionais;
- n) Buscar obter, junto a interlocutores japoneses, informações sobre o quadro parlamentar em temas de interesse do Brasil, incluindo apoios a candidaturas estrangeiras a posições em organizações internacionais.

4. Promover o diálogo em grupos regionais e temáticos

- a) Promover a aproximação de posições em grupos integrados por Brasil e Japão, como o G20;
- b) Promover o intercâmbio de visões sobre a atuação em grupos integrados por Brasil ou Japão, como o BRICS e o G7, CELAC e APEC, GRULAC e Grupo Ásia-Pacífico;
- c) Identificar possibilidades de atuação conjunta em terceiras regiões, em especial na África e por intermédio de mecanismos como a CPLP e a Parceria África-Japão;
- d) Organizar eventos de promoção do Mercosul, da América Latina e Caribe e da CPLP, em coordenação com as demais embaixadas dos países dos respectivos agrupamentos;

- e) Manter contatos regulares com organizações multilaterais sediadas em Tóquio, tais como a Universidade das Nações Unidas (UNU), o Instituto do Banco de Desenvolvimento Asiático (ADB) e a Organização para a Produtividade Asiática (APO).

5. Avançar a cooperação jurídica entre Brasil e Japão

- a) Dar implementação aos atos necessários à tramitação dos pedidos de cooperação jurídica junto às autoridades japonesas, notadamente em relação à execução de cartas rogatórias, pedidos de extradição, cumprimento de diligências no contexto de investigações ou julgamentos, trânsito de presos e outros procedimentos;
- b) Manter os órgãos públicos brasileiros informados sobre os requisitos formais necessários à tramitação de atos de cooperação jurídica no Japão, inclusive sobre a documentação instrutiva e exigências de tradução para o idioma japonês;
- c) Identificar oportunidades de aperfeiçoamento da cooperação jurídica bilateral que contribuam para o combate ao crime organizado e aos delitos transnacionais.

6. Contribuir para dinamizar a diplomacia parlamentar entre Brasil e Japão.

- a) Fortalecer o diálogo entre os Grupos Parlamentares de Amizade dos Legislativos brasileiro e japonês e apoiar suas atividades;
- b) Formular recomendações ao Parlamento brasileiro sobre parlamentares japoneses a serem convidados a visitar o Brasil;
- c) Apoiar a preparação e realização de reuniões, encontros e eventos entre parlamentares brasileiros e japoneses;
- d) Apoiar iniciativas e projetos conjuntos de parlamentares brasileiros e japoneses.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Registro oficial dos esforços empreendidos, conforme expedientes do Posto;
- Número de reuniões de mecanismos bilaterais;
- Número de visitas oficiais realizadas;
- Número de reuniões e eventos entre parlamentares brasileiros e japoneses;
- Número de reuniões e eventos com atores políticos, econômicos, acadêmicos e jornalistas;
- Número de reuniões remotas realizadas no âmbito das iniciativas propostas;
- Número de pedidos de cooperação jurídica cursados;
- Avaliação dos apoios alcançados em organismos internacionais, conforme registro oficial em telegramas do Posto ou em despachos telegráficos da Secretaria de Estado.

IV - Promoção da imagem do país, da cultura brasileira, do turismo e da marca Brasil;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Contribuir para o aprimoramento permanente da imagem do Brasil no Japão.

- a) Organizar eventos (seminários, palestras, visitas, entrevistas) com acadêmicos, escritores, artistas, esportistas, chefs e outras personalidades brasileiras capazes de apresentar ao público japonês, com credibilidade, depoimentos sobre a realidade brasileira;
- b) Divulgar depoimentos positivos de cidadãos e empresas japonesas sobre suas experiências no Brasil a fim de contrabalançar eventual desconhecimento ou má compreensão sobre o país por parte dos formadores de opinião japoneses;
- c) Divulgar ações conduzidas pelo governo do Brasil e pela sociedade brasileira para combater as desigualdades sociais, o crime organizado, o desmatamento ou a violência urbana, destacando a força e o vigor das instituições democráticas nacionais e a prevalência do Estado de Direito no país;
- d) Orientar as ações culturais do Posto para ampliar a projeção do Brasil no Japão, valendo-se da imagem predominantemente positiva de que dispõe o país;
- e) Planejar ações de difusão da cultura brasileira que contribuam para retratar, de forma acurada e além dos estereótipos, a realidade brasileira;
- f) Apresentar à Secretaria de Estado análises sobre o mérito e a viabilidade de adotar ações destinadas a promover a imagem do Brasil por intermédio dos grandes meios de comunicação, como TV, rádio e imprensa escrita;
- g) Consolidar e dinamizar o uso das mídias sociais do Posto para divulgar, de forma regular e constante, os usos e costumes do Brasil, sua história, artistas e grandes realizações, do passado e do presente, com atenção à dinâmica própria das mídias em questão.

2. Divulgar a diversidade das expressões culturais brasileiras

- a) Promover, na capital e no interior do país, eventos culturais destinados a divulgar as expressões culturais brasileiras nos seus mais diversos segmentos e origens geográficas a fim de ampliar o conhecimento sobre a diversidade cultural brasileira e aprofundar continuamente a imagem positiva de que o país já dispõe;
- b) Apoiar a organização de eventos de divulgação de expressões culturais brasileiras menos conhecidas, como técnicas artesanais tradicionais, arte popular, quadrinhos, arte urbana e música eletrônica, que poderiam atrair o interesse do público japonês;
- c) Organizar palestras e outros eventos públicos sobre temas da cultura brasileira, assim como sobre seu pensamento político-social, com vistas à ampliação do conhecimento do público japonês sobre o país, inclusive com o engajamento da comunidade brasileira local;
- d) Implementar o Memorando de Entendimentos entre a Universidade de Estudos Estrangeiros de Tóquio (TUFS) e o Instituto Guimarães Rosa;
- e) Fomentar o intercâmbio acadêmico entre os dois países e o estudo de temas brasileiros no Japão;
- f) Acompanhar a produção acadêmica japonesa sobre o Brasil, com avaliação do seu impacto sobre os interesses brasileiros e a imagem do país;

- g) Apoiar visitas de acadêmicos e artistas brasileiros ao Japão, aumentando o alcance e a visibilidade de sua permanência no país;
- h) Monitorar as oportunidades para desenvolvimento conjunto de formas narrativas contemporâneas de alto impacto comercial, como filmes de animação, jogos eletrônicos e aplicações de realidade virtual;
- i) Monitorar e divulgar as possibilidades de produção conjunta de produtos audiovisuais, a exemplo de filmes e seriados;
- j) Apoiar a participação brasileira em eventos de relevante impacto comercial e artístico, como a ART FAIR TOKYO e a KYOTOGRAPHIE;
- k) Prosseguir a divulgação do cinema brasileiro no Japão mediante a inclusão de filmes brasileiros nos principais festivais do país, como ocorre na Semana do Cinema Brasileiro integrada ao Tokyo International Film Festival;
- l) Dar seguimento à cooperação com músicos brasileiros estabelecidos no Japão, promovendo eventos de divulgação da música e dos talentos musicais do país;
- m) Dar continuidade à colaboração com a Associação Villa-Lobos do Japão;
- n) Acompanhar e subsidiar, no que couber, a produção sobre o Brasil nas redes sociais e avaliar seu impacto positivo ou negativo sobre a imagem do país.

3. Promover a variante brasileira da língua portuguesa.

- a) Realizar esforços, em conjunto com as embaixadas dos membros da CPLP, para a divulgação da língua portuguesa no Japão, notadamente no que tange à variante brasileira;
- b) Celebrar o Dia Internacional da Língua Portuguesa mediante a realização de eventos e a divulgação nas mídias sociais do posto;
- c) Apoiar a tradução de obras literárias e acadêmicas brasileiras para o japonês;
- d) Divulgar o Programa Leitorado Guimarães Rosa, com vistas à retomada da participação de universidades japonesas;
- e) Divulgar o exame de proficiência em língua portuguesa para estrangeiros CELPE-BRAS e apoiar a realização de cursos especiais de preparação para o exame;
- f) Promover a doação de livros brasileiros para bibliotecas universitárias, em cooperação com o Instituto Guimarães Rosa e a Biblioteca Nacional;

4. Promover o Brasil como destino turístico.

- a) Aprofundar a divulgação do Brasil como destino turístico, favorecendo para tanto a participação do país em feiras turísticas japonesas de renome;
- b) Subsidiar as discussões sobre a retomada de linhas de voos entre o Brasil e o Japão, que contribuiriam para expandir os fluxos de turismo de lazer e de negócios;
- c) Gestionar o início de tratativas técnicas para atualizar o Acordo sobre Transportes Aéreos Brasil-Japão, de 1956;
- d) Sensibilizar as companhias aéreas ANA e Japan Airlines para explorar a ampliação de voos próprios ou em modalidade "code-share" para melhorar a conectividade entre o Brasil e o Japão;

- e) Promover, junto a atores privados do setor turístico, a intensificação de voos charter e da oferta de pacotes de turismo para destinos brasileiros;
- f) Apoiar iniciativas de operadoras de turismo japonesas, bem como de agências de viagem, para o fomento do turismo do Japão ao Brasil;
- g) Promover por meio de campanhas temáticas na imprensa escrita, nos meios de comunicação e nas redes sociais japonesas as atrações naturais, culturais, arquitetônicas e gastronômicas brasileiras a fim de estimular potenciais turistas a viajar ao Brasil;
- h) Ampliar a divulgação do “Programa de Aceleração do Turismo Internacional” da Embratur e estimular o aprofundamento da cooperação entre as instituições de promoção turística do Brasil e do Japão.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Registro oficial dos esforços empreendidos, conforme expedientes do Posto;
- Número de ações voltadas à melhoria da imagem do Brasil e avaliação de seu impacto;
- Avaliações periódicas da imagem do Brasil, em termos qualitativos e, quando couber, quantitativos;
- Número de reuniões remotas realizadas no âmbito das iniciativas propostas;
- Número de postagens nas mídias sociais do posto destinadas à promoção do Brasil como destino turístico para o mercado japonês;
- Número de eventos de divulgação cultural do Brasil realizados e/ou apoiados pelo Posto.

V – Cooperação para o desenvolvimento sustentável e a proteção ao meio ambiente.

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Promover a cooperação com o Japão, nos níveis bilateral e multilateral, em temas relacionados à promoção do desenvolvimento sustentável, à transição energética e à proteção do meio ambiente

- a) Promover a cooperação bilateral no quadro Iniciativa de Parceria Brasil-Japão sobre Meio Ambiente, Clima, Desenvolvimento Sustentável e Economias Resilientes (Green Partnership Initiative);
- b) Acompanhar ativamente a implementação do Memorando sobre Uso Sustentável da Biodiversidade da Amazônia;
- c) Identificar e engajar atores privados e públicos do Japão que possam direcionar recursos para projetos de conservação; redução do desmatamento, conservação e uso sustentável da biodiversidade;
- d) Promover junto a autoridades e atores privados japoneses o “Fundo Florestas Tropicais para Sempre” (TFFF), lançado durante a COP30;

- e) Fomentar cooperação técnica, científica e tecnológica que facilitem o estabelecimento pelo Brasil de cadeias de valor sustentáveis e contribuam para a conservação, restauração e uso sustentável dos ecossistemas florestais;
- f) Propor e implementar iniciativas conjuntas para eliminação e prevenção da poluição de mares e oceanos por plásticos e microplásticos;
- g) Mapear possibilidades de cooperação bilateral para tratamento de resíduos e reciclagem, em particular de resíduos químicos e lixo eletrônico;
- h) Trabalhar conjuntamente com o Japão no âmbito do UNFCCC, em benefício do objetivo comum de enfrentar a mudança do clima de modo urgente;
- i) Aprofundar a cooperação orientada para o compartilhamento de tecnologias que permitam a redução de emissões e para a implementação de iniciativas carbono negativas;
- j) Contribuir para a promoção de mecanismos financeiros que mobilizem recursos privados para infraestruturas resilientes, energias renováveis e tecnologias sustentáveis;
- k) Acompanhar ativamente a implementação da Iniciativa para Combustíveis Sustentáveis e Mobilidade firmada entre os governos do Brasil e do Japão;
- l) Promover a atuação conjunta em iniciativas globais como a Aliança Global de Biocombustíveis;
- m) Divulgar no Japão informação e experiências relacionadas ao uso de combustíveis sustentáveis no Brasil;
- n) Destacar a complementariedade entre a matriz energética limpa, o setor agroindustrial brasileiro e as tecnologias japonesas em descarbonização e digitalização.

2. Monitorar as repercussões no Japão do tratamento de questões ambientais no Brasil.

- a) Oferecer às instituições públicas e privadas, e aos órgãos de imprensa japoneses, informações precisas e argumentos sólidos relativos ao enfrentamento, no Brasil, de desafios de natureza ambiental, notadamente com vistas à redução do desmatamento e das queimadas nos diversos biomas brasileiros;
- b) Relatar regularmente à Secretaria de Estado, para conhecimento das autoridades ambientais competentes, o impacto junto à opinião pública e ao governo do Japão do tratamento prioritário dispensado às questões ambientais no Brasil;
- c) Promover a ida ao Brasil de formadores de opinião japoneses para conhecimento in loco das medidas de proteção do meio ambiente e da diversidade biológica e de combate à mudança do clima adotadas pelo país.

3. Ampliar a divulgação dos esforços empreendidos e dos avanços alcançados pelo Brasil para garantir a sustentabilidade da agricultura brasileira.

- a) Difundir regularmente informações alusivas à sustentabilidade do agronegócio brasileiro, inclusive referentes ao uso do solo no país, à proteção das áreas de florestas, ao uso controlado de agroquímicos, ao reflorestamento de áreas degradadas e à proteção da biodiversidade no meio rural;

- b) Monitorar eventuais ameaças à imagem dos produtos agrícolas brasileiros, em detrimento dos interesses exportadores do agronegócio do Brasil – em relação a produtos como carne bovina, madeira tropical, café e soja, entre outros produtos;
- c) Promover o esclarecimento a importadores locais, por meio de palestras de especialistas no agronegócio brasileiro, sobre as práticas ambiental e socialmente sustentáveis empregadas pela agricultura no Brasil.

4. Acompanhar as medidas ambientais adotadas pelo Japão e avaliar a conveniência e a oportunidade de gestões em defesa de eventuais interesses brasileiros.

- a) Produzir informações sobre os impactos ambientais, sociais, econômicos e políticos da adoção, pelo governo japonês, de medidas destinadas a proteger o meio ambiente e combater as mudanças climáticas;
- b) Monitorar evolução de regulamentações japonesas análogas ao EUDR (Regulamento de Desmatamento da UE), visando antecipar e mitigar barreiras técnicas ao agronegócio brasileiro através de diálogo preventivo;
- c) Monitorar o debate interno japonês sobre medidas ambientais adotadas ou que possam ter impacto sobre interesses brasileiros.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Esforços empreendidos para realização das iniciativas propostas, conforme registro oficial em expedientes do Posto;
- Avaliação qualitativa dos resultados alcançados, conforme registro oficial em expedientes do Posto;
- Número de reuniões remotas realizadas no âmbito das iniciativas propostas;
- Avaliação qualitativa dos investimentos japoneses anunciados ou captados em projetos de economia verde e infraestrutura sustentável no Brasil.

VI – Cooperação em ciência, tecnologia e inovação

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Contribuir para o fortalecimento da cooperação científico-tecnológica entre o Brasil e o Japão.

- a) Incentivar a cooperação bilateral voltada para o compartilhamento de conhecimento e a implementação de iniciativas conjuntas na área de pesquisa e desenvolvimento;
- b) Apoiar, subsidiar e participar das reuniões do Comitê Conjunto Brasil-Japão para Cooperação Científica e Tecnológica;

- c) Promover iniciativas bilaterais de mobilidade, intercâmbio acadêmico e de experiências de gestão, governamentais e privadas, entre Brasil e Japão na área de ciência, tecnologia e inovação;
- d) Monitorar regularmente informações sobre fontes públicas e privadas de financiamento à tecnologia e inovação;
- e) Apoiar o diálogo entre os ministérios, agências e centros de pesquisa competentes no Brasil e no Japão acerca da cooperação em temas como inteligência artificial, automação industrial, padrão 5G e pós 5G, semicondutores, computação quântica e tecnologia espacial.
- f) Apoiar o diálogo entre entidades dos sistemas de ciência, tecnologia e inovação dos dois países para fins de cooperação em áreas ligadas à promoção do desenvolvimento sustentável, tais como, a título exemplificativo, energias renováveis, agricultura sustentável, manejo florestal e cadeia produtiva de bens e insumos biodegradáveis, bem como à agricultura de precisão.
- g) Monitorar e difundir informações sobre políticas japonesas de incubação e promoção de startups que possam beneficiar iniciativas brasileiras, bem como sobre eventos públicos e privados de divulgação e apoio, no Japão, a startups estrangeiras;
- h) Fortalecer o diálogo bilateral sobre a tecnologia Open RAN 5G e pós 5G, bem como a troca de experiências e boas práticas em sua gestão;
- i) Promover o diálogo bilateral sobre usos responsáveis, inclusivos e éticos da inteligência artificial;
- j) Monitorar avanço do debate público sobre inteligência artificial, assim como propostas de regulamentação apresentadas pelo Japão no nível nacional ou internacional;
- k) Mapear oportunidades e promover a cooperação na área de ciências da saúde, com a aproximação de entidades de pesquisa do Brasil e do Japão;
- l) Monitorar avanços da tecnologia quântica e das propostas de regulação internacional formuladas pelo Japão;

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Esforços empreendidos para realização das iniciativas propostas, conforme registro oficial em expedientes do Posto;
- Número de visitas realizadas no âmbito das iniciativas propostas;
- Número de reuniões remotas realizadas no âmbito das iniciativas propostas;
- Avaliação qualitativa dos resultados alcançados, conforme registro oficial em expedientes do Posto.

VII – Cooperação em educação, cultura, esportes e defesa

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. No campo da educação, fomentar a cooperação educacional bilateral e contribuir para a regular realização de projetos de pesquisa e mobilidade acadêmicas

- a) Apoiar o estabelecimento de parcerias entre instituições de ensino superior e institutos de pesquisa brasileiros e seus homólogos japoneses;
- b) Mapear e estreitar a interlocução com estudantes e pesquisadores brasileiros residentes no Japão, seja por meio da Associação de Pesquisadores Brasileiros no Japão (ABrJ) ou por outros canais de interlocução;
- c) Mapear e estreitar a interlocução com acadêmicos em visita ao país ou inseridos em programas de intercâmbio, identificando suas principais áreas de atuação;
- d) Acompanhar ativamente a implementação do Memorando de Cooperação em Educação;
- e) Aprofundar o diálogo com a Associação das Escolas Brasileiras no Japão (AEBJ);
- f) Fortalecer a cooperação entre instituições de ensino superior e de pesquisa dos dois países, como a CAPES e "Japan Society for the Promotion of Science" (JSPS);
- g) Mapear e divulgar oportunidades de financiamento para graduação e pós-graduação oferecida a estudantes estrangeiros por entidades públicas e privadas do Japão;
- h) Promover a participação de diplomatas japoneses no Curso de Formação de Diplomatas do Instituto Rio Branco e de diplomatas brasileiros nos cursos de treinamento da Chancelaria japonesa.

2. No campo da cultura, promover a cooperação bilateral e multilateral.

- a) Dar seguimento ao diálogo mantido com o Japão sobre a preservação do patrimônio histórico, cultural e intangível dos dois países;
- b) Incentivar o intercâmbio entre Brasil e Japão de material e apresentações que apresentem mutuamente as respectivas diversidades culturais;
- c) Promover a cooperação no combate ao tráfico ilegal de bens culturais, bem como a repatriação de bens culturais indevidamente exportados.

3. No campo dos esportes, explorar as oportunidades oferecidas a atletas e modalidades brasileiras e aprofundar a percepção positiva do Brasil.

- a) Prosseguir com a implementação do Memorando de Cooperação Esportiva entre os dois países;
- b) Dar continuidade ao diálogo com autoridades japonesas sobre a organização de grandes eventos esportivos, com base na experiência dos dois países na organização de Jogos Olímpicos e Paralímpicos e de Copas do Mundo, com vistas à organização da Copa do Mundo de Futebol Feminino de 2027;
- c) Mapear e divulgar possibilidades públicas e privadas de financiamento para modalidades esportivas e atletas que possam beneficiar o esporte brasileiro;
- d) Trabalhar conjuntamente com os atletas brasileiros residentes no Japão em programas de promoção da imagem do Brasil.

4. No campo da defesa, dar seguimento ao diálogo bilateral e explorar oportunidades no setor industrial.

- a) Acompanhar ativamente a implementação do Memorando sobre Cooperação e Intercâmbios em Matéria de Defesa;
- b) Dar apoio a empresas da Base Industrial de Defesa do Brasil interessadas em fornecer sua produção ao mercado japonês;
- c) Apoiar iniciativas de inserção de empresas brasileiras e japonesas nas cadeias produtivas concernentes à produção de materiais de defesa em ambos os países;
- d) Estimular a presença de empresas que integram a Base Industrial de Defesa brasileira nas feiras setoriais de materiais de defesa do Japão;
- e) Incentivar a realização de novas edições do Diálogo de Indústria de Defesa (DID) Brasil-Japão;
- f) Apoiar a participação japonesa na LAAD Defence & Security; realizada anualmente no Rio de Janeiro;
- g) Aprofundar o diálogo nas áreas de produtos de uso duplo e de defesa cibernética;
- h) Aprofundar o diálogo sobre Treinamento e Capacitação em Operações de Paz;
- i) Avaliar a oportunidade de prosseguir com as negociações de entendimento sobre intercâmbio de informações classificadas;
- j) Favorecer a continuidade da agenda de viagens de autoridades militares de alto nível entre Brasil e Japão;
- k) Estimular a extensão de convites das Forças Armadas Brasileiras à participação de militares japoneses em cursos de treinamento para oficiais.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Esforços empreendidos para realização das iniciativas propostas, conforme registro oficial em telegramas do Posto;
- Avaliação qualitativa dos resultados alcançados, conforme registro oficial em telegramas do Posto;
- Número de reuniões com entidades dos setores educacional e cultural destinadas a intensificar as relações bilaterais nesses setores;
- Número de visitas realizadas no âmbito das iniciativas propostas;
- Número de reuniões remotas realizadas no âmbito das iniciativas propostas;
- Número de reuniões com vistas a estimular a cooperação esportiva entre os dois países;
- Número de visitas de autoridades militares de lado a lado.

VIII – Cooperação para promoção do desenvolvimento socioeconômico e combate às desigualdades

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- a) Acompanhar as políticas implementadas pelo governo japonês para promover o desenvolvimento socioeconômico e o combate às desigualdades internas no país, em especial no que diz respeito ao desafio demográfico enfrentado pelo país;

- b) Monitorar e apoiar ações japonesas no âmbito da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza;
- c) Acompanhar a política japonesa de ajuda humanitária e avaliar a possibilidade de desenvolver cooperação bilateral ou ações trilaterais com o Japão nesse campo;
- d) Aprofundar o diálogo bilateral sobre acolhimento de refugiados e imigrantes;
- e) Avaliar possibilidades de cooperação para a redução da exclusão digital nos âmbitos nacionais e internacionais;
- f) Manter intercâmbio sobre o compromisso compartilhado com a cobertura universal de saúde.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Esforços empreendidos para materializar as iniciativas propostas;
- Teor dos expedientes do Posto sobre o tema;
- Ações japonesas no âmbito da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza;
- Estabelecimentos de negociações sobre a formalização de diálogo nas matérias elencadas.

IX – Apoio às comunidades brasileiras no exterior

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Acompanhar atentamente a política migratória do Japão e suas implicações para a comunidade brasileira

- a) Monitorar a tendência de endurecimento da política migratória japonesa a fim de identificar potenciais inconvenientes para a comunidade brasileira no país, alertando a Secretaria de Estado a respeito;
- b) Em caso de necessidade, buscar junto às autoridades locais esclarecimentos sobre medidas que possam afetar os interesses da comunidade brasileira no Japão;
- c) Promover e apoiar novas edições do Foro Consular Brasil-Japão;
- d) Acompanhar a implementação do Acordo de Vistos de Férias-Trabalho;
- e) Avaliar formas de reconhecimento mútuo de carteiras de habilitação.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Teor dos telegramas sobre a política imigratória do Japão;
- Esforços envidados para a manutenção da periodicidade do Foro Consular Brasil-Japão;
- Funcionamento efetivo do Acordo de Vistos de Férias-Trabalho.

RELATÓRIO Nº , DE 2026

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 16, de 2026, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor PAULO ROBERTO SOARES PACHECO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Japão.*

Relator: Senador **FERNANDO DUEIRE**

Vem ao exame desta Comissão a indicação que o Presidente da República faz do Senhor PAULO ROBERTO SOARES PACHECO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Japão.

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Assim, em atendimento ao previsto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o Ministério das Relações Exteriores (MRE) encaminhou currículo do indicado.

Nascido no Rio de Janeiro/RJ, o diplomata indicado graduou-se em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em 1986.

No Instituto Rio Branco, concluiu o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD) em 1997 e o Curso de Altos Estudos (CAE) em 2007. Neste último, apresentou tese intitulada “A terceira via: sua dimensão plurilateral (a Governança Progressista), o protagonismo do Reino Unido e o papel do Brasil entre os ‘progressistas em desenvolvimento’.”

Ingressou na carreira diplomática como Terceiro-Secretário em 1988. Ascendeu a Segundo-Secretário em 1994 e a Primeiro-Secretário em 2000; a Conselheiro em 2006; a Ministro de Segunda Classe em 2009 e a Ministro de Primeira Classe, em 2019. Todas as promoções se deram por merecimento.

Entre as funções desempenhadas na Chancelaria destacam-se as de assessor na Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos (2000-03); de assessor do Gabinete do Ministro de Estado (2015-17); de assessor técnico do Subsecretário-Geral das Comunidades Brasileiras e Assuntos Consulares e Jurídicos (2017); de Diretor do Departamento de Imigração e Assuntos Jurídicos (2017-19); e de chefe da Assessoria Especial de Relações Internacionais do Ministério de Minas e Energia (2019-20).

No Exterior, exerceu, entre outras, as funções de Terceiro Secretário e de Segundo-Secretário na Missão do Brasil junto às Nações Unidas em Nova York (1994-97); de Primeiro-Secretário na Embaixada em Londres (2003-2006); de Conselheiro e Ministro-Conselheiro na Embaixada em Buenos Aires (2006-10); de Ministro-Conselheiro na Embaixada em Washington (2010-15); e de Embaixador em Santiago desde 2020.

O diplomata foi agraciado com diversas condecorações nacionais e também chilena.

Em atendimento às normas do RISF, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre o Japão.

Cuida-se de monarquia constitucional parlamentar, cuja política tem sido dominada quase que unicamente pelo Partido Liberal Democrático (PLD), de viés conservador, desde o ano de sua fundação em 1955.

Desde o ano de 2023, as relações bilaterais ganharam novo dinamismo: houve intensificação da agenda de visitas de alto nível e isenção recíproca de vistos para viagens de curta duração. O ano de 2025, quando foram celebrados 130 anos do estabelecimento das relações diplomáticas entre os dois países, foi intitulado “Ano do Intercâmbio e da Amizade Brasil-Japão”. Foi firmado o Plano de Ação da Parceria Estratégica e Global Brasil-Japão (2025-2030), no qual consta, como tema prioritário, o compromisso mútuo de acelerar os procedimentos para abertura do mercado japonês à carne bovina brasileira. Já as negociações para um Acordo de Parceria Econômica Mercosul-Japão enfrentam resistência do setor agrícola japonês.

A maior comunidade japonesa fora do Japão está no Brasil. São aproximadamente 2,7 milhões de pessoas. Por sua vez, a quinta maior comunidade brasileira no exterior encontra-se no Japão.

Importa registrar que o Japão é atualmente o nono maior investidor estrangeiro no Brasil e teve relevante contribuição para a industrialização brasileira, sobretudo nas décadas de 1960 e 1970, nos setores de mineração, siderurgia, construção naval, automóveis, eletrônicos, papel e celulose.

Merecem ser lembrados, entre outros, dois importantes canais bilaterais: o Diálogo de Chanceleres (elevado a Diálogo Estratégico de Chanceleres em 2025) e o Mecanismo de Consultas Políticas (MCP), criado em 1989.

Quanto ao comércio bilateral, em 2025, os principais produtos exportados foram: minério de ferro (17,8%), café não torrado (17,8%); carne de aves (15,2%); alumínio (7,9%); carne suína (7%); ferro-gusa (5,3%); e soja (4,7%). Os principais produtos importados foram: partes e acessórios de veículos automotivos (19,1%); instrumentos de medição, verificação e controle (5,5%); motores (5,1%); máquinas e aparelhos elétricos (4,1%); e medicamentos e produtos farmacêuticos (4,1%).

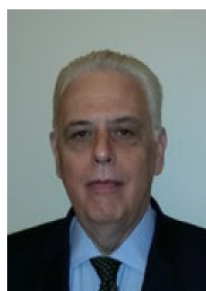
Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

4

INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE**

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL OLYNTHO VIEIRA

CPF.: [informações pessoais]

ID.: [informações] MIRE

1954 Filho de [informações pessoais], nasce em [informações pessoais], em São Paulo, SP

Dados Acadêmicos:

1977 Engenharia Mecânica pela Faculdade de Engenharia Industrial da Fundação de Ciências Aplicadas, São Bernardo do Campo/SP

1984-85 CPCD - IRBr

1993 Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas - IRBr

2005 Curso de Altos Estudos - IRBr. Aprovado com a tese intitulada "Proteção internacional de refugiados: o uso do reassentamento em terceiros países como solução durável e instrumento de compartilhamento de encargos (burden sharing). A experiência brasileira."

Cargos:

1985 Terceiro-secretário

1990 Segundo-secretário

1997 Primeiro-secretário, por merecimento

2003 Conselheiro, por merecimento

2009 Ministro de segunda classe, por merecimento

2014 Ministro de segunda classe do Quadro Especial do Serviço Exterior

Funções:

1986-88 Divisão de Pagamentos e Benefícios de Pessoal, assistente

1988-90 Subsecretaria de Administração e de Comunicações, assessor

1990 Presidência da República, Secretaria-Geral, assistente

1991-94 Embaixada em Paris, segundo-secretário

1994-95 Embaixada em Montevidéu, segundo-secretário

1995-96 Divisão de Acompanhamento e Coordenação dos Postos no Exterior, chefe, substituto

1996-98 Coordenação-Geral de Modernização e Planejamento Administrativo, assistente

1998-2000 Divisão do Pessoal, chefe, substituto

2000-04 Delegação Permanente em Genebra, primeiro-secretário e conselheiro

2004-07 Embaixada no México, conselheiro,

2007-10 Agência Brasileira de Cooperação, coordenador-geral de Cooperação em Agropecuária, Energia, Biocombustíveis e Meio-Ambiente

2010-15 Representação Permanente junto à FAO, ministro-conselheiro

2015-20 Delegação Permanente junto à Organização da Aviação Civil Internacional, ministro-conselheiro

2020- Embaixada do Brasil em Islamabad, embaixador

MENSAGEM Nº 274

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **OLYNTHO VIEIRA**, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil em Belize.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **OLYNTHO VIEIRA** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 08 de abril de 2026.



EXM nº 340/2026

Brasília, 24 de fevereiro de 2026.

Senhor Presidente da República,

1 Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **OLYNTHO VIEIRA**, ministro de segunda classe do Quadro Especial da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil em Belize, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2 O atual ocupante do cargo, **AGEMAR DE MENDONÇA SANCTOS**, será removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3 Encaminho, em anexo, informações sobre o país e o *curriculum vitae* de **OLYNTHO VIEIRA**, para inclusão em Mensagem que solicito seja apresentada ao Senado Federal, para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

MAURO VIEIRA, Ministro de Estado das Relações Exteriores



Documento assinado com Certificado Digital por **Mauro Luiz Iecker Vieira**, **Ministro de Estado das Relações Exteriores**, em 06/03/2026, às 12:02, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Nº de Série do Certificado: 59123768831869032935935866262



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **7392942** e o código CRC **19019765** no site:

https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 321/2026/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência a Senhora
Senadora Daniella Velloso Borges Ribeiro
Primeira Secretária
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhora Primeira Secretária,

Encaminho Mensagem na qual o Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor OLYNTHO VIEIRA, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil em Belize.

Atenciosamente,

MIRIAM BELCHIOR
Ministra de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Miriam Belchior, Ministra de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 15/04/2026, às 19:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **7491751** e o código CRC **77A7CDE0** no site:

https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00333.000785/2026-04

SEI nº 7491751

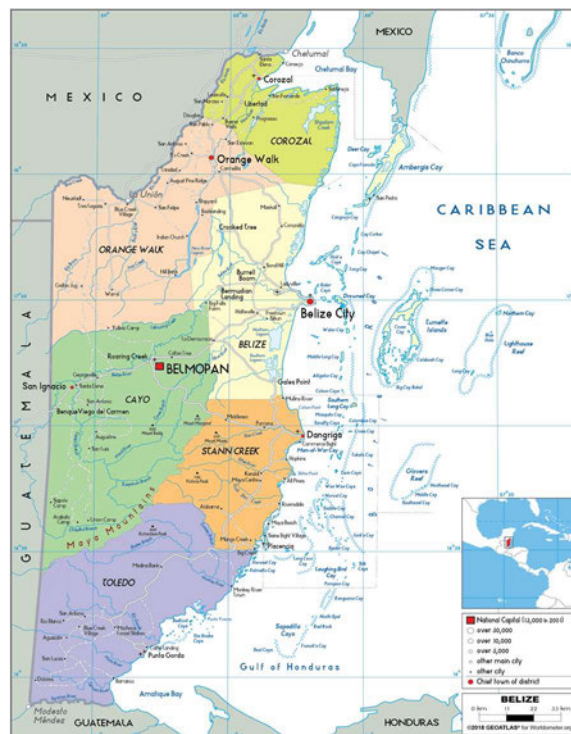
Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1121

CEP 70150-900 - Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Divisão de México e América Central

BELIZE



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Fevereiro de 2026

DADOS BÁSICOS	
NOME	Belize
CAPITAL	Belmopan
TERRITÓRIO	22.965 km ² (equivalente ao estado de Sergipe; maior do que El Salvador)
POPULAÇÃO (ONU, 2024)	420.000 habitantes
IDIOMAS	Inglês (oficial), espanhol e crioulo
RELIGIÕES	Católica (40,1%); Protestantes (31,5%); outros (12,9%); nenhuma (15,5%)
SISTEMA POLÍTICO	Regime Parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Bicameral (Senado, com 12 membros, e Câmara dos Deputados, com 31 membros)
CHEFE DE ESTADO	Charles III (representado, desde 27 de maio de 2021 pela Governadora-Geral, Froyla Tzalam)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro John Briceño (desde fevereiro de 2020)
CHANCELER	Francis Fonseca (desde dezembro de 2023)
PIB (FMI, 2025)	US\$ 3,30 bilhões (PIB do Brasil US\$ 2,26 trilhões)
PIB PPP (FMI, 2025)	US\$ 6,23 bilhões (PIB do Brasil US\$ 4,97 trilhões)
PIB <i>per capita</i> (FMI, 2025)	US\$ 7.900 (PIB do Brasil US\$ 10.580)
PIB PPP <i>per capita</i> (FMI, 2025)	US\$ 14.920 (PIB do Brasil US\$ 23.310)
VARIAÇÃO DO PIB (FMI)	1,5% (2025); 3,5% (2024); 0,5% (2023); 9,3% (2022); 18% (2021); - 13,5 % (2020); 4,3% (2019); 0,8% (2018); -1,8% (2017)
UNIDADE MONETÁRIA	Dólar de Belize
IDH (PNUD, 2023)	0,721
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO (Banco Mundial, 2022)	88%
EXPECTATIVA DE VIDA (OMS, 2020)	74,4 anos
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Não há embaixada de Belize em Brasília

EMBAIXADOR EM BELMOPAN	Agemar de Mendonça Sanctos (desde dezembro de 2022)
COMUNIDADE BRASILEIRA (est.)	40 pessoas

INTERCÂMBIO COMERCIAL (US\$ milhões FOB) – Fonte: MDIC

Brasil-Belize	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Intercâmbio	7,819	5,291	6,450	7,510	9,194	6,76	7,075	14,0	15,2	15,8	14,2
Exportações	7,559	5,072	6,109	6,56	7,211	6,501	6,917	13,9	14,8	15,7	13,9
Importações	0,260	0,218	0,340	0,95	1,983	0,258	0,158	0,113	0,4	188,4	286,3
Saldo	7,299	4,853	5,768	5,61	5,228	6,243	6,759	13,7	14,4	15,5	13,6

Principais produtos exportados (2025): sucos de frutas ou vegetais (24,8%), madeiras trabalhadas –incluídos folheados, contraplacados e aglomerados (9,9%) e matérias vegetais em bruto (9%).

Principais produtos importados (2025): carrinhos de bebê, brinquedos, jogos e artigos esportivos (34,5%), lentes e outros produtos ópticos (32,5%) e outros artigos de plástico (31,5%).

APRESENTAÇÃO

Belize é um país situado na costa oriental da América Central, banhado pelo Mar do Caribe. Limita-se ao norte com o México e a oeste e ao sul com a Guatemala. Seu território (22.966 quilômetros quadrados) é caracterizado por extensas áreas de floresta tropical e planícies costeiras e, em seu litoral, por barreiras de corais. A população do país é de pouco mais de 430 mil habitantes, dos quais cerca de 21 mil residem na capital, Belmopan, e aproximadamente 64 mil na Cidade de Belize, a maior do país. O idioma oficial do país é o inglês, distinção singular na região centro-americana.

A história de Belize remonta às civilizações maias, que povoaram a região por séculos antes da chegada europeia. A partir do século XVII, o território passou a atrair colonos britânicos, inicialmente focados na exploração madeireira, e, com o tempo, o território consolidou-se como colônia sob a denominação de Honduras Britânica. Ao longo do período colonial, disputas territoriais com a Guatemala marcaram o desenvolvimento político do território, refletindo-se em tensões diplomáticas que perduraram após a independência.

O processo de afirmação nacional belizenha culminou na independência do país do Reino Unido, em 21/9/1981. O país adotou o regime de monarquia parlamentarista, integrando a “*Commonwealth*” (Comunidade das Nações), e, desde então, tem mantido estabilidade institucional e democrática. A economia nacional baseia-se, sobretudo, em atividades como turismo, agricultura e serviços. O turismo destaca-se pela relevância de seus recursos naturais e de sítios arqueológicos maias. A agricultura local, por sua vez, mantém papel relevante, com produção de açúcar, banana e frutas cítricas.

Em anos recentes, Belize tem enfrentando desafios associados à vulnerabilidade ambiental, particularmente em razão de furacões e de efeitos da mudança do clima sobre zonas costeiras e recifes. Persistem, também, questões relacionadas ao desenvolvimento econômico e à diversificação produtiva. O país tem buscado fortalecer sua inserção regional e consolidar solução diplomática para a histórica controvérsia territorial com a Guatemala.

PERFIS BIOGRÁFICOS



FROYLA TZALAM, Governadora-Geral (San Antonio, Belize, 1971). É graduada em Antropologia pela Trinity University (EUA) e mestre em Desenvolvimento Rural pela University of Sussex (Reino Unido). De origem maia mopan, construiu carreira como educadora, pesquisadora e ativista cultural, com atuação na promoção dos direitos indígenas e na preservação do patrimônio cultural belizenho. Ao longo de sua vida pública, dedicou-se a iniciativas de desenvolvimento comunitário e fortalecimento institucional. Foi nomeada Governadora-Geral de Belize em 2021, tornando-se a primeira mulher indígena a exercer o cargo.



JOHN ANTONIO BRICEÑO, Primeiro-Ministro (Orange Walk, Belize, 1960). É formado em Administração pela Universidade do Texas em Austin. Fundou a Centaur Communications, importante empresa de serviços de telecomunicação no país. Elegeram-se deputado pelo People's United Party (PUP), tendo exercido as funções de vice-líder e líder. Entre 1998 e 2008, foi vice-primeiro-ministro e ministro dos Recursos Naturais e Meio Ambiente. Foi líder da oposição em dois períodos: 2008-2011 e 2016-2020. Em novembro de 2020, tomou posse como primeiro-ministro, após a vitória do PUP nas eleições gerais. Foi reconduzido ao cargo, para um mandato de cinco anos em março de 2025. Exerce cumulativamente o cargo de ministro de Finanças, Desenvolvimento Econômico e Investimento, Aviação Civil e E-Governance.



FRANCIS WILLIAM FONSECA, Chanceler (Cidade de Belize, 1967). Possui diploma em Economia pela University of Southwestern Louisiana e em Direito pela University of the West Indies. É membro eleito da Assembleia Nacional de Belize desde 2003, representando o distrito eleitoral de Freetown. Em sua carreira política, também foi líder do People's United Party, do atual primeiro-ministro Johnny Briceño, entre 2011 e 2016. Já atuou como procurador-geral e ministro da Educação, Juventude, Esportes, Cultura e Trabalho (2003-2008) e ministro da Educação, Cultura e Ciência e

Tecnologia (2020-2025). Assumiu a pasta de Assuntos Exteriores após a saída de Eamon Courtenay, em dezembro de 2023.

POLÍTICA INTERNA

Belize organiza-se como uma monarquia constitucional parlamentarista, estruturada segundo o modelo de Westminster, refletindo a herança institucional britânica combinada com dispositivos constitucionais próprios. O Chefe de Estado é o monarca britânico (atualmente o Rei Charles III), cuja representação no país é exercida por um Governador-Geral. O ocupante do cargo desempenha funções de natureza constitucional e cerimonial, incluindo a promulgação de leis, a nomeação do Primeiro-Ministro e do gabinete, bem como a formalização de atos de Estado.

O Poder Legislativo é exercido pela Assembleia Nacional, órgão bicameral composto pela Câmara dos Representantes e pelo Senado. A Câmara é formada por 31 membros eleitos diretamente para mandatos de até cinco anos e constitui o principal foro de representação popular. O Senado é composto por 12 parlamentares (6 indicados pelo primeiro-ministro, 3 pelo líder da oposição e 3 por entidades da sociedade civil). A política de Belize caracteriza-se pela polarização entre o People's United Party (PUP) e o United Democratic Party (UDP).

O Primeiro-Ministro exerce a chefia do Governo e é, tradicionalmente, o líder do partido que obtém maioria na Câmara dos Representantes. Compete-lhe conduzir a política interna e externa, definir prioridades governamentais e indicar os membros do gabinete. Em 2020, o então partido oposicionista, People's United Party (PUP), sagrou-se vencedor, favorecido por vigorosa campanha nas redes sociais e desgastes acumulados pelo UDP após oito anos no poder. Em 2025, John Briceño foi reeleito para mandato de cinco anos, com uma vitória de 26 assentos das 31 cadeiras da Câmara. O sistema eleitoral majoritário favorece a constituição de governos de maioria, contribuindo para a estabilidade decisória do Executivo.

Desde que se tornou independente do Reino Unido, em 21 de setembro de 1981, Belize preserva continuidade democrática e funcionamento regular de suas instituições. O país integra a “*Commonwealth*” e mantém participação ativa em organismos regionais e multilaterais, notadamente no Caribe e na América Central.

Assim como ocorre nos países vizinhos do chamado Triângulo Norte da América Central (Guatemala, El Salvador e Honduras), a criminalidade é tema importante na agenda política de Belize. Relatório do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) aponta o combate ao crime organizado e ao narcotráfico como um dos principais desafios do país.

Às vésperas da coroação do novo monarca britânico, em 2022, o Primeiro-Ministro John Briceño afirmou ser possível que Belize venha a abandonar o sistema monárquico e se torne uma república. A mudança poderia ocorrer por meio de uma emenda constitucional, mas Briceño apontou, na ocasião, que preferiria consultar o povo via referendo. Analistas pedem que governo avalie com cuidado o tema em face do diferendo territorial com a Guatemala, já que a integridade territorial de Belize ainda depende de apoio militar britânico.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa de Belize estrutura-se em torno dos eixos da preservação da soberania, promoção do desenvolvimento econômico, fortalecimento da segurança nacional, proteção ambiental e engajamento no multilateralismo. A atuação diplomática belizenha reflete as características de um pequeno país em desenvolvimento, cuja estratégia externa busca equilibrar diversificação de parcerias, inserção regional e defesa de interesses estruturais.

No plano regional, Belize mantém participação ativa em organismos que moldam sua inserção geopolítica. O país é membro da Comunidade do Caribe (CARICOM), foro central para coordenação política e econômica entre os Estados caribenhos, bem como compõe o Sistema de Integração Centro-Americana (SICA). A participação em mecanismos centro-americanos e caribenhos é indicativa da peculiaridade de Belize, país que está geograficamente situado na América Central, mas cuja identidade se assemelha mais à caribenha. O país também integra outros organismos regionais mais abrangentes, como a CELAC e a OEA, e, ademais, participa da “*Commonwealth*”.

A diplomacia belizenha atribui elevada prioridade a questões ambientais e climáticas. Sua extensa zona costeira, aliada à presença da Barreira de Corais de Belize – um dos mais relevantes ecossistemas marinhos do mundo –, confere ao país presença ativa e interesse estratégico em debates sobre conservação marinha, economia azul e financiamento climático. A vulnerabilidade a eventos climáticos extremos, como furacões e a elevação do nível do mar, reforça a ênfase em

adaptação climática e desenvolvimento sustentável como componentes centrais de sua política externa.

A agenda externa belizenha mantém ainda, como elemento relevante, a controvérsia territorial com a Guatemala. A decisão conjunta de submeter o diferendo à Corte Internacional de Justiça representa mudança qualitativa na gestão da disputa, deslocando-a de um plano predominantemente político para um enquadramento jurídico multilateral, reduzindo, assim, riscos de instabilidade. A questão influencia tanto a política de segurança quanto o discurso em favor da integridade territorial, solução pacífica de disputas e respeito ao direito internacional adotados por Belize.

Além disso, a OEA promove, desde 2000, diálogo entre Belize e Guatemala; e estabeleceu, em 2003, escritório na "zona de adjacência" – faixa de um quilômetro para cada lado da "linha de adjacência", correspondente aos limites provisórios entre os dois países. No mesmo ano, criou um grupo de amigos, que fornece apoio político, operacional e financeiro ao processo. O Brasil faz parte do grupo e efetuou contribuições ao Fundo de Paz, a última delas em 2009.

No campo das parcerias bilaterais, os Estados Unidos figuram entre os principais interlocutores políticos e econômicos do país, desempenhando papel significativo em comércio, investimentos, cooperação, segurança e turismo. A cooperação bilateral abrange, entre outros temas, combate ao narcotráfico, gestão de fluxos migratórios e fortalecimento institucional. O Reino Unido mantém relevância histórica e política, refletindo vínculos herdados do período colonial. Belize distingue-se, ainda, por manter reconhecimento diplomático a Taiwan, parceria que ocupa posição estratégica em sua política externa, com importantes projetos de cooperação. Belize abriga embaixadas residentes de 10 países: Brasil, Costa Rica, Cuba, El Salvador, Estados Unidos, Guatemala, Honduras, Japão, México e Panamá. Além disso, possui representações de União Europeia, Taiwan, ONU, UNICEF, UNHCR, entre outros.

No cenário global, Belize adota postura consistente de apoio ao multilateralismo, à cooperação internacional e à agenda do desenvolvimento sustentável. O país enfatiza a interconexão entre segurança, estabilidade econômica e proteção ambiental, defendendo maior atenção às necessidades específicas dos pequenos Estados em desenvolvimento. Tal orientação reflete

cálculo pragmático, voltado à maximização de oportunidades externas e à mitigação de vulnerabilidades estruturais.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Belize é classificado pelo FMI como uma economia de renda média, com PIB nominal estimado em USD 3,3 bilhões e PIB per capita nominal estimado em aproximadamente USD 7.900, significativamente inferior ao observado em economias caribenhas de alta renda. Em termos de paridade de poder de compra (PPP), Belize alcança cerca de USD 14.920.

Segundo relatório do FMI, a economia de Belize recuperou-se fortemente após a pandemia, apoiando melhorias nos resultados sociais e na estabilidade financeira. Após expandir-se em termos cumulativos, em 27,6%, entre 2021 e 2023, o PIB real cresceu 8,1%, em 2024, impulsionado por turismo, comércio e transporte. Consequentemente, a taxa de pobreza caiu substancialmente para 22%, em 2024, ante 36% em 2021, segundo o índice de pobreza multidimensional. O FMI estima que o crescimento do PIB nominal desacelerou para 1,5% em 2025, em linha com o fraco desempenho do setor agrícola, em razão de condições climáticas desfavoráveis e de doença fúngica que afeta a cana-de-açúcar.

A forte recuperação econômica, combinada com a gestão prudente dos salários do setor público e uma acentuada recuperação das receitas governamentais, melhorou o saldo fiscal primário para 1,7% do PIB no exercício fiscal de 2024. Como resultado, a dívida pública caiu significativamente para 61,1% do PIB ao final de 2024, frente a 103,3% do PIB em 2020. Essa redução também foi apoiada por uma operação de troca de dívida por proteção marinha (*debt-for-marine protection swap*) e por um desconto negociado sobre a dívida de Belize no âmbito da Petrocaribe.

A composição da economia belizenha evidencia um papel relevante do setor de serviços, que responde por mais de 60% do PIB nacional. O turismo — particularmente atividades ligadas a ecoturismo e à exploração da Barreira de Corais de Belize — é uma das principais fontes de divisas, sustentando receitas externas e geração de emprego. O setor industrial corresponde a aproximadamente 14% do PIB, predominantemente por meio de atividades de processamento de alimentos, manufaturas leves e construção. A agricultura representa cerca de 8% do PIB do país, concentrando-se em produtos

agroexportáveis como açúcar, frutas cítricas, banana e frutos do mar, que são significativos para a geração de divisas.

A inflação em Belize apresentou volatilidade nos últimos anos: atingiu cerca de 6,5% em 2022 e recuou para aproximadamente de 3,7% em 2024 e 1,1% em 2025, refletindo a redução das pressões globais de preços e algumas políticas monetárias restritivas. O nível de preços permanece altamente sensível a choques externos, dada a elevada dependência de importações.

A economia belizenha também permanece particularmente exposta a fatores ambientais. Devido a sua localização geográfica, o país é vulnerável a eventos climáticos extremos, como furacões e tempestades tropicais, os quais podem causar perdas econômicas equivalentes a mais de 10% do PIB em anos de impacto severo, além de danos de médio prazo no setor de turismo, responsável por mais de 60% da atividade econômica formal. Essa realidade tem impulsionado esforços de formulação de políticas públicas e de engajamento com instituições multilaterais, incluindo o Banco Mundial, o Caribbean Development Bank e órgãos das Nações Unidas, para promover resiliência, adaptação climática e desenvolvimento sustentável, especialmente em áreas costeiras e em torno de ativos naturais críticos como o recife de corais.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Belize mantêm relações diplomáticas desde 1983. Em 2006, as relações bilaterais receberam impulso adicional com a instalação da Embaixada do Brasil em Belmopan, que completou a rede diplomática brasileira na América continental. As relações bilaterais são amistosas, porém de menor densidade.

A abertura recíproca de missões diplomáticas foi acordada durante a visita ao Brasil do então primeiro-ministro Said Musa, em 2005. Na ocasião, foram assinados o Acordo de Cooperação Técnica e o Acordo de Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos e Oficiais. Até o momento, no entanto, Belize não abriu Embaixada em Brasília, sendo o único país da América Central sem missão diplomática permanente no Brasil.

O então chanceler Wilfred Elrington visitou Brasília por ocasião da Cúpula Brasil-Comunidade do Caribe (CARICOM), celebrada em 2010, em Brasília. Em 2011, os chanceleres voltaram a encontrar-se à margem da Cúpula da CARICOM, em Granada. O vice-ministro de Comércio Exterior e Investimentos de Belize,

Michael Sing, visitou o Brasil em novembro de 2013, ocasião na qual manifestou interesse em atrair investimentos brasileiros para as áreas de turismo, agronegócio e tecnologia da informação. Na recente Cúpula Brasil-Caribe (Brasília, 13/6/2025), Belize esteve representado pelo ministro do Desenvolvimento Econômico, Osmond Martinez.

O principal eixo do relacionamento bilateral é a cooperação humanitária, caracterizada pela doação ocasional de medicamentos e alimentos. Após a criação da Coordenação-Geral de Cooperação Humanitária na Agência Brasileira de Cooperação (ABC), em 2017, o Brasil fez doações a Belize, em apoio às vítimas de furacão e, na área da saúde, na forma de doações de álcool em gel em apoio ao combate a COVID-19 e de vacinas.

O Acordo Básico de Cooperação Técnica entre Brasil e Belize está em vigor desde 2008. Há potencial de avanço em projetos isolados de cooperação técnica, uma vez que não há nenhum programa ou grupo de trabalho estruturado. Em 2025, Belize formalizou o interesse em receber cooperação em produção e industrialização do babaçu, espécie da família das palmeiras cujas características se assemelham a do “cuhune”, planta belizenha. A referida solicitação foi submetida à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), que se manifestou favorável a cooperar. Estão sendo negociadas possíveis datas para a vinda de delegação belizenha ao Brasil, ao centro de produção e beneficiamento do babaçu da Embrapa, no Maranhão. Além disso, autoridades belizenhas também têm aventado a possibilidade de solicitar ao Brasil algum tipo de auxílio à crise do setor açucareiro do país.

É possível, ainda, estimular a cooperação educacional, por meio de maior penetração de programas como o PEC-G. Belize integra o Programa de Estudantes Convênio desde 2024, contando com uma única participante no Programa. Além disso, Belize faz parte da lista de países que fazem jus a candidaturas para bolsa da OEA de apoio aos estudantes caribenhos do PEC-G, no marco de Memorando de Entendimento assinado em novembro de 2024.

Em relação a temas migratórios, houve aumento no número de cidadãos brasileiros detidos por imigração irregular em Belize, desde que o México passou a exigir visto de entrada para brasileiros, o que indica que o país se tornou nova opção de rota para o tráfico de migrantes do Brasil. Em 2024, houve 14 casos de brasileiros deportados para o Brasil devido a alegações relativas a migração

irregular. Apesar disso, em 2025, como efeito do amadurecimento das políticas migratórias restritivas do governo Trump, percebeu-se redução no número de detenções. Vale lembrar que, desde 2015, encontra-se em vigor acordo recíproco de isenção de vistos para estadas de curta duração para turismo e negócios.

Seria desejável a criação de mecanismo de consultas políticas entre os dois países, objeto de memorando de entendimento em negociação. Assim como a instalação de Embaixada de Belize em Brasília, conforme intenção vocalizada em 2005 pelo então primeiro-ministro Said Musa, durante visita à capital brasileira.

RELAÇÕES ECONÔMICO-COMERCIAIS

Em 2025, a corrente de comércio entre Brasil e Belize correspondeu a USD 14,2 milhões (redução de 10,5% em relação a 2024), com superávit brasileiro de USD 13,6 milhões. A pauta comercial concentrou-se em produtos da indústria de transformação, em ambas as direções.

Os principais produtos da pauta exportadora brasileira foram sucos de frutas ou de vegetais (24,8%), madeiras trabalhadas — incluídos folheados, contraplacados e aglomerados (9,9%) e matérias vegetais em bruto (9,0%). A eventual abertura do mercado belizenho para carnes brasileiras poderia representar passo relevante para a ampliação dos fluxos bilaterais.

Do lado belizenho, destacaram-se as exportações para o Brasil de carrinhos de bebê, brinquedos, jogos e artigos esportivos (34,5%), lentes e outros produtos ópticos (32,5%) e outros artigos de plástico (31,5%).

Os fluxos de investimento direto entre os dois países permanecem modestos. Segundo dados do MDIC, em 2024 – último dado disponível – o estoque de investimentos brasileiros em Belize totaliza USD 296,24 milhões. Não há registro de investimento direto belizenho no Brasil.

A perspectiva de dinamização da agenda econômica bilateral passa pelo fortalecimento de instrumentos voltados à facilitação do comércio, à promoção de investimentos e à cooperação em áreas estratégicas, iniciativas que poderão contribuir para a identificação de complementaridades e novas oportunidades de crescimento.

CRONOLOGIA HISTÓRICA
Século XVII – Estabelecimento dos primeiros assentamentos britânicos no atual território de Belize.
1862 – Belize torna-se colônia britânica, com o nome de Honduras Britânica.
1981 – Belize torna-se país independente.
1983 – Estabelecimento de relações diplomáticas entre Brasil e Belize.
1992- A Guatemala finalmente reconhece a independência e a soberania de Belize.
2005 – O primeiro-ministro de Belize, Said Musa, visita o Brasil e se reúne com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.
2006 – Instalação da embaixada do Brasil em Belize.
2008 – Participação do ministro dos Negócios Estrangeiros de Belize, Wilfred Elrington na Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento CALC, na Costa do Sauípe, BA. O ministro dos Negócios Estrangeiros de Belize, Wilfred Elrington, visita o Brasil por ocasião da I Cúpula Brasil – Comunidade do Caribe (CARICOM).
2010 – O ministro dos Negócios Estrangeiros de Belize, Wilfred Elrington, visita o Brasil por ocasião da I Cúpula Brasil – Comunidade do Caribe (CARICOM), realizada em Brasília.
2011- Encontro bilateral entre os chanceleres brasileiro e belizenho, à margem da Cúpula da CARICOM, em Granada.
2013- O vice-ministro de Comércio Exterior e Investimentos de Belize, Michael Sing, visita o Brasil, em novembro.
2020- O governo brasileiro doou a Belize, por meio da ABC, US\$ 25 mil, em caráter de cooperação humanitária, no contexto dos danos causados pelo furacão Eta.

2025 - O ministro do Desenvolvimento Econômico, Osmond Martinez, foi a Brasília para participar da Cúpula Brasil-Caribe.

ACORDOS BILATERAIS

Título	Data da celebração	Status da Tramitação	Data da promulgação
Entendimento Recíproco, por troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Belize, para o Estabelecimento de Isenção de Vistos para Nacionais de Ambos os Países	14/08/2015	Em Vigor	11/09/2015 (data no DOU)
Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Belize	26/04/2010	Em ratificação da outra Parte	24/04/2012
Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Belize na Área de Educação	26/04/2010	Em ratificação da outra Parte	06/12/2011
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Belize para Implementação do Projeto "Apoio Técnico para a Implantação do Banco de Leite Humano em Belize"	26/04/2010	Em Vigor	17/05/2010 (data do DOU)
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Belize para a Implementação do Projeto "Capacitação de Recursos Humanos e Validação de Variedades para Produção de Arroz de Terras Altas em Belize"	19/01/2010	Em Vigor	25/03/2010 (data do DOU)
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Belize para a Implementação do Projeto "Capacitação de Recursos Humanos e Validação de Variedades para Produção de Feijão em Belize"	19/01/2010	Em Vigor	25/03/2010 (data do DOU)

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Belize para a Implementação do Projeto "Capacitação de Recursos Humanos e Validação de Variedades para Produção de Milho em Belize"	19/01/2010	Em Vigor	25/03/2010 (data do DOU)
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Belize para a Implementação do Projeto "Capacitação de Recursos Humanos e Validação de Variedades para Produção de Soja em Belize"	19/01/2010	Em Vigor	25/03/2010 (data do DOU)
Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Belize sobre Cooperação Técnica na Área de Técnicas de Produção e Uso de Etanol Combustível	13/09/2005	Em Vigor	26/09/2005 (data do DOU)
Acordo entre o Governo da República do Brasil e o Governo de Belize sobre Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos ou Oficiais	07/06/2005	Em Vigor	30/12/2005
Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Belize	07/06/2005	Em Vigor	03/11/2008



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

RELATÓRIO N° , DE 2026

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 17, de 2026, da Presidência da República, que submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor OLYNTHO VIEIRA, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil em Belize.

Relator: Senador ESPERIDIÃO AMIN

O Presidente da República submeteu à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor OLYNTHO VIEIRA, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil em Belize.

De acordo com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente, bem como deliberar por voto secreto sobre a matéria.

Nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a Mensagem Presidencial veio acompanhada do currículo do indicado, do qual extraímos o que se segue.

O diplomata indicado concluiu, em 1977, o curso de Engenharia Mecânica pela Faculdade de Engenharia Industrial da Fundação de Ciências Aplicadas, em São Bernardo do Campo, São Paulo.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

Entre 1984 e 1985, frequentou o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD) no Instituto Rio Branco. Também pelo Instituto Rio Branco, em 1993, concluiu o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas e, em 2005, concluiu o Curso de Altos Estudos, com trabalho intitulado “Proteção internacional de refugiados: o uso do reassentamento em terceiros países como solução durável e instrumento de compartilhamento de encargos (*burden sharing*). A experiência brasileira”.

De Terceiro-Secretário em 1985, passou a Segundo-Secretário em 1990. Por merecimento, tornou-se Primeiro-Secretário em 1997, Conselheiro em 2003 e Ministro de Segunda Classe em 2009. Passou para o Quadro Especial do Serviço Exterior em 2014.

Em sua trajetória profissional, exerceu diversas funções no Brasil e no exterior: assistente na Divisão de Pagamentos e Benefícios de Pessoal (1986-1988); assessor na Subsecretaria de Administração e de Comunicações (1988-1990); assistente na Secretaria-Geral da Presidência da República (1990); Segundo-Secretário na Embaixada em Paris (1991-1994); Segundo-Secretário na Embaixada em Montevideu (1994-1995); chefe substituto na Divisão de Acompanhamento e Coordenação dos Postos no Exterior (1995-1996); assistente na Coordenação-Geral de Modernização e Planejamento Administrativo (1996-1998); chefe substituto na Divisão do Pessoal (1998-2000); Primeiro-Secretário e Conselheiro na Delegação Permanente em Genebra (2000-2004); Conselheiro na Embaixada no México (2004-2007); Coordenador-Geral de Cooperação em Agropecuária, Energia, Biocombustíveis e Meio Ambiente na Agência Brasileira de Cooperação (2007-2010); Ministro-Conselheiro na Representação Permanente junto à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) (2010-2015); Ministro-Conselheiro na Delegação Permanente junto à Organização da Aviação Civil Internacional (2015-2020); e Embaixador na Embaixada do Brasil em Islamabad (desde 2020).

A Mensagem Presidencial veio acompanhada, ainda em observância às normas do Risf, de sumário executivo elaborado pelo Itamaraty sobre Belize, do qual extraímos o que se segue.

Belize é um pequeno país da América Central, com território de 22.965 km², extensão comparável à da mesorregião do Oeste Catarinense, fazendo fronteira com a Guatemala, o México e o Mar do Caribe. Com cerca



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

de 400 quilômetros de litoral e população estimada em 420.000 habitantes, tem como capital Belmopan.

Belize obteve sua independência em 1981 e adota o regime parlamentarista, dentro da *Commonwealth*, sendo o Rei Charles III o Chefe de Estado.

O Poder Legislativo é bicameral, composto por um Senado com 12 membros e uma Câmara dos Deputados com 31 membros.

Com PIB (Produto Interno Bruto) nominal de US\$ 3,30 bilhões e PIB per capita de US\$ 7.900, ambos segundo estimativas do Fundo Monetário Internacional (FMI) para 2025, a economia belizenha tem como principais pilares o turismo, a agricultura e os serviços.

A diplomacia belizenha atribui elevada prioridade a questões ambientais e climáticas. Sua extensa zona costeira, aliada à presença da Barreira de Corais de Belize, um dos mais relevantes ecossistemas marinhos do mundo, confere ao país presença ativa e interesse estratégico em debates sobre conservação marinha, economia azul e financiamento climático.

A agenda externa belizenha mantém ainda, como elemento relevante, a controvérsia territorial com a Guatemala. A decisão conjunta de submeter o diferendo à Corte Internacional de Justiça representa mudança qualitativa na gestão da disputa e merece ser destacada como exemplo de maturidade diplomática, tanto mais significativo em um cenário internacional marcado pela escalada de conflitos e pelo enfraquecimento do multilateralismo, em que a escolha pelo diálogo institucional e pelo direito internacional como via de solução de controvérsias torna-se, infelizmente, cada vez mais rara.

Brasil e Belize mantêm relações diplomáticas desde 1983. Em 2006, as relações bilaterais receberam impulso adicional com a instalação da Embaixada do Brasil em Belmopan, que completou a rede diplomática brasileira na América continental. Merece destaque o fato de o Brasil figurar entre os poucos países com embaixada residente em Belmopan, uma vez que Belize abriga embaixadas residentes de apenas 10 países, o que confere ao Brasil posição privilegiada no relacionamento com o país centro-americano. Belize, por sua vez, não mantém embaixada residente em Brasília.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

O principal eixo do relacionamento bilateral é a cooperação humanitária, caracterizada pela doação ocasional de medicamentos e alimentos. Após a criação da Coordenação-Geral de Cooperação Humanitária na Agência Brasileira de Cooperação (ABC), em 2017, o Brasil fez doações a Belize em apoio às vítimas de furacão e, na área da saúde, na forma de doações de álcool em gel em apoio ao combate à COVID-19 e de vacinas.

No que tange às relações econômico-comerciais, em 2025 a corrente de comércio bilateral correspondeu a US\$ 14,2 milhões, com saldo favorável ao Brasil de US\$ 13,6 milhões. As exportações brasileiras totalizaram US\$ 13,9 milhões, sendo os principais produtos: sucos de frutas ou vegetais (24,8%), madeiras trabalhadas, incluídos folheados, contraplacados e aglomerados (9,9%), e matérias vegetais em bruto (9%).

As importações brasileiras de Belize alcançaram US\$ 286,3 mil em 2025, sendo os principais produtos: carrinhos de bebê, brinquedos, jogos e artigos esportivos (34,5%), lentes e outros produtos ópticos (32,5%) e outros artigos de plástico (31,5%).

O reduzido tamanho do mercado belizenho, os custos e dificuldades de transporte marítimo e a concorrência de exportadores mexicanos, chineses e norte-americanos constituem os principais obstáculos para a dinamização do comércio bilateral.

A comunidade brasileira em Belize é reduzida, estimada em cerca de 40 pessoas. Não obstante, registra-se crescimento no número de cidadãos brasileiros detidos por imigração irregular no país, fenômeno associado à exigência de visto de entrada imposta pelo México, que passou a redirecionar fluxos migratórios irregulares de brasileiros para rotas alternativas pela América Central.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

, Presidente

, Relator

5

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE



MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL

RICARDO ANDRÉ VIEIRA DINIZ

CPF: Informações pessoais

ID.: Informações MRE

1955 Filho de Informações pessoais, nasce em Informações pessoais, em Baltimore/EUA (brasileiro de acordo com o artigo 129, inciso II, da Constituição de 1946)

Dados Acadêmicos:

1975 Graduação ("Associate of Science Degree") em Matemática pelo "Montgomery College", Rockville, Maryland/EUA
 1977 Graduação ("Bachelor of Sciences") em Física e Filosofia pela "The American University", Washington-DC/EUA
 1982 Mestre em Economia ("Master of Science") pela "The American University", Washington-DC/EUA
 1986 CPCD - IRBR
 2007 CAE - IRBr, " O processo de integração regional no continente africano: o caso da África austral"

Cargos:

1987 Terceiro-secretário
 1993 Segundo-secretário
 2000 Primeiro-secretário, por merecimento
 2005 Conselheiro, por merecimento
 2008 Ministro de segunda classe, por merecimento

Funções:

1987-89 Divisão de Operações de Promoção Comercial, assistente
 1989-92 Embaixada em Islamabad, Terceiro Secretário
 1992-94 Embaixada em Kuala Lumpur, Terceiro e Segundo Secretário
 1994-97 Embaixada em Roma, Segundo Secretário
 1997-98 Subsecretaria-Geral de Assuntos de Integração, Econômicos e de Comércio Exterior, assessor
 1998-2001 Divisão da África I, assistente
 2002-03 Consulado-Geral em Miami, Cônsul-Geral Adjunto
 2003-07 Embaixada em Pretória, Primeiro Secretário e Conselheiro
 2007-2010 Embaixada em Montevidéu, Ministro-Conselheiro
 2011-2015 Embaixada em Saint Georges, Granada, Embaixador
 2015-20 Embaixada em Gaborone, Embaixador
 2020-25 Consulado-Geral em Cidade do Cabo, Cônsul-Geral adjunto



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) Nº 18, DE 2026

(nº 277/2026, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor RICARDO ANDRÉ VIEIRA DINIZ, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Comunidade das Bahamas.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

[- Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 277

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **RICARDO ANDRÉ VIEIRA DINIZ**, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Comunidade das Bahamas.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **RICARDO ANDRÉ VIEIRA DINIZ** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 08 de abril de 2026.



EXM nº 223/2026

Brasília, 29 de janeiro de 2026.

Senhor Presidente da República,

1 Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **RICARDO ANDRÉ VIEIRA DINIZ**, ministro de segunda classe do Quadro Especial da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Comunidade das Bahamas, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2 O atual ocupante do cargo, **CLAUDIO RAJA GABAGLIA LINS**, será removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3 Encaminho, em anexo, informações sobre o país e o *curriculum vitae* de **RICARDO ANDRÉ VIEIRA DINIZ**, para inclusão em Mensagem que solicito seja apresentada ao Senado Federal, para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

MAURO VIEIRA, Ministro de Estado das Relações Exteriores



Documento assinado com Certificado Digital por **Mauro Luiz Iecker Vieira, Ministro de Estado das Relações Exteriores**, em 06/02/2026, às 17:44, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Nº de Série do Certificado: 59123768831869032935935866262



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **7331902** e o código CRC **AAA10762** no site:

https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 318/2026/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência a Senhora
Senadora Daniella Velloso Borges Ribeiro
Primeira Secretária
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhora Primeira Secretária,

Encaminho Mensagem na qual o Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor RICARDO ANDRÉ VIEIRA DINIZ, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Comunidade das Bahamas.

Atenciosamente,

MIRIAM BELCHIOR
Ministra de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Miriam Belchior, Ministra de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 15/04/2026, às 19:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **7491697** e o código CRC **2F3175C4** no site:

https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00333.000497/2026-41

SEI nº 7491697

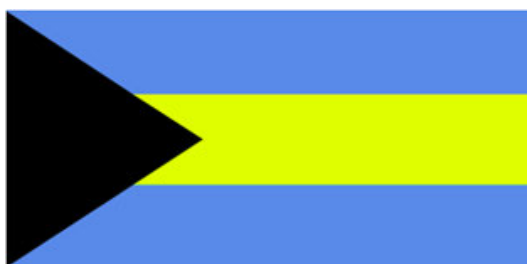
Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1121

CEP 70150-900 - Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Divisão de Caribe

BAHAMAS



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Janeiro de 2026

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	Comunidade das Bahamas
CAPITAL	Nassau
ÁREA	13.880 km ² (menor que Alagoas, 27.848 km ²)
POPULAÇÃO (2026)	417 mil habitantes (equivalente à população de Santos, SP, com 429 mil habitantes).
IDIOMA OFICIAL	Inglês
UNIDADE MONETÁRIA	Dólar bahamense
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Protestantes 80%; católicos 14%; outras religiões 3%; ateísmo 3%.
SISTEMA DE GOVERNO	Monarquia constitucional parlamentarista
CHEFE DE ESTADO	Rei Charles III - Representado localmente pela Governadora-Geral
GOVERNADORA-GERAL	Cynthia Pratt (desde 2023)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro Ministro Philip Davis (desde 2021)
CHANCELER	Frederick Audley Mitchell (desde 2021)
PIB (preços correntes, out 2025, FMI)	US\$ 16,8 bilhões
PIB PPP (out 2025, FMI)	US\$ 18,0 bilhões
PIB <i>per capita</i> (out 2025, FMI)	US\$ 40.410,00
PIB PPP <i>per capita</i> (out 2025, FMI)	US\$ 43.220,00
VARIAÇÃO PIB (FMI)	3,4% (2024); 3% (2023); 10,9% (2022); 17,6% (2021); -20,1% (2020)
IDH (2022, PNUD)	0,820 (66°)
EXPECTATIVA DE VIDA (Banco Mundial, 2023)	75 anos
DESEMPREGO (FMI, 2024)	9,1%
COMUNIDADE BRASILEIRA	Cerca de 200 pessoas
EMBAIXADOR DO BRASIL NO PAÍS	Claudio Raja Gabaglia Lins
EMBAIXADOR DO PAÍS NO BRASIL	Dexter Gregory Johnson (não residente)

INTERCÂMBIO COMERCIAL – US\$ milhões (fonte: MDIC)										
Brasil - Bahamas	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Intercâmbio	336,5	267,4	121,2	176,2	175,0	290,4	363,3	219,8	167,0	412,0 (146,7%)
Exportações	334,9	261,9	119,2	175,1	172,1	290,4	322,4	219,8	148,1	198,8 (34,3%)
Importações	1,56	5,60	2,05	0,981	2,85	0,007	40,8	0,015	18,9	213,1 (1.027,8%)
Saldo	333,3	256,2	117,1	174,1	169,2	290,4	281,5	219,7	129,2	-14,3

Principais produtos exportados (2025): óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (exceto óleos brutos) (76,2%); carnes de aves e suas miudezas comestíveis, frescas refrigeradas ou congeladas (9,7%); carne bovina fresca, refrigerada ou congelada (2,3%).

Principais produtos importados (2025): óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (exceto óleos brutos) (100%).

APRESENTAÇÃO

As Bahamas são um Estado insular composto por um vasto arquipélago no Oceano Atlântico, situado a sudeste da Flórida, EUA, e ao norte de Cuba e do Haiti. Seu território compreende mais de 700 ilhas e 2.400 ilhotas e rochedos, dos quais apenas cerca de 30 são habitadas, totalizando uma área terrestre de aproximadamente 13.939 quilômetros quadrados. A população do país é de pouco mais de 400 mil habitantes. A capital e maior cidade é Nassau, localizada na ilha de *New Providence*, e o idioma oficial é o inglês.

A história das Bahamas remonta aos povos lucaianos, um ramo dos arauaques, que foram os primeiros habitantes. Em 1492, a ilha de San Salvador foi o local do primeiro desembarque de Cristóvão Colombo nas Américas. No século XVII, as ilhas tornaram-se um notório refúgio para piratas, e, no século XVIII, consolidaram-se como colônia britânica. Sua economia centrou-se inicialmente em atividades marítimas, com utilização de mão de obra escravizada. A abolição da escravidão no Império Britânico, em 1834, teve impacto significativo na estrutura social e econômica do arquipélago, dando início a um período de transição.

A busca por maior autonomia política e identidade nacional culminou na independência das Bahamas do Reino Unido, em 10/7/1973. Desde então, o país tem mantido, como forma de governo, a monarquia parlamentarista, dentro da *Commonwealth*, com notável estabilidade institucional e democrática. A economia bahamense pós-independência tem como principais pilares o turismo e os serviços financeiros. O país investiu em infraestrutura robusta para o turismo, construindo resorts de luxo e facilitando o acesso de milhões de visitantes anuais, o que impulsionou significativamente o desenvolvimento econômico e social. Indicadores sociais positivos, como acesso à educação e serviços de saúde de qualidade, refletem o foco contínuo no bem-estar da população.

Nos anos recentes, as Bahamas têm enfrentado desafios relacionados à sua vulnerabilidade a eventos climáticos extremos, como furacões, que exigem investimentos significativos em resiliência e recuperação de infraestrutura. Além disso, o país tem trabalhado para adaptar seu proeminente setor de serviços financeiros às normas internacionais de transparência, mantendo sua competitividade global. Apesar desses desafios, as Bahamas preservam sua coesão social e continuam a ser um ator relevante no cenário caribenho e internacional, promovendo o turismo sustentável e a cooperação regional.

PERFIS BIOGRÁFICOS



CYNTHIA PRATT, Governadora-Geral (New Providence, Bahamas, 1945). Bacharel em ciências da saúde e educação com especialização em sociologia. Trabalhou quatorze anos como enfermeira e lecionou educação física, atuando como treinadora principal do time de softball. Após se aposentar da carreira de professora, ingressou na política e tornou-se membro do Parlamento, em 1997. Em 2002, tornou-se a primeira vice ministra das Bahamas, cargo que ocupou até 2007. Foi a primeira mulher a servir como Ministra da Segurança Nacional. Em 2023, foi nomeada para o cargo de Governadora-Geral.



PHILIP EDWARD DAVIS, Primeiro-Ministro (Cat Island, Bahamas, 1951). Foi presidente da Ordem dos Advogados das Bahamas. Membro do Parlamento por Cat Island, Rum Cay e San Salvador, serviu como vice-primeiro-ministro e ministro do Trabalho e Desenvolvimento Urbano de 2012 a 2017, no governo do Partido Progressista Liberal (PLP). Ex-membro do Conselho de Educação Legal da CARICOM, foi designado Conselheiro da Rainha em janeiro de 2015. A partir de 2017, tornou-se líder da oposição. Em 2021, com a vitória eleitoral do PLP, tornou-se primeiro-ministro das Bahamas.



FREDERICK MITCHELL, Ministro dos Negócios Estrangeiros (Nassau, 1953). Formou-se em Literatura Inglesa e em Direito nas universidades de Harvard e de Buckingham. Em 1992, foi nomeado senador. Em 1997, filiou-se ao Partido Liberal Progressista (PLP). Em 2002, foi eleito deputado e nomeado chanceler para os períodos de 2002-2007 e 2012-2017. Em 2021, elegeu-se deputado e foi nomeado chanceler. Republicano, defende que as Bahamas deixem a *Commonwealth* (o que não é a posição do governo).

POLÍTICA INTERNA

As Bahamas são uma monarquia constitucional parlamentarista, com clara distinção entre o chefe de Estado e o chefe de Governo. O sistema político adota o modelo de Westminster, herdado do período colonial britânico, com adaptações locais. O chefe de Estado é o monarca britânico, Rei Charles III, representado localmente por um governador-geral. As atribuições do governador-geral são predominantemente cerimoniais, cabendo-lhe representar a Coroa, promulgar leis, nomear o primeiro-ministro e outros ministros (seguindo os critérios constitucionais), bem como sancionar atos diplomáticos. A atual governadora-geral é Cynthia Pratt, nomeada em 2023.

O Parlamento das Bahamas é bicameral, composto pela Câmara da Assembleia (*House of Assembly*) e pelo Senado. A Câmara da Assembleia possui 39 membros eleitos diretamente pela população, em circunscrições uninominais, para mandatos de até cinco anos. Já o Senado conta com 16 membros nomeados pelo Governador-Geral: 9 sob indicação do Primeiro-Ministro, 4 pela liderança da oposição e 3 sob indicação do Primeiro-Ministro após consulta com a liderança da oposição. A Câmara tem primazia legislativa, sobretudo em matérias orçamentárias, mas os dois órgãos atuam em conjunto no processo legislativo.

O Primeiro-Ministro é o líder do partido com maioria na Câmara da Assembleia e exerce, de fato, a chefia do Governo. Desde 2021, o cargo é ocupado por Philip Davis, líder do Partido Liberal Progressista (*Progressive Liberal Party - PLP*), após a vitória de seu partido nas eleições gerais. Naquele ano, o PLP – considerado de centro-esquerda – conquistou 32 das 39 cadeiras do parlamento. A composição do gabinete é feita pelo Primeiro-Ministro, que escolhe ministros tanto da Câmara quanto do Senado e conduz as políticas públicas do país. O sistema favorece a formação de governos de maioria, dado o caráter majoritário do processo eleitoral.

Desde sua independência do Reino Unido, em 10 de julho de 1973, as Bahamas mantiveram estabilidade democrática e instituições sólidas. Desde então, o país faz parte da Comunidade das Nações (*Commonwealth*), o que simboliza certa continuidade histórica e a adesão aos princípios democráticos e de boa governança.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa das Bahamas está ancorada nos princípios centrais de segurança nacional, bem-estar econômico e social da população, defesa da soberania e integridade territorial, proteção do meio ambiente marinho e terrestre, integração regional e a cooperação internacional. Essa orientação é materializada no compromisso

com uma “diplomacia de desenvolvimento, segurança e resiliência”, articulada especialmente por meio de atuação nos fóruns multilaterais e regionais.

As Bahamas são membro da CARICOM desde 1983, participando ativamente deste fórum e também de organismos como a Associação de Estados do Caribe (AEC), a Organização dos Estados Americanos (OEA), a *Commonwealth* e a ONU, refletindo sua aposta histórica em uma diplomacia pragmática e institucionalmente consolidada.

Existem seis embaixadas residentes em Nassau: Brasil, Cuba, Estados Unidos, Haiti, Reino Unido e República Popular da China. Por sua vez, as Bahamas têm missão no Canadá, na China, em Cuba, no Haiti e no Reino Unido. As missões junto a organismos multilaterais estão em Genebra, Nova York e Washington.

No plano global, as Bahamas têm buscado ampliar sua projeção ao defender causas como a justiça climática, a sustentabilidade dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS, em inglês) e a proteção dos oceanos. Dada sua extrema vulnerabilidade aos impactos das mudanças climáticas, como o aumento do nível do mar e a intensificação de furacões, o país assume protagonismo internacional por meio da defesa do financiamento climático acessível, desenvolvimento de infraestrutura resiliente e conservação marinha. As Bahamas têm implementado soluções como o desenvolvimento de projetos de energia renovável e a proteção de seus ecossistemas de corais e mangues, essenciais para a resiliência costeira e o turismo, principalmente após o furacão Dorian (2019).

Esse protagonismo se articula com a defesa contínua do multilateralismo e da cooperação para enfrentar desafios globais. As Bahamas têm sido uma voz em defesa da reforma das instituições multilaterais, buscando maior inclusão e representatividade para as nações em desenvolvimento. O país também alinha-se aos compromissos históricos da CARICOM na defesa de uma nova Década para os Povos de Ascendência Africana e por um processo multigeracional de reparações pela escravidão e pelo colonialismo, considerando as implicações históricas e socioeconômicas para a região.

Os Estados Unidos são o principal parceiro político e econômico das Bahamas, bem como origem de aproximadamente 80% do fluxo de turismo. Os dois países também colaboram de forma direta para reprimir a imigração ilegal e o trânsito de drogas. As Bahamas contam com o auxílio dos Estados Unidos para preservar a posição de jurisdição *off-shore*, bem como em casos de ajuda emergencial na ocorrência de catástrofes naturais.

De maneira simbólica e que reforça a relação diplomática entre os dois países, em 2024, foi inaugurada nova sede da embaixada dos EUA em Nassau. O complexo dessa

sede representa investimento significativo na revitalização do centro histórico da capital.

As Bahamas também têm intensificado seu relacionamento com a República Popular da China, uma das principais fontes de financiamentos no setor de turismo. O resort *Baha Mar*, inaugurado em 2015, orçado em US\$ 3,4 bilhões, contou com financiamento do *Eximbank* da China, e sua construção foi realizada pela estatal chinesa *China Construction America*. Bahamas e China possuem acordo de isenção de visto de turista, assinado em dezembro de 2013, por ocasião da visita do vice-ministro de Negócios Estrangeiros da RPC.

O estádio nacional Thomas Robinson foi doado pelo governo chinês. Inaugurado em 2012, o maior estádio do país está localizado em Nassau e é símbolo da "diplomacia de infraestrutura" da China.

Por fim, as Bahamas têm chamado a atenção para os impactos locais de fenômenos globais, especialmente no que diz respeito à migração irregular e à proliferação de armas. A proximidade geográfica com os Estados Unidos e o Haiti torna o arquipélago um corredor para o tráfico e a migração indocumentada, exigindo cooperação regional e internacional para o gerenciamento desses fluxos. Ao enfatizar a interdependência entre paz, segurança e desenvolvimento sustentável, a diplomacia bahamense vem se afirmando como uma das mais atuantes no Caribe, alicerçada na coerência entre discurso e prática e na defesa de seus interesses nacionais e regionais.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Segundo estimativas do FMI, as Bahamas são uma economia de alta renda, com PIB nominal projetado em US\$ 16,8 bilhões para 2025, e PIB per capita em torno de US\$ 40,41 mil. O país tem apresentado crescimento robusto, sustentado pelos setores de turismo, construção e serviços financeiros.

O setor de serviços representa cerca de 80% do PIB, concentrando-se em turismo (hotéis, cruzeiros e resorts), serviços financeiros e imobiliários. Em 2024, o turismo registrou um recorde histórico, com 11,22 milhões de visitantes internacionais, representando um aumento de 16,2% em relação a 2023, impulsionado pelo crescimento de cruzeiros e voos diretos. A inflação, que alcançou 7,1% em 2022, desacelerou para cerca de 2,5% em 2024, beneficiada por quedas nos preços de combustíveis e *commodities*.

O setor industrial, que inclui alimentos processados, produtos químicos e manufatura leve, responde por cerca de 15% do PIB, enquanto a agropecuária representa aproximadamente 2%. O mercado de trabalho vem se recuperando, com a taxa de

desemprego caindo para níveis abaixo dos 10% em 2025, com oportunidades em turismo, construção e serviços.

No campo fiscal, as Bahamas conseguiram reduzir a dívida pública para cerca de 96% do PIB em dezembro de 2024, em decorrência de esforços de consolidação fiscal. O país registrou um déficit fiscal de 0,5% do PIB no ano fiscal 2024/25, representando uma melhoria significativa em relação aos déficits do período da pandemia, e reduziu o déficit em conta corrente, com reservas internacionais suficientes para cobrir cerca de 4 meses de importações.

As Bahamas também têm inovado nas finanças climáticas, com iniciativas de resiliência contra furacões e elevação do nível do mar, incluindo projetos de infraestrutura sustentável financiados por bancos multilaterais. O país participa de acordos regionais para investimentos em energia renovável e proteção costeira.

Por fim, o FMI projeta crescimento de 2,8% em 2025 e inflação estabilizada em cerca de 2%, mantendo perspectivas de recuperação sustentável. A combinação de estabilidade macroeconômica, crescimento robusto no turismo e foco em infraestrutura resiliente posiciona as Bahamas como um modelo de resiliência para Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS), com ambiente favorável a investimentos em setores sustentáveis e turismo de luxo.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil e a Comunidade das Bahamas estabeleceram relações diplomáticas em 1978 (Decreto 82.210, de 4/9/1978) e, em 2005, o Brasil abriu embaixada residente em Nassau. Até então, a representação diplomática era cumulativa com a embaixada em Kingston. Brasil e Bahamas têm estreitado seus vínculos por meio de cooperação técnica, diálogo político e iniciativas conjuntas em foros regionais e multilaterais.

A cooperação técnica tem sido fundamental, com destaque para projetos nas áreas de desenvolvimento sustentável, gestão de recursos marinhos, capacitação em turismo e fortalecimento institucional, muitas vezes facilitados pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC). As Bahamas têm demonstrado interesse em abordagens brasileiras para a resiliência a desastres naturais e a promoção do agronegócio sustentável.

No plano político, as Bahamas têm sido um parceiro ativo do Brasil no Caribe, especialmente dentro da Comunidade do Caribe (CARICOM). O país colabora com o Brasil em temas como a sustentabilidade ambiental, a segurança regional e a reforma das instituições de governança global e multilateralismo. Encontros de alto nível e reuniões bilaterais regulares entre representantes dos dois países reforçam esse

movimento de aproximação política, com as Bahamas frequentemente apoiando candidaturas brasileiras em organismos internacionais.

As relações comerciais, embora ainda modestas, apresentam potencial de crescimento, principalmente nos setores de infraestrutura, materiais de construção, produtos alimentícios e serviços relacionados ao turismo. A melhoria da conectividade aérea e marítima é ponto chave para impulsionar o fluxo de pessoas e mercadorias entre as duas nações.

No campo ambiental, as Bahamas e o Brasil compartilham interesses comuns, especialmente em temas relacionados às mudanças climáticas, à proteção da biodiversidade marinha e à transição energética. Como um Pequeno Estado Insular em Desenvolvimento (SIDS) altamente vulnerável aos impactos climáticos, as Bahamas têm sido um defensor ativo da justiça climática e buscam soluções inovadoras para o financiamento do desenvolvimento sustentável. A cooperação em tecnologias de energia renovável e adaptação climática apresenta um fértil terreno para o aprofundamento das relações bilaterais do Brasil.

Em janeiro de 2025, o Ministro Mauro Vieira visitou Nassau, ocasião em que foi assinado o Acordo de Cooperação Educacional entre o Brasil e as Bahamas. Na visita, o chanceler brasileiro foi recebido pelo primeiro-ministro Philip Davis e outras autoridades. Em junho do mesmo ano, o primeiro-ministro bahamense viajou a Brasília para participar da Cúpula Brasil-Caribe. A reunião tratou de temas de interesse comum ao Brasil e aos países caribenhos, com perspectivas de iniciativas concretas, como mudança do clima, transição energética e conectividade. À margem da Cúpula, Brasil e Bahamas assinaram Acordo de Cooperação Técnica, que abre possibilidades de avançar em projetos específicos ao longo dos próximos anos.

RELAÇÕES ECONÔMICO-COMERCIAIS

As Bahamas possuem a renda per capita mais elevada do Caribe (USD 40.400 dólares, quatro vezes a brasileira) e são um parceiro comercial em consolidação para o Brasil, na região caribenha. Em 2025, a corrente de comércio correspondeu a USD 412 milhões, com déficit brasileiro de USD 14,3 milhões. Os principais produtos da pauta comercial concentram-se em óleos e combustíveis, em ambas as direções.

Isso reflete um comércio ainda modesto em volume de mercadorias, mas com significativo potencial de crescimento, especialmente no setor de alimentos.

Os óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos representaram 76,2% das exportações brasileiras para as Bahamas em 2025. Em segundo lugar,

ficaram as carnes de aves, com cerca de 9,7%, seguidas da carne bovina com 2,3% do total das exportações.

No que se refere às importações advindas das Bahamas, quase a totalidade (cerca de 99,4%) foram constituídas de óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos, em 2024 e em 2025.

Embora os fluxos de investimento direto entre os dois países ainda sejam tímidos, observa-se uma tendência positiva de crescente interesse dos empreendedores bahamenses por feiras realizadas no Brasil. A construção civil, a tecnologia de energias limpas brasileiras e o agronegócio brasileiros, por exemplo, são setores amplamente reconhecidos como referência em países do entorno caribenho.

A perspectiva para aprofundar a relação econômica Brasil-Bahamas passa pela formalização de acordos bilaterais que possam facilitar o comércio e o investimento em serviços, parcerias acadêmicas e a promoção de missões comerciais. Tais medidas estão em consonância com a agenda de desenvolvimento das Bahamas como um importante centro turístico e financeiro do Caribe e refletem sua postura de fortalecer laços com economias emergentes como o Brasil, buscando complementaridades e novas oportunidades de crescimento para ambos os lados.

No plano dos investimentos bilaterais, Bahamas figura entre os principais destinos de investimentos diretos brasileiros no exterior. Segundo dados do Banco Central do Brasil, o estoque de investimentos brasileiros no país monta a USD 60 bilhões.

O turismo apresenta boas perspectivas para o adensamento das relações bilaterais. O número de visitantes brasileiros ao país girou em torno de 10.000 em 2024. Apesar de não haver voos diretos do Brasil, é possível chegar nas Bahamas por meio de conexões em várias cidades estadunidenses (como por exemplo, Miami e Fort Lauderdale na Flórida) ou na Cidade do Panamá.

CRONOLOGIA HISTÓRICA DAS BAHAMAS

1492 – Cristóvão Colombo tem seu primeiro encontro com o Novo Mundo na ilha de San Salvador, hoje parte do arquipélago das Bahamas.

1718 – As Bahamas tornam-se colônia britânica.

1973 – As Bahamas tornam-se país independente.
1978 – Estabelecimento da Embaixada do Brasil em Nassau, cumulativa com a Embaixada em Kingston, pelo Decreto nº 82.210.
1983 – As Bahamas tornam-se o 13º Estado-membro da CARICOM.
1994 – As Bahamas são membro fundador da Associação de Estados do Caribe (AEC).
Abril/2004 - A Subsecretária Geral de Política I visita as Bahamas, com o objetivo de manter contato com as autoridades locais acerca da participação brasileira na MINUSTAH.
Dezembro/2005 - Estabelecimento da Embaixada Brasileira Residente em Nassau, pelo Decreto nº 5.603.
Dezembro/2008 - Participação do Primeiro-Ministro Hubert Ingraham na Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento CALC, na Costa do Sauípe, BA.
Abril/2010 - Chanceler e Vice-Primeiro Ministro Brent Symonette representa seu país na I Cúpula Brasil-CARICOM, realizada em Brasília.
Junho/2012 - O Chanceler Frederick Mitchel chefia a delegação das Bahamas na Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20).
Abril/2013 - O Ministro dos Serviços Financeiros das Bahamas, Ryan Pinder, discursa no evento <i>Remarks at Brazil Summit</i> , em São Paulo, acompanhado por delegação de empresários bahamenses.
Setembro/2021 – O Partido Liberal Progressista vence as eleições gerais e conquista ampla maioria.
Janeiro/2025 – O Ministro Mauro Vieira visita Nassau.

ACORDOS BILATERAIS

Título	Data da celebração	Status da Tramitação	Data da promulgação
Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Comunidade das Bahamas	13/06/2025	Tramitação MRE	
Acordo em Matéria de Educação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Comunidade das Bahamas	24/01/2025	Tramitação Ministérios/Casa Civil	
Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Comunidade das Bahamas	07/12/2016	Em Vigor	27/09/2021
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo das Bahamas sobre a Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço	26/04/2010	Em Vigor	30/12/2010

RELATÓRIO Nº , DE 2026

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 18, de 2026, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor RICARDO ANDRÉ VIEIRA DINIZ, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Comunidade das Bahamas.*

Relator: Senador **SERGIO MORO**

O Presidente da República submeteu à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor *RICARDO ANDRÉ VIEIRA DINIZ, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Comunidade das Bahamas.*

De acordo com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente, bem como deliberar por voto secreto sobre a matéria.

Nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal (Risf), a Mensagem Presidencial veio acompanhada do currículo do indicado, do qual extraímos o que se segue.

O diplomata indicado concluiu, em 1975, o curso de Matemática pelo *Montgomery College*, nos Estados Unidos da América. Em 1977, graduou-se em Física e Filosofia pela *The American University*, em Washington D.C. Em 1982, tornou-se Mestre em Economia pela mesma instituição. No ano de

1986, ingressou no Instituto Rio Branco, onde frequentou o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD).

Em 2007, concluiu o Curso de Altos Estudos pelo Instituto Rio Branco, com trabalho intitulado "O processo de integração regional no continente africano: o caso da África austral".

De Terceiro-Secretário em 1987, passou a Segundo-Secretário em 1993; a Primeiro-Secretário em 2000; a Conselheiro em 2005; e a Ministro de Segunda Classe em 2008, todas as promoções por merecimento.

Em sua trajetória profissional, exerceu diversas funções no Brasil e no exterior: assistente na Divisão de Operações de Promoção Comercial (1987-1989); Terceiro-Secretário na Embaixada em Islamabad (1989-1992); Terceiro e Segundo-Secretário na Embaixada em Kuala Lumpur (1992-1994); Segundo-Secretário na Embaixada em Roma (1994-1997); assessor na Subsecretaria-Geral de Assuntos de Integração, Econômicos e de Comércio Exterior (1997-1998); assistente na Divisão da África I (1998-2001); Cônsul-Geral Adjunto no Consulado-Geral em Miami (2002-2003); Primeiro-Secretário e Conselheiro na Embaixada em Pretória (2003-2007); Ministro-Conselheiro na Embaixada em Montevidéu (2007-2010); Embaixador em Saint Georges, Granada (2011-2015); Embaixador em Gaborone, Botsuana (2015-2020); e Cônsul-Geral Adjunto no Consulado-Geral em Cidade do Cabo (2020-2025).

A Mensagem Presidencial veio acompanhada, ainda em observância às normas do Regimento Interno, de sumário executivo elaborado pelo Itamaraty sobre a Comunidade das Bahamas, sua política externa e seu relacionamento com o Brasil, do qual extraímos um resumo para subsídio aos membros da Comissão.

As Bahamas são um Estado insular composto por um vasto arquipélago no Oceano Atlântico, situado a sudeste da Flórida, ao norte de Cuba e do Haiti, com território de aproximadamente 13.880 km². A capital e maior cidade é Nassau. Com população de cerca de 417 mil habitantes, o país tem como língua oficial o inglês e adota o sistema de monarquia constitucional parlamentarista, dentro da *Commonwealth*. O chefe de Estado é o monarca britânico, Rei Charles III, representado localmente por um governador-geral.

Com PIB nominal projetado em US\$ 16,8 bilhões para 2025 e PIB per capita em torno de US\$ 40.410, as Bahamas constituem a economia de mais

alta renda per capita do Caribe. O setor de serviços representa cerca de 80% do PIB, concentrando-se em turismo, serviços financeiros e imobiliários. O setor industrial responde por cerca de 15% do PIB, enquanto a agropecuária representa aproximadamente 2%

No plano da política externa, as Bahamas orientam sua atuação pelos princípios de segurança nacional, bem-estar econômico e social, defesa da soberania, proteção do meio ambiente e cooperação internacional, em uma diplomacia de "desenvolvimento, segurança e resiliência."

O país caribenho tem se destacado por chamar a atenção da comunidade internacional para os impactos locais de fenômenos globais, notadamente a migração irregular e a proliferação de armas. Sua proximidade geográfica com os Estados Unidos e o Haiti faz do arquipélago um corredor sensível para o tráfico ilícito e a migração indocumentada, demandando cooperação regional e internacional efetiva para o gerenciamento desses fluxos.

Brasil e Bahamas estabeleceram relações diplomáticas em 1978. Em 2005, o Brasil abriu embaixada residente em Nassau, tendo a representação diplomática sido, até então, cumulativa com a Embaixada em Kingston. No plano político, as Bahamas têm sido parceiro ativo do Brasil no Caribe, colaborando em temas como sustentabilidade ambiental, segurança regional e reforma das instituições de governança global, apoiando frequentemente candidaturas brasileiras em organismos internacionais.

No que tange às relações econômico-comerciais, em 2025 a corrente de comércio bilateral correspondeu a US\$ 412 milhões, com déficit brasileiro de US\$ 14,3 milhões.

De um lado, as exportações brasileiras totalizaram US\$ 198,8 milhões, sendo os principais produtos: óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos, exceto óleos brutos (76,2%), carnes de aves e suas miudezas comestíveis (9,7%) e carne bovina fresca, refrigerada ou congelada (2,3%). Por outro lado, as importações brasileiras das Bahamas alcançaram US\$ 213,1 milhões, constituídas quase integralmente por óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (100%).

No plano dos investimentos, as Bahamas figuram entre os principais destinos de investimentos diretos brasileiros no exterior, com estoque estimado em US\$ 60 bilhões, segundo dados do Banco Central do Brasil.

Já no plano turístico, o número de visitantes brasileiros ao país girou em torno de dez mil em 2024, embora não haja voos diretos conectando as duas nações.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

6



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) Nº 19, DE 2026

(nº 276/2026, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor FABIO VAZ PITALUGA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Albânia.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

[- Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 276

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **FABIO VAZ PITALUGA**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Albânia.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **FABIO VAZ PITALUGA** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 08 de abril de 2026.



EXM nº 1031/2025

Brasília, 26 de dezembro de 2025.

Senhor Presidente da República,

1 Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **FABIO VAZ PITALUGA**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Albânia, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2 O atual ocupante do cargo, **JOÃO TABAJARA DE OLIVEIRA JÚNIOR**, será removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3 Encaminho, em anexo, informações sobre o país e o *curriculum vitae* de **FABIO VAZ PITALUGA**, para inclusão em Mensagem que solicito seja apresentada ao Senado Federal, para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

MAURO VIEIRA, Ministro de Estado das Relações Exteriores



Documento assinado com Certificado Digital por **Mauro Luiz Iecker Vieira**, **Ministro de Estado das Relações Exteriores**, em 06/02/2026, às 17:50, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Nº de Série do Certificado: 59123768831869032935935866262



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **7331930** e o código CRC **586B6362** no site:

https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 319/2026/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência a Senhora
Senadora Daniella Velloso Borges Ribeiro
Primeira Secretária
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhora Primeira Secretária,

Encaminho Mensagem na qual o Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor FABIO VAZ PITALUGA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Albânia.

Atenciosamente,

MIRIAM BELCHIOR
Ministra de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Miriam Belchior, Ministra de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 15/04/2026, às 19:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **7491716** e o código CRC **8B22EA22** no site:

https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00333.000499/2026-31

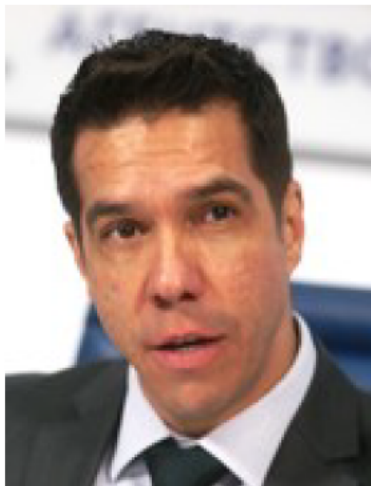
SEI nº 7491716

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1121

CEP 70150-900 - Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

**MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE FABIO VAZ PITALUGA**

CPF: Informações pessoais

ID: Informações MRE

1964 Filho de Informações pessoais, nasce em Informações pessoais, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1987 Bacharel em Economia pela Pontifícia Universidade Católica / RJ
 1990 CPCD-IRBr
 1998 Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas / IRBr
 2006 CAE / IRBr - Compras Governamentais Negociações na Área de Livre Comércio das Américas. Desafios e Implicações para o Brasil.

Cargos:

1990 Terceiro-secretário
 1995 Segundo-secretário
 2001 Primeiro-secretário, por merecimento
 2005 Conselheiro, por merecimento
 2009 Ministro de segunda classe, por merecimento
 2020 Ministro de primeira classe, por merecimento

Funções:

1991 Divisão de Formação e Treinamento, assistente
 1994-97 Embaixada em Buenos Aires, terceiro-secretário e segundo-secretário
 1997-2000 Embaixada em Singapura, segundo-secretário
 2000-01 Divisão do Meio Ambiente, assistente
 2001 Divisão de Política Comercial, assistente
 2001-04 Divisão de Acesso a Mercados, assistente
 2004-07 Embaixada em Washington, primeiro-secretário e conselheiro
 2007-09 Delegação Permanente junto à ALADI e ao Mercosul em Montevidéu, conselheiro e ministro-conselheiro
 2009-14 Divisão do Mar, da Antártida e do espaço, chefe
 2014-15 Presidência da República, assessor especial para Assuntos Internacionais do Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional
 2015-18 Embaixada em Moscou, ministro-conselheiro
 2018-22 Embaixada em Damasco, ministro-conselheiro e Embaixador
 2022- Embaixada em Ierevan, Embaixador

Condecorações:

2009 Medalha do Mérito Tamandaré, Marinha do Brasil
 2013 Medalha do Mérito Santos-Dumont
 2013 Ordem do Mérito Aeronáutico, grau de Comendador
 2014 Medalha do Pacificador

2018	Ordem de Rio Branco, Grande Oficial
2018	Medalha General Plínio Pitaluga, Associação dos Ex-Combatentes do Brasil
2019	Medalha do Exército Brasileiro

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**ALBÂNIA**

Dezembro de 2025
OSTENSIVO

APRESENTAÇÃO

A **Albânia** (em albanês: *Shqipëri/Shqipëria*, que significa “terra da águia”), oficialmente República da Albânia, é um pequeno país montanhoso da península Balcânica, no sudeste da Europa. Tem área total de 28.748 km² (pouco maior que o Estado brasileiro do Alagoas) e uma população residente de cerca de 2.800.000 pessoas. Situada na borda ocidental da península Balcânica, limita-se ao norte com Montenegro, a nordeste com a Sérvia, a leste com Macedônia e Grécia, e ao sul e oeste com o Mar Adriático, do outro lado do qual se encontra a Itália.

O idioma oficial é o *albanês*. De origem muito antiga, constitui um ramo próprio e independente da família das línguas indo-europeias. Há no país, dois principais dialetos, o Gheg (predominante no Norte e no Kosovo) e o Tosk (predominante no sul; base do albanês padrão). A identidade nacional albanesa remonta a tempos pré-históricos, a partir de povoamentos ilírios, alternando períodos de autonomia administrativa com diferentes níveis de integração: primeiro, com a Grécia antiga, e depois com os impérios Romano, Bizantino, Veneziano e, por fim, o Império Otomano por mais de 400 anos.

O país declarou independência deste último em 1912; passou por breve regime monárquico, sendo, em seguida, invadido e tornado colônia pela Itália, em 1939. Ao final da II Guerra Mundial, adotou regime comunista com características peculiares, terminado em 1991. Após período de instabilidade política e econômica, consolidou-se institucionalmente a atual república democrática parlamentarista, com a constituição de 1998. Tirana, com cerca de 520.000 habitantes, é a capital e maior cidade do país.

Em 2019, a região noroeste do país foi atingida por um terremoto de magnitude 6.4, resultando em 50 pessoas mortas e cerca de 3000 feridas. Foi o terremoto mais intenso a ocorrer na Albânia em mais de 40 anos e o mais grave do ano de 2019 em todo o mundo.

O país é membro ativo da OTAN desde 2009, abrigando base naval daquela aliança. Encontra-se em processo de acesso à União Europeia, objetivo principal de sua política externa. Ocupou pela primeira vez assento no Conselho de Segurança da ONU como membro não-permanente no período 2022-2023.

A relação bilateral com o Brasil é incipiente. Há, de fato, diminuta presença brasileira na pauta de comércio internacional albanesa, exceto pelas carnes e derivados. Desde 2005, o Brasil vem ocupando consistentemente o primeiro lugar como origem das importações albanesas daquele produto, superando com vantagem o segundo colocado no mercado, a Itália, de longe o principal parceiro comercial da Albânia.

PERFIL BIOGRÁFICO DE AUTORIDADES ALBANESAS



PRESIDENTE BAJRAM BEGAJ

Bajram Begaj nasceu em 20 de março de 1967, em Rrogozhinë, cidade que integra a Prefeitura de Tirana. Militar reformado do exército albanês com patente de General, é oficial médico. Tendo concluído sua formação nos Estados Unidos, foi Chefe do Estado-Maior Geral das Forças Armadas de julho de 2020 a junho de 2022. Em 3 de junho de 2021, foi oficialmente indicado pelo majoritário Partido Socialista (PS) como candidato às eleições presidenciais de 2022 – o Presidente da Albânia é eleito indiretamente, pelo Parlamento, para mandato de 5 anos. Considerado politicamente independente, propôs-se, no discurso de posse, a contribuir para o diálogo e cooperação entre as forças políticas do país, a favorecer a união nacional e o debate democrático. Afirmou a importância da evolução do processo de acesso do país à União Europeia, a partir da abertura de negociações formais, e prometeu apoiar a consolidação das instituições, "que têm a responsabilidade de proteger e promover os interesses dos albaneses, onde quer que estejam". O mandato de Begaj tem sido marcado pelo compromisso de melhorar as relações internacionais da Albânia e promover a integração euro-atlântica. Assim, desde que assumiu o cargo, envolve-se ativamente em esforços diplomáticos, realizando visitas internacionais para promover parcerias e elevar a posição global da Albânia, e recebendo dignitários estrangeiros. Begaj é casado com Armanda Begaj, com quem tem dois filhos, Dorian e Klajdi.



PRIMEIRO-MINISTRO EDI RAMA

Edi Kristaq Rama nasceu em Tirana em 4 de julho de 1964, filho de Kristaq Rama (1932–1998), conhecido escultor albanês durante o regime comunista. Graduado em Artes pela Universidade de Tirana, é pintor, escritor, publicitário, professor e ex-jogador da seleção albanesa de basquete. O envolvimento de Rama na vida pública começou com o movimento pela democracia ao final do regime comunista. Filiado ao Partido Socialista (PS), do qual é presidente desde 2005, atua como Primeiro-Ministro desde 15 de setembro de 2013. Foi reeleito em 2017, obtendo o terceiro mandato consecutivo na eleição parlamentar de 2021. Novamente, concorreu e foi reeleito ao quarto mandato consecutivo no pleito de 11 de maio de 2025. Sua primeira função pública foi de Ministro da Cultura, Juventude e Esportes, de 1998 até 2000, quando foi nomeado Prefeito de Tirana, reeleito por 2 mandatos consecutivos, em 2003 e 2007, em gestão considerada modelar, a qual renovou profundamente o município. O prolongado período de Edi Rama como Primeiro-Ministro associa-se à modernização econômica e institucional do país, no avanço decisivo das reformas requeridas para o processo de acesso à União Europeia, as quais têm envolvido a reformulação do sistema político e jurídico do país, sob a bandeira do “combate à corrupção e ao crime organizado”. A plataforma de Rama, apelidada de "Renascimento", foi baseada em quatro pilares: integração europeia, revitalização econômica, restauração da ordem pública e democratização das instituições do Estado. Seu governo tem-se apoiado ostensivamente no aprofundamento da opção estratégica albanesa pelo “Ocidente” – a União Europeia e os Estados Unidos, fiadores de sua liderança, a qual tem representado o esforço de superação de estruturas políticas tradicionais e localistas. Consequentemente, caracteriza-se pela política externa ambiciosa e ativa em diversas frentes, voltada à clara definição política e à ampliação da inserção internacional albanesa. Edi Rama é casado com Linda Rama e tem dois filhos, Greg e Rea.



MINISTRA DA EUROPA E NEGÓCIOS ESTRANGEIROS ELISA SPIROPALI

Elisa Spiropali nasceu em 15 de março de 1983 em Tirana. Vinculada ao Partido Socialista (PS), desenvolve carreira política desde 2009, sendo pela primeira vez eleita deputada nas eleições gerais de 2013. Em janeiro de 2019, foi nomeada Ministra das Relações com o Parlamento, sendo eleita Presidente (“Speaker”) do Parlamento da Albânia de 30/07/2024 a 12/09/2025. Entre outras funções públicas, foi Diretora Geral da Alfândega. Membro da liderança do PS, foi porta-voz da Presidência do Partido Socialista e Vice-Presidente do Grupo Parlamentar do Partido. Estudante, recebeu bolsa de estudos da organização United World Colleges, como uma das cinco melhores alunas do ensino médio na Albânia. Estudou no Canadá e graduou-se nos Estados Unidos, no Mount Holyoke College, em 2005, em Política e Economia, com período de pesquisas na Argentina. Tem pós-graduação em Política Econômica Europeia na Universidade de Sussex, Grã-Bretanha e doutoramento na Faculdade de História- Departamento de Relações Internacionais, da Universidade de Tirana. É casada, com uma filha e um filho.

DADOS BÁSICOS DA ALBÂNIA

NOME OFICIAL	República da Albânia
GENTÍLICO	Albanês
CAPITAL	Tirana
ÁREA	28.748 km ²
POPULAÇÃO	2,77 milhões (fevereiro de 2025)
IDIOMAS	Albanês (oficial), grego, dialetos eslavos
PRINCIPAIS RELIGIÕES (Censo de 2023- INSTAT)	Muçulmanos (50,7%), cristãos (16%: católicos 8,4%; ortodoxos gregos, 7,2; evangélicos 0,4%), agnósticos e outros (17%)
SISTEMA DE GOVERNO	República Parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Governo e Parlamento unicameral (<i>Kuvendi</i>)
CHEFE DE ESTADO	Bajram Begaj
CHEFE DE GOVERNO	Edi Rama
MINISTRA DA EUROPA E NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Elisa Spiropali
PIB nominal (2024) - Banco Mundial	US\$ 27,18 bilhões
PIB PPP (2024) - - Banco Mundial	US\$ 63,76 bilhões
PIB per capita (2024)	US\$ 11.390
PIB PPP per capita (2024)	US\$ 18.920
VARIAÇÃO PIB	3.8% (2024); 3.9% (2023); 4.8% (2022)
IDH 2023 -UNDP	0,810 (71°)
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO	97,6%
EXPECTATIVA DE VIDA	79,78 anos (2025)
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2020)	13,19% (2025)
UNIDADE MONETÁRIA	Lek
EMBAIXADOR NO BRASIL	Genti Bendo (credenciais apresentadas em 21/11/2024)
EMBAIXADOR NA ALBÂNIA	João Tabajara de Oliveira Júnior (credenciais apresentadas em 21/07/2022)
COMUNIDADE BRASILEIRA	Cerca de 50 pessoas

**INTERCÂMBIO COMERCIAL BILATERAL (US\$ milhões, FOB) – Fonte:
NÚCLEO DE INTELIGÊNCIA - SAEF**

BRASIL → ALBÂNIA	2024	2023	2022	2021	2020	2019	2018	2017	2016	2015
Intercâmbio	106	83,6	92,4	42,7	49,8	59,9	60	45,9	40,1	37,2
Exportações	101	79,8	90,5	38,8	48,7	58,4	58,7	44,7	39,3	36,5
Importações	6	3,64	1,9	3,9	1,1	1,5	1,3	1,1	0,8	0,7
<i>Saldo</i>	95	76	88,5	34,9	47,6	56,9	57,3	43,6	38,4	35,8

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil e a Albânia (então comunista) estabeleceram relações diplomáticas em 4 de abril de 1961. Em maio de 1985, acordou-se a troca de Embaixadores, a título cumulativo. Assim, em julho daquele ano, foi solicitado *agrément* para o primeiro Embaixador da Albânia no Brasil, residente em Buenos Aires, e em outubro, foi criada a Embaixada do Brasil na Albânia, cumulativa com a Embaixada em Roma. Em 22 de março de 2000, o então Embaixador do Brasil (residente em Roma), Paulo Tarso Flecha de Lima, apresentou ao Presidente Rexhep Meidani cartas credenciais.

Os contatos entre os dois países mantiveram-se esporádicos até a abertura de Embaixadas residentes. Em agosto de 2008, à margem da cerimônia de inauguração dos Jogos Olímpicos de Pequim, o Presidente Luís Inácio Lula da Silva manteve encontro com o então Primeiro-Ministro Sali Berisha, que comunicou oficialmente a intenção da Albânia de abrir Embaixada residente em Brasília. Em setembro, o ex-MRE Celso Amorim e o MNE Lulzim Basha reuniram-se em Nova York, à margem da LXIII AGNU. Em 30 de junho de 2009, a Albânia comunicou a designação do embaixador Ronald Bimo como Encarregado de Negócios da Albânia no Brasil e responsável pela abertura da Embaixada em Brasília, cuja instalação deu-se em julho de 2009. Em retribuição, foi instalada, em setembro de 2010, a Embaixada do Brasil em Tirana.

Desde então, ambos os países têm mantido colaboração política satisfatória em foros multilaterais, inclusive com frequentes trocas de apoios em eleições para órgãos dirigentes, e convergência na agenda internacional, padrão que se manteve no biênio 2022-2023, no âmbito do Conselho de Segurança da ONU, quando a Albânia ocupou naquele órgão pela primeira vez assento não-permanente. Em 2021, Brasil e Albânia cumpriram sessenta anos do estabelecimento de relações diplomáticas bilaterais.

Contatos recentes da Embaixada brasileira com autoridades albanesas têm revelado a necessidade de atualização de tratativas bilaterais em diversas áreas. Destaque-se o setor do comércio agrícola: os acordos sobre normas sanitárias para o comércio de carnes, da primeira década deste século, necessitam de atualização com a evolução da normativa albanesa na área, exigida pelo processo de adesão à União Europeia, o que tem colocado em risco as exportações brasileiras para a Albânia, principalmente de carnes suínas. Há ainda acordos em negociação, referentes a áreas recentemente abertas de entendimento bilateral, sobretudo a cooperação em segurança e combate a ilícitos transnacionais, com o início da cooperação regular entre a Polícia Federal do Brasil e a Polícia do Estado da Albânia.

Nesse sentido, tem-se discutido a possibilidade da preparação de uma primeira reunião do mecanismo de consultas políticas bilaterais (estabelecido por instrumento bilateral em 2011 e nunca implementado), que poderia ser realizada no decorrer do ano de 2026.

No tocante a interlocução de alto nível, a Presidência da República da Albânia manifestou interesse na organização de visita oficial do Presidente Begaj ao Brasil, com a finalidade de impulsionar a intensificação e a diversificação do relacionamento bilateral, ainda com grande potencial inexplorado.

Relações econômicas e cooperação: visão geral

No plano econômico, o fraco interesse do setor privado brasileiro por mercados relativamente pequenos tem condicionado as relações comerciais entre o Brasil e a Albânia.

Tal postura dificulta o aproveitamento de oportunidades e a ampliação e diversificação da pauta das trocas bilaterais. Desde a abertura de sua Embaixada em Brasília, em 2009, a Albânia tem manifestado o interesse em que o Brasil utilize a posição daquele país nos Balcãs para promover a penetração de produtos brasileiros nos mercados de toda a região, funcionando como uma "plataforma para o Mediterrâneo".

Com efeito, o crescimento da cooperação e da integração interbalcânica, verificado nos últimos anos, daria oportunidades a empresas brasileiras em diversos setores. A centralidade "geoeconômica" da Albânia permanece efetiva; note-se, por exemplo, que o comércio crescente da agroindústria brasileira também com o Kosovo, a Macedônia do Norte, Montenegro e outras regiões dos Balcãs envolve o território albanês, penetrando pelo historicamente estratégico porto de Durrës. A perspectiva de ingresso do país na União Europeia, que tem tido avanços concretos, é atrativa para empresas brasileiras se estabelecerem neste país.

Recentemente, desenvolveu-se demanda internacional por insumos para setores que desempenham papéis centrais no notável crescimento econômico, que se tem imposto à Albânia a partir da segunda década deste século, como a construção civil (infraestrutura), os segmentos agrícola (mecanização), têxtil, energético, alimentício, entre outros. Parte considerável dessa demanda tem sido atendida pelos Estados Unidos e, principalmente, pelo entorno europeu, no qual há parceiros tradicionais, especialmente a Itália, a Turquia e a Grécia. Porém, setores do governo albanês têm manifestado interesse na presença brasileira em áreas específicas, nas quais o país possa oferecer soluções efetivas e mais baratas, além de cooperação em termos igualitários (por exemplo, em tecnologia agrícola), de maneira a aproveitar a janela de oportunidade que ainda se abre para a diversificação de agentes externos na produção e no mercado interno da Albânia, antes de seu enquadramento total dentro dos parâmetros do mercado comum europeu. Outra área com potencial é a de compras governamentais, especialmente em equipamentos e veículos militares, inclusive aeronáuticos.

Também a rápida transformação da Albânia em potência turística apresenta oportunidades para o Brasil, haja vista a extensa experiência do Brasil no setor, em modalidades como o "agroturismo" e o "ecoturismo".

Outras áreas potenciais de cooperação: educação e cultura

A área cultural é área privilegiada para a expansão da presença brasileira no país. O Brasil é visto com grande simpatia na Albânia, em razão da música, das telenovelas e, sobretudo, do futebol, esporte altamente apreciado no país. O atual técnico brasileiro da seleção nacional da Albânia, Sylvio Mendes Campos Júnior (Sylvinho), trouxe contribuição notável para a elevação do nível profissional do futebol albanês, sendo muito popular.

Em 2024, a embaixada brasileira participou pela primeira vez, com sucesso impactante, do programa promovido anualmente pelo Ministério da Economia, Cultura e Inovação albanês (MECI) de "Semanas Culturais Internacionais", evidenciando o grande interesse do público albanês pelo país. A embaixada apresentou programa multidisciplinar, com eventos de literatura, divulgação da língua portuguesa, cinema, música clássica e popular, que culminou com carnaval de rua realizado na cidade litorânea de Vlora, porta de entrada para a "Riviera Albanesa". Segundo a mídia local, o carnaval brasileiro foi a sensação do verão de 2024 na Albânia. O MECI já tomou a iniciativa de procurar a embaixada brasileira solicitando nova edição do programa.

Ademais, é de interesse estratégico brasileiro a abertura mútua de leitorados universitários, no Brasil e na Albânia, respectivamente nas línguas albanesa e portuguesa: note-se que o português não é ensinado na Albânia, e o Brasil é o único membro da CPLP com missão residente no país. Nesse contexto, a Universidade de Tirana propôs o estabelecimento de leitorado de língua portuguesa, literatura e cultura dos países daquele idioma. Por enquanto, a fim de preencher essa lacuna, a Embaixada do Brasil tem procurado cumprir o papel de divulgar a língua portuguesa em suas diferentes variantes culturais, por exemplo, em atividades de divulgação de literatura que incluem clássicos portugueses.

Há, ainda, a possibilidades de cooperação entre as academias diplomáticas (existe instrumento bilateral assinado na área) e intercâmbio universitário, inclusive na realização de pesquisas conjuntas, em campos como o da biotecnologia.

Visitas bilaterais

A primeira das três visitas de alto nível do governo albanês ao Brasil foi a do Ministro da Europa e Relações Exteriores, Paskal Milo, em maio de 2000. Em outubro de 2011, foi a vez do Vice-Primeiro-Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros da Albânia, Edmond Haxhinasto. Também o Ministro da Europa e Relações Exteriores Ditmir Bushati esteve no Brasil, em 4 de novembro de 2015. Registre-se ainda visita de trabalho a Brasília da Diretora das Américas da Chancelaria albanesa, Rudina Mullahi, em 2004.

Da parte brasileira, a única visita de alto nível à Albânia foi a do então Ministro da Agricultura Mendes Ribeiro Filho, em março de 2012, ocasião em que foram negociados, entre outros, certificados zoossanitários e memorando de entendimento interministerial, assim como os procedimentos para a exportação de carnes bovina, aviária e porcina nacionais para este mercado. Representantes do governo albanês têm sempre apontado à embaixada brasileira o forte desequilíbrio do relacionamento bilateral quanto às visitas de alto nível.

Instrumentos bilaterais em negociação

Há dois projetos de acordos bilaterais com perspectiva de assinatura em curto prazo, com textos já negociados quase na totalidade: Acordo Quadro de Cooperação Técnica (fundamental para o estabelecimento de programas de cooperação) e Memorando de Entendimento na área de segurança, polícia e combate a ilícitos internacionais, negociado entre a Polícia Federal do Brasil e a Polícia do Estado da Albânia. Há ainda proposta genérica albanesa para acordo na área de aduanas e portos.

TEMAS CONSULARES - COMUNIDADE BRASILEIRA

A Albânia tem uma pequena comunidade brasileira residente (aproximadamente 50 pessoas), constituída, em sua maioria, por missionários pentecostais ou evangélicos e suas famílias. Grupos de religiosos têm atuado na Albânia desde o fim do regime comunista, em 1991, radicados por todo o país. Também há jogadores e treinadores de futebol brasileiros contratados por times albaneses e, recentemente, pela seleção nacional. Nos

últimos anos, com a consolidação do país na posição de importante destino turístico, tem aumentado o número de brasileiros na Albânia, tanto turistas como imigrantes laborais sazonais (principalmente nos meses do verão), os quais misturam-se à numerosa população flutuante de viajantes que ingressam no país por períodos curtos.

A questão consular mais delicada gira em torno da possível existência de circuito de tráfico internacional de pessoas que passa pela Albânia. Com efeito, inúmeras cidadãs brasileiras têm sido atraídas para o país, onde terminam sendo integradas a redes de prostituição, atividade criminalizada localmente. Em diversas ocasiões, essas mulheres terminam sendo presas para início de procedimentos criminais, momento em que lhes é imposta a proibição de saída do território albanês, além de terem seus documentos e telefones apreendidos. Quando soltas para aguardar julgamento, caem inevitavelmente em condição de indigência e solicitam auxílio à embaixada brasileira, que atua para certificar-se de que: as cidadãs em apreço obtenham abrigo para vítimas de tráfico humano; auxílio de advogado – o que, nos termos da lei albanesa, só é concedido gratuitamente para a primeira audiência do procedimento judicial; estabeleçam contato com a família. Em alguns casos, quando a família não dispõe de recursos para auxiliar, o Estado brasileiro tem provido pequenas quantias financeiras para assistência de desvalidos.

Na Albânia, o Brasil dispõe de dois Consulados Honorários, um na cidade de Vlora, responsável pela região sul, e outro na cidade de Shkodra, responsável pela região norte. A Embaixada solicitou ao Ministério da Europa e dos Negócios Estrangeiros a nomeação de um terceiro Cônsul Honorário na cidade de cidade de Durrës, que possivelmente terá jurisdição sobre a região central do país. Além da Albânia, a Embaixada brasileira em Tirana se tem ocupa de algumas questões consulares relativa aos brasileiros que residam em Kosovo.

POLÍTICA INTERNA

Independente do Império Otomano desde 1912, a história da Albânia foi profundamente marcada pelo quase meio século do regime comunista, que teve início ao final da Segunda Guerra, com a retirada da ocupação alemã e a vitória da resistência albanesa. Em janeiro de 1946, foi proclamada a República Popular, sob o governo de Enver Hoxha, líder que dominou a política albanesa até sua morte, em 1985. A variante local de regime comunista, que colapsou em 1991, foi construída sobre décadas de extremo isolamento, justificado por um sentimento de ameaça externa iminente. Caracterizou-se, sobretudo em sua década final, pela onipresente vigilância e repressão interna, que manteve a sociedade albanesa, em grande medida, imobilizada em relação às grandes mudanças políticas e culturais que se davam no restante da Europa. Com o fim do comunismo, após aproximadamente uma década de instabilidade, o país alcançou situação de equilíbrio institucional e político, contando com o apoio maciço de investimentos e cooperação em diversas áreas, notadamente quanto à modernização da administração do Estado, principalmente dos países do entorno europeu, e crescentemente, dos Estados Unidos.

A Constituição da República da Albânia foi aprovada por referendo em 22 de novembro de 1998; promulgada em 28 de novembro de 1998 e alterada em 2007 e em 2016. De acordo com a Carta Magna, o país tem um sistema democrático de governo, republicano e parlamentarista. O Chefe de Estado é o Presidente da República, eleito indiretamente, por um mínimo de três quintos da assembleia, para um período de cinco

anos, com direito à reeleição. O Chefe de Governo é o Primeiro-Ministro, que governa com um Conselho de Ministros. O Poder Legislativo é formado por uma Assembleia Unicameral (Kuvendi) de 140 deputados, eleitos para um período de quatro anos. Parte substancial daqueles cargos (de um terço a aproximadamente a metade, com pequenas variações ocasionais, segundo negociação das lideranças partidárias) são indicações internas aos próprios partidos, escolhidos por sistema de listas ou coalizões partidárias, ou então escolhas “semiabertas” ao eleitor, a partir de restrições determinadas pelo sistema de votação distrital.

Parte da estrutura institucional do país mantém-se em processo de definição, a meio caminho entre tradições localistas e modelos de democracia parlamentar internacionalizados segundo referências sobretudo europeias, a partir da influência da OSCE e outras fontes. Alterações da Constituição foram aprovadas, em julho de 2016, abrindo caminho para reforma jurídica, voltada a “combater a corrupção e o crime organizado”; reforçar o poder judiciário; melhorar a qualidade da administração pública e promover os direitos humanos, conforme recomendações da UE. Os questionamentos constantes que se apresentam ao país naquelas áreas referem-se, em grande parte, a problemas endêmicos da cultura institucional e social albanesa: a corrupção baseada na ação e pressões políticas de “máfias” de bases locais e na cultura tradicional marcada por laços familiares e patriarcalismo, que influenciam, em diferentes níveis, todo o espectro político e a vida institucional.

De fato, a adaptação institucional aos critérios da UE para a acessão do país àquele bloco, encarada como salto qualitativo histórico imperativo, tem sido, na última década, o referencial determinante de toda a política interna do país. O período é também marcado pelo estreitamento da influência norte-americana, a partir, inclusive, da presença militar direta, na esteira da integração à OTAN (o país é membro daquela aliança desde 2009).

E nesse processo, o projeto político em curso no país, representado pelo PM Edi Rama, obteve resultados, como a renovação institucional e a viabilização da Albânia como destino turístico europeu e mundial relevante, acompanhados pelo aumento considerável de investimentos em infraestrutura, mineração, construção civil e outros setores, de origem sobretudo europeia. Essas conquistas tornam-se ainda mais relevantes quando se observa que o período recente teve momentos difíceis, como o grande terremoto de 2019, seguido pela pandemia de Covid-19 e, posteriormente, pelas perturbações econômicas que sobrevieram ao início da guerra na Ucrânia, em 2022.

De fato, o modelo de desenvolvimento imprimido ao país confronta-se com problemas estruturais, aos quais procura ativamente oferecer respostas, como a crise demográfica (o crescimento populacional é negativo há aproximadamente uma década), aprofundada pela emigração contínua principalmente de jovens, em um país de população diminuta. O pequeno país é tradicional origem e trânsito de migrações, ao mesmo tempo em que tem baseado sua economia no crescimento maciço do turismo, colocando-se ao centro de intenso processo de mobilidade humana.

O momento atual – Em 2025, a política interna albanesa foi fortemente influenciada pelo calendário eleitoral. As últimas eleições parlamentares foram realizadas em maio de 2025, com mudança importante no sistema de votação: pela primeira vez na história, os albaneses residentes no exterior puderam votar (pelos correios, tendo-se desenvolvido sistema de registro de eleitores pela internet), atualização por si só importante, a refletir prática que se

tem consagrado, sobretudo, quanto a nacionalidades com grandes comunidades em emigração.

Com efeito, a Albânia é país de cultura migratória antiga e consistente, imersa em região – os Bálcãs – que ocupa estruturalmente posição de origem de migração laboral no continente europeu, e que tende a taxa de crescimento populacional negativa. Assim, a quantidade de famílias albanesas residindo no exterior conforma diáspora tradicional e numerosa: avalia-se que perto da metade dos eleitores potenciais não reside na Albânia. A novidade do registro eleitoral reflete a influência crescente que exercem no país, por sua integração na economia albanesa, cada vez mais internacionalizada quanto aos fluxos de mão-de-obra e de capital.

O pleito foi concentrado no embate entre o Primeiro-Ministro Edi Rama, membro do Partido Socialista (PS) candidato à reeleição, e o ex-Primeiro-Ministro Sali Berisha, do Partido Demócrata (PD), ator político local bastante controverso. Berisha é representante maior da “velha política” albanesa oriunda do período comunista e domina a direita do espectro partidário. Responsabilizado por relações com o crime organizado e inúmeros casos de corrupção, foi declarado “persona non-grata” nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha. Até o momento, portanto, Berisha tem sido visto como dificilmente aceitável pelos mais influentes parceiros internacionais da Albânia, os quais têm apoiado e mesmo contribuído decisivamente para a renovação da institucionalidade local, inclusive quanto ao projeto em curso de renovação do sistema partidário com base no fortalecimento do PS como nova matriz política moderna e atualizada com o padrão europeu. O experiente político, no entanto, vem procurando articular-se com a nova direita europeia e dos Estados Unidos.

No mesmo sentido, as eleições deste ano foram diferenciadas pela marcante influência da SPAK, “Estrutura Especial de Combate à Corrupção e Crime Organizado”, organismo jurídico independente, que tem investigado e punido diversas lideranças políticas, contribuindo decisivamente para a redefinição do ambiente eleitoral. Iniciou seu funcionamento em novembro de 2019, como resultado das últimas reformas constitucionais. Sobrepõe-se ao Estado e atua na contramão do “habitus” do sistema político local, sendo amiúde propalada como organismo de reforma e renovação da cultura política albanesa -- com poderes extraordinários para o “combate à corrupção e o crime organizado”. A Estrutura (também referida como “Procuradoria Especial”) sobreveio à intensificação da cooperação internacional para a reforma do sistema judiciário no país, tendo sido estabelecida e mantida com o apoio e orientação direta da embaixada estadunidense em Tirana.

A SPAK foi acusada de servir ao governo de Rama para debilitar a oposição durante as eleições de 2025, prendendo suas lideranças fundamentais. De fato, em 2023, a entidade prendeu Sali Berisha, por acusações de corrupção, e, em 2024, Ilir Meta, liderança do Partido da Liberdade, segunda agremiação nacional da oposição, pelas mesmas razões. Ambos implacáveis oponentes do Primeiro-Ministro Edi Rama, acusam-no igualmente de corrupção e de administrar um “narcoestado” com “regime cleptocrático”, por meio do qual concentraria todos os poderes legislativos, administrativos e judiciários em suas mãos.

Contudo, ao início de 2025 a SPAK prendeu o Prefeito de Tirana, Erion Veliaj (PS), antigo aliado do Primeiro-Ministro, motivando declarações de contrariedade do próprio Rama. Na verdade, se a SPAK é repetidamente criticada por políticos da oposição, é encarada também com desconfiança e desconforto por diversos agentes públicos, que a

consideram uma fonte permanente – e cada vez mais poderosa – de intimidação. Assim, no quadro político atual, uma das questões candentes é o papel da SPAK, centro do debate sobre a conformação do sistema institucional do país.

Em meio a esse cenário, as eleições de 2025 tiveram papel importante na continuidade do projeto político em curso no país. Com base em campanha dominada por promessas de adesão à União Europeia (UE) em 2030, o Primeiro-Ministro Edi Rama obteve vitória esmagadora, habilitando-o para seu quarto mandato consecutivo. O chefe do Executivo logrou ainda aumentar sua base parlamentar em 8 novas cadeiras, elegendo 83 deputados (52,3%) contra 50 (34,2%) do Partido Democrata.

Assim, espera-se que seja o líder responsável pela conclusão da acessão da Albânia à União Europeia. Sua trajetória tem sido bem-sucedida, associando-se ao grande fortalecimento do Partido Socialista, cuja representatividade é hoje muito maior do que a dos dois principais partidos nacionais que compõem a oposição, o Partido Democrata (PD) e o Partido da Liberdade (PL), ambos conduzidos por líderes tradicionais importantes, respectivamente, os ex-presidentes Sali Berisha e Ilir Mehta.

Ainda no que se refere aos planos do PM Rama, seu novo projeto de governo é bastante focado no enfrentamento da crise demográfica, caracterizada pela taxa de crescimento populacional negativa, decorrente da antiga e consistente cultura migratória. Nesse sentido, planeja introduzir sistema de orientação profissional, com plataforma dedicada para emigrantes interessados em voltar a trabalhar na Albânia. Ademais, lançou o programa "Garantia para a Juventude", que visa proporcionar emprego, formação ou educação a mais de 40.000 jovens no prazo de quatro meses após a inscrição. Até 2030, espera-se que um em cada três alunos busque educação profissional, com escolas vocacionais transformadas em centros multifuncionais que oferecem dormitórios modernos e cursos de curta duração em profissões de alta demanda.

Com o novo plano de governo, pretende-se que a taxa de desemprego caia para 6% até 2030, enquanto o desemprego juvenil baixe para menos de 15%. O documento prevê ainda salário-mínimo de 500 euros até 2026, com isenção de impostos para trabalhadores de baixa renda. Até 2030, espera-se que o salário médio nacional atinja 1.000 euros enquanto a média no setor público é projetada em 1.200 euros.

Em setembro último, ao anunciar seu novo gabinete, o PM incluiu uma "ministra virtual" para o novo Ministério de Inteligência Artificial, entidade de IA chamada Diella. Embora o Presidente Begaj não tenha emitido um decreto específico para esse cargo, incluiu o seu estabelecimento entre as responsabilidades atribuídas oficialmente ao chefe de governo. Criada, com o objetivo de aprimorar os serviços online para cidadãos de todas as idades por meio de voz, recursos visuais e rapidez, atua como assistente virtual da plataforma nacional "e-Albania".

ECONOMIA

De acordo com relatório do Fundo Monetário Internacional (FMI) de fevereiro de 2025, a economia da Albânia deverá crescer 3,5% ao ano em 2025, após ter registrado crescimento de 3,4% em 2024. Nos termos das conclusões do exercício bilateral, o FMI projeta um crescimento médio de cerca de 3,5% ao ano no período de 2024–2029,

impulsionado fortemente pelo consumo doméstico, turismo e construção civil. As análises do fundo apontaram, desse modo, a Albânia como uma das economias de crescimento mais rápido na Europa durante o ano de 2024, resultante não apenas de sua performance nos setores elencados, mas também em razão de políticas macroeconômicas equilibradas adotadas pelo governo Rama desde o fim da pandemia. Apesar desse forte desempenho, o PIB per capita mantém-se em apenas US\$ 11.390, cerca de um quarto do nível da UE-15.

Nesse contexto, de acordo com o relatório do FMI, os diretores indicaram estar a economia albanesa enfrentando adversidades de ordem estrutural, decorrentes do rápido envelhecimento populacional, com elevada emigração, baixa produtividade e deficiências de governança. Consideraram necessário, então, adoção de reformas de grande alcance para superar tais desafios por parte das autoridades econômicas locais, de forma a acelerar a convergência do país para os níveis de renda da UE.

Tais políticas, segundo sugestões dos diretores do Fundo, devem visar o aumento da produtividade, promovendo a integração da cadeia de valor global, bem como removendo barreiras ao crescimento das empresas e estimulando o acesso a empréstimos bancários. Julgaram proveitosa, ademais, a realização de esforços adicionais no sentido de atualizar os eventuais programas de educação e treinamento existentes; avançar na agenda digital; impulsionar a participação feminina na força de trabalho e diversificar fontes de energia renováveis. Os diretores enfatizaram que os investimentos contínuos em infraestrutura e as reformas de governança — incluindo a implementação da Estratégia Anticorrupção 2024–30 e a implementação adicional de padrões internacionais AML/CFT — são prioridades essenciais.

De acordo com Banco Mundial (BM) e a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), na última década, a taxa média de crescimento do PIB da Albânia se situou em torno de 2,3%, tendo registrado, em 2018, um crescimento excepcional de 4 %, caindo para 2,1% em 2019. Em função dos efeitos da pandemia do COVID 19, a performance econômica de 2020 foi negativa, com taxa de -3,5%. Após a pandemia, no entanto, a economia do país teve rápida recuperação em 2021, tendo verificado uma alta histórica, da ordem de 8,5%, a qual representou um aumento de 12% em relação ao ano anterior.

COMÉRCIO EXTERIOR

Os principais parceiros comerciais da Albânia são Itália, Alemanha, Grécia, Turquia, China e Sérvia. A Itália é mercado para 46% das exportações e origem de 25% das importações da Albânia. Os principais produtos exportados são: têxteis e calçados; materiais de construção e metais; minerais; alimentos; máquinas e peças. Em importações: máquinas, equipamentos e peças; alimentos; produtos químicos e plásticos; material de construção; minerais e combustíveis.

Comércio bilateral Brasil-Albânia – Segundo o Instat (instituto governamental de estatísticas da Albânia), em termos absolutos, o Brasil tem participação modesta, mas crescente no comércio internacional da Albânia, o qual é bastante concentrado no entorno europeu: em 2022, o País ocupou o 32º lugar como origem de importações, com posição ainda menos significativa nas exportações albanesas. Note-se, contudo, que o Brasil detém

lugar relevante no mercado albanês por sua posição, especificamente, no estratégico mercado de alimentos, e principalmente no de carnes.

Com efeito, segundo levantamento realizado pela Embaixada, o Brasil vem sendo consistentemente, desde 2005, a principal origem das compras da Albânia no capítulo 02 ("meat and edible meat offal"), superando a Itália e outros parceiros. Assim, por exemplo, as importações albanesas de carnes do Brasil em USD foram, em 2020, 2021 e 2022, respectivamente de 14,44 milhões; 14,80 milhões, e 20,99 milhões, ao passo que as da Itália no mesmo período foram de 7,39 milhões; 10,16 milhões, e 10,38 milhões.

Deve-se ressaltar, contudo, que o comércio bilateral no setor enfrenta riscos concretos e iminentes, representados pelas aparentes defasagens entre os termos acordados bilateralmente na primeira década deste século quanto à certificação de importações de carne pela Albânia, e a evolução da normativa albanesa nessa área em função do esforço de acessão à União Europeia. Haveria aspectos a serem atualizados, o que poderá ter alguma influência, inclusive, na considerável demora da autoridade de fiscalização agrícola albanesa em responder aos pedidos de avaliação e atualização de modelos brasileiros de Certificados "CSIs".

Note-se que, **em 2024, o governo albanês chegou a anunciar aos importadores albaneses que proibiria a importação de carnes suínas do Brasil**, a partir do início de 2025, o que acabou não se confirmando, pela articulação de pressões dos importadores que dominam o mercado local, habituado ao produto brasileiro, os quais forçaram o recuo momentâneo do governo daquela decisão, que procurava atender a interesses da União Europeia.

Em termos gerais, a corrente de comércio vem crescendo, nos últimos anos, capitaneada pelas vendas brasileiras de carnes e produtos de origem animal consistentemente no primeiro lugar na pauta bilateral. Com relação ao ano de 2023, os dados disponibilizados pelo Núcleo de Inteligência (SAEF) apontam que o total das exportações brasileiras para a Albânia alcançaram US\$ 100,5 milhões, o que representa um aumento de 11.0% em relação ao ano anterior; as importações alcançaram US\$ 3.64 milhões (+108.4%). A corrente de comércio alcançou US\$ 104 milhões (+ 12.9%, em relação a 2022), enquanto o saldo resultou em superávit favorável para o Brasil no valor de US\$ 97 milhões (+ 9.1%%).

No tocante ao ano de 2024, os dados disponibilizados pelo Núcleo de Inteligência (SAEF) apontam que o total das exportações brasileiras para a Albânia alcançaram US\$ 101 milhões, o que representa um aumento de 0,1% em relação ao ano anterior; as importações alcançaram US\$ 6 milhões (+58.5%). A corrente de comércio alcançou US\$ 106 milhões (+ 2.1%, em relação a 2023), enquanto o saldo resultou em superávit favorável para o Brasil no valor de US\$ 95 milhões (-2.1%).

Em 2024, a pauta de exportações foi composta por: carnes e miudezas comestíveis (na proporção de 43,4% do todo); carnes de animais da espécie bovina (30,6%); carnes de animais da espécie suína (13,3%); café e derivados (5,9%) e açúcares de cana ou de beterraba e sacarose química (2,4%). No mesmo ano, a pauta de importações foi constituída por ferro-ligas (na proporção de 58,0% do todo); itens de vestuário, como sobretudos, japonas, gabões, capas, anoraques (15,1%); partes de máquinas e aparelhos como talhas; cadernais e moitões; guinchos e cabrestantes (5,1%); partes e acessórios dos veículos automóveis (3,3%); sementes de anis, badiana, funcho, coentro, entre outras (2,8%).

Como se percebe, o comércio bilateral caracteriza-se, portanto, pela acentuada assimetria, volume geral reduzido e pouca diversidade (grande concentração em poucos itens, sobretudo carnes e itens alimentícios). Diante desse cenário, esforços têm sido feitos para a diversificação da pauta exportadora brasileira, para que contenha também produtos de maior valor agregado. Com efeito, em reunião mantida entre a chefia da Embaixada do Brasil em Tirana e Armand Skapi, Secretário-Geral do Ministério da Europa e Negócios Estrangeiros (MENE), em 2025, o diplomata albanês manifestou interesse de seu país em conhecer as vantagens técnicas e estratégicas das aeronaves da Embraer, bem como da relação custo/benefício para fins de defesa aérea. Na ocasião, indagou sobre a possibilidade de a Força Aérea Brasileira, juntamente com representante da Embraer realizarem, em Tirana, apresentação sobre os principais aviões militares produzidos no Brasil a um grupo de oficiais e membros da área de defesa do governo albanês.

POLÍTICA EXTERNA

As relações exteriores da Albânia desenvolvem-se, na atualidade, sob o sentido geral de elevação da presença externa do país, atualizando sua inserção no sistema internacional contemporâneo, nos organismos multilaterais e no contexto regional europeu, bem como construindo renovada imagem internacional, de república parlamentarista moderna, proativa e alinhada com o “Ocidente” (Estados Unidos e UE). As seguintes prioridades de atuação foram elencadas na mais recente Conferência de Embaixadores da Albânia - "Tirana Diplo 2024": (1) a integração à União Europeia; (2) a aliança com os EUA; (3) a projeção como liderança no contexto regional dos Balcãs, com destaque para a questão do Kosovo, (4) as relações com a Itália, a Grécia e a Turquia, identificadas como principais parceiros históricos do país; (5) as relações com certos países do Golfo Pérsico, do Oriente Médio e outros daquele entorno, que se destacam como origem de investimentos na Albânia (Catar, Azerbaijão, Kuwait, Emirados Árabes Unidos, Arábia Saudita).

O governo albanês também propõe-se a abrir novas frentes em direção a países-chaves de outras regiões: a Indonésia, como centro econômico do Sudeste Asiático; as Filipinas, pela política permanente de oferta de mão-de-obra em emigração daquele país, como forma de contra-arrestar a crise demográfica albanesa; o Quênia, "a primeira porta a ser aberta na África", conforme o PM Edi Rama, em razão da política daquele país favorável à aproximação ao Kosovo, já tendo, inclusive, reconhecido o passaporte daquele território de maioria da nacionalidade albanesa, o qual pleiteia independência.

Acessão à UE

Em junho de 2014, a Albânia foi reconhecida oficialmente como candidata à adesão à União Europeia. Desde então, esse objetivo estratégico tem sido unanimemente a prioridade maior da política externa do país, motivando esforços para o cumprimento de progressivas agendas de reformas, estabelecidas pelo Conselho Europeu. Contudo, o ritmo do processo de acessão vinha sendo bastante lento; as autoridades do bloco consideravam insuficientes os esforços reformistas da Albânia, apontando principalmente a necessidade do combate ao crime organizado, à corrupção endêmica e à insegurança jurídica. No entanto, novas pressões internacionais sobre a UE, advindas da guerra na Ucrânia, em 2022, levaram o bloco a intensificar seus esforços para a expansão em direção aos Balcãs, dando novo fôlego a uma promessa de adesão já um tanto desacreditada.

Assim, em julho daquele ano, realizou-se em Bruxelas a “1ª Conferência Intergovernamental para as Negociações de Adesão da Albânia e da Macedônia do Norte à União Europeia”, após tentativa frustrada de abertura de negociações um mês antes, qualificada estrondosamente pelo PM Edi Rama como “um desastre”. Na bem-sucedida conferência, o MNE da República Checa - país que exercia a presidência da UE, ao anunciar a abertura das negociações, manifestou a expectativa do bloco quanto à “observância de seus tratados sobre direitos humanos e das minorias pela Albânia, assim como à continuidade das reformas do sistema legal e da administração pública no país, que assegure o combate à corrupção e ao crime organizado”. Em resposta, a chefe da delegação albanesa declarou que “a abertura das negociações formais restaura a credibilidade do processo de integração da UE”, e que “de agora em diante, as promessas não cumpridas pertencem ao passado”.

Desde então, importantes avanços foram paulatinamente sendo feitos, sobretudo nos últimos dois anos, como a abertura da negociação do primeiro grupo temático sobre ‘Fundamentos’; do sexto grupo temático sobre ‘Relações Externas’; do segundo grupo temático sobre ‘Mercado Interno’; do terceiro grupo temático sobre ‘Competitividade e Crescimento Inclusivo’ e do quarto grupo temático sobre ‘Agenda Verde e Conectividade Sustentável’, o que ocorreu durante as Conferências de Adesão, realizadas em outubro e dezembro de 2024, abril, maio e setembro de 2025, respectivamente.

Após essa intensa rodada de negociações, em novembro de 2025, ocorreu a Sétima Conferência Intergovernamental de Acesso Albânia-União Europeia (última realizada) que foi copresidida pelo Primeiro-Ministro Edi Rama e a Ministra dinamarquesa dos Assuntos Europeus, Marie Bjerre. A reunião marcou o início das negociações sobre o chamado grupo 5: recursos, agricultura e coesão, que abrange pesca e segurança alimentar. Este era o último grupo temático que restava a ser aberto.

No fim de 2025, já em dezembro, o EESC – European Economic and Social Committee – publicou declaração conjunta que reconheceu o avanço do processo de adesão da Albânia, mas registrou que reformas continuam necessárias em áreas como Estado de direito, anticorrupção e liberdade de imprensa.

Aliança com os EUA – adesão à OTAN

A identificação albanesa com os Estados Unidos da América é, em alguns aspectos, mais forte do que com a Europa. É voz corrente que a Albânia é “o país mais pró-americano do mundo”. A origem dessa relação deferente é histórica: o Presidente Woodrow Wilson foi o advogado de uma Albânia independente quando, em 1919, ao final da I Guerra Mundial, as potências europeias relutavam em reconhecer a existência de uma nação albanesa merecedora de ter Estado próprio. Em 1999, o Presidente Clinton teve papel fundamental no processo que levou a OTAN a desencadear a campanha militar contra a Sérvia, em defesa da população de etnia albanesa da região do Kosovo.

A proximidade com os EUA traduz-se em atos que respondem a alguns dos principais interesses norte-americanos: assinatura do acordo-padrão, proposto pelos EUA aos países sob sua influência, de imunidade à jurisdição do Tribunal Penal Internacional da Haia; e concessão de asilo a prisioneiros de Guantánamo. Fruto da proximidade diplomática entre os dois países, vale destacar a política de acolhida humanitária anunciada em agosto de 2021 pelo PM Edi Rama, atendendo a pedido do governo norte-americano, de acolher temporariamente cerca de 4000 afegãos em trânsito para os Estados Unidos.

De fato, a Albânia entrou no século XXI como nação em desenvolvimento bastante alinhada ao "Ocidente". Nesse sentido, ingressou na OTAN em 2009. Desde então, tem participado ativamente da entidade, que é apresentada internamente como "garantia de segurança" internacional. Em 2022, o governo albanês ofereceu a antiga base naval de Pashaliman, da era soviética, ao sul de Vlora, aos EUA e à OTAN, o que não foi levado a termo. Em seguida, ampliou a oferta de seu território para instalações militares da aliança.

Consequentemente, naquele ano, o Comando de Operações Especiais dos EUA na Europa (SOCEUR) anunciou oficialmente a criação de um quartel-general avançado (forward headquarters) das Forças Especiais dos EUA na Albânia, localizado em Tirana. Esta instalação funciona como uma base operacional para a região dos Balcãs, facilitando a coordenação, treino e mobilidade logística das Forças Especiais americanas e aliadas. O comando é mantido como presença contínua —e não apenas em exercícios rotacionais— e foi descrito como a primeira presença permanente de tropas estadunidenses na Albânia desde 1922, segundo fontes locais e declarações de autoridades. Sua missão é operar regionalmente pelos Balcãs, melhorar interoperabilidade com aliados (como as forças armadas albanesas) e servir como um hub logístico e de treino para operações especiais no entorno.

No mesmo sentido, contando com financiamento de cerca de €50 milhões pelo programa de investimentos de segurança da OTAN, a aliança modernizou o aeródromo de Kuçove, reinaugurado em março de 2024 como sua primeira base tática nos Balcãs. Atualmente, a base serve como centro logístico e de operações aéreas, treinamento e exercícios para as forças aliadas, reforçando a presença da aliança no sudoeste europeu e nos Balcãs. É considerada a primeira base aérea operacional da OTAN na região, simbolizando a importância estratégica da Albânia para a segurança euro-atlântica.

OCI – Organização da Conferência Islâmica

A Albânia recém-democratizada aderiu, em 1992, à Organização da Conferência Islâmica. Com o mesmo objetivo, o primeiro-ministro Rama viajou ao Catar em abril de 2014, acompanhado de missão empresarial. Recorda-se que a Albânia é um país onde o islã e o cristianismo convivem harmonicamente, graças ao longo período que o país foi declaradamente laico.

ONU/CSNU

Em 2022, pela primeira vez na história, a Albânia estreou mandato bianual no Conselho de Segurança das Nações Unidas como membro temporário, coincidindo com o Brasil. Conquanto 129 fossem necessários, o país foi eleito com votos de 175 países, incluindo o apoio unânime de todos os países do grupo do Leste Europeu, a representar significativa conquista para os Balcãs Ocidentais. As prioridades multilaterais do país no órgão são: agenda de paz e segurança; proteção dos direitos humanos e do direito internacional; promoção da tolerância religiosa e apoio à luta contra o terrorismo e o fundamentalismo; combate ao terrorismo; segurança ambiental e combate à mudança climática; e defesa por um Conselho de Segurança mais eficiente e transparente.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1961	Brasil e Albânia estabelecem relações diplomáticas por meio de Troca de Notas entre as Embaixadas dos dois países em Roma.
1961	Assinado, em Paris, por representantes dos dois países, o Acordo de Comércio e Pagamentos, que entrou em vigor em abril de 1963.
1971	Iniciativa da Albânia, não correspondida pelo Brasil, para a abertura de missões permanentes em Brasília e em Tirana.
1985	Solicitado o <i>agrément</i> para o primeiro Embaixador albanês no Brasil, residente em Buenos Aires.
1985	Criada a Embaixada do Brasil na Albânia, cumulativa com a Embaixada do Brasil em Roma.
2000	Visita oficial, ao Brasil, do então Ministro das Relações Exteriores da Albânia, Paskal Milo, acompanhado de delegação oficial, de comitiva de empresários albaneses e do Presidente da Câmara de Comércio e Indústria da Albânia.
2004	Visita da Diretora das Américas da Chancelaria albanesa, Rudina Mullahi, a Brasília.
2005	Ano a partir do qual o Brasil torna-se a principal origem para as importações de carnes da Albânia.
2008	Encontro entre o Presidente Lula e o Premiê Sali Berisha à margem da cerimônia de inauguração dos Jogos Olímpicos de Pequim.
2008	Encontro entre o Ministro Celso Amorim e o MNE Lulzim Basha em Nova York, à margem da LXIII AGNU.
2009	Designação do Embaixador Ronald Bimo como Encarregado de Negócios da Albânia no Brasil e responsável pela abertura da Embaixada albanesa em Brasília.
2009	Instalação da Embaixada albanesa em Brasília.
2010	Criada a Embaixada do Brasil em Tirana. Designado como Embaixador Rudá Seferin.
2011	Visita ao Brasil do Chanceler albanês, Edmond Haxhinasto.
2012	Visita à Albânia do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Mendes Ribeiro Filho. Assinatura de MdE em cooperação na área agrícola
2015	Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Albânia, Ditmir Bushati (novembro)
2022	João Tabajara de Oliveira Júnior, atual Embaixador do Brasil em Tirana, apresenta credenciais, em 21 de julho.
2024	No início do ano, o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural da Albânia anunciou aos importadores de carnes do país que as importações de carnes suínas do Brasil seriam proibidas a partir de janeiro de 2025. Em outubro, o governo albanês recuou da medida, em atenção às pressões do mercado local.
2024	Em julho, ocorre a primeira semana cultural brasileira na Albânia, culminando com apresentação de bloco carnavalesco em Vlora, principal cidade da riviera albanesa, com notável destaque.
2024	Genti Bendo, atual Embaixador da Albânia em Brasília, apresenta credenciais, em 21 de novembro.

ATOS BILATERAIS

Título do Acordo	Assuntos
Acordo Sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Conselho de Ministros da República da Albânia (2015)	Transporte Aéreo Em tramitação; aprovado pela Câmara em 26/06/2024
Entendimento Recíproco, por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Albânia, para o estabelecimento de Isenção de Vistos para Nacionais de ambos os Países (2014)	Vistos e Imigração Em vigor
Memorando de Entendimento sobre Cooperação na área de Agricultura, entre o Ministério da Agricultura, Abastecimento e Pecuária do Brasil (MAPA) e o Ministério da Agricultura, Alimentação e Proteção do Consumidor da Albânia (2012)	Cooperação científica e tecnológica, promoção do comércio agropecuário. Em vigor
Memorando de Entendimento entre o Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e a Academia Diplomática do Ministério dos Negócios Estrangeiros da República da Albânia sobre Cooperação Mútua em Treinamento de Diplomatas (2011)	Academias Diplomáticas Em vigor
Memorando de Entendimento sobre Consultas Políticas entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República da Albânia (2011)	Consultas Diplomáticas Em vigor
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Conselho de Ministros da República da Albânia sobre Cooperação Econômica (2011)	Cooperação Econômica Em vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Conselho de Ministros da República da Albânia sobre a Isenção de Vistos (2011)	Vistos e Imigração Em vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Conselho de Ministros da República da Albânia sobre a Autorização, com Base na Reciprocidade, para o Exercício de Atividade Remunerada por Parte dos Familiares de Membros de Missões Diplomáticas ou Postos Consulares (2011)	Dependentes - Atividades Remuneradas Em vigor
Acordo sobre Abolição Parcial de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço (2004)	Vistos e Imigração Em vigor
Acordo de Comércio e Pagamentos entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República Popular da Albânia (1961)	Comércio Em vigor
Acordo de Colaboração Cultural entre os Estados Unidos do Brasil e a República Popular da Albânia (1961)	Cooperação Artístico-cultural Superado

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

**PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA
EMBAIXADA DO BRASIL EM TIRANA, REPÚBLICA DA ALBÂNIA**

Candidato

**FÁBIO VAZ PITALUGA
MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE**

PERFIL DO CANDIDATO**Embaixador Fábio Vaz Pitaluga**

Nascido na cidade do Rio de Janeiro, em 13 de setembro de 1964, o Embaixador Fábio Vaz Pitaluga formou-se em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), em dezembro de 1987. Aprovado em concurso público em 1988, ingressou em fevereiro de 1989 e formou-se no Instituto Rio Branco, em dezembro de 1990, realizando, logo em seguida, estágio profissional na Embaixada em Buenos Aires, em princípios de 1991.

Ao longo de mais de três décadas de serviço público, construiu carreira diplomática extensa e consolidada, com atuação em diferentes regiões do mundo e experiência abrangente em temas bilaterais e multilaterais. Integrou e chefiou delegações brasileiras nas mais diversas áreas – compras governamentais, acesso a mercados, ciência e tecnologia, consultas políticas, meio ambiente, Antártica, oceanos, recursos marinhos, governança do espaço exterior, entre várias outras. Participou, ademais, de reuniões diversas nos âmbitos do Mercosul, da ALADI e do BRICS, e acompanhou e participou diretamente da organização de diversas visitas presidenciais. Desenvolveu capacidade comprovada e reconhecida de liderança e de análises políticas profundas em ambiente de alto risco, inclusive pessoal e familiar, como ocorreu durante os quase quatro anos em que exerceu a chefia da Embaixada do Brasil em Damasco, na Síria, entre setembro de 2018 e meados de julho de 2022.

Na Secretaria de Estado, no início de sua trajetória profissional, de 1991 a 1994, trabalhou no Departamento de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica (DCT), onde atuou como assessor do Diretor do Departamento e exerceu a chefia, interina, da Divisão de Formação e Treinamento.

Entre 1994 e 1997, em seu primeiro Posto no exterior, serviu na Embaixada em Buenos Aires, onde trabalhou nos setores político e econômico. Durante poucos meses, foi chefe do setor de administração, função que exerceu de forma cumulativa com suas responsabilidades no setor político.

Entre 1997 e 2000, serviu na Embaixada em Singapura, ocupando a segunda posição na hierarquia do Posto. Além de assessorar o Embaixador, foi responsável por todos os setores, com foco nos temas políticos, econômicos, comerciais, culturais, de promoção

comercial, ciência e tecnologia, administração e contabilidade. Assumiu a encarregatura de negócios a.i. em diversas oportunidades.

No retorno à Secretaria de Estado, no segundo semestre de 2000, trabalhou na Divisão do Meio Ambiente (DEMA).

Em princípios de 2001, foi transferido para o Departamento Econômico, onde exerceu a Subchefia da Divisão de Política Comercial (DPC), em momento complexo e desafiante, às vésperas do lançamento da Rodada Doha, no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), e de aprofundamento das negociações da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Alguns meses depois, em razão de reforma estrutural que desdobrou a DPC em cinco novas divisões, tornou-se Subchefe da Divisão de Acesso a Mercados (DACCESS), função que exerceu até o final do primeiro trimestre de 2004.

Na DPC e na DACCESS, chefiou delegações brasileiras, entre 2001 e 2003, em reuniões, da XI à XXV, do Grupo de Negociações sobre Compras Governamentais da ALCA, realizadas nas cidades do Panamá e em Puebla. Chefiou, ademais, delegações brasileiras em reuniões entre o Mercosul e a União Europeia sobre Compras Governamentais, em 2003 e 2004, em Bruxelas e em Buenos Aires. No Brasil, entre 2001 e 2004, foi coordenador nacional do Grupo de Negociação sobre Compras Governamentais da ALCA.

Entre 2004 e 2007, serviu na Embaixada em Washington. Atuou, durante grande parte desse período, como Chefe de Gabinete do Embaixador. Nos últimos seis meses em Washington, trabalhou no setor econômico. Durante seu período na Embaixada em Washington, concluiu o Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco (CAE), com tese aprovada em dezembro de 2006, intitulada “Compras Governamentais. Negociações na Área de Livre Comércio para as Américas. Desafios e Implicações para o Brasil”.

Entre 2007 e 2009, serviu na Delegação Permanente do Brasil junto à ALADI e o Mercosul, em Montevidéu, ocasião em que aprofundou sua experiência em política comercial, integração regional e negociações comerciais.

De retorno à Secretaria de Estado, trabalhou no Departamento do Meio Ambiente, onde chefiou, de 2009 a 2013, a Divisão do Mar, da Antártida e do Espaço (DMAE). Nesse período, chefiou delegações brasileiras nas mais diversas áreas de responsabilidade da Divisão.

Assim, em 2009 e 2010, chefiou delegações brasileiras em diversas reuniões da Comissão Internacional da Baleia (CIB). Entre 2010 e 2013, chefiou delegações brasileiras em quatro Reuniões Consultivas do Tratado da Antártida, em reuniões bilaterais com Argentina e Chile, e em plurilaterais com outros países sul-americanos e com a Austrália, sobre assuntos antárticos. Também, entre 2010 e 2013, chefiou delegações às reuniões da Comissão Internacional para a Conservação do Atum Atlântico (ICCAT) e às reuniões da Comissão da Convenção dos Recursos Vivos Marinhos da Antártida (CCAMLR).

Entre 2009 e 2013, chefiou diversas delegações brasileiras relacionadas ao tema espacial, como reuniões do Grupo de Observação da Terra (GEO), V Conferência Espacial das Américas, do Comitê das Nações Unidas para os Usos Pacíficos do Espaço Exterior (COPUOS), e Reuniões de Consultas promovidas pela União Europeia sobre Código de Conduta Internacional para Atividades no Espaço Exterior.

No Brasil, entre 2009 e 2013, tendo em conta suas responsabilidades como Chefe da DMAE, foi coordenador da Subcomissão de Prospecção e Exploração de Recursos Naturais da Área Internacional e Equatorial (PROAREA) no âmbito da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM). No mesmo período, também foi coordenador da Subcomissão para o Levantamento da Plataforma Continental Brasileira (LEPLAC), também no âmbito da CIRM. Foi, ainda no mesmo período, representante do Itamaraty em reuniões da CIRM, e em reuniões do Conselho Superior da Agência Espacial Brasileira (AEB) para o tratamento do programa espacial brasileiro.

Entre 2014 até meados de março de 2015, atuou como Assessor Especial para Assuntos Internacionais do Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

Entre 2015 e 2018, serviu como Ministro-Conselheiro na Embaixada em Moscou, ocupando a segunda posição na hierarquia do Posto, onde foi responsável pela assessoria direta do Embaixador e pela coordenação, orientação e supervisão de todos os setores da missão diplomática. Assumiu a encarregatura de negócios a.i. em diversas oportunidades.

A seguir, no início de setembro de 2018, assumiu a função de Encarregado de Negócios permanente da Embaixada do Brasil em Damasco, na Síria, sendo posteriormente designado Embaixador, cargo que assumiu em 21 de dezembro de 2018. Permaneceu no posto até 23 de julho de 2022. Durante quase quatro anos, chefiou a Embaixada do Brasil em um dos ambientes mais complexos, perigosos e sensíveis do mundo, marcado por conflito armado com diversos atores de larga escala, forte instabilidade regional, alto risco pessoal e familiar e severas restrições operacionais. Nesse período, conduziu suas funções em meio a ataques aéreos intensos e frequentes nas proximidades do prédio que abrigava a Chancelaria e a Residência da Embaixada, além de episódios os mais variados de terrorismo, sequestros, bombas, explosões e disparos de morteiros.

Desde 29 de julho de 2022, vem exercendo a função de Embaixador do Brasil na República da Armênia, em Ierevan, conduzindo trabalho intenso voltado à ampliação e ao aprofundamento da relação bilateral, bem como ao acompanhamento de todos os temas envolvendo a Armênia, com foco na promoção da paz e da estabilidade no Sul do Cáucaso. Entre os resultados concretos recentes para o aprofundamento da relação bilateral, assinalam-se os seguintes: i) realização, em Brasília, em 19 de fevereiro de 2024, da Reunião de Consultas Políticas Brasil – Armênia, em nível de Vice-Ministros das Relações Exteriores; e ii) visita oficial ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Armênia, Ararat Mirzoyan, em 19 e 20 de março de 2025, que incluiu reunião com o Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira, ocasião em que foram reafirmados e atualizados o diálogo político de alto nível e a agenda bilateral em seus diversos temas.

O Embaixador Pitaluga é detentor das seguintes condecorações:

- Medalha do Mérito Tamandaré, Marinha do Brasil, dezembro de 2009;
- Medalha do Mérito Santos-Dumont, junho de 2013;
- Ordem do Mérito Aeronáutico, Grau de Comendador, outubro de 2013;
- Medalha do Pacificador, julho de 2014;
- Ordem de Rio Branco, Grande Oficial, 20 de abril de 2018;

- Medalha General Plínio Pitaluga, Associação dos Ex-Combatentes do Brasil, 08 de maio de 2018; e
- Medalha do Exército Brasileiro, 25 de agosto de 2019.

SITUAÇÃO DAS RELAÇÕES ENTRE BRASIL E ALBÂNIA

I – Relações diplomáticas

- O Brasil e a Albânia (então comunista) estabeleceram relações diplomáticas em 4 de abril de 1961. Em maio de 1985, acordou-se a troca de Embaixadores, a título cumulativo. Assim, em julho daquele ano, foi solicitado agrément para o primeiro Embaixador da Albânia no Brasil, residente em Buenos Aires, e em outubro, foi criada a Embaixada do Brasil na Albânia, cumulativa com a Embaixada em Roma. Em 22 de março de 2000, o então Embaixador do Brasil (residente em Roma), Paulo Tarso Flecha de Lima, apresentou ao Presidente Rexhep Meidani cartas credenciais.
- Os contatos entre os dois países mantiveram-se esporádicos até a abertura de Embaixadas residentes. Em agosto de 2008, à margem da cerimônia de inauguração dos Jogos Olímpicos de Pequim, o Presidente Luís Inácio Lula da Silva manteve encontro com o então Primeiro-Ministro Sali Berisha, que comunicou oficialmente a intenção da Albânia de abrir Embaixada residente em Brasília. Em setembro, o ex-MRE Celso Amorim e o MNE Lulzim Basha reuniram-se em Nova York, à margem da LXIII AGNU. Em 30 de junho de 2009, a Albânia comunicou a designação do embaixador Ronald Bimo como Encarregado de Negócios da Albânia no Brasil e responsável pela abertura da Embaixada em Brasília, cuja instalação deu-se em julho de 2009. Em retribuição, foi instalada, em setembro de 2010, a Embaixada do Brasil em Tirana.
- Desde então, ambos os países têm mantido colaboração política satisfatória em foros multilaterais, inclusive com frequentes trocas de apoios em eleições para órgãos dirigentes, e convergência na agenda internacional, padrão que se manteve no biênio 2022-2023, no âmbito do Conselho de Segurança da ONU, quando a Albânia ocupou naquele órgão pela primeira vez assento não-permanente. Em 2021, Brasil e Albânia cumpriram sessenta anos do estabelecimento de relações diplomáticas bilaterais.
- Contatos recentes da Embaixada brasileira com autoridades albanesas têm revelado a necessidade de atualização de tratativas bilaterais em diversas áreas. Destaque-se o setor do comércio agrícola: os acordos sobre normas sanitárias para o comércio de carnes, da primeira década deste século, necessitam de atualização com a evolução da normativa albanesa na área, exigida pelo processo de adesão à União Europeia, o que tem colocado em risco as exportações brasileiras para a Albânia, principalmente de carnes suínas. Há ainda acordos em negociação, referentes a áreas recentemente abertas de entendimento bilateral, sobretudo a cooperação em segurança e combate a ilícitos transnacionais, com o início da cooperação regular entre a Polícia Federal do Brasil e a Polícia do Estado da Albânia.

- Nesse sentido, tem-se discutido a possibilidade da preparação de uma primeira reunião do mecanismo de consultas políticas bilaterais (estabelecido por instrumento bilateral em 2011 e nunca implementado), que poderia ser realizada no decorrer do ano de 2026.
- No tocante a interlocução de alto nível, a Presidência da República da Albânia manifestou interesse na organização de visita oficial do Presidente Begaj ao Brasil, com a finalidade de impulsionar a intensificação e a diversificação do relacionamento bilateral, ainda com grande potencial inexplorado.

Visitas bilaterais

- A primeira das três visitas de alto nível do governo albanês ao Brasil foi a do Ministro da Europa e Relações Exteriores, Paskal Milo, em maio de 2000. Em outubro de 2011, o Vice-Primeiro-Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros da Albânia, Edmond Haxhinasto. Também o Ministro da Europa e Relações Exteriores Ditmir Bushati esteve no Brasil, em 4 de novembro de 2015. Registre-se ainda visita de trabalho a Brasília da Diretora das Américas da Chancelaria albanesa, Rudina Mullahi, em 2004.
- Da parte brasileira, a única visita de alto nível à Albânia foi a do então Ministro da Agricultura Mendes Ribeiro Filho, em março de 2012, ocasião em que foram negociados, entre outros, certificados zoossanitários e memorando de entendimento interministerial, assim como os procedimentos para a exportação de carnes bovina, aviária e porcina nacionais para este mercado. Representantes do governo albanês têm sempre apontado à embaixada brasileira o forte desequilíbrio do relacionamento bilateral quanto às visitas de alto nível.

Instrumentos bilaterais em negociação

- Há dois projetos de acordos bilaterais com perspectiva de assinatura em curto prazo, com textos já negociados quase na totalidade: Acordo Quadro de Cooperação Técnica (fundamental para o estabelecimento de programas de cooperação); e Memorando de Entendimento na área de segurança, polícia e combate a ilícitos internacionais, negociado entre a Polícia Federal do Brasil e a Polícia do Estado da Albânia. Há ainda proposta genérica albanesa para acordo na área de aduanas e portos.

II – Relação econômico-comercial

- Os principais parceiros comerciais da Albânia são Itália, Alemanha, Grécia, Turquia, China e Sérvia. A Itália é mercado para 46% das exportações e origem de 25% das importações da Albânia. Os principais produtos exportados são: têxteis e calçados; materiais de construção e metais; minerais; alimentos; e máquinas e peças. Em importações: máquinas, equipamentos e peças; alimentos; produtos químicos e plásticos; material de construção; e minerais e combustíveis.
- No plano econômico, o fraco interesse do setor privado brasileiro por mercados relativamente pequenos tem condicionado as relações comerciais entre o Brasil e a

Albânia. Tal postura dificulta o aproveitamento de oportunidades e a ampliação e diversificação da pauta das trocas bilaterais. Desde a abertura de sua Embaixada em Brasília, em 2009, a Albânia tem manifestado o interesse em que o Brasil utilize a posição daquele país nos Balcãs para promover a penetração de produtos brasileiros nos mercados de toda a região, funcionando como uma "plataforma para o Mediterrâneo".

- Com efeito, o crescimento da cooperação e da integração interbalcânica, verificado nos últimos anos, daria oportunidades a empresas brasileiras em diversos setores. A centralidade "geloconômica" da Albânia permanece efetiva; note-se, por exemplo, que o comércio crescente da agroindústria brasileira também com a província sérvia de Kosovo, a Macedônia do Norte, Montenegro e outras regiões dos Balcãs envolve o território albanês, penetrando pelo historicamente estratégico porto de Durrës. A perspectiva de ingresso do país na União Europeia, que tem encontrado avanços concretos, é atrativa para empresas brasileiras se estabelecerem neste país.
- Recentemente, desenvolveu-se demanda internacional por insumos para setores centrais do notável crescimento econômico, que se tem imposto à Albânia a partir da segunda década deste século, sobretudo nos setores: construção civil (infraestrutura), agrícola (mecanização), têxtil, energético, alimentício, entre outros. Houve igualmente incremento da demanda de produtos de consumo no varejo.
- A principal parte dessa demanda tem sido por parceiros tradicionais do entorno europeu, especialmente a Itália, a Turquia e a Grécia. Destaca-se, ainda, a presença dos Estados Unidos no suprimento das necessidades econômicas locais.
- Nesse contexto, setores do governo albanês têm manifestado interesse na presença brasileira em áreas específicas, nas quais o país possa oferecer soluções efetivas e mais baratas, além de cooperação em termos igualitários (por exemplo, em tecnologia agrícola), de maneira a aproveitar a janela de oportunidade que ainda se abre para a diversificação de agentes externos na produção e no mercado interno da Albânia, antes de seu enquadramento total dentro dos parâmetros do mercado comum europeu. Outra área com potencial é a de compras governamentais, especialmente em equipamentos, munições e veículos militares, inclusive aeronáuticos.
- Outrossim, a rápida transformação da Albânia em potência turística apresenta oportunidades para o Brasil, haja vista a extensa experiência do Brasil no setor, em modalidades como o "agroturismo" e o "ecoturismo".

Comércio bilateral Brasil-Albânia

- Segundo o Instat (Instituto governamental de estatísticas da Albânia), na área econômico-comercial, em termos absolutos, o Brasil tem participação modesta, mas crescente no comércio internacional da Albânia, o qual é bastante concentrado no entorno europeu: em 2022, o País ocupou o 32º lugar como origem de importações, com posição ainda menos significativa nas exportações albanesas. Note-se, contudo, que o Brasil detém lugar relevante no mercado albanês por sua posição, especificamente, no estratégico mercado de alimentos, principalmente no de carnes.

- Segundo levantamento realizado pela Embaixada, o Brasil vem sendo consistentemente, desde 2005, a principal origem das compras da Albânia no capítulo 02 ("*meat and edible meat offal*"), superando a Itália e outros parceiros. Assim, por exemplo, as importações albanesas de carnes do Brasil em USD foram, em 2020, 2021 e 2022, respectivamente de 14,44 milhões; 14,80 milhões, e 20,99 milhões, ao passo que as da Itália no mesmo período foram de 7,39 milhões; 10,16 milhões, e 10,38 milhões.
- Deve-se ressaltar, contudo, que o comércio bilateral no setor enfrenta riscos concretos e iminentes. Há provável defasagem entre os termos acordados bilateralmente, na primeira década deste século, para a certificação de importações de carne pela Albânia e a evolução da normativa albanesa nessa área em função do esforço de acesso à União Europeia.
- Haveria aspectos a serem atualizados, o que poderá ter alguma influência, inclusive, na considerável demora da autoridade de fiscalização agrícola albanesa em responder aos pedidos de avaliação e atualização de modelos brasileiros de Certificados "CSIs".
- Em 2024, o governo albanês chegou a anunciar aos importadores albaneses que proibiria a importação de carnes suínas do Brasil (o item corresponde a mais de 70% das vendas de carnes brasileiras), a partir do início de 2025. A medida acabou não se confirmando em razão de pressões feitas pelos importadores que dominam o mercado local, habituado ao produto brasileiro, as quais forçaram o recuo momentâneo do governo daquela decisão, que procurava atender a interesses da União Europeia.
- Em termos gerais, a corrente de comércio vem crescendo, nos últimos anos, capitaneada pelas vendas brasileiras de carnes e produtos de origem animal consistentemente no primeiro lugar na pauta bilateral. Com relação ao ano de 2023, os dados disponibilizados pelo Núcleo de Inteligência (SAEF) apontam que o total das exportações brasileiras para a Albânia alcançaram US\$ 100,5 milhões, o que representa um aumento de 11.0% em relação ao ano anterior; as importações alcançaram US\$ 3.64 milhões (+108.4%). A corrente de comércio alcançou US\$ 104 milhões (+ 12.9%, em relação a 2022), enquanto o saldo resultou em superávit favorável para o Brasil no valor de US\$ 97 milhões (+ 9.1%%).
- No tocante ao ano de 2024, os dados disponibilizados pelo Núcleo de Inteligência (SAEF) apontam que o total das exportações brasileiras para a Albânia alcançaram US\$ 101 milhões, o que representa um aumento de 0,1% em relação ao ano anterior; as importações alcançaram US\$ 6 milhões (+58.5%). A corrente de comércio alcançou US\$ 106 milhões (+ 2.1%, em relação a 2023), enquanto o saldo resultou em superávit favorável para o Brasil no valor de US\$ 95 milhões (-2.1%).
- Nesse ano, a pauta de exportações foi composta por: carnes e miudezas comestíveis (na proporção de 43,4% do todo); carnes de animais da espécie bovina (30,6%); carnes de animais da espécie suína (13,3%); café e derivados (5,9%) e açúcares de cana ou de beterraba e sacarose química (2,4%). No mesmo ano, a pauta de importações foi constituída por ferro-ligas (na proporção de 58,0% do todo); itens de vestuário, como Sobretudos, juponas, gabões, capas, anoraques (15,1%); partes de máquinas e aparelhos como talhas; cadernais e moitões; guinchos e cabrestantes (5,1%); partes e acessórios

dos veículos automóveis (3,3%); sementes de anis, badiana, funcho, coentro, entre outras (2,8%).

- Como se percebe, o comércio bilateral caracteriza-se, portanto, pela acentuada assimetria, volume geral reduzido e pouca diversidade (grande concentração em poucos itens, sobretudo carnes e itens alimentícios). Diante desse cenário, esforços têm sido feitos para a diversificação da pauta exportadora brasileira, para contenha também produtos de maior valor agregado.
- Com efeito, em reunião mantida entre a chefia da Embaixada do Brasil em Tirana e Armand Skapi, Secretário-Geral do Ministério da Europa e Negócios Estrangeiros (MENE), em 2025, o diplomata albanês manifestou interesse de seu país em conhecer as vantagens técnicas e estratégicas das aeronaves da Embraer, bem como da relação custo/benefício para fins de defesa aérea. Na ocasião, indagou sobre a possibilidade de a Força Aérea Brasileira, juntamente com representante da Embraer realizarem, em Tirana, apresentação sobre os principais aviões militares produzidos no Brasil a um grupo de oficiais e membros da área de defesa do governo albanês.
- Diante do cenário de expansão europeia com gastos militares, o segmento de armas e munições pode constituir mercado para empresas brasileiras do setor, notadamente a Tauros e Companhia Brasileira de Cartuchos.

III – Cooperação bilateral

- Diante da existência do Memorando de Entendimento entre o Instituto Rio Branco e a Academia Diplomática da Albânia sobre Cooperação Mútua em Treinamento de Diplomatas, assinados em 2011, a cooperação entre as academias diplomáticas pode vir a ser valioso mecanismo para aproximação bilateral.
- O Memorando de Entendimento sobre Cooperação na área de Agricultura, entre o Ministério da Agricultura, Abastecimento e Pecuária do Brasil (MAPA) e o Ministério da Agricultura, Alimentação e Proteção do Consumidor da Albânia, celebrado em 2012, tem sido valioso instrumento para acesso dos produtos agropecuários brasileiros ao mercado albanês, sobretudo as carnes bovina e suína. No entanto, a candidatura albanesa para acessão à União Europeia e as adaptações legislativas decorrentes têm colocado o acesso do produtor brasileiro ao mercado albanês em risco. Diante desse cenário, há a necessidade de atualização das tratativas bilaterais na área agrícola, a fim de preservar a importante parceria comercial existente.
- A Embaixada do Brasil em Tirana iniciou cooperação com o ponto focal da Interpol no país, diante do crescente número de casos envolvendo cidadãs brasileiras, prostituídas e presas, atraídas para a Albânia - possivelmente por agentes do circuito de tráfico internacional de pessoas. Nesse sentido, há, no momento, negociação de acordo referentes a área de segurança e combate a ilícitos transnacionais, para formalizar o início da cooperação regular entre a Polícia Federal do Brasil e a Polícia do Estado da Albânia.

- Em setembro último, ao anunciar seu novo gabinete, o PM Edi Krístaq Rama incluiu uma "ministra virtual" para o novo Ministério de Inteligência Artificial entidade de IA, chamada Diella. Embora o Presidente Begaj não tenha emitido um decreto específico para esse cargo, incluiu o seu estabelecimento entre as responsabilidades atribuídas oficialmente ao chefe de governo. Criada com o objetivo de aprimorar os serviços online para cidadãos de todas as idades por meio de voz, recursos visuais e rapidez, atua como assistente virtual da plataforma nacional “e-Albania”.
- Tal prioridade governamental abre valiosa oportunidade de cooperação com o Brasil. Nos últimos três anos, Estados brasileiros, como Piauí, Espírito Santo, Ceará, entre outros, deram notável salto tecnológico na implementação de eficiente governo eletrônico. A exposição das experiências brasileiras junto ao governo albanês pode abrir novos mercados para as empresas brasileiras, que implementaram as soluções tecnológicas nos mencionados entes federativos, a saber a X-via e a Valid.

IV – Temas culturais e educacionais

- A abertura mútua de leitorados universitários, no Brasil e na Albânia, respectivamente nas línguas albanesa e portuguesa configura outro potencial de cooperação bilateral. Note-se que o português não é ensinado na Albânia, e o Brasil é o único membro da CPLP com missão residente no país, razão pela qual a Universidade de Tirana se ofereceu para sediar leitorado de língua portuguesa, literatura e cultura dos países do idioma. Enquanto não houver leitorado, a Embaixada do Brasil tem cumprido o papel de divulgar a língua portuguesa em suas diferentes variantes culturais, por exemplo, em atividades de divulgação de literatura que incluem clássicos portugueses.
- A área cultural é área privilegiada para a expansão da presença brasileira no país. O Brasil é visto com grande simpatia na Albânia, em razão da música, das telenovelas e, sobretudo, do futebol, esporte altamente apreciado localmente. O atual técnico brasileiro da seleção nacional da Albânia, Sylvio Mendes Campos Júnior (Sylvinho), trouxe contribuição notável para a elevação do nível profissional do futebol albanês, sendo muito popular.
- Em 2024, a embaixada brasileira participou pela primeira vez, com sucesso impactante, do programa promovido anualmente pelo Ministério da Economia, Cultura e Inovação albanês (MECI) de "Semanas Culturais Internacionais", evidenciando o grande interesse do público albanês pelo país. A embaixada apresentou programa multidisciplinar, com eventos de literatura, divulgação da língua portuguesa, cinema, música clássica e popular, que culminou com carnaval de rua realizado na cidade litorânea de Vlora, porta de entrada para a "Riviera Albanesa". Segundo a mídia local, o carnaval brasileiro foi a sensação do verão de 2024 na Albânia. O MECI já tomou a iniciativa de procurar a embaixada brasileira solicitando nova edição do programa.
- Há, ainda, possibilidade de cooperação entre academias diplomáticas (existe instrumento bilateral assinado na área); intercâmbio universitário, inclusive na realização de pesquisas conjuntas, em campos como o da biotecnologia.

V – Temas consulares

- A Albânia tem uma pequena comunidade brasileira residente (aproximadamente 50 pessoas), constituída, em sua maioria, por missionários pentecostais ou evangélicos e suas famílias. Grupos de religiosos têm atuado na Albânia desde o fim do regime comunista, em 1991, radicados por todo o país. Também há jogadores e treinadores de futebol brasileiros contratados por times albaneses.
- Nos últimos anos, com a consolidação do país na posição de importante destino turístico, tem aumentado o número de brasileiros na Albânia, tanto turistas, quanto imigrantes laborais sazonais (principalmente nos meses do verão), os quais se misturam à numerosa população flutuante de viajantes que ingressam no país por períodos curtos.
- A questão consular mais delicada gira em torno da possível existência de circuito de tráfico internacional de pessoas na Albânia. Com efeito, inúmeras nacionais brasileiras têm sido atraídas para o país, onde terminam sendo integradas a redes de prostituição, atividade criminalizada localmente. Em diversas ocasiões, essas mulheres terminam sendo presas para início de procedimentos criminais, momento em que lhes é imposta a proibição de saída do território albanês, além de terem seus documentos e telefones apreendidos. Quando soltas para aguardar julgamento, caem inevitavelmente em condição de indigência e solicitam auxílio à embaixada brasileira, que atua para certificar-se de que: as cidadãs em apreço obtenham abrigo para vítimas de tráfico humano; auxílio de advogado – o que, nos termos da lei albanesa, só é concedido gratuitamente para a primeira audiência do procedimento judicial; estabeleçam contato com a família. Em alguns casos, quando a família não dispõe de recursos para auxiliar, o Estado brasileiro tem provido pequenas quantias financeiras para assistência de desvalidos.
- O Brasil dispõe de dois Consulados Honorários no país, um na cidade de Vlora, responsável pela região sul, e outro na cidade de Shkodra, responsável pela região norte. A Embaixada solicitou ao Ministério da Europa e dos Negócios Estrangeiros a nomeação de um terceiro Cônsul Honorário na cidade de cidade de Durrës, que possivelmente terá jurisdição sobre a região central do país.

MAPA ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO MRE (PEI-MRE) ¹**VISÃO DE FUTURO**

Ser reconhecida pela sociedade como organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para a existência de um eficiente ecossistema propício para o desenvolvimento nacional por meio de atuação diplomática do mais alto padrão de excelência.

PROPÓSITO

Planejar e executar com excelência a política externa definida pelo Presidente da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao nacional que vive ou se encontra momentaneamente no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil no mundo, com foco na prosperidade da sociedade brasileira.
2. Promover a imagem e cultura do Brasil no exterior.
3. Promover a língua portuguesa falada no Brasil
4. Prover serviços consulares de qualidade.
5. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais e regionais.
6. Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais.
7. Intensificar a promoção dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros no exterior
8. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior.
9. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO

Alinhado ao PEI-MRE

VISÃO DE FUTURO DO POSTO

Aprofundar de forma contínua e estratégica as relações Brasil–Albânia, por meio do fortalecimento do diálogo político, da ampliação dos fluxos econômicos, comerciais e culturais e da consolidação da presença do Brasil, e atuar sempre em prol da defesa dos interesses nacionais, do desenvolvimento do país e da proteção dos brasileiros no exterior.

¹ O planejamento estratégico dos postos se alinha ao PEI-MRE 2024-2027, que, por sua vez, está alinhado ao PPA 2024-2027.

PROPÓSITO DO POSTO

Implementar a política externa definida pela Presidência da República, com o objetivo de representar o Estado brasileiro, defender e promover os interesses do Brasil na Albânia e fomentar a cooperação bilateral em suas mais diversas áreas, sempre em benefício do desenvolvimento do país e da proteção dos brasileiros no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Cumprimento do dever. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO

1. Ampliar e aprofundar as relações com a Albânia, em suas múltiplas dimensões, por meio da implementação de agenda bilateral construtiva e mutuamente benéfica.
2. Fortalecer a presença econômica do Brasil na Albânia, promovendo produtos, serviços e oportunidades de negócios, e aprofundando os laços comerciais e de investimentos.
3. Promover a imagem do Brasil e sua cultura, estimular o intercâmbio de pessoas e o turismo, e aumentar o conhecimento mútuo entre os dois países.
4. Prover serviços consulares e assistência a brasileiros no exterior com eficiência, qualidade e estrita observância à legislação vigente.
5. Consolidar a coordenação com a Albânia em temas de interesse bilateral.
6. Aprofundar a coordenação com a Albânia nos temas relevantes para ambos os países na agenda internacional.
7. Aprimorar a governança, gestão e transparência em todos os setores da Embaixada, garantindo eficácia administrativa e excelência institucional.

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE

(Alinhados ao PEI-MRE e à missão e objetivos estratégicos do posto)

I - PROMOÇÃO DE COMÉRCIO E INVESTIMENTOS**i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

- 1) Inteligência comercial e prospecção de oportunidades
 - a) Elaborar e atualizar relatórios de inteligência comercial que identifiquem oportunidades de mercado, tendências setoriais e nichos promissores para produtos e serviços brasileiros.
 - b) Mapear setores estratégicos, oportunidades e obstáculos, propondo medidas para facilitar exportações brasileiras e ampliar a presença do Brasil na Albânia.
 - c) Acompanhar a conjuntura econômica local e relatar fatores relevantes para o aprofundamento das relações econômicas e comerciais.

2) Promoção comercial e apoio às empresas brasileiras

- a) Oferecer às empresas brasileiras informações qualificadas sobre o ambiente de negócios da Albânia, incluindo regulamentos, requisitos setoriais e potenciais parceiros locais.
- b) Apoiar a participação de empresas e entidades brasileiras em feiras, seminários e demais eventos empresariais.
- c) Organizar ações próprias de promoção comercial e divulgar produtos e serviços brasileiros em eventos presenciais ou virtuais realizados na Albânia.

3) Articulação empresarial e institucional

- a) Estimular reuniões e contatos entre empresários, câmaras de comércio, associações setoriais e federações industriais dos dois países, inclusive em formato virtual.
- b) Manter diálogo regular com lideranças empresariais, importadores, investidores e instituições de classe albanesas.
- c) Promover, quando viável, a criação de um Conselho Empresarial Brasil–Albânia, como mecanismo permanente de aproximação entre os setores privados dos dois países. A maior interação entre empresários dos dois países poderá criar expectativas positivas para o incremento do comércio bilateral, muito reduzido e pouco diversificado.
- d) Trabalhar em parceria com a Apex-Brasil e com instituições estaduais e municipais para ampliar ações de promoção comercial e avaliar oportunidades de investimento.

4) Investimentos e ambiente de negócios

- a) Apoiar empresários e investidores albaneses interessados em adquirir bens e serviços brasileiros ou investir no Brasil, apresentando o ambiente de negócios e oportunidades disponíveis.
- b) Identificar entraves ao investimento bilateral e propor iniciativas que contribuam para sua superação.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- a) Número de encontros e reuniões com empresas, investidores e câmaras e associações de comércio dos dois países.
- b) Número de eventos e relatórios de divulgação, junto ao empresariado brasileiro, das oportunidades de negócios na Albânia.
- c) Número de relatórios de inteligência comercial preparados.
- d) Número de feiras comerciais que tenham a participação da Embaixada e/ou de empresas brasileiras.
- e) Número de participações em seminários e eventos sobre a economia e oportunidades comerciais e de investimentos na Albânia.

- f) Número de oportunidades divulgadas pela Embaixada para a participação de empresas brasileiras em licitações públicas na Albânia.
- g) Número de relatórios sobre reuniões com autoridades econômicas e comerciais da Albânia.
- h) Número de relatórios sobre a situação econômica na Albânia e o comércio com o Brasil.

II - RELAÇÕES POLÍTICAS BILATERAIS

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- 1) Acompanhar, relatar e analisar a política interna e externa na Albânia sob a perspectiva do interesse brasileiro.
 - a) Elaborar relatórios e análises que permitam ao governo brasileiro acompanhar a política interna da Albânia, seus processos decisórios e demais dinâmicas relevantes.
 - b) Manter contatos regulares com atores do cenário político, acadêmico e da sociedade civil albanesa.
 - c) Produzir informações regulares sobre os principais temas de política externa da Albânia, em perspectiva bilateral, regional e multilateral.
 - d) Acompanhar e relatar o processo de adesão da Albânia à União Europeia, destacando aspectos pertinentes aos interesses brasileiros.
- 2) Manter e ampliar os canais bilaterais de diálogo.
 - a) Trabalhar para fortalecer a relação bilateral por meio do incremento do intercâmbio de visitas oficiais e da realização regular de reuniões do mecanismo de consultas políticas.
 - b) Apoiar encontros entre os chanceleres do Brasil e da Albânia às margens de eventos multilaterais, como, por exemplo, quando dos trabalhos de abertura da Assembleia Geral das Nações Unidas.
 - c) Promover a implementação efetiva do Memorando de Entendimento sobre Consultas Políticas, assinado em 27/10/2011, em Brasília. Até o momento, nenhuma reunião foi realizada. Trabalhar para que as reuniões de consultas políticas passem a ocorrer de forma regular.
 - d) Aprofundar os contatos com atores políticos relevantes na Albânia, com vistas a construir agenda positiva e substantiva para a realização da primeira Reunião de Consultas Políticas.
 - e) Trabalhar para criar condições que permitam a realização da primeira visita oficial do Ministro das Relações Exteriores do Brasil à Albânia, retribuindo, assim, as três visitas oficiais já realizadas por Ministros das Relações Exteriores da Albânia ao Brasil, em maio de 2000, outubro de 2011, e novembro de 2015.

-
- f) Apoiar a organização de eventual visita oficial do Presidente da Albânia ao Brasil, conforme manifestação de interesse já registrada, de forma a impulsionar o relacionamento bilateral.
 - g) Identificar oportunidades para estimular a primeira visita presidencial brasileira à Albânia.
 - h) Manter contatos com acadêmicos, analistas e jornalistas locais, a fim de subsidiar, com informações qualificadas, os informes e análises enviados à SERE.
- 3) Ampliar a interlocução entre as duas Chancelarias.
- a) Manter contato estreito e contínuo com a Chancelaria da Albânia.
 - b) Produzir informes e análises sobre a relação bilateral em seus diversos aspectos.
 - c) Apoiar processos de negociação, troca de informações, ratificação e entrada em vigor de atos bilaterais que promovam a cooperação nos mais diversos setores e o entendimento entre o Brasil e a Albânia.
 - d) Trabalhar para implementar - e atualizar, quando pertinente - os instrumentos normativos já em vigor.
 - e) Apoiar os esforços de atualização dos acordos sanitários relativos ao comércio de carnes, tendo em vista as mudanças normativas decorrentes do processo de adesão da Albânia à União Europeia e seu impacto sobre as exportações brasileiras, especialmente de carne suína.
 - f) Apoiar a conclusão das negociações de novos marcos normativos, incluindo cooperação em segurança e no combate a ilícitos transnacionais, considerando o início da cooperação regular entre a Polícia Federal e a Polícia de Estado da Albânia.
 - g) Identificar novas áreas promissoras de cooperação bilateral, de modo a ampliar o arcabouço normativo entre o Brasil e a Albânia.
 - h) Identificar temas prioritários e prestar apoio às negociações de acordos bilaterais de interesse do Brasil.
- 4) Fortalecer o diálogo parlamentar entre o Brasil e a Albânia.
- a) Apoiar iniciativas voltadas à promoção do diálogo entre os Grupos Parlamentares de Amizade Brasil-Albânia e Albânia-Brasil.
 - b) Estimular e prestar apoio ao intercâmbio de visitas de parlamentares de ambos os países.
 - c) Apoiar iniciativas conjuntas entre parlamentares brasileiros e albaneses.
 - d) Promover e apoiar o fortalecimento das relações entre o Congresso Nacional e o Parlamento da Albânia.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- a) Número de relatórios sobre a situação política interna da Albânia.
- b) Número de relatórios sobre a política externa da Albânia.
- c) Número de relatórios sobre a relação bilateral.
- d) Número de relatórios sobre reuniões com parlamentares dos dois países.
- e) Número de reuniões bilaterais e visitas oficiais de lado a lado, realizadas durante a gestão.
- f) Número de acordos bilaterais eventualmente implementados e concluídos durante a gestão.
- g) Número de relatórios sobre adesões da Albânia a iniciativas multilaterais brasileiras durante a gestão.
- h) Número de visitas oficiais realizadas, tanto de autoridades brasileiras à Albânia quanto de autoridades albanesas ao Brasil.
- i) Número de reuniões e eventos oficiais com autoridades governamentais, agentes políticos, administrativos, econômicos e legislativos, inclusive com vistas à celebração e implementação de acordos.
- j) Número de visitas de delegações parlamentares de parte a parte.

III - ATUAÇÃO JUNTO A ORGANISMOS REGIONAIS OU MULTILATERAIS, QUANDO FOR O CASO, INCLUINDO CANDIDATURAS, REUNIÕES OFICIAIS E PROGRAMAS DE COOPERAÇÃO**i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

- 1. Contribuir para a concertação bilateral em organismos internacionais dos quais o Brasil e a Albânia sejam membros.
 - a) Produzir informes e análises sobre a atuação e os interesses prioritários da Albânia em organismos regionais e multilaterais de interesse para o Brasil.
 - b) Produzir informes sobre as eventuais reações da chancelaria da Albânia com relação a votos brasileiros que venham, a eventualmente, impactar a relação bilateral.
 - c) Realizar gestões junto ao governo da Albânia em favor de candidaturas e posições brasileiras em organismos internacionais.
 - d) Manter diálogo com representantes governamentais sobre iniciativas e projetos de resolução de interesse brasileiro em organismos multilaterais.
 - e) Produzir informes e análises sobre a situação humanitária na Albânia.
 - f) Manter estrito contato com os representantes residentes dos diversos órgãos das Nações Unidas e agências internacionais humanitárias.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- a) Número de relatórios sobre reuniões realizadas com autoridades albanesas para tratar de temas multilaterais
- b) Número de relatórios sobre gestões realizadas em favor de candidaturas brasileiras no âmbito dos diversos órgãos multilaterais
- c) Número de relatórios sobre reuniões com representantes residentes dos diversos órgãos das Nações Unidas e agências humanitárias internacionais.
- d) Número de relatórios com a confirmação de apoios da Albânia a candidaturas apresentadas pelo Brasil.

IV - PROMOÇÃO DA IMAGEM DO PAÍS, DA CULTURA BRASILEIRA E DA LÍNGUA PORTUGUESA, DO TURISMO E DA MARCA BRASIL**i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

- 1. Promover a imagem, o turismo e a marca Brasil
 - a) Difundir a imagem do Brasil, de seus produtos e de sua cultura junto à imprensa, em redes sociais, e demais canais de comunicação.
 - b) Divulgar a marca Brasil em eventos promovidos ou apoiados pela Embaixada, incluindo celebrações oficiais, feiras comerciais e outras atividades de promoção.
 - c) Procurar viabilizar o apoio da APEX Brasil na realização de eventos que promovam a imagem do Brasil, o comércio e o turismo.
 - d) Promover o Brasil como destino turístico e estimular o intercâmbio de pessoas, fortalecendo o conhecimento mútuo entre os dois países.
- 2. Promover a cultura brasileira e a língua portuguesa
 - a) Ampliar a difusão da cultura brasileira junto à sociedade albanesa, diversificando referências culturais.
 - b) Apoiar a participação do cinema brasileiro em festivais anuais realizados na Albânia.
 - c) Estabelecer parcerias com instituições brasileiras e albanesas para fomentar a divulgação da cultura brasileira.
 - d) Procurar viabilizar a publicação de obras da literatura brasileira em albanês.
 - e) Estimular intercâmbios culturais e artísticos, incluindo festivais e eventos com a participação de artistas dos dois países.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- a) Número de eventos realizados para a promoção e divulgação dos objetivos em questão.

- b) Número de reuniões realizadas com autoridades albanesas para a promoção da imagem do país, da cultura brasileira, do turismo e da marca Brasil.
- c) Número de relatórios sobre eventos culturais.
- d) Número de relatórios sobre eventos voltados para a promoção da imagem do país, do turismo e da marca Brasil.

V - COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- a) Manter contatos com instituições albanesas da área ambiental para verificar possibilidades de realização de projetos bilaterais nos setores de agricultura sustentável, e energias limpas e renováveis.
- b) Divulgar informações sobre iniciativas brasileiras em termos de proteção ambiental e posicionamentos gerais, quando cabível, com relação às grandes conferências sobre meio ambiente
- c) Buscar, sempre que possível, a coordenação das posições do Brasil e da Albânia nos foros internacionais que tratem da temática ambiental.
- d) Divulgar a experiência brasileira nas áreas de energias limpas e renováveis e de agricultura sustentável.
- e) Estimular contatos acadêmicos e governamentais nas áreas de desenvolvimento sustentável, energia renovável, agricultura sustentável e de proteção ambiental.
- f) Estimular iniciativas de cooperação na geração de energias limpas, como solar e eólica, bem como no gerenciamento de resíduos sólidos.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- a) Número de informes sobre a experiência brasileira em desenvolvimento sustentável, energias renováveis, agricultura sustentável e proteção ambiental.
- b) Número de reuniões realizadas com autoridades albanesas do setor ambiental, no sentido de promover a realização de projetos de cooperação bilateral em temas de meio ambiente e desenvolvimento sustentável.

VI - COOPERAÇÃO EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- a) Promover a imagem do Brasil como exportador confiável de produtos, serviços e processos tecnológicos inovadores, bem como parceiro confiável e interessado em cooperação científica e tecnológica e atração de investimentos no setor.

- b) Apoiar o diálogo entre os ministérios competentes sobre possibilidades de cooperação em ciência, tecnologia, e inovação, como, por exemplo, em algumas áreas com potencial já identificadas, como agricultura, educação, intercâmbio acadêmico, inovação, governo digital e inteligência artificial.
- c) Cultivar rede de relações com representantes locais do setor de ciência, tecnologia e inovação, tanto do setor público quanto do setor privado.
- d) Explorar a possibilidade de realização de trabalho de prospecção e mapeamento do setor de ciência, tecnologia e inovação na Albânia, de forma a encontrar potenciais áreas de cooperação, além das já mencionadas, que poderiam levar, no futuro, à assinatura de Acordo em Ciência, Tecnologia e Inovação.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DE METAS

- a) Número de gestões e informes com vistas a mapear o potencial de cooperação com a Albânia em ciência, tecnologia e inovação.
- b) Número de informes relativos a entendimentos mantidos com as autoridades albanesas competentes a fim de avaliar a possibilidade de cooperação em ciência, tecnologia e inovação.
- c) Número de visitas de delegações empresariais, acadêmicas, ou de outros atores relacionados com o setor de ciência, tecnologia e inovação.

VII - COOPERAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CULTURA, SAÚDE E DEFESA

1. Fomentar a cooperação educacional bilateral e contribuir para a realização de projetos de pesquisa universitária conjunta.
 - a) Estimular, com o intuito de ampliar o marco normativo, os esforços para a assinatura de Acordo de Cooperação Educacional entre o Brasil e a Albânia.
 - b) Promover esforços para o estabelecimento, no formato possível, de programa de leitorado da variante brasileira da língua portuguesa na Universidade de Tirana.
 - c) Verificar a possibilidade, junto às autoridades brasileiras competentes, de que a Albânia venha a ser incluída nos países beneficiários do Programa de Estudante-Convênio de Graduação (PEC-G), do Programa de Estudante-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG), e do Programa de Estudante-Convênio de Português como Língua Estrangeira (PEC-PLE).
 - d) Manter contato com as instituições de ensino superior na Albânia e realizar palestras sobre o Brasil, de forma geral, e sobre os principais aspectos da política externa brasileira.
2. Promover esforços para a implementação do Memorando de Entendimento entre o Instituto Rio Branco e a Academia Diplomática da Albânia sobre Cooperação Mútua em Treinamento de Diplomatas, assinado, em Brasília, em 27/10/2011.

- a) Manter contato com a Academia Diplomática da Albânia e verificar a melhor forma de implementar o instrumento em questão.
 - b) Realizar palestras para os alunos da Academia Diplomática da Albânia sobre o Brasil e os principais aspectos da política externa brasileira.
3. Com o intuito de ampliar o marco normativo, estimular os esforços para a eventual assinatura do Acordo de Cooperação Cultural entre o Brasil e a Albânia. O acordo assinado em junho de 1961 está superado.
 4. Promover esforços para a cooperação na área da saúde, tanto em termos bilaterais quanto trilaterais. Verificar as eventuais demandas da Albânia. Apoiar a coordenação de posições nos foros multilaterais.
 5. Promover esforços para a cooperação na área de defesa. Verificar eventuais demandas albanesas e identificar possibilidades de cooperação concreta. Estimular as autoridades albanesas competentes a participarem de feiras comerciais no Brasil voltadas para a área de defesa. Há potencial para a venda de equipamentos militares brasileiros para a Albânia.

i) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- a) Número de informes relacionados com a promoção da cooperação na área de saúde.
- b) Número de informes relacionados com a promoção da cooperação nas áreas de educação e cultura.
- c) Número de eventos realizados nas áreas de educação e cultura.
- d) Número de informes relacionados com a cooperação na área de defesa.
- e) Número de informes relacionados com a cooperação entre as academias diplomáticas do Brasil e da Albânia.

VIII - COOPERAÇÃO PARA PROMOÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E COMBATE ÀS DESIGUALDADES

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- a) Explorar as possibilidades de cooperação entre o Brasil e a Albânia a fim de promover o desenvolvimento socioeconômico de suas populações. Manter contato com as autoridades albanesas competentes e conhecer as eventuais demandas. Verificar as possibilidades de intercâmbio de experiências.
- b) Manter diálogo com as autoridades albanesas e com os representantes residentes das agências das Nações Unidas a fim de conhecer eventuais possibilidades de cooperação, tendo em conta, entre outras, por exemplo, as experiências brasileiras nas áreas de alimentação escolar, agricultura sustentável, Sistema único de Saúde (SUS), programas de combate à desnutrição materna e de crianças de até dois anos.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DA META

- a) Número de reuniões com autoridades albanesas a fim de explorar possibilidades de cooperação no desenvolvimento socioeconômico de suas populações.
- b) Número de relatório sobre as reuniões acima.
- c) Número de reuniões com representantes residentes na Albânia de agências das Nações Unidas e de ajuda humanitária, a fim de verificar as possibilidades de cooperação trilateral e melhor entender as necessidades socioeconômicas da Albânia.
- d) Número de relatórios das reuniões acima.
- e) Número de projetos bilaterais ou trilaterais eventualmente implementados durante a gestão.

IX - APOIO ÀS COMUNIDADES BRASILEIRAS NO EXTERIOR**i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

- a) Dar continuidade aos esforços para o mapeamento da comunidade brasileira na Albânia, de modo a compreender seu perfil, sua distribuição e suas principais necessidades.
- b) Garantir atendimento consular ágil, eficiente e de qualidade, em estrita conformidade com a legislação vigente.
- c) Prestar assistência consular cabível aos brasileiros na Albânia.
- d) Responder, com presteza e precisão, às demandas e consultas encaminhada pelos canais oficiais.
- e) Ampliar a divulgação de informações consulares relevantes para a comunidade brasileira.
- f) Orientar os membros da comunidade brasileira sobre seus direitos e obrigações legais, como, entre outros, regularização eleitoral, situação militar e registro civil de atos praticados no exterior.
- g) Manter cooperação estreita com as autoridades albanesas responsáveis por temas migratórios, policiais e de proteção, a fim de assegurar o apoio consular cabível à nacionais brasileiros e contribuir para o combater o tráfico internacional de pessoas.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- a) Número de informes sobre reuniões com as autoridades competentes albanesas para tratar de casos que envolvam nacionais brasileiros.
- b) Número de demandas e questionamentos de nacionais brasileiros respondidos pelos canais oficiais.
- c) Número de relatórios sobre eventuais problemas que venham a ser encontrados no setor consular.
- d) Número de postagens nas mídias sociais sobre assuntos consulares de interesse para a comunidade brasileira.

- e) Número de atendimentos presenciais à comunidade brasileira.
- f) Número de eventos culturais e sociais realizados com o objetivo de incrementar o relacionamento da comunidade brasileira com a Embaixada.

RELATÓRIO N° , DE 2026

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) n° 19, de 2026, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei n° 11.440, de 2006, o nome do Senhor FABIO VAZ PITALUGA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Albânia.*

Relator: Senador **HAMILTON MOURÃO**

Vem ao exame desta Comissão a indicação que o Presidente da República faz *do Senhor FABIO VAZ PITALUGA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Albânia.*

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Assim, em atendimento ao previsto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o Ministério das Relações Exteriores (MRE) encaminhou currículo do indicado.

Nascido na cidade do Rio de Janeiro, o diplomata tornou-se bacharel em Economia pela Pontifícia Universidade Católica em 1987, ingressou na carreira diplomática em 1990, e concluiu o Curso de

Aperfeiçoamento de Diplomatas em 1998. No Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, em 2006, apresentou a tese “Compras Governamentais Negociações na Área de Livre Comércio das Américas. Desafios e Implicações para o Brasil”.

Foi agraciado com a Ordem de Rio Branco, com a Medalha General Plínio Pitaluga e com a Medalha do Exército Brasileiro.

Iniciou sua carreira como Terceiro-Secretário no ano de 1990, tornando-se Segundo-Secretário em 1995. Foi promovido a Primeiro-Secretário em 2001; Conselheiro em 2005; Ministro de Segunda Classe em 2009; e Ministro de Primeira Classe em 2020, todos por merecimento.

Entre as atividades exercidas pelo indicado ao longo de sua trajetória profissional no Ministério das Relações Exteriores, destacam-se a de chefe da Divisão do Mar, da Antártida e do Espaço; a de assessor especial para Assuntos Internacionais da Presidência da República; a de Ministro-Conselheiro em Moscou, Rússia; e a de Ministro-Conselheiro em Damasco, Síria. Desde 2022, exerce a chefia da missão brasileira em Ierevan, Armênia.

Em atendimento às normas do RISF, a Mensagem Presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a República da Albânia.

A Albânia é uma república parlamentarista de geografia montanhosa, situada na península Balcânica, sudeste da Europa. Tem área total de cerca de 30 mil quilômetros quadrados, sendo um pouco maior que o Estado brasileiro de Alagoas, e uma população residente de aproximadamente 2.800.000 (dois milhões e oitocentas mil) pessoas.

Com uma longa história, o país, cujo nome significa “terra da água”, atravessou instabilidade política no século 20, assim como grande parte dos países dos Balcãs. A Albânia declarou independência em 1912, passou por breve regime monárquico, sendo invadida e tornada colônia pela Itália, em 1939.

Ao final da Segunda Guerra Mundial, adotou regime comunista, terminado em 1991. Após período de instabilidade política e econômica, consolidou-se e projetou-se institucionalmente a moderna Albânia, sob a forma

de república democrática parlamentarista. A capital e maior cidade albanesa é Tirana, com cerca de 520.000 habitantes.

A política externa da Albânia tem como diretriz a elevação da posição externa do país no chamado “Ocidente”, empreendendo esforços para sua inserção no sistema internacional contemporâneo, nos organismos multilaterais e no contexto regional europeu das democracias liberais, aderindo à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e visando aceder à União Europeia.

Um sinal desse alinhamento foi a criação de um quartel-general avançado das Forças Especiais dos Estados Unidos da América na Albânia, localizado em Tirana. Essa instalação funciona como uma base operacional para a região dos Balcãs, facilitando a coordenação, o treinamento e a mobilidade logística das Forças Especiais americanas e aliadas. No que tange ao aparente alinhamento ocidental, outro fato digno de menção é que a Albânia é, desde 2013, incentivada pelos países ocidentais, sede do partido laico *Organização dos Mujahidin do Povo Iraniano* (MeK), de orientação republicana e de frontal oposição ao atual regime teocrático iraniano, fato que gerou certa apreensão por parte da sociedade albanesa quanto a sua segurança.

A relação bilateral com o Brasil, apesar de incipiente, tem-se intensificado. Em 2009 e 2010, foram reciprocamente instaladas as representações diplomáticas permanentes dos dois países. Atualmente, há 10 (dez) atos bilaterais firmados, que versam sobre comércio, cooperação agropecuária, academias diplomáticas, dentre outros temas relevantes.

O intercâmbio comercial ainda é modesto, porém a participação brasileira no mercado de alimentos é de grande relevância, principalmente no setor proteína animal, no qual o Brasil se destaca como o principal parceiro comercial da Albânia. Em termos gerais, a corrente de comércio vem crescendo, liderada pelas vendas brasileiras de produtos de origem animal. Com relação ao ano de 2023, os dados disponibilizados apontam que o total das exportações brasileiras para a Albânia alcançou 100,5 milhões de dólares, gerando um superávit de mais de 96 milhões de dólares para o Brasil naquele ano.

Nesse cenário, vislumbramos espaço para incremento da pauta exportadora brasileira. De fato, esforços têm sido feitos para a diversificação das exportações, voltados à inclusão de produtos de maior valor agregado.

Destacamos aproximação e manifestação de interesse por parte das autoridades albanesas em relação a produtos da EMBRAER.

Na Albânia, o Brasil dispõe de dois Consulados Honorários, um responsável pela região sul e outro responsável pela região norte, que prestam auxílio consular aos cerca de 50 (cinquenta) brasileiros residentes no país.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator